

Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

PAULO SÉRGIO DA COSTA SOARES

**1968, O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFPA: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE UMA
GERAÇÃO**

Belém-PA
2019

PAULO SÉRGIO DA COSTA SOARES

**1968, O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFPA: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE UMA
GERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte de requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edilza Joana Oliveira Fontes.

Belém-PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S6761 Soares, Paulo Sérgio da Costa
1968, O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFPA:
MEMÓRIA E HISTÓRIA DE UMA GERAÇÃO / Paulo Sérgio da
Costa Soares. — 2019.
174 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. MSc. Edilza Joana Oliveira Fontes
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Movimento Estudantil: 1968. 2. Reforma Universitária da
UFPA. 3. Ditadura Militar . 4. Reivindicações Estudantis. 5.
Silveira Netto. I. Título.

CDD 981.063

PAULO SÉRGIO DA COSTA SOARES

**1968, O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFPA: MEMÓRIA E HISTÓRIA DE UMA
GERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em História.

Data da Avaliação: _____/_____/_____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Edilza Joana Oliveira Fontes
Orientadora: PPHIST /UFPA

Prof. Dr. Elson Luiz Rocha Monteiro (UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Nazaré Sarges (PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Cleodir da Conceição Moraes (Escola de Aplicação/UFPA)

Ao meu pai, João de Barros Soares, e aos meus amigos, por todo incentivo e ajuda para que a conclusão deste estudo se tornasse possível.

RESUMO

O presente estudo elenca as particularidades da organização do movimento estudantil universitário paraense no emblemático ano de 1968. Neste sentido, destacamos as suas reivindicações, tais como os Excedentes, os protestos do Assassinato de Edson Luis, a Festa dos Calouros e a Colação de Grau “transformados em atos políticos e culturais”. A juventude foi às ruas, aos jornais para propagarem seus ideais e bandeiras de luta. O movimento radicalizou ocupando espaços de representação de poder, entre eles a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), de Praças e Igreja Católica. Todos esses espaços de aglutinação e sociabilidade foram resignificados para local de resistências juvenil às autoridades militares. Portanto, este trabalho contribui à historiografia, tirando da invisibilidade do movimento estudantil paraense e parte da história da UFPA, no aspecto de sua reestruturação proposta pelo projeto de reforma universitária do governo militar de Costa e Silva.

Palavras-chave: Governo Militar. Movimento Estudantil. Reforma Universitária. UFPA.

ABSTRACT

The present study aims at thinking about the process of political and social actions in academic student movement from Belém city, in the year 1968, in Pará-Brazil. This work also intends to analyze Costa e Silva military government in the Federal University of Pará and the student movement particularities. In a context in which the president toughened the dialog with students, but they kept on their protest acts. The youth sought new performance spaces, demanding a political, social, economic and educational agenda. The study had the memories in the university newspapers, documents and interviews, available in the media repository, as its source.

Keywords: Military Government. Student Movement. UFPA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– “Trote”: As Festas dos Calouros da Escola de Agronomia	50
Figura 2	– A Calourada dos Cursos de Direito e Filosofia	51
Figura 3	– Do Início ao Fim: A Festa dos Calouros	52
Figura 4	– Da Crítica à Fogueira	52
Figura 5	– A Representação Simbólica de 1968	56
Figura 6	– A Chamada	79
Figura 7	– O Cortejo Fúnebre Simbólico de Edson Luís	81
Figura 8	– Velório Simbólico dos Acadêmicos de Direito	82
Figura 9	– A Ocupação da Assembleia Legislativa do Pará	83
Figura 10	– Protesto nas Galerias da ALEPA	85
Figura 11	– Missa na Igreja de Santana	93
Figura 12	– O Comício	94
Figura 13	– Reunião dos Universitários pela Mobilização	108
Figura 14	– A fachada da Escola Superior de Química	114
Figura 15	– Ocupação da Faculdade de Engenharia	117
Figura 16	– A Faculdade de Filosofia Presente na Ocupação	119
Figura 17	– Assembleia dos Acadêmicos de Medicina	123
Figura 18	– Os Vigilantes da Faculdade de Medicina	124
Figura 19	– O 7 de Setembro	135
Figura 20	– O Desfile Oficial dos Universitários para as Autoridades Militares do Pará	138
Figura 21	– Liberdade aos Presos	141
Figura 22	– Comício-Relâmpago	142
Figura 23	– Tomando os Cartazes	142
Figura 24	– A chegada de Juscelino em Belém	149
Figura 25	– Encontro dos Antigos Correligionários do Partido Social Democráticos	150
Figura 26	– Juscelino Kubitscheck Dialogando com os Formandos de Medicina	153
Figura 27	– A Cerimônia de Formatura do Curso de Medicina	155
Figura 28	– Greve dos Vestibulandos	159
Figura 29	– Edição do AI-5 E AC-38	162

LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional de nº 5
ALEPA	Assembleia Legislativa do Pará
ALN	Aliança Libertadora Nacional
ANPUH	Associação Nacional de História
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CFE	Conselho Federal de Educação
CU	Conselho Universitário
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOPS	Departamento ou Divisão da Ordem Política e Social
FASPA	Frente de Ação Secundarista Paraense
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUAP	Formação Unida de Atividade Permanente
FUEC	Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
ICE	Instituto Cooperativo de Ensino
IPEAN	Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte
IEP	Instituto de Educação do Pará
JEC	Juventude Estudantil Católica
IPM	Inquérito Policial Militar
JUC	Juventude Universitária Católica
LSD	Limpe sua dentadura
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC–Usaid	Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
ORM	Organizações Rômulo Maiorana
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

SLARDES	Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior
UAP	União Acadêmica Paraense
UDN	União Democrática Nacional
UESP	União Estudantil Secundarista do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UME	União Metropolitana dos Estudantes do Rio Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A IMPOSIÇÃO E A CONTESTAÇÃO DE UMA REFORMA UNIVERSITÁRIA UFPA.....	17
2.1	A reforma universitária da UFPA em 1968.....	17
2.2	Organizar-se: é necessário para a militância e resistência política.....	28
2.3	A festa dos calouros: um ato político do movimento universitário paraense.....	45
2.4	Os excedentes: uma questão político-social do movimento estudantil do Pará.....	58
2.5	Quem ouvirá o canto triste do Calabouço: a morte do paraense Edson Luís.....	67
3	RESISTÊNCIA: A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DAS LUTAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO PARAENSE – 1968.....	101
3.1	A Universidade como palco de “Subversivos”: o processo de ocupação da UFPA pela geração de 1968.....	101
3.2	Os estudantes sonham com a política: a mobilização para o fim da impunidade.....	105
3.3	Da Amazônia para o Brasil: a instalação do governo itinerante do presidente General Artur Costa e Silva em Belém do Pará.....	125
3.4	A rebelião da juventude: as comemorações do sete de setembro organizadas pelo movimento estudantil universitário paraense.....	137
3.5	Os diálogos sopram para a violência: liberdade aos estudantes presos em Ibiúna..	140
3.6	As formaturas utilizadas como palco de reivindicação dos universitários.....	144
3.7	A luta por uma universidade popular no Pará.....	158
3.8	O AI5: o caminho para o silêncio do movimento reivindicatório na UFPA.....	161
4	CONCLUSÃO.....	165
	REFERÊNCIAS.....	168
	FONTES.....	172

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho estuda o movimento estudantil da Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 1968. Este ano foi emblemático para o mundo, conhecido como a primavera dos povos, da revolução cultural, da utopia da juventude.¹ Foi o período em que os movimentos estudantis tiveram sua maior mobilização e visibilidade, quando se rebelaram contra as diversas formas de governo, onde defenderam múltiplas bandeiras, a democracia e os direitos humanos. Os estudantes de diversos países saíram às ruas em passeatas, com cartazes, bradando palavras de ordem, fazendo barricadas e pichações. Dessa forma foi um ano de rupturas, um momento dramático para os movimentos sociais e inesperados para as autoridades.

Tendo como referência esse contexto de intensa politização e radicalização dos estudantes, esta dissertação tem o propósito de lançar luz sobre a dinâmica de tal movimento estudantil e suas bandeiras de lutas na Amazônia paraense. Portanto, as estratégias do movimento estudantil universitário paraense são as principais análises deste estudo, uma vez que, eles formaram um grupo de pressão político-social importante durante a ditadura militar, pois, através das suas ações organizadas, conseguiram influenciar decisões governamentais no campo educacional, cultural e político.

A escolha do período é proporcional com a pesquisa, haja vista que esta tem como um dos objetivos demonstrar que no Brasil existiram diferentes movimentos estudantis² que, embora articulados com a União Nacional dos Estudantes (UNE), cada um apresentava suas especificidades. No entanto, os estudos historiográficos realizados sobre as ações do movimento estudantil restringiram-se a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais por acreditar que nesses estados houve mais episódios de enfrentamento da juventude com a ditadura militar no Brasil.

¹ Para designar “juventude” compartilho com a denominação de Eric Hobsbawm que caracteriza o termo como sendo um grupo com consciência própria que se estende da puberdade até a metade da casa dos vinte, tornando-se um agente social independente, os quais nega o status de criança e mesmo de adolescente. Assim como o estudo de Maria da Conceição Fraga, a qual se referiu à juventude como sendo os jovens ingressos no sistema de ensino de primeiro grau maior, segundo e terceiro graus. Neste sentido, o termo juventude é utilizado para designar os sujeitos sociais inseridos nas mobilizações estudantis de 1968.

² O conceito de movimento estudantil desenvolvido por Maria da Conceição Fraga (1996) ajuda a pensar este objeto de estudo, pois permite visualizar as práticas das ações sociais e as verberações deste agir, auxiliando-nos na análise das forças políticas existentes, das lutas travadas e das conexões existentes quando observa que, O movimento social surgiu a partir das ações coletivas organizadas por estudantes, baseada na solidariedade construída na identidade da condição de estudante desenvolvendo conflitos entre atores opostos, rompendo os limites de um dado sistema em que ocorre a ação. FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura política: a experiências dos manauaras**. Editora da Universidade do Amazonas, 1996. p. 4.

Assim, analisar o ano de 1968 no Pará requer uma atenção para o que ocorreu em outros estados e parte do mundo, observando suas especificidades, como ressaltou o estudo Maria Paula Araújo³ que demonstrou os diferentes tipos de movimentos políticos, com distintos conteúdos que se confrontaram em 1968, embora ocorridos no mesmo país. Nesta perspectiva, o estudo aborda o movimento estudantil universitário paraense por entender que os discentes foram o grupo mais atuante no combate da ditadura militar no Pará no ano de 1968 e o de maior visibilidade.

Este trabalho é um dos resultados do projeto de pesquisa “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Edilza Joana Oliveira Fontes. Projeto do qual participei como bolsista de iniciação científica, desenvolvendo o plano de trabalho “Os governos militares, a relação com intelectualidade paraense e a imprensa (1964-1985)”. Assim, realizou-se o levantamento de fontes jornalísticas, transcrições de atas do conselho universitário, bem como a verificação dos documentos existentes na Faculdade de Medicina sobre o período estudado.

Para atender os objetivos da pesquisa, foram analisadas, a partir de uma perspectiva crítica, quatro tipos de fontes documentais: a documentação institucional da UFPA, com o propósito de elencar a aplicação da política educacional estabelecida no plano nacional pelo governo militar, assim como as práticas e as justificativas apresentadas para a implantação de tais políticas na instituição. Deste modo, trabalha-se com as atas do Conselho Universitário, com as atas da Faculdade de Medicina e as correspondências oficiais.

Também foram utilizados três jornais de grande circulação no Pará: *A Folha do Norte*, *A Província do Pará* e *O Liberal*; e o jornal do Diretório Acadêmico de Economia *O Papagaio – verde e amarelo – incomoda muito – não apanha calado*. Os jornais são analisados com o objetivo de identificar a repercussão das políticas estabelecidas para o ensino superior no país, os protestos estudantis e suas reverberações na sociedade civil local. Para os autores Luiz Costa e Rita de Cássia Vasconcelos, devemos examinar os jornais com a preocupação de relacionar texto e contexto, pelo fato de termos que considerar a estrutura textual, das notícias, é resultado de escolhas e influências fornecido pela conjuntura específica

³ De uma forma geral, fala-se em “68” como se houvesse um significado único dos eventos ocorridos neste ano. Como se “68” representasse um movimento unitário e homogêneo em várias partes do mundo. Mas, na verdade, ocorreram diferentes tipos de movimentos políticos, com diferentes conteúdos. Dessemelhanças não apenas em função das distintas realidades nacionais em que eclodiram. Às vezes, num mesmo país, diferentes movimentos com conteúdos diversos se confrontaram em 1968. ARAUJO, Maria Paula. Disputas em torno da memória 68 e suas representações. *In*: FICO, Carlos; ARAUJO Maria P. (Org.). **1968: 40 anos depois: História e memória**. Rio de Janeiro: Letras, 2009. p 17.

na qual ele (o texto) foi produzido⁴. Jorge Ferreira e Ângela Gomes dizem que: “Pela seleção do vocabulário, pelo ângulo e tamanho das fotos, pelas manchetes e sumários, é possível analisar o que os editores desejavam informar aos leitores”⁵ e, através da perspectiva elaborada pelos veículos de comunicação, que muitas vezes o leitor é levado a perceber a realidade e a posicionar-se diante dos acontecimentos. Para o autor Rodrigo Patto Sá Motta,

Analisar o discurso jornalístico do período é abrir novas possibilidades para pensar temas candentes na historiografia. Uma das questões em discussão hoje é o apoio civil aos militares e o debate sobre a existência de consenso social em torno do regime autoritário, na “contra mão” dos trabalhos que enfatizam as lutas e estratégias de resistências. Nesta direção, o estudo da grande imprensa assume importância particular por sua capacidade de influenciar a formação da opinião, ou melhor, das opiniões do público e da sociedade, em uma época que a televisão não estava consolidada.⁶

O jornal *A Província do Pará* (1876-2001), periódico que circulou em Belém do Pará, foi fundado em 25 de março de 1876 por Joaquim José de Assis (criador, entre outras publicações de: *O Pelicano* – de origem maçônica; e *O Futuro* – republicano ambos, em 1872), circulou como jornal diário por 125 anos. Durante o ciclo da borracha, pertenceu ao então intendente de Belém, Antônio Lemos. Em 1947 integrou o grupo dos Diários Associados e em 1997 passou ao grupo paraense dono da Editora Cejup. Vendido novamente em 2001, deixou de circular. Na época em que sua publicação foi descontinuada, era o jornal de menor circulação entre os três diários de Belém.⁷

O jornal *A Folha do Norte* (1896-1974) surgiu com objetivo de defender os ideais do partido republicano. Em 1964 desempenhou o papel, inicialmente, de defesa dos movimentos da revolução, publicando notícias que davam certo apoio ao golpe militar, como as manchetes: “As forças armadas e o povo venceram a luta [...]”; “Bravos mineiros, o Brasil vos saúda!”; e “A nação unida às forças armadas”. Além de apoiar o golpe, procuravam sempre demonstrar com as notícias que o povo apoiava as aspirações da chamada “revolução de 1964”. O jornal criou uma coluna de fim de semana chamada “O informante invisível” que divulgava lista de suspeitos, recomendando suas prisões.⁸

⁴ COSTA, Luiz Gustavo Santos; VASCONCELOS, Rita de Cassia Azevedo Ferreira de. Abolicionismo e imprensa na Corte e em Ouro Preto na última década da escravidão (1880-1888). **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós- graduação em História da UFMG**, Minas Gerais, v. 2, n. 1, p. 42-49, jan./jul. 2010. ISSN: 19846150.

⁵ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela. **1964 - O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 – O Brasil Republicano. p. 12.

⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969**. Topoi, v. 14, n. 26, jan/jul. 2013, p. 63.

⁷ BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

⁸ BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985.

Já o jornal *O Liberal* (1946 - ...) foi um órgão do Partido Social Democrata (PSD), criado por Magalhães Barata em 1946 com o intuito de contrapor os noticiários de *A Folha do Norte*. Depois da morte de seu fundador, os pessedistas Moura de Carvalho (Prefeito de Belém) e Hélio Gueiros (Deputado Federal) passaram a dirigi-lo. As notícias publicadas nele chamam a atenção pelo fato de, apesar das alianças formadas entre PSD/PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PSD/PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o jornal seguia a linha de ataques aos comunistas e contra o governo. É considerado um dos veículos mais lidos do estado. Após 20 anos (1946 a 1966), *O Liberal* passou, em 1966, a integrar as Organizações Rômulo Maiorana (ORM), que atualmente representam um dos maiores grupos de comunicação. O jornal configura-se como um documento importante de análise sobre determinado processo histórico, pois

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-la e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa [...]. O documento é um monumento. Resultado do esforço das sociedades históricas para impor no futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento de verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel ingênuo [...]. “É preciso por demonstrar, demolir esta montagem (a do documento), desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos e monumentos”.⁹

A citação acima nos proporciona compreender que as fontes não podem ser tomadas como “verdade absoluta”, assim como, não deve ser restringida a hipóteses. Também é preciso relacioná-las à teoria da história e às memórias de pessoas contemporâneas do período estudado. Deste modo, a junção de diferentes memórias propõe uma “alternativa de diálogos com outras versões historiográficas e documentais”¹⁰. O historiador Eric Hobsbawm fala que o arquivo escrito e a memória pessoal se chocam ou completam-se mutuamente. Para o autor, as fontes orais não são confiáveis, porém sua contribuição é essencial.¹¹ As memórias utilizadas fazem uma ampliação do debate histórico, portanto elas foram selecionadas para este estudo com o intuito de enquadrar a atuação do movimento estudantil, possibilitando elencar novas nuances de o governo militar na Amazônia.

Também imprescindível para o desenvolvimento do trabalho é o repositório da UFPA que contém o projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”, que por sua vez possui arquivos e memórias voltados para

⁹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 102-103.

¹⁰ MEIHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

¹¹ HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

a ditadura militar na Amazônia. Desse acervo foram selecionadas entrevistas de sujeitos que atuaram no movimento estudantil paraense no ano de 1968. As atas da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), setor composição dos anais, que revelam os discursos da casa Legislativa do Pará na época também enriqueceram a pesquisa. Os principais debates eram em torno da democracia, ditadura, revolução, direito de expressão, liberdade, desenvolvimento da Amazônia.

Para os historiadores que trabalham com o tempo presente, não há como escapar dos riscos existentes no exercício de análise da fonte oral, porém a memória “permite ao historiador superar uma visão puramente retrospectiva do passado e entender como o presente impacta essa leitura do passado”¹². A memória “deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”¹³. Segundo Jacques Le Goff,

A memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas. O estudo da memória passa da Psicologia à Neurofisiologia, com cada aspecto seu interessando a uma ciência diferente, sendo a memória social um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História.¹⁴

A historiadora Marieta Ferreira comenta que

Os depoimentos orais são memórias que representam diferentes versões do passado e expressam lembranças contraditórias, esquecimentos, distorções, conflitos e não podem ser tomados como relatos “verdadeiros” e “objetivos” sobre os fatos narrados; mas, ainda assim e por isso mesmo, nos permitem o acesso a um rico material e a informações pouco encontradas em outras fontes.¹⁵

As versões do passado por meio das memórias “contêm possibilidades não apenas de contar o que viveram, mas inserir em seus depoimentos sentimentos, emoções, raivas, aspectos da sensibilidade humana, de atribuir aos eventos e suas conotações”¹⁶. Desta forma, escrever sobre os acontecimentos do movimento estudantil do ano de 1968 é deparar-se com memórias carregadas de ideologias políticas, utopias, revoluções, contestações, reivindicações do narrador.

¹² FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da Força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB). **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 46, abr. 2013.

¹³ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-214, 1992.

¹⁴ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos: Memória**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

¹⁵ FERREIRA, M. M., 2013, p. 59.

¹⁶ PACHECO, Agenor Sarraf. **À margem dos “marajós”**: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta”, Melgaço-PA. Belém: Editora Paka-Tatu, 2006. p. 125.

As memórias narradas pelos sujeitos sociais estão presentes no repositório multimídia da UFPA. A opção pela pesquisa oral neste arquivo digital é justificada por se tratar de extensão do projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”. Os repositórios são considerados como ferramentas de pesquisa para os profissionais das memórias sociais, pois guardam os testemunhos dos acontecimentos e as ações coletivas do passado. As “entrevistas possibilitam o registro de testemunhas que vivenciaram fatos/acontecimentos”¹⁷ e neste repositório elas estão vinculadas à história do regime militar no Pará, permitindo compreender as experiências dos sujeitos sociais durante o ano de 1968.

Por ser um arquivo digital, ele amplia a liberdade de acesso do historiador, que poderá consultá-lo de onde estiver e através de inúmeros aparelhos tecnológicos de informática. Tais repositórios, ao disponibilizarem as entrevistas por meio eletrônico, possibilitam ter um acervo público e não individual, democratizando o acesso às fontes e revelando as ações políticas, sociais, intelectuais de um determinado período.¹⁸

Ao lado da coleta da memória oral e das notícias jornalísticas, o acervo da própria UFPA também forneceu material que ajudou a conhecer o debate da reformulação da estrutura dos cursos, as grades curriculares e da sua infraestrutura, assim como mostrou as divergências sociais no âmbito da instituição. Ainda que muito fragmentada e dispersa, a documentação permitiu localizar, de maneira mais precisa eventos, nomes e datas. Por fim, de grande valia foram também os arquivos da Faculdade de Medicina, instituição que tomei como exemplo para demonstrar a precariedade estrutural, tanto de ensino quanto de material, para o andamento dos cursos.

O estudo aborda uma pluralidade de perspectivas e visões sobre um passado recente da Universidade Federal do Pará. Desta forma são analisados temas como: a contestação de uma reforma universitária imposta pelo governo militar; os problemas de infraestrutura das Faculdades e Escolas da UFPA; a falta de vagas para os alunos aprovados no vestibular; os protestos estudantis; a repercussão da violência contra a juventude; os diálogos estabelecidos com as autoridades civis, políticas e religiosas; a radicalização estudantil; a multiplicidade de bandeiras de lutas; as ocupações; e as festas comemorativas utilizadas para protestar contra o regime vigente.

¹⁷ SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 119.

¹⁸ FONTES, Edilza. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará. **Revista Acervo**, v. 27, p. 280-292, 2014.

A dissertação se divide em dois capítulos. O primeiro apresenta a proposta de reformulação educacional para o ensino superior nos anos iniciais da ditadura militar. Neste sentido, o estudo elenca o debate sobre a reforma universitária da UFPA, a qual estava pautada na visão unilateral do reitor Silveira Netto e das diretrizes de base apresentadas pelo Ministério da Educação e Cultura. A resistência ao projeto partiu dos membros do Conselho Universitário que se sentiram excluídos da elaboração do plano de reestruturação. Em seguida apresenta-se a festa dos calouros que é colocada sobre o prisma de uma identidade política social. De caráter carnavalesco, o festejo mesclou a alegria da aprovação no vestibular com os primeiros protestos políticos dos calouros. É o primeiro ato público reivindicatório dos universitários em 68. Um momento que significou o “ritual de passagem” para os novos discentes que adentraram em um ambiente que requer um pensamento crítico sobre as estruturas sociais.

Em seguida o estudo faz referência à aproximação de algumas lideranças estudantis com partidos clandestinos de esquerda e seus planos partidários que, dentro dessa conjuntura, sofreram modificações quando absorvidos pelas pautas do movimento estudantil. A relação entre esses partidos e o movimento estudantil e sua influência é recíproca. Seguindo a narrativa do protagonismo dos estudantes adentramos aos protestos dos excedentes que por vias judiciais, os alunos aprovados no processo seletivo, conseguiam garantir suas vagas na universidade. O capítulo é concluído com o desdobramento da morte do estudante paraense Edson Luís de Lima Souto, o qual se tornou um mártir do movimento estudantil nacional e em Belém transformou-se no fato que unificou a juventude na luta contra a ditadura.

O segundo capítulo analisa os episódios: da Ocupação da UFPA; a chegada de Costa e Silva ao Pará; a rebelião da juventude à frente dos militares; as cerimônias de formatura; e os protestos contra as vestimentas e taxa do vestibular. O estudo propôs-se a demonstrar que parte dos estudantes, para contestar a reforma universitária apresentada pelo reitor Silveira Netto, resolveu ocupar as Faculdades e Escolas da UFPA, no dia 28 de julho de 1968. As ocupações coincidiram com a chegada do presidente militar, general Costa e Silva e sua comitiva ministerial em Belém. Na agenda política do presidencial estava a inauguração do Campus da Universidade Federal do Pará, marcada para o dia 13 de agosto de 1968. Portanto, um período importante para a administração do reitor Silveira Netto.

As ocupações possibilitaram ao movimento estudantil universitário paraense a sua maior visibilidade e apoio, tanto da comunidade acadêmica como por parte dos deputados estaduais. E com a proposta conciliatória do governo do estado, Alacid Nunes, estes sujeitos sociais uniram forças para adiar a execução do plano de reestruturação apresentado pela

reitoria. Cabe salientar que o governo de Costa e Silva, ao contrário das medidas tomadas contra os outros protestos estudantis, aqui se propôs ao diálogo. O intuito do presidente era apresentar algo positivo à nação, pois o governo estava com sua imagem desgastada por conta de uma série de repressões ao movimento estudantil.

Em seguida elenca-se a “rebelião da juventude” e o “enfrentamento estudantil aos militares, pautado em um dialogo violento”. As análises em voga estão em torno das comemorações do 7 de setembro em Belém, com ênfase no dia 5, o dia da raça, data escolhida para finalizar as ocupações na UFPA e enfrentar os militares nos espaços públicos. Nesta mesma perspectiva o estudo pauta os protestos do movimento estudantil universitário paraense após a prisão dos delegados estudantis representantes do Pará no XXX Congresso da UNE, realizado clandestinamente em São Paulo, na cidade de Ibiúna. As prisões dos participantes e da liderança nacional desencadeou uma série de protesto em todo o país. Na capital paraense os estudantes ocuparam as ruas do centro comercial e despertaram a ira da força repressora estadual que entrou em choque com a resistência da juventude, ocasionando prisões e violência física.

Outro ponto abordado são os conflitos no interior do movimento estudantil universitário paraense que foram visibilizados através das festas de formaturas dos cursos de Farmácia, Direito e Medicina. Os concluintes de Farmácia convidaram o reitor Silveira Netto e funcionários ligados à reitoria; os de Direito e Medicina trouxeram personalidades que se destacaram na política, no ensino, na defesa da democracia. Nesta mesma perspectiva o estudo relaciona a luta dos estudantes em prol de uma Universidade pública, onde todos tivessem o direito de prestar o vestibular, para isso a juventude lutou pelo fim do pagamento da taxa de inscrição. Em seguida fala-se sobre o Ato Institucional de nº 5 (AI-5) no Pará.

2 A IMPOSIÇÃO E A CONTESTAÇÃO DE UMA REFORMA UNIVERSITÁRIA NA UFPA

2.1 A reforma universitária da UFPA em 1968

No dia 6 de janeiro de 1968, o então reitor da Universidade Federal do Pará, José Rodrigues Silveira Netto, concedeu entrevista ao jornal *A Província do Pará* e fez a seguinte afirmação: “O projeto de reestruturação da Universidade já estava em fase de finalização”¹⁹. A reportagem foi breve e não ocupou as primeiras páginas do periódico, contudo ganhou destaque, sendo estampada na 5ª página, do 2º Caderno com a manchete em letras garrafais.²⁰

REFORMA DA UNIVERSIDADE SERÁ IMPLANTADA EM 69 EXTINGUINDO VESTIBULAR.

Já está quase concluído o projeto de reformulação da atual estrutura da Universidade Federal do Pará, informou, ontem, à reportagem de *A PROVÍNCIA DO PARÁ*, o Reitor José da Silveira Netto. Essa reformulação ressaltou o Reitor da UFPA, não resulta de uma iniciativa sua, mas uma imposição legal e com ela a Universidade se ajustará às novas diretrizes do ensino superior.

Ressaltou o Reitor que “sabe que essa reformulação poderá contrariar os interesses individuais”, mas é necessário e tem como objetivo a redução do curso do ensino, o máximo aproveitamento do espaço ocioso e, finalmente, a ocupação do corpo docente, o maior tempo possível, dessa forma evitando a sua expansão.

NORMAL JÁ EM ADOÇÃO

Explicou o Dr. José Silveira Netto que algumas das normas preconizadas nessa reformulação já estão sendo aplicadas, entre estas se incluindo a de reunir em um só departamento e local o ensino de matérias afins. Citou como exemplo, o centro de matemática para onde convergem os alunos das unidades que tem seu currículo essa Matemática, para onde convergem os alunos das unidades que tem em seu currículo essa matéria, bem como Física, Higiene e outras. Este ano, afirmou o Reitor o Instituto de Química integrará esse esquema, que é o primeiro passo para a efetivação do sistema a ser implantado possivelmente até o ano de 1969, que prevê uma mudança radical no atual sistema de ingresso da Universidade. Uma vez efetiva essa mudança, os alunos não farão exames de habilitação para esta ou aquela Escola, mas pura e simplesmente para Universidade.

Para esse fim, serão criados os vários departamentos, onde serão dadas as aulas de determinadas áreas de conhecimento, evitando-se, assim, diversificação atualmente existente. Com este sistema, aduziu o Reitor, o ensino será centralizado em determinados locais com apreciável economia de espaço e pessoal, evitando-se assim que, por exemplo, existem três centros para o ensino de Química ou Física.²¹

¹⁹ REFORMA da universidade será implantada em 69 extinguindo vestibular. *A Província do Pará*, Belém, 6 jan. 1968. Caderno 2, p. 5.

²⁰ A expressão “letras garrafais” é compreendida neste estudo como um recurso jornalístico de caráter tipográfico que utiliza um corpo acima do padrão, com o objetivo de despertar a atenção visual do leitor, pois tem a importância de colocar em destaque ou enfatizar uma notícia ou reportagem.

²¹ REFORMA da universidade será implantada em 69 extinguindo vestibular, *op. cit.*, p. 5.

A entrevista de Silveira Netto foi importante para iniciar a luta do movimento estudantil universitário paraense em prol de Reforma Universitária na Universidade Federal do Pará no ano de 1968. O reitor afirmou a conclusão da Reforma Universitária, contudo esta foi precipitada, uma vez que o projeto da reestruturação da UFPA estava sendo apreciado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o qual concederia ainda o parecer definitivo, fato que ocorreu somente no segundo semestre do ano corrente, porém o resultado foi questionado pelo movimento estudantil universitário paraense que conseguiu uma reelaboração deste plano de reestruturação (projeto de reforma universitária da UFPA).

O reitor informou a existência de uma oposição ao plano de reestruturação apresentado ao ressaltar que contrariava “os interesses individuais”. Cabe salientar que na reunião do Conselho Universitário²², onde o apresentou, houve críticas por parte dos Conselheiros que exigiram tempo para estudarem, e só então proporem mudanças ou aprovarem o devido plano, antes de ser encaminhado ao MEC. As solicitações foram negadas por Silveira Netto que na entrevista deixou de explicar as “divergências existentes”, sem menciona o porquê desta oposição.

Silveira Netto procurou esclarecer aos leitores que as medidas tomadas “não resulta de uma iniciativa sua, mas uma imposição legal e com ela a Universidade se ajustará às novas diretrizes do ensino superior”²³. No entanto, caberia a cada Universidade Federal do Brasil, com os seus respectivos Conselhos Universitários, elaborar um projeto de reforma, embora existisse a exigência de cumprimento das determinações básicas apresentadas pelo Ministério da Educação e Cultura. Já a avaliação do plano de reestruturação cabia ao Conselho Federal de Educação, o qual concederia o parecer final.

É importante ressaltar que a reformulação do ensino brasileiro – ensino primário, técnico, superior – vinha sendo analisado desde a década de 1930, quando “o governo do presidente Getúlio Vargas criou o Ministério de Educação e Saúde Pública, com o intuito de adequar às diretrizes escolares ao campo político, objetivando o desenvolvimento do ensino e modernização do país”²⁴. Assim como no governo de João Goulart, propôs as “reformas de base”, a exemplo, a reforma agrária que se frustrou muito cedo²⁵ e, o plano de reestruturação

²² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **ATA da 12ª. Sessão do Conselho Universitário**. Belém: UFPA, 1967. Sessão extraordinária, de 28 de novembro de 1967.

²³ REFORMA da universidade será implantada em 69 extinguindo vestibular, 1968, p. 5.

²⁴ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/n28/a3n28. Acesso em: 10 mai. 2019.

²⁵ VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: Trabalhismo e getulismo ao socialismo moreno. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 488.

das universidades, apesar de latente, deixou de ser implantado. Segundo o estudo de Marieta Ferreira, os universitários e professores tinham grandes participações nos embates políticos travados nos últimos meses do governo Jango, acerca da reforma universitária, devido à compreensão de que o ensino superior era instrumento de transformação social²⁶. Portanto, o debate sobre a reformulação do ensino superior no Brasil antecedeu a instalação dos governos militares.

Embora o número de Universidades criadas tenha aumentado significativamente nos anos 60, sendo uma consequência do desenvolvimento social e econômico que o país experimentou na década anteriormente, o crescimento do acesso da população ao ensino superior foi insuficiente para atender a demanda social do país e problemas administrativos, financeiros e tecnológicos continuaram a existir nessas instituições. As demandas ocasionaram intensos debates que ultrapassaram os muros das Universidades, chegando a impulsionar outros setores da sociedade.²⁷

No ano de 1968 já estava consolidado este debate, pois o Ministério da Educação e Cultura havia apresentado as diretrizes de bases desde 1966. Assim, as Universidades Federais do Brasil propuseram um plano de reestruturação, a Universidade Federal do Pará elaborou três propostas de reformulação, no entanto, o reitor Silveira Netto confiante da aprovação do último plano apresentado, falou em modificar as organizações dos cursos de graduação, os quais passariam a ser reunidos “em um só departamento e local [para] o ensino de matérias afins²⁸”, acreditando que a instituição diminuiria os custos financeiros, citando como exemplo, o “Centro de Matemática”, para onde seriam designados os alunos cujos currículos se contemplassem, deste modo, reuniria os cursos com as mesmas bases curriculares, concentrando professores, alunos, técnicos.

O vestibular era outro ponto a ser reorganizado. Até então conduzido pelas respectivas Faculdades e Escolas da UFPA, passaria a ser de responsabilidade da Universidade, a qual faria um processo seletivo unificado. Esta medida seria uma das primeiras a serem colocadas em prática, uma vez que a previsão de aplicação já estava sendo pensada para o vestibular de 1969. Para o reitor tal proposta proporcionaria o surgimento de uma identidade universitária, pois daria a oportunidade de surgir o “espírito universitário” nos alunos e professores, já que, em sua compreensão, estes permaneciam ligados as suas

²⁶ FERREIRA, M. M., 2013. p. 52.

²⁷ CUNHA, Janaína Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o Processo de Reestruturação da UFRGS (1964-1972):** uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura militar brasileira. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

²⁸ REFORMA da universidade será implantada em 69 extinguindo vestibular, 1968, p. 5.

respectivas unidades e existia, também, a necessidade de serem incorporados à Universidade Federal do Pará, fator que poderia trazer o “desenvolvimento de pesquisa, a expansão tecnológica da região amazônica”.²⁹

Diante desta declaração do reitor Silveira Netto à imprensa, é necessário abrir alguns questionamentos: De qual reforma universitária o reitor estava falando? Com quem foi debatida essa reestruturação da UFPA? Ela foi um consenso no Conselho Universitário? Os representantes estudantis foram consultados e ouvidos? A sociedade tinha conhecimento sobre o projeto de reestruturação da UFPA que seria implantado? Para responder a tais questões, é necessária a análise da reunião do conselho universitário da UFPA no ano de 1967, quando o debate sobre a reestruturação desta instituição de ensino superior teve início.

O primeiro projeto apresentado pela Universidade Federal do Pará ao Conselho Federal de Educação (CFE) foi avaliado pela comissão formada por: Alceu Amoroso Lima – Vice-presidente; Antônio Martins Filho – Relator; Moniz de Aragão; Clóvis Salgado; Valmir Chagas; Rubens Maciel; Flávio Suplicy de Lacerda; Newton Sucupira; Durneval Trigueiro; e Vandick L. da Nóbrega. O parecer desta equipe questionou o projeto do início ao fim, alegando ter irregularidades, descumprindo as normas legislativas previstas nos Decretos-Leis nº 53 e nº 252, apresentadas pelo Governo Federal para organizar as Universidades públicas do país e que uma “simples leitura” seria suficiente para rejeitá-lo. O relatório avaliativo do CFE determinava reexaminar o plano e posteriormente expor uma nova versão pautada nas diretrizes do MEC no prazo de sessenta dias.

Diante da rejeição o reitor tomou uma postura “curiosa”, haja vista que se negou a comunicar imediatamente o Conselho Universitário sobre o fato, e iniciou a elaboração de um novo projeto sem a participação dos demais, gerando polêmica entre os estudantes e professores que discordaram do procedimento adotado pela reitoria. As decisões tomadas no âmbito da UFPA causaram divergências e disputas. A historiadora Edilza Fontes ressalta em suas análises que a aprovação da reforma universitária pelo Conselho Universitário passou a ser objeto de grande discussão entre conselheiros e estudantes.³⁰

Somente no momento oportuno o reitor comunicou a reprovação da primeira versão do plano de reestruturação ao Conselho Universitário, assim como, apresentou um novo projeto. Diante dos fatos parte dos conselheiros contestou as atitudes administrativas de Silveira Netto e também rejeitaram o novo projeto de reforma universitária. O episódio serve

²⁹ *Ibid.* p. 5.

³⁰ FONTES, Edilza. A invenção da Universidade Federal do Pará UFPA. In: FONTES, Edilza. **Histórias e memórias: 50 anos da UFPA**. Belém: Editora da UFPA, Belém-PA, 2007. p. 23.

para demonstrar as divergências existentes, como foi anunciada pelo reitor. Desta maneira, as instituições públicas devem ser compreendidas como “um processo social amplo” que envolvem problemáticas além da universidade. Nesta perspectiva, Maria Fávero afirma que

A universidade é convocada a ser palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos. Deve ser espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos como também o encaminhamento de uma proposta e alternativas para solução de problemas.³¹

O Conselho Universitário da UFPA foi palco de inúmeras discussões sobre a Reforma Universitária. No episódio citado, os conselheiros questionaram o posicionamento tomado por Silveira Netto, uma vez que a sua atitude teve um caráter antidemocrático, negando a participação da comunidade acadêmica. Como toda administração autoritária visa mostrar uma representação “democrática”, o reitor se viu obrigado a convocar o Conselho Universitário para impor seus objetivos, por sua vez passou a responsabilidade de um possível fracasso para os demais membros.

Os conselheiros obtiveram o conhecimento da situação somente quando foram convocados em caráter de urgência, através do ofício CIRC. GP/140/67, de 24 de novembro 1967, a uma sessão extraordinária, para apreciação do projeto de reestruturação da Universidade. A ATA da 12º Sessão do Conselho Universitário, realizada em 28 de novembro de 1967, demonstra que estiveram presentes os seguintes membros

Magnífico Reitor José Rodrigues Silveira Netto, o secretário ‘ad-hoc’ Octávio Bandeira Cascaes, os Exm^{os} Senhores Conselheiros Gervásio de Brito Mello e Hermínio Pessoa Vice-Diretor, em exercício e Representante da Congregação da Faculdade de Medicina; Lourenço do Valle Paiva e Sílvia e Aldebaro Cavaleiro de Macêdo Klautau, Diretor e Representante da Congregação da Faculdade de Direito; Altino Chaves de Araújo e Anibal de Figueiredo Cardoso, Vice-Diretor e Suplente do Representante da Congregação da Faculdade de Farmácia; Omir Correia Alves, Diretor, em exercício, da Escola de Engenharia; José Marcelino Cardoso Pingarrinho e Paulo Cordeiro Azevedo, Diretor Representante da Congregação da Faculdade de Odontologia; Pedro José Martin de Mello, Diretor da Faculdade de Ciência Econômica, Contábeis e Atuarias; José Chaves Muller, Diretor, em exercício, da Escola de Serviço Social; Júlio dos Santos Ribeiro, Diretor, em exercício, da Escola de Química; Aberlado dos Santos, Diretor do Instituto de Higiene e Medicina Preventiva; Artur Napoleão Figueiredo, Vice-Diretor, em exercício, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras; Guilherme Lins de Vasconcelos Chaves e Antônio de Oliveira Lobão, Representantes dos Docentes Livres da Universidade e Joaquim Borges Gomes, Presidente, em exercício, do Diretório Central de Estudantes.³²

Os professores presentes foram vitais para o cumprimento das diretrizes do governo federal em relação ao ensino superior na Universidade Federal do Pará. Diante do conselho o novo plano de reestruturação foi apresentado em tom de urgência para uma possível

³¹ FÁVERO, 2006, p. 61.

³² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1967.

aprovação, haja vista que o prazo de 60 dias para a reelaboração estava próximo e um novo plano deveria ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação. Após a apresentação, a Faculdade de Direito foi a primeira a manifestar-se, opondo-se à proposta de Silveira Netto. O conselheiro Lourenço Paiva diretor da Faculdade de Direito demonstrou sua indignação contestando o plano.

A congregação da Faculdade de Direito, ao receber o ofício da reitoria, reuniu-se em caráter extraordinário para elaborar uma avaliação, tendo como relator o professor Orlando Miguel Bitar. A análise ressalta o desrespeito do reitor perante os membros do Conselho Universitário, uma vez que houve a negação do parecer do Conselho Federal de Educação, além de ignorar o direito de fato e indiscutível dos conselheiros para a manifestação e deliberação sobre a reforma universitária, assim como havia um desconhecimento a respeito de quem elaborou o projeto apresentado pela reitoria. Em contraproposta os representantes do curso de Direito solicitaram um adiamento de dez dias para uma avaliação, em virtude da importância do documento.

Em decorrência dessas reivindicações, o Conselheiro Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau reforçou a tese de que a Faculdade de Direito estava desabilitada para pronunciar uma posição definitiva sem que antes houvesse o conhecimento sobre as determinações do Conselho Federal de Educação. Esse posicionamento gerou desconforto entre os membros da unidade de ensino e o reitor. A ata não relata como foi feita a defesa de Silveira Netto perante os demais, apenas diz que foram concedidas as explicações de imediato e colocou a proposta de adiamento de dez dias, apresentada pelo conselheiro Lourenço Paiva, em votação, sendo a mesma recusada.

O professor Clóvis Meira representou os demais conselheiros presentes na sessão extraordinária e em seu pronunciamento ressaltou que a primeira elaboração de reforma da Universidade Federal do Pará passou por análise em caráter de urgência, com tempo limitado, durante outra sessão extraordinária, o que resultou em fracasso, uma vez que o Conselho Federal de Educação o recusou completamente. No entanto, o reitor Silveira Netto insistia acelerar o processo do estudo do plano de reestruturação. Deste modo, o diretor em exercício, o professor Hamilton Ferreira de Souza, designou para relator o professor Orlando Bittar. Este informou sobre a impossibilidade de analisar o projeto de forma contundente, impedindo a escrita de um parecer detalhando devido ao tempo limitado. Mas ele observou que o documento apresentado era condizente com as diretrizes determinadas pelo Ministério de Educação e Cultura. Tal afirmação influenciou os demais conselheiros que se posicionam

favorável à proposta apresentada pela administração da UFPA, embora o relator criticasse o descumprimento dos decretos legislativos, apesar de querer apresentá-los

Nada estruturado, nem construindo, possuía ao contrário, um enorme e completo poder desagregador, destruindo quanto existia até aquele momento. Destruía tudo e nada oferecia em troca, deixando a Universidade no espaço e na dependência de um futuro e hipotético Estatuto. Lamentamos, também, naquela ocasião, que assuntos de mais alta importância, como aquele que representava os próprios destinos do ensino superior em nosso Estado, fossem sempre trazidos à Congregação com açodamento, com prazos exíguos e que não permitiam uma análise construtiva e um pronunciamento consciente.³³

O professor Orlando Bittar critica o plano apresentado por Silveira Netto, este demonstrou uma incerteza da aprovação do Conselho Federal de Educação, uma das discordâncias apresentadas pelo conselheiro era a ausência de informações básicas do que seria a UFPA e o que viria a ser, deste modo desrespeitava os primeiros requisitos das diretrizes, que exigiam a apresentação da Universidade atual e posterior à aplicação do plano de reestruturação. Faz um julgamento quanto ao aspecto de “um futuro hipotético”, que entendo ser a consolidação da construção do Campus da Cidade Universitária da UFPA³⁴, conhecido como núcleo Pioneiro do Guamá. Silveira Netto se dedicou intensamente a este projeto e fez vários estudos para consolidá-lo no Pará. O reitor visitou as universidades estadunidenses com o objetivo de conhecer as tecnologias de infraestrutura de ensino e pesquisa, consideradas como as mais modernas da época.

A aprovação do projeto unilateral do reitor entrou em discordância por parte dos conselheiros. Os opositores teceram críticas a determinados pontos e acreditavam em uma possível reprovação do Conselho Federal de Educação porque “foge às normas traçadas pelos Decretos-Leis, não tem sistemática e é de redação confusa.”³⁵ Ficaram indignados com a total falta de consideração da reitoria ao negar a informação sobre a autoria e o relator do novo plano. Para eles, isso era uma falha grave que poderia ter sido evitada. Reivindicaram uma cópia do parecer da Comissão do Conselho Federal de Educação, a qual deveria estar anexada ao ofício que os convocara, pois seria elemento essencial ao estudo da nova reestruturação. A

³³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1967.

³⁴ O estudo de Alcy Meira (2007, p. 14) ressalta que o núcleo Pioneiro iniciou em 1963 com a procura de um terreno destinado à construção de um Campus Universitário que atendesse este objetivo. Elaborou-se um edital e posteriormente foi publicado nos jornais locais, solicitando propostas. Havendo inúmeras que não satisfizeram os requisitos exigidos. Desta forma, o reitor acatou a proposta de ir ao Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte – IPEAN, consultando-os sobre a possibilidade de cessão de uma área na confluência do Igarapé Tucunduba com o Rio Guamá. A negociação, conduzida com habilidade, resultou na doação da área pretendida, com aproximadamente duzentos hectares. Por Decreto assinado pelo Presidente Castelo Branco, publicado no Diário Oficial da União, o Ministério da Agricultura cedeu a referida área ao Ministério da Educação, para que ali fosse implantado o Campus da Universidade Federal do Pará.

³⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1967.

proposta apresentada por Silveira Netto, embora tenha sido uma imposição, foi aprovada pela maioria presente, obtendo somente os votos contrários dos conselheiros Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau e Lourenço Paiva.

Mesmo com as censuras o reitor saiu vitorioso, pautado na determinação do prazo que deveria ser respeitado, assim ganhou o apoio da maioria para a aprovação de seu projeto de reforma universitária. Mas os conselheiros justificaram os votos favoráveis ao novo projeto afirmando

Não desejamos, entretanto, deixar de trazer a nossa contribuição, para que não sejamos acusados de pecar pelo silêncio ou pela omissão, em um comodismo injustificável. Seria muito mais tranquilo, bem compreendemos bater palmas e aprovar pura e simplesmente o que nos foi apresentado, mas que isso não se coaduna com o nosso temperamento e a nossa formação.³⁶

É importante esclarecer que as análises das atas das sessões extraordinárias da UFPA, do ano de 1967, demonstraram que há indícios de que a reformulação desta instituição encontrava-se em elaboração, derrubando a afirmação do reitor Silveira Netto sobre sua conclusão. Pelo contrário, demonstra que havia a possibilidade de modificações. Precisava também da aprovação do MEC, além do que parte do Conselheiro Universitário discordou do projeto apresentado, pois acreditava em uma possível rejeição do Conselho Federal de Educação, fator que seria “bem-vindo” para aqueles que não concordavam com o “novo plano de reforma universitária”, pois impediria que Silveira Netto colocasse a sua imposição. A postura autoritária condiz com a autonomia que possuía na coordenação do projeto arquitetônico da cidade universitária da UFPA, sendo assim queria ter o total controle das elaborações de qualquer assunto que estivesse relacionado com o funcionamento da universidade.

Cabe salientar que o governo militar de Costa e Silva ainda estava consolidando a sua proposta de reforma universitária para apresentar às instituições de ensino superior brasileiras. Para isso montaram comissões especiais que entendessem melhor a conjuntura administrativa, estrutural e de pesquisa e ensino das Universidades brasileiras. Os estudos de Roldão Ribeiro Barbosa e Antônio de Pádua Carvalho Lopes³⁷ mostram que a reforma universitária de 1968 não surgiu durante o regime militar no Brasil, mas fruto de um processo histórico de reivindicações do movimento estudantil nacional que iniciou com a fundação da

³⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1967.

³⁷ BARBOSA, Roldão Ribeiro; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Uma Historiografia da Reforma Universitária de 1968**. 2009. Artigo produzido como exigência parcial de avaliação na disciplina História da Educação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009. Disponível em: www.histedbr.fe.unicampe.br. Acesso em: 12 dez. 2017.

UNE (1938); das análises do projeto Clemente Mariane (1947); pela criação da Lei de Diretrizes de Bases (LDB – 4.204/61); das lutas reivindicatórias estudantis pró-reforma, no início dos anos 60, em defesa da democracia brasileira contra o golpe de 1964; das ocupações das universidades, tendo como desfecho a sanção da Lei 5.540, em novembro de 1968.

Para conhecer as necessidades das Universidades e colocar as determinações que os reitores preferiam seguir, o governo militar de Costa e Silva realizava reuniões entre o ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra e os reitores de todo o país. As reuniões eram realizadas no Palácio da Cultura, na cidade do Rio de Janeiro, com o propósito de “debaterem os problemas universitários que afligem o país”³⁸, assim como, para “apresentarem as devidas propostas de soluções para resolver as prioridades e os meios que iriam desencadear uma resolução”³⁹, além de avaliarem “as opiniões expedidas recentemente por professores acerca do funcionamento das universidades”⁴⁰. Nessa perspectiva, pode-se dizer que havia um diálogo entre os membros responsáveis “pelo desenvolvimento da educação superior no país”⁴¹; ademais essa “boa vontade”, negava-se estabelecer um diálogo com o movimento estudantil nacional, que também tinha muito a debater sobre o referido assunto.

Em uma dessas reuniões Silveira Netto esteve presente e falou de uma reforma universitária que viesse a atender a reformulação dos métodos e técnicas. Em sua opinião, essa seria a maneira ideal para o ensino superior aplicar adequadamente os recursos financeiros. O investimento seria mais aproveitado se fosse destinado às áreas tecnológicas. Assim haveria “melhor aproveitamento e formação de técnicos de nível médio, ao lado da formação ginásial estaria à formação profissional, beneficiando tanto o governo quanto o próprio jovem”⁴².

Conforme destacado anteriormente, as medidas tomadas pelas autoridades públicas para elaboração de uma reforma universitária são reflexos de um período anterior à gestão dos militares, iniciada com o golpe de estado em 1964. No caso, o modelo de ensino superior desenvolvido no Brasil não condizia com os anseios do governo, dos professores e dos estudantes. As mudanças propostas aconteceram dentro de um processo complexo, com rupturas, novas referências e continuidades presentes nesta transição, inserido em um ambiente de tensões. Haja vista que tanto o governo como os estudantes desejavam e tinham a

³⁸ REITORES debatem denúncias sobre o Ensino Superior. **Folha do Norte**, Belém, 15 fev. 1968. Caderno 2, última página.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ REITORES reunidos. **A Província do Pará**, Belém, 15 fev. 1968. Caderno 1, p. 1.

⁴¹ *Ibid.*

⁴² REITORES reunidos, 1968, p. 1.

concepção de que a modernização do ensino superior era algo essencial, mas o que os diferenciava eram os seus objetivos.

Segundo Ruy Antônio Barata, aluno da Faculdade de Medicina da UFPA em 1968, os universitários paraenses objetivavam a implantação de uma universidade “que incorporasse todo o conhecimento regional e criássemos aqui uma universidade regional”⁴³, ou seja, uma instituição que interagisse com o interesse econômico da nação brasileira, desvinculada das nações imperialistas e que fosse gratuita. Por esse motivo os estudantes universitários combatiam o ensino pago, assim como, questionavam a função social da instituição, colocando-se contra a elitização, a qual estava “voltada para as realizações pessoais e a conquista de um diploma”⁴⁴. Neste sentido havia uma compreensão por parte dos estudantes que a universidade estava pautada em uma “estrutura arcaica, que trazia a lama fétida de suas raízes feudais.”⁴⁵ Contrapondo a esta compreensão, os jovens estudantes que compartilhavam desses ideais almejavam que a Universidade proporcionasse a formação de profissionais que buscassem o desenvolvimento de pesquisa e ensino em benefício da coletividade, em detrimento de um favorecimento individual. Para eles, a proposta governamental de reformulação do ensino superior era uma continuação da velha estrutura das universidades brasileiras. Embora contemplasse reivindicações do movimento estudantil nacional e apresentasse algumas nuances, a reformulação era vista com descrédito. Chamavam-na de “pseudo-reforma”, moldada na Filosofia do “MEC-USAID”, negando assim “às perspectivas do povo”, cheias de defeitos advindos de uma reforma pensada de “cima para baixo, de fora para dentro, um descalabro administrativo, uma irresponsabilidade oficializada, uma patifaria funesta”⁴⁶. Neste sentido, existia a concepção de que a Universidade deveria passar por um projeto de reformulação, contemplando uma proposta que viesse atender aos interesses de desenvolvimento tecnológico e social específico de cada região e do Brasil.

É importante salientar que os estudos históricos sobre o movimento estudantil nacional mostram que a década de sessenta foi um período importante para a compreensão de parte das reivindicações sociais presentes no contexto político e social de 1968. A gênese desse movimento não está inserida no período militar, e sim no ano de 1962, quando os estudantes estavam presentes nas reformas populistas do governo de João Goulart (1962-

⁴³ BARATA, Ruy Antônio. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 22 mai. 2017.

⁴⁴ NOSSA Opinião. **O Papagaio**, Belém, n. 19, p. 1, 2 ago. 1968.

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ NOSSA Opinião, 1968, p. 1.

1964), interrompido com a instalação do golpe, fato que motivou os estudantes à vanguarda da luta em prol da democracia e de uma reforma universitária.⁴⁷

Também é relevante apontar que os militares tiveram seu representante à frente da Universidade Federal do Pará. O reitor Silveira Netto, o qual foi um intelectual que coordenou as diretrizes da reforma universitária da UFPA, representava os interesses dos governos militares de Castelo Branco e Costa e Silva para ensino superior no Pará, uma vez que permaneceu no cargo de dirigente da Universidade após a instalação do golpe civil-militar.⁴⁸ Cabe lembrar que em outras instituições de ensino superior, após a instalação do Estado autoritário, alguns dirigentes – reitores, diretores, professores e alunos – foram afastados de seus cargos e funções por discordarem das propostas política ou por serem considerados subversivos. Permaneceram nos cargos somente aqueles que manifestaram total apoio ao governo militar.⁴⁹

As análises sobre a reforma universitária da UFPA perpassa este estudo, por isso são elencadas as polêmicas envolvendo a elaboração do plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará, a partir dos meses finais de 1967. Inicialmente, observa-se uma completa ausência dos estudantes dentro do Conselho Universitário da UFPA, no sentido de ter um representante estudantil que defendesse os interesses da classe. Contudo, as decisões tomadas dentro da instituição de ensino foram expostas a toda a sociedade através da imprensa que disponibilizou as informações aos interessados no assunto.

A partir da leitura das atas do Conselho Universitário da UFPA, foi possível compreender as discussões sobre as diretrizes que a reforma universitária deveria seguir. Além disso, foram esclarecidas as divergências entre Silveira Netto e parte dos conselheiros, no sentido da reformulação da Universidade. O aspecto de imposição e de apropriação de ideais ocasionou tensões e disputas políticas, onde o reitor utilizou-se de estratégias forçadas e apoiadas em suas relações políticas e sociais. As imposições refletem para além do conselho,

⁴⁷ Veja os estudos de Martins Filho (1998); Valle (1999); Dirceu e Palmares (1998).

⁴⁸ Neste estudo a expressão “golpe civil-militar” é pautada na interpretação de Marcos Napolitano (2015, p. 9-10) que afirma ter havido um golpe de Estado em 1964 e que este foi resultado de uma ampla coalização civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. O golpe foi resultado de uma profunda divisão da sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos do país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O autor mostra com clareza como a sociedade brasileira estava dividida em seus projetos políticos e sociais, assim como, esta queria manter os privilégios de parte da sociedade em detrimento aos demais cidadãos brasileiros, por este motivo, projetos de reforma sociais, os quais questionavam as estruturas organizacionais de educação, de reforma agrária e de valores e credos sociais não eram aceitos a quem estava à frente das formas de poder, seja esta econômica, política, social e religiosa, embora existissem mobilizações coletivas dos sujeitos históricos que valorizavam os aspectos sociais em detrimento da “velha arte de governar o país”.

⁴⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

trazendo para o embate novos sujeitos que requerem seu lugar de atuação e de elaboração das pautas voltadas para o desenvolvimento do ensino superior no Pará.

2.2 Organizar-se: é necessário para a militância e resistência política

As análises presentes nesta parte do texto têm por escopo demonstrar como se encontrava a estrutura da organização do movimento estudantil universitário paraense em 1968. Para alcançar este objetivo foi necessário entender a conjuntura da atuação política dos estudantes anterior ao golpe civil-militar de 1964. Neste sentido, também é preciso compreender o que representou o golpe para a geração dos estudantes da década de 1960, assim, o estudo de Roberto Cortez auxilia para este conhecimento, afirmando que

poderia ser o ano que não terminava nunca. Talvez nunca tenha acabado. Dividiu toda uma geração de jovens idealista em dois momentos: antes e depois dele. O problema maior foi durante 1964, em que se estendeu por mais tempo e, para muitos, ainda permanece como um pesadelo. E se confunde com o tempo: antes durante e depois, com ênfase nos chamados “idos de março de 64”. O passado, o presente e o futuro, essa nossa cultural concepção linear do tempo, que não é uma verdade universal e absoluta.⁵⁰

O autor relata, após 40 anos de 1964, que os estudantes universitários inseridos nos movimentos sociais se sentiram abalados com o golpe militar, ao ponto de ser considerado um marco na vida dos jovens, pois dividiu a temporalidade no antes e depois, deixando marcas tão profundas que nem o tempo foi capaz de apagar, permanecendo na memória como um pesadelo, onde o presente, o passado e o futuro se confundem. Para a geração de jovens estudantes de 1968 que iniciou seus estudos em plena ditadura militar, vendo os seus direitos adquiridos ao longo de várias gerações aniquilados durante o processo de formação acadêmica. Deste modo as compreensões sobre a reforma universitária e o papel da Universidade em sua representação social emergiam com heterogeneidade, sendo que, nesta perspectiva, os debates estavam presentes em seminários realizados por estudantes, assim como, ela também faziam parte da proposta do governo para uma reforma no ensino superior no Brasil, pautada em acordos internacionais com instituições estrangeiras privadas, os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development (MEC-Usaid).⁵¹

⁵⁰ CORTEZ, Roberto. 1964: quem conta um conto aumenta um ponto. *In*: NUNES, André Costa *et al.* **1964 – Relatos subversivos**: os estudantes e o golpe militar no Pará. – Belém: Ed. Dos Autores, 2004. p. 45.

⁵¹ Segundo Arthur José Poerner (2004) os acordos MEC-Usaid inseriam-se em uma longa “tradição de colaboração técnica” entre o Brasil e os Estados Unidos da América que remonta o pós-1945. Até 1956, no entanto, os convênios assinados se restringiram ao fornecimento de assessoria e equipamento no setor do ensino técnico. No governo Juscelino Kubitschek, a influência americana ampliou-se a projeto de ensino elementar. Na década de sessenta, após a vitória da revolução cubana, o departamento de estado dos Estados

No ano de 1968 os estudantes, dentro de um contexto nacional, estavam voltados para a questão da reformulação das universidades, sendo contrários aos Acordos MEC-Usaid. Estes, que foram silenciados com os primeiros protestos de ruas, iniciaram durante a administração do governo militar do presidente Castelo Branco e foram retomados com a reformulação do ensino superior proposta pelo presidente Costa e Silva. Segundo o universitário da Faculdade de Medicina, em 68, Fernando Fiúza Mello, em entrevista ao jornal *A Província do Pará*⁵², os Acordos MEC-Usaid seriam

O conjunto de 26 acordos firmados com instituições estrangeiras, dos quais apenas um se refere diretamente ao ensino, que representa uma divisão de responsabilidades em relação ao ensino, que ficaram repartidas em três camadas: Estudantes (através do pagamento de anuidades), Governo e empresas. Isso vai ser feito, o estudo vem sendo realizado, apesar de se anunciar que o acordo MEC-USAID não “pegou”. Sua principal consequência será o tecnicismo operacional: os profissionais receberão orientação apenas para os interesses das empresas particulares. Desaparecerá a pesquisa na técnica: a criação científica será eternamente sujeita a padrões pré-fabricados no estrangeiro e assim divorciados de nossa realidade. Outra consequência importante é a centralização do poder na Reitoria: o Reitor e mais dois representantes eleitos direta ou indiretamente por ele “regerão os destinos de cada Universidade”.⁵³

É importante elencar que no início da década de 1960, antes do golpe civil-militar, havia uma forte atuação do movimento universitário paraense em prol de uma Universidade que viesse atender às necessidades do desenvolvimento econômico-educacional do Estado, uma universidade moderna, pautada em uma reforma de base onde houvesse a “extinção de cátedra, melhores condições curriculares e didáticas, democratização do ensino, abrindo as portas das universidades para todas as classes sociais, e sobre maior participação docente e discente nos diferentes níveis de decisão”.⁵⁴

Unidos da América (EUA) renovou o interesse em implementar acordos mais abrangentes. Entretanto a crise do governo João Goulart fez com que, mesmo assinados, esses convênios permanecessem em letra morta. Com o golpe civil-militar de 1964 a situação alterou-se significativamente e logo se retomaram os entendimentos com a Usaid. A série de acordos assinados entre 1964 e 1966 passou a ser conhecido como “Acordos MEC-Usaid”. POERNER, Arthur J. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004, p. 222. Edição, ilustrada rev. ampl. e atual.

⁵² ESTUDANTE volta de congresso da UNE e Filosofia compõe lista com voto de aluno. **A Província do Pará**, 23 jul. 1968. Caderno 1, p. 8.

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ Maria Stela Santos Graciani (1984, p. 18) afirma que o debate sobre a reformulação do ensino superior é algo decorrente em países da América Latina desde o início do século XX. Em Montevidéu, no ano de 1908, foi realizado o “Primeiro Congresso Latino-Americano”, onde um dos objetivos era a substituição de aulas-conferências por seminários, abolição dos exames, preparação de professores; na Argentina em 1910, ocorreu o “Segundo Congresso Latino-Americano” que novamente esteve em pauta a luta pela Reforma; 1912, em Lima/Peru realizou-se o “Terceiro Congresso Latino-Americano”, com o intuito de Renovação do Ensino; entre 1918/1922, eclodiu na Argentina o “Movimento de Córdoba”, onde os estudantes manifestavam-se em favor da Reforma Universitária e a sua adequação à realidade. GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

Enquanto os governos militares de Castelo Branco e Costa e Silva elaboraram seu aparato jurídico com os Atos Institucionais 1-5, as respectivas gerações de estudantes lutaram para defender suas instituições políticas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), dentro do âmbito nacional e, em Belém-PA, a União Acadêmica Paraense (UAP), instituição dos estudantes universitários e Frente de Ação Secundarista Paraense (FASPA) dos estudantes secundaristas. Em relação às instituições estudantis paraenses, estas tinham sede própria onde eram realizadas as reuniões e o debate das políticas e ações. Sendo frequentadas principalmente pela juventude de esquerda, suas influências ultrapassaram o golpe civil-militar, contudo não permaneceram sob a responsabilidade dos estudantes, pois durante o regime foi permitida a posse da propriedade aos militares. Sobre a sede, Roberto Cortez descreve a aquisição da sede da UAP

A sede da UAP, como a da UECSP, eram propriedade das entidades, com escritura registrada em cartório, numa transação antiga envolvendo a PRC-5 – Rádio Clube do Pará, em troca de um terreno na Presidente Vargas e um ou dois programas de rádios. Com o golpe de 64, tornou-se a residência oficial do Comandante da Polícia Militar do Estado do Pará. Mais tarde, não sei como teria sido vendida para facilitar a construção do Hotel Regente.⁵⁵

Sob a influência da UAP no movimento estudantil na década de 60, Ronaldo Barata afirma que

A União Acadêmica Paraense – UAP – seria a representação máxima dos universitários do Pará, onde eram realizados os debates sobre as reformas de bases no início dos anos de 1960, desta forma os universitários paraenses inseriram-se nos debates gerais do país. Os seus membros eram de diferentes comunidades, com uma diversificação de opiniões, porém os universitários conviviam de forma democrática, sua direção era disputada por diferentes correntes políticas, assim a UAP estava inserida num contexto de diferentes segmentos ideológicos.⁵⁶

Na cidade de Belém, às vésperas da instalação do golpe militar, no dia 30 de março de 1964, os estudantes da América Latina estavam presentes no I Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES)⁵⁷, realizado no

⁵⁵ CORTEZ, 2004, p. 113.

⁵⁶ BARATA, Ronaldo. Cem dias quarenta anos depois. In: NUNES, André Costa *et al.* **1964 – Relatos subversivos: os estudantes e o golpe militar no Pará.** – Belém: Ed. Dos Autores, 2004. p. 121-149.

⁵⁷ Sobre o Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, veja o trabalho de Raquel Cunha e Flávio Leonel Abreu da Silveira (2009, p. 1-25). Os autores ressaltam como foi estabelecida a violência contra os estudantes em Belém no dia 30 de março de 1964: “nas vésperas do golpe militar. “Era o dia de abertura do SLARDES – Seminário Latino Americano de Reforma do Ensino Superior. Estudantes de vários países da América Latina aportaram na cidade para participar das discussões que ocorreriam no evento. Porém, estudantes que faziam parte do que se convencionou denominar de ‘direita’, articulados pelo coronel Jarbas Passarinho, invadiram o auditório com intuito de causar ali um alvoroço e a prisão dos estudantes de ‘esquerda’. No momento, os primeiros usavam lenços brancos em seus pescoços que os distinguiriam dos outros estudantes, a fim de serem identificados pela polícia quando entrasse no auditório”. CUNHA, Raquel; SILVEIRA, Flávio Leonel A. Um olhar à cidade de Belém sob o golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. **Iuminuras**, Porto Alegre, v. 10, n. 23, 2009. DOI:

auditório da Faculdade de Odontologia do Pará, localizado no bairro de Batista Campos, com o intuito de debater uma reforma universitária para o ensino superior no Brasil. Como havia uma cruzada contra aqueles considerados comunistas, as autoridades policiais de Belém se associaram a um grupo de estudantes classificados como conservadores, filhos de fazendeiros da região do Marajó, conseguindo desarticular o evento após ser invadido.

Este episódio revela a organização do movimento estudantil universitário paraense em Belém vinculado à UAP, a qual promoveu seminários sobre as reformas reais e urgentes de que o país precisava como a reforma universitária. Assim, a UAP desempenhou papel relevante aos universitários, bem como, outras instituições políticas estavam inseridas nesse contexto, entre elas a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sobre as pautas debatidas nos simpósios estudantis a historiadora Edilza Fontes afirma que

Eram eles que participavam das grandes questões nacionais, como a reforma agrária e a questão do petróleo. Vivia-se sob o impacto e a influência da revolução Cubana. Os estudantes viam-se como revolucionários, como vanguardas da mudança. Discussões como a questão angolana, a questão de Cuba, os problemas das madeiras na Amazônia, a construção de Belém-Brasília, que levava recursos da Universidade e a linha política da UAP estava vinculada com questões nacionais.⁵⁸

O movimento estudantil nacional tinha grande interesse em compreender as iniciativas do regime militar para o ensino superior. Os estudantes tinham a reforma universitária como bandeira de reivindicação. Neste sentido, após o MEC apresenta as diretrizes de reformulação do ensino superior brasileiro, faz com que as organizações estudantis retornem ao debate dessa pauta. A proposta divulgada pelo regime vigente foi contestada pelos estudantes, pois desconsiderava em parte as questões da educação brasileira além de está nos acordos MEC-Usaid (*United States Agency for International Development*)⁵⁹. Segundo o estudo de Artur José Poerner⁶⁰, os acordos MEC-Usaid inseriam-se em uma longa “tradição de colaboração técnica” entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que remonta ao pós 1945. Até 1956 os convênios assinados eram restritos ao fornecimento de assessoria e equipamento no setor do ensino técnico. No governo Kubitschek a influência americana ampliou-se ao projeto de ensino elementar. Na década de sessenta, após a vitória da Revolução Cubana, o Departamento de Estado do EUA mostrou o interesse de executar acordos mais abrangentes. No governo Goulart os convênios assinados deixaram de ser

<https://doi.org/10.22456/1984-1191.10076>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/>. Acesso em: 2 mai. 2018.

⁵⁸ FONTES, 2007, p. 31.

⁵⁹ POERNER, 2004, p. 222.

⁶⁰ *Ibid.*

colocados em prática. Com o golpe civil-militar de 1964, a situação alterou-se significativamente e foram retomados os acordos com a Usaid. Uma série deles foi autenticada entre 1964 e 1966 passou a ser conhecido como “Acordos MEC-Usaid”.

No ano de 1968, a Universidade Federal do Pará era a única Instituição de Ensino Superior do Estado que, quando ocorreu o golpe civil-militar em 1964, tinha apenas 7 anos de criação, ela ainda passava por um processo de construção e constituição que se prolongou por anos. Portanto, faz-se necessário um conhecimento da realidade da universidade durante esse período, que vai do início de sua reformulação e organização, de como isso funcionou e se desenvolveu. Neste contexto, as críticas e propostas de reforma são constantes, apresentadas pelos diferentes grupos sociais existentes no período estudado. Tais propostas correspondiam às concepções e às aspirações que cada grupo tinha em relação ao sistema de ensino universitário. Para compreender as divergências sociais no âmbito da instituição administrativa superior, é necessário analisar a Universidade como parte de uma totalidade de um processo social amplo, ou seja, compondo uma problemática mais geral do país.

A UFPA era composta por Faculdades e Escolas que se encontravam no centro da cidade de Belém. A capital foi palco dos eventos estudantis. A Universidade dialogava intensamente com a cidade, desta forma, as relações políticas e sociais da instituição ultrapassavam seus muros. As Faculdades ficavam expostas “como vitrines”, que podiam tanto observar o que estava sendo realizado no seu entorno como ser observadas. Logo, os universitários se apropriaram dessa visibilidade para chamar atenção de outros setores da sociedade para as suas reivindicações. Neste período, as Faculdades estavam descentralizadas e se situavam em diversos lugares da cidade, o núcleo universitário da UFPA ainda estava em fase de conclusão no bairro do Guamá. As Faculdades de Direito e Engenharia localizavam-se no centro, sendo a primeira no Largo da Trindade, e a segunda na Avenida Manuel Barata. As Faculdades de Medicina, Filosofia e Serviço Social, encontravam-se na Avenida Generalíssimo Deodoro; a de Matemática, na Avenida Magalhães Barata; a Faculdade de Arquitetura, na Avenida Almirante Barroso; a Faculdade de Odontologia, na Travessa Padre Eutíquio, em frente à Praça Batista Campos; a Escola Superior de Química, na Praça da República.

O movimento estudantil universitário paraense estava articulado com as questões nacionais, mas apresentava as suas peculiaridades. Este teve um crescimento significativo nas campanhas em prol de reformas no governo de João Goulart. Segundo Martins Filho, os estudantes intensificaram a sua atuação política a partir de 1962 até o primeiro trimestre de 1964, em uma “conjuntura marcada pela inserção do movimento estudantil universitário nas

campanhas reformistas do final do período populista.”⁶¹ Esse fator foi recorrente também aqui no Pará, uma vez que os estudantes se engajaram nas campanhas de reformas de bases.

No ano de 1968 o movimento estudantil universitário paraense tinha uma forte atuação política, porém um pequeno percentual de alunos estava engajado nessas atividades. Havia também os chamados “independentes” que se recusavam em participar de atos reivindicatórios por não concordarem com a forma de fazer as reivindicações e a maior parte dos discentes estava ausente da organização estudantil. Sobre as organizações de movimentos sociais, Maria Glória Gohn postula que

Deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo [...], participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes.⁶²

Entre as redes de articulações que estabeleciam práticas e dialogavam sobre as questões políticas com o movimento estudantil universitário paraense estava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), conhecido como o Partidão e a Ação Popular (AP). Eles buscavam influenciar e conduzir o movimento conforme suas ideologias político-sociais. No entanto, os partidos não possuíam território definido dentro das Faculdades.

Deste modo, as definições partidárias se consolidavam através de seus participantes, por exemplo, nas Faculdades de Medicina, de Filosofia, de Economia, de Engenharia, onde essas duas correntes eram fortes. É importante ressaltar a atuação de alunos que se destacaram na liderança do movimento estudantil universitário paraense, como Fernando Fiúza, Layse Duarte Sales e Rui Antônio Barata. Os dois primeiros sendo fortes dirigentes da Ação Popular, e o último com grande influência no Partido Comunista Brasileiro, mas todos presentes no mesmo espaço e entre os alunos. Existia certo respeito, estes compartilhavam a ideia de mudança governamental, almejavam um estado verdadeiramente democrático, procuravam meios que proporcionassem a derrubada da ditadura instaurada no Brasil a partir de 1964 que resultou em perdas democráticas e dos direitos humanos.

O movimento estudantil universitário paraense e os partidos de esquerda comungavam o objetivo, ou seja, combater o governo militar, uma vez que as atuações política dos estudantes a frente das propostas de reformas de bases foram excluídas após o golpe militar. Porém o movimento estudantil deu continuidade na política reformista através

⁶¹ MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz 30 anos**. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 11-26.

⁶² GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 80-85.

de protestos. Este fato condiz com um sentimento comum entre estudantes e partidários em se oporem ao governo.

Um dos motivos para a juventude ter afinidade com os partidos de esquerda foi o fato de que os representantes do MDB e ARENA se propuseram ao diálogo com os governos militares, enquanto os de esquerda entraram na ilegalidade, porém, fortaleceram-se na década anterior e buscaram uma aproximação com a juventude, inserindo-se nos núcleos estudantis. Sobre este revigoramento, o estudo de Margarida Luiza de Matos Vieira ressaltou que

Nos anos 50, os partidos e movimentos de esquerda ou centro-esquerda começam a se fortalecer em quase em todos os estados brasileiros, temos como exemplos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), contudo a hegemonia da detenção do Poder Político do país ainda se concentrava no Partido Social Democrático (PSD) e na União Democrática Nacional, nos aspectos sociais a tradicional família católica marcava a sociedade.⁶³

Com a instalação do golpe civil-militar esses partidos, que até então existiam, foram extintos dentro de um caráter oficial. Em substituição, o Brasil passou a ter um regime político voltado para o bipartidarismo: de um lado a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido ligado ao governo, integrado por políticos dos extintos Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN); e do outro a "oposição", que ficou a cargo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), cuja composição partidária era do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Um aspecto importante deve ser mencionado sobre a instauração do regime militar. Desde o início um clima de medo e insegurança se estabeleceu por causa da repressão imposta à sociedade, além de uma correlação desfavorável na universidade. Esses fatores contribuíram para que houvesse um refluxo de alguns estudantes que ficaram traumatizados, com certa demora de superação. Mas a existência de um segmento crítico implicou a continuidade de algumas pautas reivindicatórias em termos de lutas, bandeiras e atores. Havia uma herança traumática de outras gerações que sofreram perseguições e violação de seus direitos democráticos no pós 1964 que possibilitou a geração de 1968. Um sentimento de revolta, o qual estimulou a unificação de diferentes indivíduos, não necessariamente pertencentes ao mesmo grupo, porém unidos por pertencerem ao campo da oposição, da resistência aos governos militares, o que fez com que buscassem uma ação coletiva em detrimento do inimigo comum.

⁶³ VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: MARTINS FILHO, Joao Roberto (org.). **1968, faz 30 anos**. – Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p 78.

Neste sentido, muitos estudantes presentes no movimento estudantil universitário paraense em 68, já adentraram na instituição com um determinado posicionamento político contrário aos militares. Vários chegavam à Universidade com experiência partidária de esquerda ou pelo menos conheciam as ideologias sociais pregadas pelos partidos, os quais acreditavam que os projetos sociais apresentados por essas entidades políticas ilegais eram a melhor opção proposta à nação brasileira. Por isso, muitos estudantes, ao ingressarem na Universidade Federal do Pará, já possuíam trajetórias políticas de esquerda consolidadas, iniciadas ainda na escola secundarista ou em outros ambientes sociais que frequentavam. O Partido Comunista Brasileiro obtinha uma forte presença entre a juventude através dos grêmios estudantis. Isso possibilitou uma militância partidária comunista entre o movimento estudantil universitário paraense após o golpe militar, contribuindo para a luta reivindicatória deste movimento.

Sobre os primeiros contatos partidários da juventude no ensino secundário fala Armando dos Santos Alves Filho⁶⁴, calouro da Faculdade de História no ano de 1968, que afirma em depoimento ter iniciado sua vida política ainda no movimento estudantil secundarista, como membro da União Estudantil Secundarista do Pará (UESP). Durante o período que estudou no Colégio Herbart, instituição particular, localizada na Avenida São Jerônimo, atual Avenida Governador José Malcher, foi presidente do grêmio Murilo Braga até o golpe militar, quando os grêmios foram transformados em centros cívicos. Neste período não possuía a definição partidária, apenas estava inserido nas questões políticas reivindicatórias da UESP. Ao adentrar na universidade, foi membro do Partido Comunista Brasileiro, permanecendo até 1970. Ele elenca que o movimento secundarista era bastante intenso em Belém, as reivindicações estavam inseridas nas pautas da classe trabalhadora, as questões dos professores que lutavam por melhorias para as escolas públicas. Lembra-se das relações políticas estabelecidas entre o movimento estudantil nacional e o presidente João Goulart, quando os estudantes participavam de sua política governamental. O próprio Armando participou de um encontro com este presidente em Brasília, cuja pauta era discutir estratégias educacionais. O evento coordenado pela UNE, no período de quatro dias (em 1963), contou com a presença de poucos estudantes.

A memória de Armando dos Santos Alves Filho é importante para este estudo, pois revela a existência do movimento secundarista paraense, as pautas de protestos, muitas delas

⁶⁴ ALVES FILHO, Armando dos Santos. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 26 mai. 2018.

semelhantes aos universitários, principalmente relacionadas às questões salariais dos docentes, à qualidade do ensino das escolas públicas (as quais estavam carentes de reformas e construções para novas instituições de ensino) e às lutas dos trabalhadores. Ao resgatar suas lembranças sobre a atuação dos estudantes secundaristas na Universidade Federal do Pará, quando encontram o movimento estudantil universitário protestando pela reforma universitária, por melhores condições de ensino e salários mais justos para os professores, Armando revela, através de suas memórias, a decadência do ensino básico e superior no Pará, onde era necessário lutar continuamente.

Por sua vez, o depoimento da professora Zélia Amador⁶⁵ mostra que no Instituto de Educação do Pará (IEP) os alunos formaram uma organização política voltada para as questões sociais, denominada Frente de Ação Secundarista Paraense (FASPA). Ela afirma que entre as pautas dos debates estavam a legitimidade do governo militar e os caminhos que a educação brasileira seguia, e que esses fatores ajudavam os alunos do Instituto, membros da FASPA, a participar da Ação Popular quando ingressavam na Universidade. Portanto, a FASPA foi uma espécie de base para alguns estudantes secundaristas do IEP que, posteriormente, tornaram-se membros da AP.

Essa questão é comprovada com a memória de Edna Castro que relata como começou a participar da Ação Popular. Conta que ocorreu somente quando ela já possuía informações e conhecimentos suficientes para perceber as várias forças políticas presentes no movimento universitário paraense. A expectativa do partido era de recrutar os estudantes que apresentassem maior influência e grande atividade na luta dos direitos estudantis.⁶⁶

No ano de 1968, tanto a AP como o PCB detinham grande parte das lideranças nas unidades da UFPA. Estes estavam presentes e à frente dos principais atos políticos realizados pelos estudantes universitários. Fundada em 1962, a Ação Popular começou como uma corrente de esquerda que se tornou influente no movimento estudantil. Surgiu a partir de uma dissidência da Igreja Católica, mais precisamente da Juventude Católica (JUC), constituída a partir de sua ala progressista, emergindo durante o pontificado de João XXIII, o Papa Camponês. A aproximação da JUC com as ideias marxistas influenciaram seus membros a

⁶⁵ DEUS, Zélia Amador de. UNIVERSIDADE Multicampi – 25 anos de ensino superior regionalizado no Pará. [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2012. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 23 mar. 2016.

⁶⁶ CASTRO, Edna Maria Ramos. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 3 mar. 2016.

fundarem a AP⁶⁷. Segundo o padre Henrique de Lima Vaz, seus membros defendiam a tese de um “socialismo como humanismo cristão enquanto criticava a alienação capitalista e o movimento real de superação”, ou seja, um “socialismo humanismo”, pautado nos pensadores católicos “Theillard de Chardin, o padre Lebret e Jacques Maritain”.⁶⁸

Nesta perspectiva o depoimento de Edna Maria Ramos de Castro, aluna do curso de Ciências Sociais da UFPA, de 1968, revela a participação de membros da igreja no processo de formação da juventude paraense. Ela afirma que padres estiveram à frente, como os padres Diomar, o qual também foi seu professor de Filosofia no ensino secundarista, no Colégio Paes de Carvalho. Suas aulas eram pautadas teoricamente no marxismo, ela afirma que o cunho político do religioso seria “mais radical do que a Teologia da Libertação”. Por pautar as aulas na teoria marxista, o mesmo organizava grupos de estudos com a juventude. Portanto, o Padre Diomar diferenciava-se da sua posição, assim como nos propõem compreender sua formação pautada nas visões progressista e politizada, o qual buscou transmitir aos seus educandos.

Também queria dizer que tinha alguns padres na igreja, né. Que foram fundamentais na formação desta moçada e eu diria, por exemplo, o padre Diomar, ele foi meu professor no Paes de Carvalho de Filosofia, da Filosofia era a Filosofia marxista, quer dizer, teoria marxista na verdade, e ele formava um pouco a linha, eu diria mais radical que a teologia da libertação, e ele tinha grupos de trabalho, grupos de estudo com jovens, e também o padre Aloísio Leal, enfim, vários padres foram deslocados nesse período pela igreja, pelo arcebispado de Belém, então não é só desfazer a rede, mas você desfazer uma série de mecanismos que faziam a rede se manter, então acho que isso é um passagem interessante. Agora, se nós fizemos um olhar diferente, perguntar quem é a AP, como é que aparece a AP, como é que se fortalece o PCdoB, você vai ver que ele cruza, tem uma intercessão com esse desmoroamento, digamos assim, desses braços da igreja, né, porque eram braços da igreja em vários setores.⁶⁹

Esses movimentos de apoio da igreja católica progressista em oposição ao regime militar demonstra uma divisão entre os pensamentos dos membros da entidade religiosa. Quando houve o golpe civil–militar em 1964, tentou-se também silenciar o movimento estudantil universitário paraense vinculado à Igreja Católica, pelo próprio arcebispo Dom Alberto Ramos, que promoveu uma reunião com a JUC e a JEC em um prédio que pertencia à arquidiocese, localizado na Avenida Governador José Malcher (hoje pertence à emissora de Televisão Católica Rede Nazaré de Comunicações). Esse local era considerado importante, pois concentrava todas as obras sociais da igreja e era frequentado por jovens engajados ao movimento estudantil em Belém. O objetivo da reunião era comunicar aos participantes

⁶⁷ RIDENTI, Marcelo. Ação Popular Cristianismo e Marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo (org.). **História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 a 60**. Campinas: Editora Unicamp, 2002. p. 213-282. v. 5.

⁶⁸ BARATA, Ronaldo, 2004, p. 121-149.

⁶⁹ CASTRO, Edna Maria Ramos, 2014.

dessas entidades que elas haviam chegado ao fim devido à impossibilidade de continuidade com uma política destoante com o governo militar. Essa atitude tomou a plenária de surpresa e os jovens estudantes ficaram atônitos, conforme o relato de Edna Castro:

Enfim, toda aquela rede que fazia parte lá, e ali onde funciona a Caritas na São Jerônimo, que era a sede regional, CNBB, ele disse que a partir dali estava tudo destituído, o salão estava cheio, né, e ele disse: “nós chegamos até aqui, mas a partir daqui é melhor nós criarmos uma situação conciliatória, então queria avisar para vocês que a partir daqui todas essas organizações são destituídas”, então isso aí foi muito importante porque as pessoas foram tomadas de choque.⁷⁰

O seu fortalecimento cresceu a partir de sua aliança com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e passou a ser influente nos meios universitários, possuindo grande número de simpatizantes. Já consolidada entre a juventude universitária, conseguiu eleger “três presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE): Aldo Arantes, Vinícius Brandt e José Serra”. A Ação Popular chega a Belém no mandato de Aldo Arantes, assim como em outras partes do país. Ronaldo Barata que participou da fundação deste partido de esquerda no Pará, a partir de uma reunião com este presidente da UNE, aponta outros universitários que também fizeram parte desse primórdio:

Jovens universitários, como Félix Emanuel de Oliveira, José Carlos Castro, Joaquim Bastos, Pedro Galvão de Lima, Roberto Cortez, Aurélio Alves do Ó, Lauro Morhy, Inocêncio Mártires Coelho, Leonildos Macedo Silva, Marlene Viana, Ruy Celso Moura, Cecília Takahashi, Angélica Maués, Heraldo Maués, Almerinda Palha Freire, Antonino Petruccelli e outros, cujos nomes se perdem nesta memória sessenta, aderiram à AP e foram importantes representantes da esquerda católica de nosso Estado.⁷¹

Alberto Ferreira Puty entrou para o curso de Engenharia Civil da UFPA no ano de 1964 e relembra a movimentação e a organização da Ação Popular nas Faculdades:

Ela tinha uma série de pessoas lá dentro da universidade, então ela trabalhava muito dentro dos diretórios. Ela fazia uma luta muito grande contra a ditadura em termos de organização e também, digamos, nos movimentos e trotes, nas manifestações, então estava sempre fazendo alguma coisa, estava sempre participando. A visão era o seguinte, estar no meio da massa, a visão era fazer o movimento de massa. Não um movimento de cúpula, um movimento de massa. Então era sempre essa visão de movimento de massa.⁷²

Alberto, ao ingressar na Universidade Federal do Pará, inseriu-se no grupo de esquerda e teve conhecimento sobre os pensamentos teóricos de cunho marxista e leninista, dentre outros e tornou-se um dos responsáveis por propagar tais ideologias a outras gerações

⁷⁰ CASTRO, Edna Maria Ramos, 2014.

⁷¹ BARATA, Ronaldo, 2004, p. 121-149.

⁷² PUTY, Alberto Ferreira. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 16 jan. 2016.

posteriores. Portanto, é evidente que o movimento estudantil paraense continuou, mesmo que discretamente, no pós-64, atuando de maneira sem despertar o interesse e a repressão do governo militar de Castelo Branco e Costa e Silva.

A coibição praticada pelos militares contribuiu para a unificação dos estudantes com os membros dos partidos de esquerda, de forma que juntaram força em defesa de um propósito comum, o retorno da democracia brasileira. O fato de parte dos universitários não se fechar para as propostas dos partidos de esquerda, facilitou a manutenção das articulações entre eles, consolidando, assim, a união das demandas político-sociais e dos problemas materiais existentes na Universidade.

Importante registrar o papel desempenhado pelas entidades estudantis – União Acadêmica Paraense (UAP) e União Nacional dos Estudantes (UNE). A UNE, em circunstâncias ilegais aos militares, foi fundamental para consolidar uma dinâmica na organização do movimento estudantil nacional. No âmbito regional, esta função coube à UAP e aos diretórios acadêmicos da UFPA, os quais usaram como tática combater a realização de assembleias e reuniões dentro de cada Faculdade, com a expectativa de reunir o máximo de alunos. O eixo central dos debates estava em torno das questões relacionadas a contestações à ditadura militar, a redemocratização do país, o arrocho salarial, a questão da reforma universitária, a violência estabelecida pelo governo contra os estudantes, e as implicações das políticas de desenvolvimento pensadas para a Amazônia. A partir dessas reuniões, elaboravam-se a pauta dos manifestos, onde seriam realizados e por quem.

A influência da UNE era bem explícita no movimento estudantil universitário paraense. Segundo depoimentos de estudantes do período, a UNE era considerada a entidade maior que representava os direitos políticos e sociais da juventude na esfera nacional, a representação local cabia à UAP. Quando se analisa os periódicos: *A Folha do Norte*, *A Província do Pará e O Liberal*, comprova-se que a UNE estava presente constantemente como representante dos direitos estudantis, e as memórias dos entrevistados da geração de 1968 confirmam este fato. Embora considerada clandestina pelo governo, essa entidade continuava à frente dos atos de resistência dos universitários. É atribuída aos seus dirigentes à responsabilidade intelectual pela elaboração das demandas de lutas do movimento, afinal, deve-se desconsiderar que o movimento estudantil não estava unificado no que diz respeito à tática de enfrentamento à ditadura.

A leitura do jornal *A Província do Pará*⁷³ reflete a posição do diretório acadêmico de Medicina, através das palavras do presidente do centro acadêmico Fernando Fiúza de Mello. Ao ser entrevistado, ele afirma que a orientação da faculdade era seguir as determinações da UNE. Cabe ressaltar que este aluno detinha vínculo com a Ação Popular que, por sua vez, pretendia formar um “exército de ideológicos de esquerda”, mas antes era necessária a conscientização dos estudantes. Em seguida, iriam à luta contra a ditadura.

De acordo com os relatos de Edna Maria Ramos de Castro, alguns estudantes resistiram em participar dos movimentos reivindicatórios por temerem punições. O medo foi combatido através de uma conscientização política das entidades de esquerda. O Diretório Acadêmico de Filosofia, sob a liderança de Layse Sales, promoveu várias mesas-redondas que proporcionaram o questionamento quanto à legitimidade política do governo e, ao mesmo tempo, encorajavam os estudantes a se inserirem no movimento. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que congregava cinco cursos no mesmo instituto – História, Geografia, Filosofia, Ciências Sociais e Letras - constituir-se-ia em importante território de mobilização, haja vista que detinha uma considerada demanda de alunos, os quais formavam uma importante base social para o movimento estudantil universitário paraense. Além dela, outras Escolas/Faculdades obtiveram o mesmo desempenho: Medicina, Direito, Economia, Engenharia, Arquitetura e Escola Superior de Química.

Em termos de convivência, os principais espaços de aglutinação eram as próprias Faculdades, onde se localizavam os diretórios acadêmicos que promoviam as realizações de assembleias. Parte dos universitários optou por participar criticamente dos debates elaborados pelos representantes dessas instituições estudantis. Através dos debates evidenciavam as divergências que o movimento estudantil nacional tinha com o governo Costa e Silva, assim como formulavam táticas e pautas das suas reivindicações.

No ano de 1968, outras correntes de esquerda, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN)⁷⁴ e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)⁷⁵, entre outros, iniciam o seu

⁷³ ESTUDANTE volta de congresso da UNE e Filosofia compõe lista com voto de aluno, 1968, p. 8.

⁷⁴ Segundo o estudo de Jean Rodrigues Sales (2007, p. 64-69), a ALN surgiu a partir de um Agrupamento Comunista criado por Carlos Marighella que continha uma ideologia política de guerrilha, considerada como o único caminho de luta contra a ditadura militar. A organização buscava se diferenciar de um partido político, neste sentido não poderia ser uma agremiação de massa. Ela se caracterizou em uma organização revolucionária clandestina, pequena, bem-estruturada, flexível e móvel. Uma organização de vanguarda para agir e praticar a ação revolucionária constante, diária e não permanecer em discursões e reuniões. As ações do movimento tinham a finalidade de angariar fundo para a implantação da almejada guerrilha rural e eram feitas de forma anônima. Sua atuação teria sido de 1968-1974. Está organização enviava membros para treinar em Cuba.

⁷⁵ Jean Rodrigues Sales (2007, p. 82- 89) elenca que o MR-8 foi um dos primeiros a deixar para trás a estrutura do velho partido comunista e aparecer como organização autônoma. A organização criticava a condução de

processo de se inserir na juventude, com o intuito de conquistar novos seguidores para sua causa política. Aos poucos começaram a consolidar suas bases na região norte. Dessa maneira, houve uma ebulição, ou seja, a formação de vários movimentos de esquerda que engrossaram a resistência política dentro do movimento estudantil universitário paraense. Nota-se que parte desses estudantes engajados no movimento não era oriunda de uma classe social abastada. Vindos do interior do Estado, eles trabalhavam para manter os estudos.

Os governos de Castelo Branco e Costa e Silva compreendiam que a maioria dos universitários engajados em movimentos era de esquerda. Sendo assim, o governo propagava a existência de uma “infiltração de comunistas e subversivos” no movimento estudantil que deveria ser eliminado através de uma legislação específica para os estudantes como, por exemplo, a Lei Suplicy, além de prisões e assassinato dos partidários de esquerda.

Para maior controle das atividades estudantis nas universidades, o regime autoritário infiltrou agentes nas instituições com o objetivo de identificar e elaborar relatórios sobre os estudantes envolvidos em ações consideradas comunistas ou subversivas. O estudo de Layse Salles ressalta que nos primeiros anos de ditadura houve infiltrações de agentes militares na UFPA, conforme pode ser observado em seu depoimento:

O que acontece nesse período foi um negociou sério, a meu juízo e que mostrava um grau, até certo ponto, de incoerência das organizações partidárias e da própria militância política daquele período. Chegavam, saídas não se sabe de onde, pessoas que nada tinham a ver com o meio e que de repente se transformava em arroz de festa. Um desses caras, se eu não me engano, em 1968 foi eleito presidente da UAP, que era o João Nilton, de Engenharia. Eu achava muito estranho uma coisa dessas, porque no período de ditadura, de repente aparece alguém para agitar o meio, um cara boa pinta, que fazia sucesso entre o público feminino etc., era um negócio meio estranho que me chamava atenção. O que era interessante é que esse camarada teve uma passagem meteórica por aqui. Eu não sabia o que ele fazia, eu desconfiava exatamente disso. E logo algum tempo depois, ainda em plena ditadura, eu vejo uma reportagem, não sei em que revista, onde esse camarada aparecia como professor da Universidade de Brasília, espera aí! Professor da UNB tendo sido militante estudantil em plena ditadura? Para mim isso aparecia como uma maior dúvida. Não foram poucos. Isso era um negócio que também, a meu juízo, aparecia como uma estratégia normal dos militares. Nas salas de aula da universidade apareciam de repente alguns que se identificava facilmente como “milicão”, os oficiais tinham livre acesso aos cursos, sem vestibular. Conheci gente que fez Engenharia, Direito e

um caminho pacífico para a revolução brasileira e a luta contra a ditadura, porém demorou a aderir às ações armadas. Seus militantes foram oriundos do movimento estudantil. Somente a partir do refluxo dos movimentos de massa, no segundo semestre de 1968, a prisão dos líderes estudantis no XXX Congresso da UNE, o fechamento do regime com a publicação do Ato Institucional nº 5 é que optaram pela luta armada. Uma de suas táticas foi estabelecer a mobilização do proletariado para as ações armadas. Sendo um grupo influenciado pelo foquismo, onde defendia a submissão da luta política à dinâmica da luta armada, seu aspecto político pautou-se na revolução cubana, pois acreditavam que esta teria sido a vanguarda histórica da revolução latino-americana. Em sua concepção, o caminho para a revolução é o da guerra revolucionária e que esta deveria apresentar formas armadas e não armadas. Este grupo de esquerda foi responsável pelo sequestro do embaixador norte-americano Elbrick, o qual foi moeda de troca por 15 presos políticos.

Economia. Era uma espécie de recompensa para a ação deles na espionagem no interior do meio estudantil.⁷⁶

É importante elencar que o movimento estudantil universitário paraense, embora dialogasse com as diretrizes partidárias e com as pautas da União Nacional dos Estudantes, deram ênfase em suas próprias reivindicações, como foi destacado por Layse Salles. Segundo Élson Monteiro⁷⁷ a Ação Popular reunia seus membros, elaborando diversos encontros de cunho político partidário, deles participavam determinado número de pessoas e apenas um desses sujeitos possuía o contato com o componente de outro grupo, desse modo o processo se repetia sucessivamente. Esse dado mostra as táticas utilizadas pelos partidos para preservar a identidade de seus componentes como forma de salvaguardar as suas orientações políticas.

Muitos desses membros estavam presentes nas unidades de ensino da UFPA, pois tinham o objetivo de propagar as suas ideologias entre o movimento estudantil universitário paraense. Isto é bastante relevante, pois quando havia assembleias estudantis, quase sempre à frente estava um partidário de esquerda. Assim, muitas determinações e pautas continham discursos políticos ao lado das reivindicações do movimento. Este fato tinha certa aceitação por defender as mesmas bandeiras de luta, como o combate à ditadura, a busca por uma verdadeira democracia e o combate às injustiças sociais. Mas também existiam universitários que contestavam a presença dos partidários, colocando-se como oposição e teciam críticas, propagando que eles estavam desvinculados dos objetivos do movimento estudantil universitário paraense e mais voltados para questões políticas do que a luta da classe.

É importante salientar que as organizações partidárias estavam presentes e muitos de seus membros estavam à frente de vários eventos estudantis, como nos diz Edna Castro sobre as redes de conexões entre os estudantes:

O Roberto Cortez, na rede universitária, o Heraldo Maués - o Heraldo Maués deve lembrar bem desse fato – o Valente, a Maria Elvira, o Fiuza de Mello, enfim, e lá nesse momento ele destituiu, quer dizer as organizações existentes que faziam parte, digamos assim, das redes que se encontravam, porque se tinha politizado, tinha a ver com o processo de politização da JEC que virou movimento estudantil, que se inseriu no movimento estudantil, a JUC se inseriu em todos os processos que ocorriam na UNE e eram lugares de contestação da sociedade.⁷⁸

O movimento estudantil universitário paraense era composto por membros de organizações partidárias, os quais participavam de atos públicos estudantis, como a realização

⁷⁶ CARNEIRO, José. **Memórias políticas contra a ditadura militar no Pará**. Belém: NAEA/UFPA, 2017, p. 127-128.

⁷⁷ MONTEIRO, Élson Luiz Rocha. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 13 mar. 2016.

⁷⁸ CASTRO, Edna Maria Ramos, 2014.

de passeatas, panfletagens, comícios relâmpagos e pichações. Portanto, muitas atividades executadas estavam vinculadas à demanda política partidária, devido haver estudantes inseridos ao mesmo tempo nesses dois grupos opostos ao regime autoritário que compartilhavam e divergiam interesses políticos. Uniam-se para compor um movimento reivindicatório que viesse conscientizar a sociedade sobre as políticas e derrubar o autoritarismo dos militares, assim alguns membros partidários se encontravam à frente do movimento⁷⁹. Este fator é contundente, pois nos protestos estudantis apresentavam demandas de cunho político-partidário propostas por partido de esquerda, assim como apresentava suas reivindicações específicas.

Para acontecer atos públicos era elaborado um plano, o qual continha as determinações a serem seguidas para proporcionar maior segurança e aniquilar qualquer possibilidade de ser descoberto por agentes militares, deste modo, havia um estudo antecipado dos locais escolhidos. Os agentes organizadores munidos de informações elaboravam os protestos sem chamar a atenção dos militares, conforme relatou Élon Monteiro sobre alguns episódios de pichações em Belém:

Mas quando eram pichações, por exemplo, de organizações como da AP, que eu participei de algumas, havia inclusive, na véspera, um levantamento de locais, se circulava pelo local, via se tinha algum tipo de vigilância, seja vigias de empresas, que normalmente eram visados muros de empresas, esse tipo de coisa. Na época havia a fábrica Perseverança, ali na 28, havia fábricas pelo telégrafo, essas coisas. A Cata, Companhia de Amazônia Têxtil de Aniam, na Estrada Nova, onde foram presas duas militantes da AP em uma panfletagem.⁸⁰

Élon Monteiro⁸¹, Zélia Amador⁸², Humberto Cunha⁸³, Edna Castro⁸⁴, Ruy Barata⁸⁵, Alberto Puty⁸⁶, Armando Alves Filho⁸⁷ dizem muito sobre a atuação dos partidos de esquerda presentes no movimento estudantil universitário paraense. Além do critério do reconhecimento local, as informações permitem compreender a intencionalidade de realização dos atos nesses lugares. Os protestos visavam construir uma conscientização e um recrutamento dos operários belenenses, haja vista que a sociedade em geral deveria ser conquistada pelo movimento contrário às determinações do governo militar de Costa e Silva.

⁷⁹ MONTEIRO, Elson Luiz Rocha, 2014.

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ *Ibid.*

⁸² DEUS, Zélia Amador, 2012.

⁸³ CUNHA, Humberto Rocha. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 20 mar. 2016.

⁸⁴ CASTRO, Edna Maria Ramos, *op. cit.*

⁸⁵ BARATA, Ruy Antônio, 2014.

⁸⁶ PUTY, Alberto Ferreira, 2014.

⁸⁷ ALVES FILHO, Armando dos Santos, 2014.

Além das fábricas, outros locais de aglomerações de pessoas eram palcos das manifestações dos estudantes partidários, como as feiras, o centro comercial e as proximidades da estação rodoviária no bairro de São Braz. Esses locais eram frequentemente escolhidos por serem pontos de grande circulação de pessoas ausentes das questões relacionadas à política. Contudo, os estudantes universitários acreditavam que o apoio dessa parte da sociedade era importante para o movimento estudantil universitário paraense, embora esses sujeitos deixassem ou nem viessem de fato a inserir-se na luta. Mas era satisfatório que eles concedessem uma pequena parte do seu tempo diário para ouvi-los, nem que fosse durante a entrada ou saída do trabalho, assim como transitando pelas ruas de Belém, haja vista que ocorriam comícios relâmpagos em esquinas, com grande movimento de transeuntes concedendo atenção às contestações feitas pela juventude. Esses eventos destinados às pessoas sem vínculos partidários conseguiam um público pequeno, embora chamassem mais atenção de seus pares que apreciavam e colocavam em prática os conhecimentos adquiridos em outras localidades e diferentes grupos sociais.

É lícito dizer que houve uma continuidade em termos de ativismo político do movimento estudantil paraense no pós-golpe através de uma nova geração de estudantes universitários que assumiram essa responsabilidade de contestar e embargar o projeto de reforma universitária, reivindicando a sua participação, na elaboração no plano de reestrutura da UFPA. Embora o golpe civil-militar de 1964, limitasse a atuação dos movimentos sociais, os quais devem ser contextualizados, também determinou nova agenda política para o movimento estudantil nacional.

Em âmbito nacional, os estudantes organizaram diversas greves e passeatas, contestando os cortes de verbas no ensino superior e a proposta de reforma universitária. Embora as questões locais e nacionais tenham as suas peculiaridades, essas não andaram separadas. Elas estiveram juntas formando uma força social para enfrentar o governo ditatorial do presidente militar Costa e Silva. Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta⁸⁸, os estudantes obtiveram importante vitória à frente do governo no momento em que foi às ruas contestar a proposta dos acordos MEC-Usaid, que pretendia transformar universidades brasileiras públicas e gratuitas em Fundações cujo ensino seria privado. A privatização do ensino vinha sendo contestada pelos estudantes nos âmbitos nacional e local, desde que o governo do presidente Castelo Branco apresentou o plano de reformulação das universidades federais, pautados em acordos bilaterais com os Estados Unidos. No Rio de Janeiro, outra

⁸⁸ MOTTA, 2014, p 68.

reivindicação ocorria: era a luta pela conclusão de um novo restaurante central para estudantes, a qual culminou na morte do estudante secundarista Edson Luís, em março de 1968.

2.3 A festa dos calouros: um ato político do movimento universitário paraense

No ano de 1968, era evidente para os estudantes universitários de vários países que a estrutura administrativa de ensino e de pesquisa presentes nas universidades não lhes representava, portanto havia inúmeras reivindicações contestando a qualidade do ensino superior e exigindo a sua modernização. Somente assim conseguiam chamar a atenção dos governantes, os quais compreenderam que as questões relacionadas às universidades deveriam ser resolvidas com a máxima urgência. As contestações estavam presentes em países do continente europeu, como na França⁸⁹; na América Latina, México⁹⁰ e Brasil⁹¹ ganham destaque.

Esses dados são relevantes para se demonstrar que os estudos sobre as universidades já estavam estabelecidos, os quais contestavam as estruturas presentes por não condizerem com as ansiedades dos estudantes, haja vista que as reivindicações eram anteriores a 1968, mas neste ano os questionamentos ganharam uma visibilidade mundial, pois tanto no Brasil como no México⁹², na Itália⁹³ e na França⁹⁴ os estudantes compreendiam que as universidades

⁸⁹ *O Liberal*, do dia 3 de junho de 1968, traz uma reportagem denominada de “França o furacão europeu”, sobre o movimento estudantil francês que ocupou a Universidade de Sorbonne, a construção de barricadas nas ruas, assim como a violência que se fez presente entre estudantes e polícias, a qual provocou uma greve geral no país envolvendo várias categorias profissionais como professores, trabalhadores têxteis, bancários, comerciários e motorista de taxi.

⁹⁰ O jornal *A Província do Pará*, do dia 25 de setembro de 1968, elenca a reportagem intitulada de “Batalha campal entre estudantes e policiais no México: 3 mortos”, nela é noticiado o saúdo de mortos e feridos na batalha travada entre estudantes e policiais na Cidade do México. A luta ocorreu após a divulgação que os estudantes universitários fariam uma marcha com a intenção de ocupar a Reitoria da Universidade de Fortaleza.

⁹¹ O periódico *Folha do Norte*, do dia 19 de maio de 1968, traz a seguinte manchete: “Exército e estudantes visam manter um clima de agitação”. A reportagem ressalta que oficiais do centro de informações do exército fizeram um estudo que concluiu que os estudantes estavam reivindicando o impossível de ser realizado só para criar um impasse com o governo.

⁹² O estudo de Daniel Reis Filho e Pedro Moraes (1998, p. 48) afirmam que o movimento estudantil mexicano teve contornos de tragédia nacional, a qual foi iniciada a partir do fim de julho, onde as pequenas e combativas passeatas reivindicatórias foram respondidas com repressão, invasão e fechamento da Universidade Nacional. Essa violência do governo mexicano designou uma comoção geral e os estudantes puderam fazer manifestação pacífica de 50 mil pessoas. Contudo em agosto, sucederam novamente choques intermitentes com a polícia. Os estudantes insistiam no atendimento de suas demandas: liberdade para presos políticos, eliminação da polícia de choque, autonomia universitária, indenização para as vítimas da repressão, demissão das autoridades responsáveis. Contudo as reivindicações dos estudantes mexicanos foram atendidas com mais violência, uma vez que os tanques reocuparam a universidade em 18 de setembro, provocando uma resposta indignada dos estudantes na noite do dia 23 do mesmo mês, houve conflito entre o movimento estudantil mexicano e as forças de repressão, desde conflito resultou na morte de 17 manifestantes e mais de

não representavam os anseios educacionais. Essas instituições de ensino eram consideradas ultrapassadas e arcaicas, sem projeto de desenvolvimento e modernização que viesse beneficiar a sociedade. Deste modo, fica evidente que os estudantes tinham outro projeto para essa reformulação.

As primeiras manifestações dos estudantes na cidade de Belém e em outras cidades do país são anteriores ao maio francês. Essa análise é possível a partir das memórias existentes sobre o movimento estudantil universitário paraense, que iniciou no mês de fevereiro através da festa denominada “trote”, a qual era a realização da comemoração dos calouros aprovados no vestibular. Na ocasião, os estudantes veteranos e os novatos uniram-se para contestar politicamente em passeatas, e através dessas conheceram algumas inquietações do movimento estudantil paraense de 1968. Nelas reconhecemos as condutas políticas perante o governo federal, o que almejavam e o que compreendiam sobre o espaço regional, nacional e internacional.

O Jornal *A Folha do Norte*⁹⁵, ao analisar o processo do vestibular, afirma que era uma verdadeira “guerra”, ressaltando que “nem todos podem passar”, já que “há poucas vagas”. Essas frases representavam as justificativas governamentais para a pouca oferta de vagas nas universidades, a inexistência de um projeto educacional que atendesse a precisão dos estudantes secundaristas que almejavam adentrar a universidade. O governo apenas fazia “remendos” nesse problema que afligia a universidade. Para o vestibular de 1968, o governo do presidente militar Costa e Silva impôs aos reitores que ofertassem mais 20 vagas por curso nas universidades federais brasileiras. Esse aumento era irrisório diante da quantidade de candidatos inscritos para prestar o vestibular e que crescia anualmente. Logo, esse fato não solucionaria o problema dos excedentes, uma vez que o número de candidatos era maior,

mil prisões. Após essa tragédia as tropas desocuparam o campus, sendo novamente ocupado por alunos e professores. Como os protestos estudantis não cessaram no dia 02 de outubro de 1968, as tropas cercaram uma manifestação de estudante desarmado, na Praça das Três Culturas e, desencadearam uma rara carnificina: 300 a 500 mortos. Seguiu-se um terror inominável – milhares de presos, censura, arbítrio, repressão, etc.

⁹³ Sobre o movimento estudantil italiano o estudo de Daniel Reis Filho e Pedro Moraes (1998, p. 44) ressalta que na Itália o ano de 1968 foi agitado. Desde janeiro, a Universidade de Florença foi ocupada. Em março, as autoridades fecharam a Universidade Roma duas vezes em função de protestos estudantis. Em Veneza, os estudantes denunciaram o caráter conservador e mercantil do festival tradicional, quase impedindo a mostra. Em junho, ocupação da Universidade de Milão. A crise política nesse mês, que levou a demissão do primeiro-ministro Aldo Moro, vincula-se, em certa medida, à agitação e aos conflitos em curso.

⁹⁴ Sobre o movimento estudantil francês Daniel Reis Filho e Pedro Moraes (1998, p. 45) dizem que se consolidou desde o início do ano em Nanterre, periferia de Paris. Queria a reformulação e a liberação do estatuto dos estudantes residentes nas cidades universitárias, reformas de currículos e métodos de ensino. Denunciavam os cursos magistrais, a cultura livresca. Criticava o autoritarismo e a política norte-americana de no Sudeste asiático.

⁹⁵ O “TROTE” é uma Festa dos Calouros. E, Também Uma Mensagem de Protestos. **A Folha do Norte**, Belém, 14 fev. 1968.

havendo cursos que necessitavam de uma ampliação de vagas em até 100%. Além disso, esta proposta governamental amedrontava os diretores das Faculdades, uma vez que suas unidades não possuíam estrutura para atender mais alunos matriculados. Justificavam que não poderiam receber mais alunos devido às condições materiais e estruturais apresentadas pelas Faculdades, impossibilitando o atendimento de alunos além do preestabelecido pelo conselho das Faculdades.

A simbologia de “guerra” alude a todo o processo de seleção a que o candidato era submetido, começando pela a luta pela garantia de uma vaga, afinal conseguir a nota de aprovação não caracterizava o acesso ao ensino superior, pois a demanda dos aprovados era superior ao número de vagas disponibilizadas. Daí provém a justificativa do medo dos candidatos não conseguirem a matrícula. Além disso, os estudantes ficavam indecisos sobre o que estudar, pois cada Faculdade tinha o seu processo seletivo, logo havia um conteúdo específico. Como esse jornal caracterizava o “trote”? Como um “reflexo de alegria e da satisfação daqueles alunos que conseguiram aprovação nos vestibulares e uma vaga, dentre as poucas existentes e muito concorridas para frequentar uma Faculdade de nossa Universidade.”⁹⁶ Esta frase resume as análises colocadas acima.

Sobre o trote dos calouros, Roberto Cortez⁹⁷ afirma que o evento era organizado por uma comissão ligada a UAP. Os preparativos iniciavam em sua sede com a elaboração de faixas e cartazes que seriam levados em passeata composta por alegorias festivas e protestos político-sociais, sendo assim um ato político:

O trote dos calouros ou Trote Geral, também conhecido como “a passeata dos calouros”, organizado pela UAP, era uma passeata sim, com carro-som, cartazes, faixas, gente fantasiada, microfone, alto-falante, com charanga e tudo, uma pequena banda de música composta, principalmente, por instrumento de sopro. Protesto, muita alegria e irreverência no bom sentido, sem destacar ninguém. O protesto, a crítica e a gozação eram livres: protestava-se, criticava-se e gozava-se a tudo e a todos. E com comício, é evidente, porque todo mundo gostava de fazer discurso e adorava falar em um comício.⁹⁸

Através das páginas do periódico pode-se ver o cotidiano daquela festa, como se estabelecia a relação entre calouros e veteranos. Os rituais iniciavam-se na frente da unidade, os veteranos esperavam os calouros para o “tradicional batismo”, realizado no meio da rua. As tesouras nas mãos dos veteranos abrem a celebração cortando, sendo usada para “pelar” os homens e cortar as unhas das moças. Os sacrifícios também se fazem presentes, afinal os novatos andam de joelhos, dançam e, fechando o ritual, o banho de maisena embalado com

⁹⁶ O “TROTE” é uma Festa dos Calouros. E, Também Uma Mensagem de Protestos, 1968.

⁹⁷ CORTEZ, Roberto, 2004, p. 102-103.

⁹⁸ *Ibid.*

músicas carnavalescas. “As comemorações especiais” ficam a cargo dos familiares que festejam a aprovação nas residências, aproveitadas por todos.

Os rituais só terminavam após a primeira semana de aula. Em algumas unidades os novatos eram obrigados a “pagarem aperitivos aos veteranos”, assim como terem as suas roupas surjas. Para finalizar os festejos, no último dia de comemoração, ocorria um “batismo”, onde moças e rapazes recém-chegados ficavam em frente à Faculdade. As veteranas escolhiam as meninas a concorrerem à candidata a miss, os homens ficavam de “short” e eram pintados. Esse ritual era denominado de “batismo”, pois representava um cerimonial político, Quando alunos faziam a passagem de escolaridade e também a entrada no movimento estudantil universitário paraense, uma vez que os calouros se viam obrigados a saírem às ruas, pintados e “carregando cartazes com críticas alusivas às autoridades”. As confecções das frases ficavam sob a responsabilidade dos diretórios acadêmicos. Quase sempre tinham forte presença de membros da militância e ganhavam financiamentos de ex-alunos da UFPA que patrocinavam o evento.

A festa dos calouros tem várias simbologias. Os rituais ocorriam presentes nessas manifestações públicas dos estudantes e iam de um ato social a protesto político, em que eram levantadas as bandeiras do movimento estudantil. A ocasião proporcionava aos estudantes transmitir à sociedade as suas reivindicações, assim como conquistar simpatizantes para as suas causas, conforme relata o jornal do centro acadêmico de Economia, *O Papagaio*: “Temos a consciência da importância do trote para levarmos a público as nossas reivindicações, captarmos desse mesmo público as simpatias para as justas causas que nos propomos defender.”⁹⁹ Esse seria uns dos objetivos da elaboração do “trote”.

O jornal *A Província do Pará* relata a presença de homens do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) disfarçados, acompanhando a manifestação: “Apesar da grande animação dos estudantes, não ocorreram incidentes”¹⁰⁰. Ignora-se por que as forças policiais deixaram de intervir nos protestos públicos do movimento estudantil paraense, embora houvesse forte crítica aos governantes e à sua política de desenvolvimento e modernização do país. Deve-se também mencionar que esse fato (ocorrido em Belém) é isolado em comparação a outras cidades brasileiras. Em Recife, o tradicional “trote” terminou em correria e prisões, fato relatado pelo jornal *O Liberal* que demonstrou, como justificativa, que a intervenção policial ocorreu devido “às faixas e cartazes que empunhavam,

⁹⁹ NOSSA Opinião, 1968, p. 2.

¹⁰⁰ COBIÇA Internacional Causou Mais Protestos no Trote dos Calouros de Cinco Escolas. *A Província do Pará*, Belém, 18-19 fev. 1968. 1º cad., p.10.

apresentando pesadas críticas ao governo revolucionário, sendo obrigada a intervenção policial.”¹⁰¹

Esse fato também nos sugere outros questionamentos, pois os estudantes paraenses teriam feito pesadas críticas ao governo, o qual foi colocado como revolucionário na página do referido periódico – deduzindo-se o apoio deste meio de comunicação aos militares, mas acredita-se que ele pode ter reproduzido o discurso da agência de correspondência. Retornando à questão da crítica e as suas consequências para a juventude brasileira, em Belém, não houve incidentes entre estudantes e policiais, como relataram os jornais locais. A *Província do Pará*¹⁰², inclusive, abordou metaforicamente essas contestações, chamando-as de “grande animação” dos estudantes. Muitas vezes, os oradores se empolgavam nos seus discursos, desconsiderando as normas do regime militar e pronunciavam frases consideradas subversivas, comunistas. Uma possível leitura a ser feita sobre a forma de reação da polícia seria que os comandantes das forças armadas presentes nesta cidade ainda realizavam um levantamento mais preciso do movimento estudantil paraense para reconhecimento dos jovens e suas lideranças, produzindo dossiês com todas as informações necessárias para enquadrá-los na lei de segurança nacional. Até aquele momento, eram apenas suposições.

Por outro lado, os estudantes paraenses tinham segurança em criticar os governantes durante o trote, acreditando que possuíam certa vantagem nesse tipo de passeata. Segundo o jornal *O Papagaio*: “pelo trote pode-se protestar com mais vigor e até certo ponto com relativa imunidade”¹⁰³. Essa confiança dos jovens pode ser compreendida porque as Faculdades realizavam várias calouradas de cunho reivindicatório sem ocorrência de intervenção policial, mas havia um receio que isso pudesse ocorrer, pois era recorrente em outros estados.

As calouradas iniciavam em frente às Faculdades, logo após saíam às ruas, embaladas ao som de músicas carnavalescas e os aprovados, com os corpos pintados e sujos de maisenas seguiam até o centro da cidade. No trajeto, realizavam pequenas paradas para que um orador escolhido proferisse discurso que reforçava as críticas exibidas nas faixas e nos cartazes, ou seja, era também uma realização de ato político e público, mostrando-se contrários ao sistema de governo do país, e às políticas internas da universidade impostas pelo reitor, denunciando a falta de estrutura das Faculdades. Nesses protestos negavam a aceitação do projeto de reforma universitária apresentado pelo reitor Silveira Netto, demonstravam ser

¹⁰¹ TROTE estudantil Dissolvido em Recife. **O Liberal**, Belém, 14 jan. 1968. 1º cad., p. 1.

¹⁰² COBIÇA Internacional Causou Mais Protestos no Trote dos Calouros de Cinco Escolas, 1968, p.10.

¹⁰³ NOSSA Opinião, 1968, p. 2.

intolerantes com a atuação dos Estados Unidos na Amazônia, na América Latina e no Vietnã. Durante o cortejo sempre iam visitar as sedes dos jornais *A Folha do Norte*, *A Província do Pará* e *O Liberal*; após seguiam até o Palácio do Governo. As imagens abaixo resgatam parte dessa atuação.

Figura 1 – “Trote”: As festas dos calouros da Escola de Agronomia



Fonte: Biblioteca Artur Viana. *O Liberal*, Belém, 19 fev. 1968. 1º cad., p. 5.

A fotografia foi tirada em frente a sede de redação do jornal *O Liberal*. É interessante ver a organização que as Faculdades faziam e como os veteranos davam o total apoio aos calouros, a imagem acima revela as especificidades de cada calourada. Como a festa é da Faculdade de Agronomia, observam-se símbolos específicos do curso agrário, como o trator, assim como as articulações coletivas próprias do movimento estudantil universitário paraense e a presença de faixas e cartazes com críticas.

A calourada pretendia alcançar visibilidade social, para tanto visitava as sedes dos três principais jornais da cidade em busca de ganhar destaque em suas páginas, objetivo alcançado instantaneamente, pois esses meios de comunicação se interessavam pelo evento, tanto que selecionavam algumas frases escritas nos cartazes. Os periódicos eram importantes canais de comunicação entre os estudantes e a sociedade paraense, haja vista que as frases chegavam há muitos lares, nas fábricas, nos escritórios, nos bancos, nas feiras, nos mercados e onde houvesse pessoas com acesso a esses jornais. Desse modo, a juventude conseguia ser percebida por um número maior de pessoas. Mesmo assim buscava outras formas de ser ouvida pela sociedade belenense, pois ao longo do trajeto realizavam paradas preestabelecidas para os comícios e explicação das frases escritas nos cartazes para os transeuntes que os acompanhavam no trajeto da festa e aqueles que concediam alguma atenção por determinado tempo. Os universitários acreditavam que essas táticas eram excelentes formas de conscientização da sociedade.

Figura 2 – A Calourada dos cursos de Direito e Filosofia



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Província do Pará**, Belém, 25 fev. 1968. 1º cad., p. 8.

As imagens da Figura 2 remetem ao comportamento da juventude que presenciava a chegada do consumo de entorpecentes, o LSD, assim como a miss com a vestimenta fazendo alusão ao movimento social *hippie*. São ações que remetem à interpretação de paz, porém, a frase formada pelas letras LSD, com significado “Limpe sua dentadura”, possivelmente trazia o intuito de chamar atenção da sociedade brasileira para o momento, ou seja, um governo ditatorial, antidemocrático, que suprimia os direitos individuais. Neste sentido, a limpeza era para a forma governamental no Brasil. Também objetivava conscientizar a sociedade da sua responsabilidade na manutenção dos militares no poder. Os alunos dos cursos de licenciatura evidenciaram a preocupação com o mercado de trabalho, alegando a falta de vagas para atuação dos professores recém-formados.

Cabe ressaltar que a educação básica no estado do Pará passava por um problema sério de infraestrutura, principalmente nos municípios pequenos. Os profissionais presentes em sala de aula, muitas vezes eram leigos. Foram nomeados pelo governador ou prefeitos para exercerem o cargo de professor. Também existia uma carência de escolas públicas, fato que obrigava os docentes do ensino primário a utilizarem as suas residências como espaço para o ensino. A falta de escolas era empecilho à realização de concursos, até mesmo para contratar novos professores recém-formados, os quais fossem desprovidos de um espaço privado para exercer o magistério.

Figura 3 – Do Início ao Fim: a Festa dos Calouros



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Província do Pará**, Belém, 18-19 fev. 1968. 1º cad., p. 10.

A figura demonstra a participação da juventude na festa dos calouros. A festa era importante para o “calendário estudantil”, uma vez que mesclava a comemoração da aprovação dos calouros com os atos políticos dos estudantes veteranos. Assim como despertava os interesses do Partido Comunista Brasileiro e da Ação Popular os quais buscavam inserir novos membros em suas causas partidárias. A calourada tonou-se um ato de resistência ao governo militar em Belém do Pará, pois a juventude universitária ocupava as ruas carregando cartazes com frases consideradas subversão aos militares, assim como, finalizavam as passeatas em frente do Palácio do Governo Estadual, sendo uma forma de desafiá-lo em frente à representação estadual do poder executivo militar do Estado do Pará, acompanhados por agentes do Dops.

Figura 4 – Da Crítica à Fogueira



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Província do Pará**, Belém, 18-19 fev. 1969. 1º cad., p. 1.

A foto acima apresenta o fim de todo ato político da calourada. A fogueira tem uma simbologia de defesa, ou seja, os alunos se negam a produzir provas criminais, do ponto de vista do regimento autoritário, assim optavam em queimar os cartazes como forma de evitarem o enquadramento de algum participante na lei de segurança nacional acusado de “crime de subversão a ordem”.

Os estudantes poderiam ser considerados subversivos devido à composição das frases presentes nos cartazes, com fortes críticas ao governo militar e de cunho ofensivo: “Provérbio brasileiro – Cada gorila no seu galho” – chamando os militares de gorilas e estes deveriam se retirar aos devidos quartéis; “Costa e Silva – Pau-cificação política” (a caricatura era de soldado empunhando um tacape) – aqui, a juventude resalta a incapacidade do governo para estabelecer diálogo com os estudantes, há não ser através da violência; “Lei 4246 – estudante é só para estudar” – a tentativa de legalização da “profissão de estudante” pelo regime militar. Então, os estudantes sentiram-se no direito de questionar a função dos militares no país: “Os estudantes são para estudar. E os militares?”.

Em relação às diretrizes de base para consolidar a reforma universitária apresentada pelo Conselho Federal de Educação, as universidades foram questionadas das seguintes formas: “Fundação e Afundação”, estão colocando a opinião sobre a proposta de transformar as universidades públicas brasileiras em fundação, onde haveria o estabelecimento de mensalidades, acarretando a proibição da entrada de parte da sociedade com menor poder aquisitivo, sendo compreendido como um retrocesso a democratização do ensino superior no país, algo pelo qual, essa juventude lutou para conquistar, realizando greves e passeatas contra os cortes de verbas e para melhoria da qualidade do ensino. Reivindicavam também a melhoria da infraestrutura arquitetônica dos prédios das Faculdades.

Também criticaram a participação das instituições estrangeiras na educação “O ensino integrado é a mais nova conquista pedagógica no Brasil: vamos usar na integra–USAID”. Desse modo, afirmavam que o Ministério da Educação estava desguarnecido de proposta para fazer a reforma universitária e por este motivo utilizar as determinações da Usaid sem questioná-las. Ainda: “Aguardem bolsa gratuita somente no ano 2000”, “Por que choras? Acabaram com as bolsas gratuitas”. Os alunos se sentiam desprivilegiados com o projeto educacional do governo militar de Costa e Silva, já que as bolsas de estudos eram restritas e só alcançavam uma parcela de universitários e, mesmo assim, para aqueles que apresentavam maior afinidade com o governo.

Os argumentos dos estudantes pautados na questão dos acordos MEC-Usaid mostram o motivo da recusa em aceitar as diretrizes que conduziria a solução dos problemas do ensino

superior brasileiro. Eles também questionavam a atuação de militares exercendo funções que requer qualificações e experiências no setor da educação, “No MEC – Meira Matos: É incapaz para capataz”, desta forma, opuseram-se a presença de Meira Matos na pasta do Ministério da Educação com uma função importante para levantar os principais problemas que afligiam as universidades federais, assim como, construir diálogos entre os estudantes e o governo e mostrar proposta de resolução aos problemas diagnosticados no ensino brasileiro. Meira Matos era visto como incapaz de realizar esses objetivos, por ser um homem extremamente autoritário com um forte viés ideológico pautado na concepção que as universidades federais eram um recinto de comunista e subversivo.

Na calourada o representante dos militares na UFPA era colocado como homem incoerente de difícil diálogo: “Este nosso reitor é psicodélico, moral”; “Zé Reitor: Padre, vim confessar-me. Padre não tenho tanto tempo...”; “Sr. Diretor, eu quero favor. Não! Só depois que eu falar com o Mágico Reitor”. Psicodélico é um termo que surgiu nos anos 60, a partir do consumo de drogas alucinógenas, como LSD, que altera as percepções da mente e causa vários efeitos, ou seja, os universitários paraenses acreditavam que as medidas administrativas tomadas pelo reitor eram loucuras, sem ser debatidas com a comunidade acadêmica. Para os estudantes, Silveira Netto utilizava-se de truques, silêncios para conquistar seus objetivos, sendo assim, foi denominado de mágico. Também o consideravam autoritário, uma vez que qualquer demanda dentro das Faculdades precisava passar por aprovação. “Universidade, não vem que não tem”, ou seja, dentro da universidade havia pouco diálogo, este fato refletir nas determinações pensadas para a reestruturação da UFPA, onde as pautas foram colocadas sem ouvirem os estudantes, ocasionando uma imposição constante ao projeto de reforma universitária desta instituição.

Há muitas frases alusivas ao imperialismo norte-americano, como: “Lago na Amazônia – Tio Sam perguntar ao Jeca – Podemos levar tudo? Yes sir”; “O Brasil é nosso, diz Rockefeller”; “Tio Sam – Nós não queremos a Amazônia – Só o que tem nela”. As frases referenciam as políticas estabelecidas entre o Brasil e os Estados Unidos na exploração dos recursos naturais e minerais existentes na Amazônia. Na compreensão dessa juventude, os norte-americanos tinham a total liberdade para agir dentro do território, conforme as suas conveniências.

Os projetos apresentados às autoridades brasileiras, na maioria das vezes, tiveram aval positivo do governo federal para ser desenvolvidos, com o argumento de gerar modernização e emprego à sociedade. No entanto, os jovens compreendiam como sendo ato do imperialismo norte-americano que tornava a Amazônia um território seu, como pode ser

interpretado nos cartazes carregados pelos calouros durante o cortejo da festa: “Brasil tem dois presidentes – de direito: (Costa e Silva) o outro de fato (Lyndon Johnson)”; “mapa do Brasil pintado com a bandeira norte-americana apresentava a legenda: criança! Não verás nenhum país como este”. Nessa mesma perspectiva, a “Amazônia desenhada e dividida por Estados com nomes de estados americanos dizia: Eis o futuro que nos aguarda se não lutarmos”. A ambição dos EUA pelas riquezas existentes era exaltada, “EUA – Soy loco por ti Amazônia”, “América – Soy loco por ti Brasil”. Também a contestação da necessidade da guerra do Vietnã estava presente nas demandas dessa juventude, “Vietnam – 500.000 mortos”, “Tio San – Não o amor, faço a guerra”.

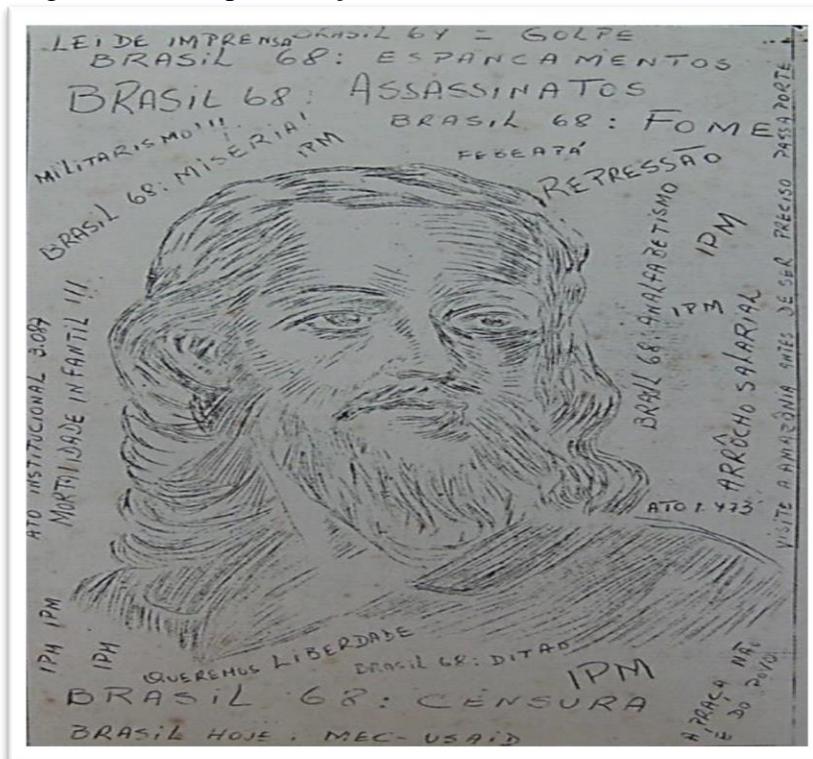
Os universitários presentes na passeata dos calouros avisavam que estavam dispostos a enfrentar a intromissão norte-americana no território nacional, caso fosse necessário. O aviso estava presente na paródia da música de Raul Seixas: Vem quente que estou fervendo, “Se você quer brigar e acha que com isto estou sofrendo, se enganou GRINGO”, “Pode vir quente que estou fervendo”. Um dos maiores problemas presentes nos questionamentos do movimento estudantil paraense era a questão do projeto Hudson, visando à construção de lago artificial na região da Cidade de Óbidos, no baixo Amazonas, para produção de energética. Esses jovens compreendiam que as políticas pensadas pelo governo federal para o desenvolvimento da região estava desvinculada da realidade: “Solução para os problemas da Amazônia – inundá-la” – ao contrário, acreditavam que a construção de um lago traria graves problemas sociais, como a expulsão de povos ribeirinhos, que seriam atingidos sem ter amparo político-social e condições dignas de sobrevivência; “De lago em lago, a Amazônia vai ao fundo”. Desse modo, pode-se compreender que o movimento estudantil paraense entendia que a presença de outras nações na Amazônia causaria a “morte da floresta”.

As análises dos estudos historiográficos do movimento estudantil que visam analisar as questões do imperialismo norte-americano no Brasil estão relacionadas ao ensino, principalmente os acordos MEC-Usaid. No entanto, para os estudantes da Universidade Federal do Pará, localizada em Belém e, por sua vez, na Amazônia, a questão da presença dos norte-americanos transcendeu à questão da educação. Nas pautas de contestações estava inserida a defesa da soberania do território nacional, dos recursos naturais e minerais existentes na região, e também em defesa dos povos tradicionais existentes. Dentro deste contexto de reivindicações, é importante analisar a morte do estudante paraense Edson de Lima Souto que coincidiu com o primeiro mês de aulas dos calouros da Universidade Federal do Pará. Logo o episódio é fundamental para elencar como esta barbárie da ditadura militar tornou-se uma das bandeiras dos protestos do movimento estudantil universitário paraense no

ano de 1968. A morte deste secundarista significou um fato grandioso para a sociedade do Estado do Pará, de tal modo que este jovem passou a ser visto como um cidadão paraense digno das melhores homenagens por parte dos representantes civis, estudantes, deputados estaduais e vereadores.

Como este estudo buscou construir uma análise da geração de universitários de 1968 na UFPA, é importante demonstrar o balanço que os universitários envolvidos nas ações político-sociais fizeram deste ano, através de *O Papagaio*, jornal do centro acadêmico de Economia:

Figura 5 – A Representação Simbólica de 1968



Fonte: Arquivo do jornal **O Papagaio**, Belém, n. 10, 19 abr. 1968. Última página.

A geração de 1968 representa simbolicamente esse ano através da figura de Tiradentes, representando a luta pela liberdade, a qual foi aniquilada com o golpe civil-militar de 1964. Com a instalação do golpe a sociedade sofreu grandes perdas, conforme demonstra a figura acima: a primeira foi a perda do estado democrático, sendo substituído por um aparato judicial que legalizaram as arbitrariedades das ações políticas e perseguições; elencaram o militarismo imposto; instalaram a Lei da imprensa para impor a censura; o Inquérito Policial Militar (IPM) e os Atos Institucionais para que deixassem de existir oposição e pensamentos ideológicos contrários aos posicionamentos; legalizaram a repressão e as prisões; e censuram as investigações dos assassinatos cometidos por agentes militares.

Nos aspectos econômicos e sociais, criticaram a situação de calamidade que o país estava, ressaltando a questão da fome, a mortalidade infantil, o arrocho salarial, a miséria que parte da sociedade brasileira passava principalmente aqueles com maior vulnerabilidade econômica; já no campo da educação, destacaram o analfabetismo de muitos cidadãos, os acordos MEC-Usaid; para a soberania do estado brasileiro, criticaram a abertura dos territórios como o da Amazônia, afirmando a necessidade da região ser visitada antes de se tornar um território internacional.

É importante salientar que o ano de 1968, é o marco para as mobilizações sociais, onde emergiam sempre um propósito e uma proposta para um mundo em constante mudança, com sonhos, revoltas, lutas, desesperos, não aceitabilidade do que se oferecia nos aspectos políticos, sociais, culturais e educacionais. A juventude ainda vivia sob a influência da revolução cubana, acreditando que uma mudança poderia acontecer se toda a sociedade assim almejasse. E os estudantes tomaram essa responsabilidade para si, em busca de novos horizontes culturais e políticos como afirmou o historiador Eric Hobsbawm:

Essas massas de rapazes e moças e seus professores, contadas aos milhões ou pelo menos centenas de milhares em todos os estados a não ser nos pequenos e excepcionalmente atrasados, e concentradas em campi ou “cidades universitárias” grandes e muitas vezes isoladas, constituíam um novo fator cultural e na política. Eram transnacionais, movimentando-se e comunicando-se ideias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez, e provavelmente estavam mais a vontade com a tecnologia das comunicações que os governos. Como revelou na década de 60, eram não apenas radicais e explosivas, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político e social. Nos países ditatoriais, em geral elas forneciam os únicos grupos de cidadão capazes de uma ação política coletiva.¹⁰⁴

A geração de 1968 vivenciou uma conjuntura rica de debates, com adesão de parte da juventude que lutou por melhores condições de ensino e pesquisa, combateu a ditadura em prol da democracia, vivenciou um rico período de mudança cultural e social, assim como sonhou com as modificações sociais dentro de uma coletividade, buscaram reinventar o país dentro de um projeto desenvolvimentista de inspirações nacionalistas e anti-imperialistas. Os estudantes foram sujeitos históricos capacitados de coragem para enfrentar o regime político existente no Brasil em 1968. Contudo, não foram os únicos: os operários, os artistas, os profissionais liberais, os sindicalistas, assim como os representantes políticos e os religiosos também combateram o sistema ditatorial existente no país a partir de 1964, atuando em escala diferenciada e com suas peculiaridades.

¹⁰⁴ HOBBSAWM, Eric. A Revolução Social 1945-90. In: HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século xx: 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. Revisão: Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 292.

2.4 Os excedentes: uma questão político-social do movimento estudantil do Pará

Em um contexto onde havia a eminência de presença de um elevado número de excedentes, este assunto era constante nas pautas das reuniões do Ministro da Educação e Cultura junto os reitores, um “fantasma” que “assombrava” as universidades há algum tempo. Os excedentes eram alunos que alcançavam a média exigida nos vestibulares e tinham que ser matriculados, mesmo que o número fosse maior do que do que as vagas ofertadas, muitas vezes os estudantes recorriam à justiça, que concedia mandados judiciais, obrigando as instituições de ensino a matricular o calouro. O problema era resultado da escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade.

O estudo de Katya Mitsuko Zuquim Braghini relata a expansão do ensino superior brasileiro a partir das Leis de Equivalência de 1950, 1953, 1957, respectivamente, e da consolidação da Lei das Diretrizes de Base de 1961:

A discussão sobre a aceleração ou não de alunos ao término do ensino médio tem a sua importância mediante o fato de existir, desde 1950, a possibilidade de que todos os seus alunos prestassem o vestibular a partir do que foi determinado pelas “leis de equivalência”. As chamadas Leis de Equivalência, respectivamente, de nº 1.076 (1950), nº 1.821 (1953), e nº 3.104 (1957) foram, paulatinamente, dando condições para que os egressos dos diversos ramos do ensino médio, formação militar ou sacerdotal, pudessem, sob o cumprimento de uma série de balizas educacionais, prestar o vestibular. Foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), em seu artigo 79, que estabeleceu, definitivamente, a equidade dos alunos dos diferentes cursos de nível médio, ao determinar que todos os seus concluintes tivessem acesso ao vestibular, sem a necessidade de complementação de matérias. Essa decisão, ao mesmo tempo em que alargava o caminho para um maior número de alunos rumo à próxima etapa, pode ser considerada o término “oficial” de uma condição histórica que elitizava o aluno do ensino secundário, já que somente ele, entre 1942 até 1961, podia pleitear, livremente, uma cadeira na universidade.¹⁰⁵

A equivalência forçou as universidades a ampliarem o seu número de vagas. Segundo dados oficiais da Universidade Federal do Pará, entre 1958 a 1970, houve uma expansão no número de vagas para a primeira série dos cursos, triplicando as vagas que passaram de 439 a 1.404¹⁰⁶. Os dados apresentados também são resultados do surgimento de novos cursos e da federalização de Escolas e Faculdades. O crescimento populacional do estado, junto com a abertura política brasileira na década de 1950, possibilitou a elaboração de novas Leis que garantissem o acesso às universidades, esses fatores desencadearam, como

¹⁰⁵ BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 123-144, jan./mar. 2014, Editora UFPR.

¹⁰⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Catálogo geral de 1971**. Belém: UFPA, 1971. p. 28.

consequência, a intensificação da clientela escolar, dificultando o acolhimento da demanda dos alunos para as primeiras séries iniciais na universidade, embora ofertando mais vagas. A questão dos excedentes desencadeou uma série de protestos do movimento estudantil nacional. Querendo amenizar a situação, o governo de Costa e Silva tentou resolver a questão com um “passo de mágica”. O subterfúgio ocorreu no processo seletivo de 1967, com o aumento de 20% das vagas disponíveis, por determinações de dirigentes do Ministério de Educação e Cultura aos reitores:

O presidente da república, no uso de suas atribuições contido no artigo 83, inciso 2º, da constituição federal, resolve. Artigo 1º - É aprovado, para os efeitos legais, o convênio que acompanha este Decreto, celebrando entre o Ministério da Educação e Cultura e as Universidades e Estabelecimento isolados de ensino, afim de regular o aproveitamento de candidatos excedentes dos Concursos de Habilitação realizados no corrente ano letivo, para o ingresso nos concursos de nível superior [...]. Art. 3º - Para o efeito de revisão e ajustamento ao programa de expansão de matrículas, previsto no Convênio aprovado por este Decreto, ficam sobrestados o deferimento e o pagamento de quaisquer contribuições financeiras a conta de fundos e dotações orçamentárias globais destinadas, no corrente exercício, ao ensino superior [...].¹⁰⁷

A questão dos excedentes era um problema constante para as Universidades Federais, pois na década de 1960 os alunos aprovados excediam o número de vagas, causando protestos. Em 1967 o governo militar de Costa e Silva foi obrigado a elaborar o Decreto de nº 6.0516, de 28 de março de 1967, publicado no Diário Oficial, onde estabeleceu um convênio entre o Estado brasileiro com as Instituições Federais, objetivando promover mais vagas, assim como o aproveitamento de candidatos aprovados nos concursos de habilitação de 1967.

Na visão do governo militar de Costa e Silva, o desenvolvimento do ensino estava vinculado somente à elevação do número de vagas nas Universidades, sem se preocupar com o rendimento dos alunos e menosprezando a qualidade do ensino, pois, faltavam professores qualificados, assim como material para as aulas práticas, além de salas de aula e laboratórios para comportar um número maior de estudantes; aliás, já havia a necessidade de redução dessa demanda devido as Faculdades apresentarem pouca estrutura para oferecer um ensino de qualidade.

Na UFPA, o reitor Silveira Netto solicitou aos da Unidade que acatassem esse procedimento do MEC. Na Faculdade de Medicina, o diretor Affonso Rodrigues Filho aumentou as vagas do primeiro ano do curso nesta proporção, passando de cem para cento e vinte vagas. Mesmo com este aumento, o governo militar viu-se impedido de solucionar o problema dos excedentes nesta unidade universitária da UFPA, assim como, nas demais

¹⁰⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Medicina. **Ofícios Expedidos de 1967, decreto de nº 60516 de 28 de março de 1967.** Belém: UFPA, 1967.

universidades federais do Brasil. A crise dos excedentes estava delicada, quando o reitor solicitou ao diretor de Medicina para disponibilizar mais vinte (20) vagas, o qual respondeu que “a Faculdade não tem a mínima possibilidade de promover um aumento do número de vagas e, não sendo possível fazer uma diminuição”¹⁰⁸, deste modo, esclareceu-se as dificuldades em cumprir a determinação do MEC, o diretor almejava diminuir o número de vagas ou de manter as cem existentes, já sendo considerado um exagero o número de alunos matriculados no Curso de Medicina. Essa questão foi bastante debatida na reunião desta Faculdade,

O professor Abelardo Santos diz que ao se manifestar sobre o assunto parece realmente, a julgar pelo setor que chefia na Faculdade de Medicina (Departamento de Puericultura e Pediatria), o número de cem (100) vagas já é absolutamente acima da capacidade docente. Continua dizendo que deseja ratificar aquilo que disse em uma sessão anterior a esse Conselho e ao que se referiu na Congregação, quando esta estabeleceu o número de oitenta (80) vagas que o setor da Pediatria não estava em condições de receber um número tão elevado de alunos, se permanecessem as condições de trabalho existentes. Estas condições são as mesmas e até menores, visto que um dos docentes, aliás, um grande auxiliar, professor Manoel Ayres afastou-se do ensino de Pediatria. Isto se resume em um fato inevitável, o rendimento terá que diminuir, com um maior afluxo de estudantes e com as mesmas condições docentes, de espaço físico e de material [...]. O professor Pedro Rosado, o qual esclarece que, em sua cadeira possui apenas um auxiliar, sendo que neste ano sentiu grandes dificuldades para dar o curso, não vislumbra qualquer possibilidade de ministrar aulas práticas para turmas de cento e vinte (120) ou cento e cinquenta (150) alunos.¹⁰⁹

A propósito, é importante evidenciar que no vestibular de 1967 houve grande demanda de excedentes para essa Faculdade, a qual teve que matricular 232 alunos¹¹⁰, sendo 112 alunos excedentes, o que agravou o problema acentuadamente, o qual “assombrava” há alguns anos. O diretor da Faculdade, o professor Affonso Rodrigues Filho, ressaltou ao reitor que essa unidade universitária seria umas das mais “atingidas pela crescente demanda de jovens estudantes que buscam a cultura superior”.¹¹¹

Nas palavras do diretor o fato era recorrente na Faculdade de Medicina, um dos motivos que a tornava tão procurada era o fato de ser o único curso médico da região norte do Brasil, que atendia tanto a clientela dessa região e parte do nordeste e sudeste do país, pois existia uma demanda pequena para a quantidade de alunos que buscavam a formação médica no Brasil. No entanto, a Faculdade de Medicina do Pará vinha sofrendo com um número

¹⁰⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Ata da 5ª reunião do Conselho Departamental da Faculdade de Medicina**. Belém: UFPA, 9 ago. 1967.

¹⁰⁹ *Ibid.*

¹¹⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Medicina. **Ofício Circular nº 331**. Belém: UFPA, 11 abr. 1967.

¹¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Medicina. **Ofício Circular nº 275**. Belém: UFPA, 7 abr. 1967.

grande de candidatos matriculados através de mandado judicial, sem proporcionar estruturas acadêmicas que viessem contemplar um estudo médico de qualidade na Amazônia.

Os administradores estavam condicionados a cumprirem a determinação da reitoria e, por sua vez, do governo militar, quanto à matrícula dos excedentes, mas para seguir as ordens ressaltou a necessidade de construir auditórios equipados com os equipamentos pedagógicos para receber parte dos alunos excedentes.¹¹² Solicitando, então, a importância de quatorze milhões e trezentos e setenta e nove mil e duzentos cruzeiros (Cr\$14.379,200) para cumprir o objetivo, essa foi a condição que o diretor Affonso Rodrigues Filho propôs à reitoria.¹¹³ O orçamento para suprir as carências da Faculdade vinha do governo militar, através da aprovação de verbas destinadas às universidades para “o desembolso de novos recursos orçamentários” a serem previstos para essas instituições de ensino em caso de emergências, decreto de nº 60516, de 28 de março de 1967.

A Faculdade de Medicina desprovia-se de recursos acadêmicos e infraestrutura para receber a predita demanda¹¹⁴. Para isso, era necessário que o prédio passasse por várias reformas e construções de anexos. Ao longo de 1967, o diretor da unidade solicitou vários recursos financeiros para promover melhorias na estrutura arquitetônica, material didático e aumento do pessoal. A enfermaria existente ficava interditada para receber alunos e pacientes nos dias chuvosos, haja vista que existiam inúmeras goteiras e infiltrações impossibilitando que os acadêmicos participassem de aulas práticas nesses dias.

A demanda elevada de alunos era um grande problema para a Faculdade de Medicina. Por falta de estrutura, requeria medidas drásticas, que ultrapassavam a autonomia do diretor. Cabia ao reitor à providência para solucionar a questão. Silveira Netto, mediante a situação da existência de candidatos aprovados e desclassificados, em virtude do limite de vagas, reconhecia o grau da problemática, no entanto sugeriu o “aproveitamento de todos os habilitados não só como medida justa e equânime, como também para evitar possíveis

¹¹² Sobre a obrigação dos reitores receberem verbas do governo militar para aceitarem os excedentes, o estudo de Maria Conceição Fraga (1996, p. 22-23) ressaltava que os excedentes representavam uma contradição, uma vez que, por um lado, a Universidade recebia uma demanda de pessoas interessadas em áreas carentes em mão de obra especializada na região (a procura dos estudantes era principalmente pela área de saúde, e nela, pelo o curso de Medicina), havendo um estímulo financeiro, por parte do governo, para a Universidade acolher esses estudantes. Por outro lado, a Universidade, que já havia criado seus cursos em condições precárias, comprometeu ainda mais o seu planejamento inicial de demanda, encontrando dificuldades de sanar tal situação.

¹¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Medicina. **Ofício Circular nº 98**. Belém: UFPA, 11 fev. 1967.

¹¹⁴ O aumento da demanda de alunos também era uma realidade de outras Faculdades, como mostra o estudo de Maria Conceição Fraga (1996, p. 23) ao relatar que na Universidade Federal do Amazonas, o curso de medicina, planejado para ter 60 vagas, ao receber os excedentes oriundos de outros estados, iniciou com mais de 100 alunos.

distúrbios que poderiam muito bem ser o estopim para uma convulsão social de âmbito nacional de graves consequências”¹¹⁵. Em troca, garantiu que priorizaria reformas e reparos “das instalações e equipamentos e, se fosse necessário, também autorizaria a admissão de pessoal imprescindível ao bom desenvolvimento do ensino ministrado nesse Estabelecimento”¹¹⁶. A administração dessa unidade solicitou uma lista de profissionais pendentes, os quais seriam:

Um administrador, para fiscalização e orientação dos trabalhos do pessoal subalternos, função sendo desempenhada pelo diretor. Oito (8), escreventes datilógrafos, os quais seriam distribuídos pelos setores administrativos. Quatro (4) técnicos auxiliares de laboratórios e operador de raios-X. Para o departamento médico, a admissão de um (1) médico para serviço de verificação de óbitos, exclusivamente para a execução de necrópsicos e preparo de material a ser aproveitado para o ensino.¹¹⁷

Ruy Antônio Barata¹¹⁸ rememora as questões sobre os excedentes no curso de Medicina, que era um problema constante. Ele ressalta que desde 1963, quando foi aprovado no vestibular, o fato já estava presente, afirmando que antecede a sua entrada. Naquele ano, houve um número de quinze excedentes, mas a Faculdade disponibilizava apenas quarenta e cinco vagas. Não obstante, foram matriculados sessenta alunos. Alguns solicitaram à justiça para garantir a matrícula, ingressando com mandado de segurança. Essa prática foi recorrente ao longo dos anos de 1960. No ano posterior à entrada de Ruy Antônio Barata, em 1964, agravou-se o problema, sendo necessária a construção de um novo anexo de sala de aula, que os alunos passaram a chamar de matadouro, pois a intenção era ocasionar uma desistência dos alunos excedentes matriculados, devido à falta de infraestrutura de ensino, afinal faltavam professores, tecnologias pedagógicas, e mesmo salas de aulas que pudessem absorver essa demanda de alunados, além do clima abafado e calorento neste auditório improvisado. Esses fatores contribuía para as reivindicações do movimento estudantil dentro desta unidade, e alguns dos estudantes iniciaram as reivindicações pichando os muros da Faculdade de Medicina com palavras de ordem e frases ofensivas ao governo militar como “abaixo a ditadura.”¹¹⁹

O aumento de alunos iria comprometer o desenvolvimento do ensino nesta unidade, tanto no ano decorrente como também nos anos posteriores. Pautado nesta hipótese, o diretor, Professor Affonso Rodrigues Filho comunicou ao reitor que apesar de haver algumas

¹¹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 11 fev. 1967.

¹¹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Ofício GR/0180/67**. Belém: UFPA, 2 fev. 1967.

¹¹⁷ *Ibid.*

¹¹⁸ BARATA, Ruy Antônio, 2014.

¹¹⁹ *Ibid.*

melhorias, os recursos financeiros foram escassos, incapazes tanto de atingir as metas quanto de manter o funcionamento da Faculdade, portanto insuficiente para resolver o efeito danoso causado pelo elevado número de alunos matriculados, isso ficou bem entendido quando ele apresentou o desenvolvimento do curso de Histologia e Embriologia:

O curso de Histologia e Embriologia funcionou, durante este ano, como os anos anteriores, precariamente, em vista de não existirem acomodações adequadas para as aulas práticas. Como é de conhecimento de V. Exa. Houve até a necessidade de uma tomada de posição drástica de nossa parte, a fim de conseguirmos que fosse montado o laboratório e admitido um assistente para atividades no mesmo, sem o que não estaríamos em condições de ministrar o curso, mas dentro da deficiência acima apontada.¹²⁰

Em relação ao problema dos chamados “excedentes” e suas consequências, é importante mencionar a memória do estudante do curso de Medicina, Valdecir Palhares, um vestibulando provindo do município de Bebedouro, no Estado de São Paulo, que participaria do exame para a Faculdade de Medicina em Belém. Em entrevista ao projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional” ele elenca que

A Faculdade não tinha estrutura para receber aquela quantidade de aluno, então isso arreboucou com a estrutura da Faculdade de Medicina. A Faculdade era preparada durante anos para atender 150 alunos, então quando você ia para a parte teórica até que você conseguia resolver, arranjava mais microscópicos, e nas aulas de anatomia lidava com cadáver, era mais fácil. Mas quando chegava na prática a partir do 3º ano em diante era complicado, porque você dependia das aulas nos pacientes, então a turma dobrava de aluno, sempre o atendimento era feito nos pobres e nunca nos ricos, então aqueles indigentes que ficavam nas enfermarias e que tinham de suportar toda está situação de treinamento que não é fácil, você chegar, vai aprender palpação percussão, por exemplo, em ginecologia fazer toque, teve uma turma minha que vamos fazer ginecologia tinha mais de 30 alunos aprender na prática ali naquele momento a senhora que estava com infecção uterina no terceiro que deu toque ela não resistiu ela se levantou e xingou todo mundo e saiu, as condições não era possível atender aquela quantidade de aluno.¹²¹

Em seu depoimento, são revelados alguns problemas educacionais que a Faculdade de Medicina apresentava, diz sobre a ausência de planejamento para receber uma quantidade de alunos acima do planejado, haja vista o aumento significativo de candidatos que almejavam cursar Medicina na cidade de Belém. Essa desorganização acarretava sérios problemas judiciais, devido aos excedentes entrarem com mandados judiciais, conquistando suas matrículas, corroborando assim para agravar mais os empecilhos existentes.

O curso de Medicina da UFPA vivia um momento delicado para formar novos profissionais. Os discentes, em algumas ocasiões, ficaram sem exercer as aulas práticas, como

¹²⁰ BARATA, Ruy Antônio, 2014.

¹²¹ PALHARES, Valdecir Manoel Affonso. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em 25 de mai. 2018.

foi relatado por Valdecir Palhares, onde o paciente seria avaliado por vários estudantes ao mesmo tempo, submetendo-o há um constrangimento e uma recusa em ser examinado. Com certeza essa realidade se espalhava “aos quatro cantos” da cidade, podendo ocasionar a ausência de pessoas que de fato necessitavam de atendimento médico. É importante salientar que a prática acadêmica era realizada na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, ou seja, essa indelicadeza com a saúde do Estado tinha dimensões maiores, envolvendo tanto o governo quanto a Universidade.

A era necessária e com bons resultados, apesar de existirem divergências entre os professores da Faculdade de Medicina e os diretores da Santa Casa, uma vez que a unidade de saúde do Estado também carência de reparos estruturais e equipamentos médicos que proporcionasse um melhor rendimento nas aulas práticas, pois havia ocasiões que os acadêmicos de Medicina sem equipamentos para procedimentos médicos como a realização de exames hospitalar. Isto nos revela o descaso com a saúde pública no Pará, principalmente para com as pessoas de baixo poder aquisitivo que buscavam o serviço público de saúde.

Os problemas estruturais da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará refletia as carências existentes na formação dos discentes de Medicina da UFPA. Tendo esta unidade de saúde poucas condições de proporcionar um bom estudo aos residentes e também um atendimento de qualidade aos pacientes, devido às péssimas condições dos prédios, faltavam recursos pessoais e materiais para desenvolverem um bom trabalho acadêmico hospitalar.

As condições da Faculdade de Medicina estava no mesmo patamar. Enfrentava inúmeras dificuldades para manter o curso em funcionamento. Salas de aulas apresentavam infiltrações e goteiras, no período mais chuvoso amazônico, os professores e alunos procuravam um melhor ambiente e horário para serem ministradas as aulas. A sala destinada aos calouros, por exemplo, tinha várias goteiras que impossibilitavam o seu uso em dias chuvosos, obrigando o deslocamento para outro ambiente. Esses fatores refletiam na qualidade do ensino, pois os discentes e docentes reivindicavam melhorias no prédio.

A realidade era “acalentada” através de pequenas reformas que foram insuficientes para solucionar os problemas definitivamente, muita dessas só foram realizadas devido à questão dos excedentes, pois suas matrículas eram utilizadas como uma “moeda de troca” entre o diretor da Faculdade e o reitor, estabelecendo-se o seguinte acordo: a diretoria se comprometia em matricular os alunos aprovados que excederam o número de vagas, em compensação o reitor Silveira Netto garantiria verbas federais para a realização dessas pequenas reformas.

Esses elementos ocasionaram vários protestos dos discentes e docentes, os quais não toleravam as “pequenas dificuldades” no cotidiano para as realizações das aulas, como ocorreu no dia em que o professor Mário Sampaio iria conduzir os seus trabalhos na sala denominada de matadouro. Como esta era quase um auditório, devido ao seu tamanho, só era possível à exposição com o recurso tecnológico do microfone, na ocasião não havia uma unidade de reserva à disposição, isso foi suficiente para que o professor recursasse a ministrar a disciplina de História e Hidrologia. A postura de Mário Sampaio é importante, porque demonstrou a falta de infraestrutura para a realização da aula a uma demanda de aluno que o curso médico não suportava e também contribuiu para a formação de uma nova frente de estudantes que organizaram uma comissão denominada Formação Unida de Atividade Permanente (FUAP). Esta assumiu a responsabilidade de ir perante o diretor Gervásio Brito Melo para exigir melhorias tecnológicas para a realização das atividades.

O diretor se recusou a recebê-los para iniciar um possível diálogo. Logo os estudantes que faziam parte desta comissão e diante dessa postura do administrador, retornaram ao encontro dos demais discentes que lhes esperavam no “matadouro” para debater o ocorrido. Quando os membros da FUAP estavam conversando, foram surpreendidos com a chegada do diretor Gervásio Brito Melo, que, por sua vez, entrou no recinto acusando-os de “subversivos”, usando o discurso dos militares quando questionado pelos movimentos sociais, demonstrando assim seu alinhamento ideológico e sua disposição em servir o governo. O grupo alegou que a acusação não tinha fundamento, pois estavam apenas reivindicando melhorias para o ensino.¹²² A postura do diretor não causou intimidação, pois os alunos do curso médico realizaram uma reunião para debaterem os problemas que os cercavam naquele momento e qual seria a postura que tomariam a partir de então. É importante ressaltar que a FUAP possuía várias críticas ao diretório acadêmico, uma das mais contundentes seria a sua possível omissão.

A questão do sucateamento das universidades era relevante para o governo, devido às pressões sociais, mas este tentava convencer a sociedade apresentando dados discordantes da realidade, como, por exemplo, o problema dos excedentes, que na visão dos militares era algo superado para o vestibular de 1968, na maioria das universidades brasileiras. Para os dirigentes do MEC, houve apenas uma exceção neste sentido que ocorreu na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Silveira Netto também acreditava que as Universidades estavam em pleno desenvolvimento do ensino, com o aumento de 20% nas vagas e que neste ano a

¹²² PROBLEMAS Em Medicina. **A Província do Pará**, Belém, 10 jul. 1968. 1º cad., p. 2.

UFPA matriculou 988 universitários. Com o propósito de consolidar essa justificava de bom desempenho, informou a criação das Faculdades de Psicologia, História Natural, Jornalismo, Química, Veterinária e Ciência para o ano de 1969.¹²³

A tática do MEC para resolver essa questão dos excedentes definitivamente seria pautada em um vestibular unificado e classificatório, elaborado pelas Universidades Federais e Particulares, em substituição aos realizados por Faculdades, este poderia ser regido e constituído por um “conteúdo único para todos os cursos ou para um conjunto de cursos dispostos em áreas de conhecimentos afins”¹²⁴. Os estudos de Cleodir Moraes afirma que a Universidade Federal do Pará adotou o sistema de seleção aos moldes de concurso público a partir de 1969, este fato veio solucionar o problema dos excedentes na UFPA, pois os candidatos foram selecionados conforme o número de vagas ofertadas por curso deixando de ser através das notas determinadas nos editais do vestibular.

Os excedentes foram um “fantasma” constante nos governos militares de Castelo Branco e Costa Silva. Para resolver a questão o Ministério da Educação propôs uma reforma universitária a partir de 1966 para as Universidades Federais do Brasil, durante o mandato do general Castelo Branco, que ficou em andamento, passando para o governo do general Costa e Silva. Este ao iniciar seus trabalhos propôs que unidades universitárias aumentassem em vinte por cento o número de vagas, mas o aumento ainda foi irrelevante para resolver a falta de vagas. No ano de 1967, as universidades enfrentaram um número elevado de excedentes, que fez com este elaborasse um decreto de lei estabelecendo um convênio com as instituições de ensino superior.

A demanda de alunos acima da capacidade fez com que houvesse a necessidade de contratar mais profissionais de todas as categorias: serventes, administradores, técnicos, professores; também demandou um maior número de material didático; e foram solicitadas ampliações de Faculdades e Escolas. Os recursos financeiros disponibilizados foram insuficientes para resolver a questão, deixando a desejar. Por outro lado, veio demonstrar que a autonomia das universidades se igualava a um mito, na realidade estava atrelada as normas pautadas pelo MEC, onde os professores e dirigentes eram tratados como simples funcionários públicos e mal renumerados, contribuindo assim para a decadência do ensino.

As falhas governamentais respaldam as críticas do movimento estudantil nacional, que via as Universidades Federais como reflexo maior dos problemas sociais. Os currículos e

¹²³ REITORES Reunidos. **A Província do Pará**, Belém, 15 fev. 1968. 1º cad., p. 1.

¹²⁴ MORAES, Cleodir da Conceição. A Universidade Federal do Pará em tempos de Reforma Universitária. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira. **UFPA 50 anos, histórias e memórias**. Belém: Editora Universitária, 2007.

estrutura dos cursos eram destoantes com a realidade e as necessidades vitais e urgentes do Brasil. A questão dos excedentes era compreendida como algo absurdo, causada por incapacidade administrativa e aplicação irracional dos recursos disponíveis, encarecendo o custo do ensino. Assim, os estudantes almejavam a participação na elaboração da reforma universitária, assim como nas demais reformas reais que o país exigia. Acreditava que era responsabilidade dos estudantes debaterem sobre problemas e temas de importância nacional, realizar denúncias das irregularidades e atentados à liberdade. O projeto de reforma universitária apresentada pelo MEC foi visto pelo movimento estudantil paraense como um projeto que desprivilegiava a realidade da Amazônia, desconsiderando os seus recursos naturais e humanos, além de deixar de expor um plano nacional para educação desvinculado de acordos internacionais. Houve uma campanha para denunciar as irregularidades, mas foram chamadas de “agitações estudantis” e “subversão” pelo Estado autoritário. As reivindicações e os objetivos traçados fizeram com que houvesse a necessidade de organizar, traçar metas e definir a luta que iriam combater.

2.5 Quem ouvirá o canto triste do Calabouço: a morte do paraense Edson Luís

O restaurante Calabouço é palco de protesto desde 1967. Esse processo se intensificou no início de 1968¹²⁵ quando os estudantes cariocas reivindicaram ao governo da Guanabara a conclusão das obras que pareciam intermináveis.¹²⁶ O Calabouço tinha uma função social para com os alunos, principalmente os secundaristas, uma vez que, atendia uma clientela de baixa renda, a qual dependia de seu funcionamento para se alimentar. O estabelecimento oferecia aproximadamente “seis mil refeições diárias”¹²⁷, dado que revela a sua importância.

Contudo, os atos reivindicatórios estudantis coincidiram com o mandato do segundo presidente militar, o marechal Costa e Silva, o qual tomou posse da presidência da república em 15 de março de 1967. Já no ano de 1968, Costa e Silva institucionalizou a violência

¹²⁵ Ao falar sobre o início dos protestos no Calabouço, Maria Ribeiro do Valle (1999, p. 41), ressalta que “O final de janeiro assiste aos protestos dos estudantes do Calabouço, que se manifestam por meio de uma pequena passeata, reivindicando melhorias de condições de higiene e funcionamento, sendo reprimidos a tiros pela polícia no centro do Rio de Janeiro”. VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência – Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 1999. p. 66.

¹²⁶ O estudo de Daniel Arão Reis e Pedro Moraes (2008, p. 54) salienta que no ano de 1968 ocorreu um fenômeno mundial da juventude, o qual formou uma geração de espírito de luta, onde buscavam conquistar os seus interesses. Esse fato é visível nos discursos, nas assembleias, nas passeatas, nos encontros. Assim como, essa juventude estava determinada a alterar os resultados desfavoráveis as suas reivindicações. Por este motivo, estavam dispostos a lutar, sem fazer uma correlação das forças e a avaliação dos resultados.

¹²⁷ DE CRÍTICA. **A Província do Pará**, Belém, 18-19 fev. de 1968. 1º cad., p. 1.

montando um aparato de repressão.¹²⁸ O restaurante Calabouço foi reduto de encontro da juventude carioca que possuía um viés político, atuantes na defesa de seus direitos. Este local era sede de várias entidades estudantis, como a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), a União Metropolitana dos Estudantes do Rio Janeiro (UME), o Instituto Cooperativo de Ensino (ICE). Essas organizações buscaram dialogar com as autoridades governamentais do Rio de Janeiro em prol da manutenção do Restaurante Central dos Estudantes.

Os estudantes reivindicavam a manutenção do lugar, fator ignorado pelas autoridades. Sendo assim, eles procuraram outros mecanismos para chamar a atenção governamental e da sociedade para as suas demandas. Inicialmente buscaram estabelecer acordos, os quais se restringiram a promessas. Após serem esgotadas as tentativas de diálogo com o governo, foram tomadas medidas contrárias à “lei da segurança nacional”. Para garantir o benefício da alimentação, os frequentadores do Calabouço deflagraram passeatas de protesto contra a paralisação das obras do restaurante e organizaram uma comissão para angariar fundos financeiros para a continuidade nos serviços.

Diante da atitude dos “comensais do Calabouço”¹²⁹ o governo se prontificou a “responder” as reivindicações na base da violência. “A polícia entrou em ação, sem quê e nem porquê, e o resultado foi a prisão de dezenas de estudantes, e outros tantos espancados.”¹³⁰ Desse modo, as atitudes das forças de repressão do Estado foram duramente criticadas pela juventude, a imprensa relatou o diálogo estabelecido com os jovens, a violência foi enorme havendo um espetáculo de horror, onde os estudantes foram surrados, ao ponto de deixá-los com braços quebrados.

A violência policial reforçou os laços de solidariedade ao movimento estudantil carioca, no qual os estudantes respondiam à repressão realizando denúncias contra as arbitrariedades policiais, tendo mais um motivo: o repúdio à violência pela sociedade, assim gerou mais protestos contra as atitudes governamentais; novas passeatas saíam às ruas, agora com o propósito de contestando as obras inacabadas, como também as atitudes dos homens da lei. Os estudantes cariocas, assim como o governo, estavam predispostos a uma “batalha urbana”, pois nenhum dos lados pretendia recuar. Os frequentadores do Calabouço deram

¹²⁸ Carlos Fico (2016, p. 62) afirma que a ditadura foi muito violenta desde os primeiros momentos após o golpe de 1964. Entretanto, a partir de 1968, a violência se ampliou muito com a instituição de aparatos de repressão que criaram um sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política, além de um tribunal de exceção para o julgamento de pessoas supostamente implicadas em corrupção.

¹²⁹ Este termo é utilizado pela imprensa para denominar os estudantes que se alimentavam no restaurante calabouço.

¹³⁰ PASSEATA. **A Província do Pará**, Belém, 23 jan. 1968. 1º cad., p. 1.

continuidade a seus objetivos, e as forças repressoras exerceram o seu papel de manter a “ordem pública” ao extremo. Sobre a organização do movimento estudantil no Calabouço, cuja frente estava sob o comando da FUEC, Josué Diniz relembra que

Os comensais do Calabouço possuíam sua própria liderança que era exercida através de uma agremiação cujo presidente, cordial e sensato, jamais havia usado os estudantes para fins alheios aos seus objetivos. Só saíamos às ruas para reivindicar o que considerássemos nossos direitos. A agremiação que liderava os estudantes funcionava como uma espécie de sindicato altamente organizado. As decisões antes de serem tomadas eram levadas aos demais companheiros e decidíamos em assembleia se iríamos ou não sair em passeata e qual a composição da comissão que iria falar com o Ministro da Educação ou com o Governador. Discutida e aceita por todos, marcávamos a passeata que geralmente percorria o centro da cidade, tendo como ponto final o Calabouço.¹³¹

Quarenta anos após 68, a memória de Josué Diniz revela que os comensais do Calabouço possuíam sua própria liderança e suas pautas reivindicatórias, querendo remeter uma ideia de que eles representavam e lutavam apenas pelos interesses da organização estudantil do restaurante, sem estar vinculado à política externa e a contestação da governabilidade dos militares. Suas memórias colocam os comensais como “os verdadeiros estudantes”, que lutavam apenas pelas causas estudantis, um modelo idealizado pelos militares. Omiti-o os debates de ideias diversificadas, inclusive políticas, presente nas pautas dos estudantes, colocando-os como uma organização homogênea e sensata. Contudo, as análises dos jornais nos mostram que no ambiente interno do restaurante havia pelo menos entidades organizadas já citadas: UME, ICE, FUEC. Logo, havia uma diversidade de entendimentos que convergiam em diferentes lutas, contra os governos militares.

É importante entender a história desse restaurante, neste sentido, os estudos de Rafael Rosa Hagemeyer¹³² revelam que o restaurante Calabouço foi uma “medida de caráter assistencialista” do governo Getúlio Vargas em 1951, com o objetivo de corroborar a permanência de estudantes cujo destino era o Rio de Janeiro para estudar. Ao longo dos anos, o restaurante foi mantido com verbas federais, estaduais e a participação dos estudantes, fatores contribuintes para que houvesse a democratização do ensino. Inicialmente, era destinado ao público universitário, mas com as construções de restaurantes nas Faculdades, os comensais passaram a ser formados, em sua maioria, pelos secundaristas. Vladimir Palmeira

¹³¹ DINIZ, 1988 *apud* HAGEMEYER, 1997, p. 21.

¹³² HAGEMEYER, Rafael Rosa. **Movimento Estudantil de 68: Imagens da Paixão**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997, p. 26-28.

ressalta que o “Calabouço era voltado para os estudantes mais pobres – aliás, para pobres em geral, porque muita gente falsificava carteirinha e comia ali sem ser estudante.”¹³³

No entanto, a localização despertou o interesse governamental a partir do ano de 1966, para melhorar a infraestrutura em torno do aeroporto Santo Dumont, “as obras eram necessárias”, pois a cidade estava se preparando para receber a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para Vladimir Palmeira, este era o verdadeiro pretexto, mas não assumiam, pois temiam mais agitação e protesto.¹³⁴ No segundo semestre de 1967, após as reivindicações dos estudantes cariocas, um prédio em condições precárias foi entregue, sob a promessa, feita por Negrão Lima, de construção de um novo restaurante. O descumprimento do governo estadual foi o motivo para novas contestações dos educandos.

Os estudantes começaram a divergir do Governo Estadual a partir do interesse deste em construir um viaduto, onde se localizava o “Trevo dos Estudantes”, solicitando ao “governo federal a retirada do restaurante daquela área”. Contudo, a autoridade estadual negava ter competência para construir um novo prédio, transferindo a responsabilidade para o Governo Federal. Essa alegação era duramente contestada, pois quem tinha interesse no local era o Estado da Guanabara. Para os estudantes restava a todo custo mantê-lo e evitar a demolição sem a construção de um novo, pois compreendiam que o restaurante possuía um sentido histórico. Haviam recebido de uma geração passada e pretendiam entregá-lo às gerações futuras.¹³⁵

Nesta perspectiva, o governador Negrão Lima, em reunião com uma comissão de estudantes cariocas, garantiu a estes, em seu gabinete, “que não construiria o trevo rodoviário.”¹³⁶ Esse fato ficou só nas palavras, pois no dia seguinte as máquinas chegaram ao local e derrubaram o prédio. Os secundaristas que se encontravam naquele momento intervieram sem ganhar a causa, restando-lhes apenas os sinais da violência presente no momento. Esse episódio caracterizou a traição do governador, gerando inúmeros protestos e passeatas. As pressões surtiram efeito, pois Negrão Lima entregou um novo prédio, inacabado, com a promessa de finalizá-la no prazo de cinco meses. Ao final do prazo, nada foi resolvido, gerando mais reivindicações por melhorias no local, pois o prédio não possuía condições básicas de saneamento sanitário para funcionar. Os estudantes alegavam que a alimentação era de 2º e 3º qualidade e que vinha com um ingrediente a mais, a poeira.

¹³³ DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a Ditadura**: o movimento de 68 contado por seus líderes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 1998. p. 70.

¹³⁴ *Ibid.*

¹³⁵ QUEM ouvirá o canto triste do Calabouço. **Jornal Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1968. 1º sessão, p. 7.

¹³⁶ *Ibid.*

Esses acontecimentos são importantes para se compreender o contexto que causou a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, natural do Pará. Seus familiares são do município de Acará¹³⁷, posteriormente residiram na passagem Brasília, na preferia da capital¹³⁸. Filho de família humilde, moradores cuja renda familiar contava com a contribuição da matriarca, a senhora Maria de Lima Souto, cuja ocupação era empregada doméstica. Esse jovem acompanhava sua mãe no local de serviço, chegando até a residir no mesmo.¹³⁹

Sobre o ensino básico, Edson Luís estudou na Escola Augusto Montenegro, depois foi em busca de melhorias financeiras e educacionais, locomovendo-se para a cidade de Brasília; em seguida, para o Rio de Janeiro, onde residia com uma “tia que era casada com um militar da Aeronáutica”¹⁴⁰. Nessa cidade, estudava no Instituto Cooperativo de Ensino, que funcionava no Calabouço. O rapaz trabalhava no próprio restaurante para pagar o estudo, com prestação de serviços de limpeza.

Armando Alves Filho¹⁴¹ e Elson Monteiro¹⁴² conheceram Edson Luís na adolescência e chegaram até a brincar juntos de bola, na Rua Arcipreste Manuel Teodoro, próximo à Igreja da Trindade. Armando Alves Filho, que demonstra ter sido mais próximo do estudante, desconhece a existência de alguma formação política de Edson. Se houve, aconteceu somente no Rio de Janeiro, lá ele pode ter crescido politicamente. Relembra a tristeza que lhe abateu quando as notícias do assassinato chegaram a Belém, “porque ele era um menino, um rapaz muito legal, muito bacana”¹⁴³. Elson Monteiro afirma que, ao ver as fotos do assassinato de seu colega de brincadeiras, nas capas dos noticiários, despertou-lhe a vontade de conhecer mais da política do movimento estudantil nacional. Este afirma que passou a “acompanhar todo noticiário sobre as manifestações estudantis que arrebutaram no Brasil no ano de 1968”¹⁴⁴. As informações eram obtidas através dos telejornais, periódicos e revistas de circulação nacional.

28 de março seria mais uma noite de protesto. Estudantes cariocas esquematizaram uma passeata para reivindicar a conclusão das obras do Calabouço. As manifestações reivindicatórias geralmente ocorriam no início da noite, horário de trânsito intenso e seguiam

¹³⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. **ATA da 12ª Sessão Ordinária**. Belém: ALEPA, 2 abr. 1968, p. 217.

¹³⁸ MÃE em Crise Nervosa. **A província do Pará**, Belém, 2 abr. 1968. 1º cad., p. 8.

¹³⁹ MONTEIRO, Elson Luiz Rocha Monteiro, 2014.

¹⁴⁰ PALHARES, Valdecir Manoel Affonso, 2014.

¹⁴¹ ALVES FILHO, Armando Alves Filho, 2014.

¹⁴² *Ibid.*

¹⁴³ MONTEIRO, Elson Luiz Rocha, *op. cit.*

¹⁴⁴ MONTEIRO, Elson Luiz Rocha Monteiro, 2014.

na contramão dos automóveis, maneira de evitar confronto com a força policial.¹⁴⁵ Segundo o jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, os estudantes foram surpreendidos e nem chegaram a sair do restaurante, pois as tropas avançaram, cercando o prédio: “Seis carros fecharam todas as saídas [...] dois na frente do prédio, quatro atrás”. O jornal afirma que os policiais fizeram a invasão, logo “os estudantes procuram se defender, usando pedras e sacos de areia.”¹⁴⁶ O jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, apresenta essa mesma versão, de que os policiais iniciaram a violência e agiram de surpresa: “Após vários choques da corporação, invadiram o local, onde grupos de estudantes discutiam a realização de uma passeata”¹⁴⁷, tendo como consequência vários rapazes e moças feridos e o assassinato de duas pessoas: o estudante secundarista Edson Luís e um comerciante “que assistia do alto de um prédio à operação da polícia contra os estudantes. Esse sujeito foi morto com um tiro na boca.”¹⁴⁸

O Liberal relata os fatos de maneira resumida, pautado em breves dados do incidente, informando que houve um grave incidente envolvendo policiais militares e estudantes, culminando na morte de um estudante secundarista e um funcionário do INPS. Relata também a trajetória que os estudantes percorreram do restaurante até a Assembleia Legislativa da Guanabara, ressaltando o episódio da “deprecação da vidraça da embaixada norte-americana.”¹⁴⁹

Os dois periódicos cariocas tomaram partido dos estudantes e afirmaram, ao longo de suas reportagens, que eles tinham todo o direito de protestar. Assim, essa imprensa legitimava a luta da juventude, caracterizando-os como cidadãos brasileiros que reivindicavam os seus direitos. O jornal *O Liberal*, de Belém do Pará, apenas reproduziu as informações de uma agência de notícias, na íntegra, sem questionamento das fontes, não se interessando em colocar os motivos dos estudantes terem apedrejado a embaixada norte-americana e deixou que seus leitores construíssem suas próprias deduções sobre o caso, que variavam de um ato lícito, legítimo a um ato de baderna.

Quando chega a notícia do Rio de Janeiro daquele estudante morto numa manifestação em frente ao Restaurante Calabouço, restaurante universitário do Rio, é que nós vimos às fotografias na revista do estudante Edson Luís, né? E aquilo me chamou a atenção, eu comecei a me interessar, eu teria uns dezesseis anos, quinze para dezesseis anos, a me interessar por isso e aí passei a acompanhar todo o

¹⁴⁵ Essa informação consta no livro de memórias de José Dirceu e Vladimir Palmeira (1998).

¹⁴⁶ A ORDEM Era Quebrar Tudo: PM Acabou Massacrando Estudantes. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1968. 1º sessão, p. 5.

¹⁴⁷ POLÍCIA Militar Mata Estudante. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 29 mar. 1968. 1º Car., p. 1.

¹⁴⁸ *Ibid.*

¹⁴⁹ ESTUDANTE paraense morre em choque com a PM no Rio. **O Liberal**, Belém, 29 mar. 1968. 1º cad., p. 1.

noticiário sobre as manifestações estudantis que arrebentaram no Brasil nesse ano, de 68.¹⁵⁰

Como já mencionado por outros estudos, a morte de Edson Luís foi o estopim para a mudança do movimento estudantil nacional diante da política repressiva criada pelo governo militar. O assassinato do estudante secundarista paraense marcou o início de um processo de radicalização política e de confrontos violentos entre a polícia e os estudantes. Essa análise é ratificada por Maria Ribeiro do Valle ao dizer que a morte do estudante inicia o percurso da violência no ano de 68, quando ocorre a opção do movimento estudantil por usar a mesma arma até então utilizada pelo governo.¹⁵¹

Em 29 de março de 1968, os estudantes brasileiros acordaram em estado de luto, devido à morte do secundarista paraense. O conhecimento da morte de Edson Luís representou um momento de união da juventude brasileira, pois, em diferentes lugares, inúmeros jovens se manifestaram em prol do movimento estudantil. No Pará, esse assassinato representou também a unificação dos estudantes universitários e secundaristas. Até mesmo os estudantes oriundos de Faculdades consideradas mais conservadoras se posicionaram favoráveis a participar dos protestos por entenderem inadmissível a barbárie do regime militar. A morte de Edson Luís é tema recorrente na historiografia nacional. O presente estudo adentra na repercussão desse episódio no Estado do Pará, cujos periódicos tiveram grande interesse em prover a sociedade paraense com notícias das repercussões da tragédia da Guanabara, como já mencionado.

No dia 30, o periódico paraense *A Folha do Norte*, buscou entender de quem seria a culpa pelo ocorrido, evidenciando que o conflito aconteceu apenas pela decisão dos estudantes em organizar a passeata. Assim, na visão do jornal, o assassinato foi consequência da organização. Desse modo, deixa claro que o responsável foi o movimento estudantil, contradizendo os precitados diários cariocas, realizando uma leitura do evento que contradizia outras fontes analisadas. A maior parte dos jornais aponta que a principal bandeira de manifestação seria o acabamento das obras do restaurante.

No entanto, o jornal *A Folha do Norte*¹⁵² alegou que os verdadeiros motivos estavam relacionados aos protestos contra a guerra do Vietnã ao invés da manutenção do Calabouço. Todavia, esse tema não está totalmente fora da pauta das manifestações, já que essa guerra também era questionada pelos estudantes. A informação no periódico de que houve uma tentativa de negociação entre estudantes e policiais não é plausível. A partir do que relatam

¹⁵⁰ MONTEIRO, Elson Luiz Rocha Monteiro, 2014.

¹⁵¹ VALLE, 1999, p. 66.

¹⁵² UM TIROTEIO no Rio mata um estudante paraense. *A Folha do Norte*, Belém, 30 mar. 1968. 1º cad., p. 5.

outros jornais, evidencia-se que a ação dos policiais, além de truculenta, foi surpresa para os estudantes. Este mesmo periódico elenca que a violência começou a partir das reivindicações estudantis quando estas deixaram de ser atendidas: “os estudantes saíram e, logo de início apedrejaram a fachada da embaixada americana, e um desconhecido fez o primeiro disparo.”¹⁵³ Mas é necessário afirmar que o apedrejamento desta embaixada foi uma agressão ao símbolo do poder imperialista dos EUA, intensamente inserido nas questões educacionais do ensino brasileiro, algo que, para esses estudantes, era inaceitável. Este jornal deu ênfase ao discurso governamental, apesar de, no segundo momento, evidenciar outras questões sobre a morte do estudante paraense.

A partir do assassinato do secundarista, as manifestações da juventude foram espontâneas, alastrando-se por todo o país. A radicalização política dos estudantes e o confronto com o regime vinham se acirrando desde 1966, quando ocorreram violentos choques entre os estudantes e as tropas policiais, como exemplo: o episódio “da Praia Vermelha”.¹⁵⁴ No entanto, nenhum incidente anterior à repressão policial contra manifestação havia causado morte como o evento do dia vinte e oito de março, no restaurante Calabouço, que culminou com a primeira morte pública da ditadura militar. Nessa perspectiva, a morte de Edson Luís “iniciou o percurso da violência no ano de 1968, quando ocorreu a opção do movimento estudantil por usar a mesma arma que vinha sendo utilizada pelo governo”¹⁵⁵, marcando definitiva a mudança de tática do movimento estudantil.

Após constatar a morte do estudante na Santa Casa de Misericórdia, a resposta veio através de violência no percurso do corpo para a Assembleia Legislativa da Guanabara, a qual entrou em sessão permanente. Em poucas horas, o local foi ocupado por inúmeras pessoas solidárias à causa dos estudantes cariocas. As autoridades presentes tentaram conduzir o cadáver ao Instituto Médico Legal para fazer a autópsia, mas não houve aceitação, pois havia o receio do sumiço do corpo.¹⁵⁶ A conquista do cadáver significou uma vitória contra a polícia. Parte dos manifestantes ficou acampada na Assembleia para vigiar o corpo, enquanto outros saíram às ruas com a camisa ensanguentada para arrecadar recursos para a realização do enterro e comprar as passagens para a locomoção de seus familiares, assim como levar ao conhecimento da sociedade o ato de repressão do estado.

¹⁵³ UM TIROTEIO no Rio mata um estudante paraense. *A Folha do Norte*, Belém, 30 mar. 1968. 1º cad., p. 5.

¹⁵⁴ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. 1968, nas teias da história e da memória. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica* – n. 26, 2008, p. 108.

¹⁵⁵ VALLE, 1999.

¹⁵⁶ REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de Mello. **1968: A Paixão de uma Utopia**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: editora FGV, 2008, p. 22.

O jornal *A Folha do Norte* caracteriza o velório do estudante como a “primeira manifestação importante contra o Governo Militar, desde a Revolução de 1964”¹⁵⁷. Essa manchete simboliza o afastamento da sociedade civil em relação ao Governo, pois é o primeiro ato público que reuniu várias entidades civis, como políticos, artistas, religiosos, profissionais liberais, comerciantes, autônomos, donas de casa, estudantes secundaristas e universitários, que finalmente se posicionaram publicamente contra o governo e que naquele momento estavam “dispostos a entrar em conflito direto contra o poder executivo”. A sociedade participou intensamente dos ritos fúnebres de Edson Luís na cidade do Rio de Janeiro, cujo centro se transformou em palco de guerra.

Algumas pessoas combatiam a repressão policial jogando diversos objetos contra o contingente da polícia. Durante o cortejo fúnebre, o governo do estado utilizou de seus poderes para cortar a energia elétrica, tentando sabotar o clima de comoção social. Entretanto, a sociedade tomou a morte de Edson Luís como símbolo que, por sua vez, resinificou-se como um filho da pátria. Nessa análise, acredita-se que a morte desse estudante foi o estopim para vários processos simbólicos. Chamando a atenção a partir do momento em que os estudantes envolveram o corpo de Edson Luís com a bandeira nacional e hastearam a camisa ensanguentada do estudante.

Houve uma unificação “mística” desses estudantes, cuja bandeira que os aglutinava estava manchada por sangue, logo representava a sua bandeira de luta. Humberto Cunha relata em seus discursos que a morte do Edson Luís representou o início das lutas estudantis naquele ano. A sua morte “trouxe um impacto muito grande para a sociedade paraense. Pelo fato de ele ser filho desta terra, não tanto pelo fato de ser estudante ou porque o povo estivesse com raiva da ditadura”¹⁵⁸. Maria Ribeiro do Valle, pautada na fala de Vladimir Palmeira, afirma que foi nesse luto que começou a luta.¹⁵⁹

As assembleias foram palcos de protestos dos estudantes. Por exemplo, a tribuna da Assembleia Legislativa do antigo Estado da Guanabara serviu de palanque para as manifestações de insatisfação contra os episódios da noite de 28 de março de 68, como fez o deputado Jamil Haddan que se solidarizou com a causa estudantil, salientando que houve um crime e esse não deveria ficar sem punição aos responsáveis e que a sociedade da Guanabara e do Brasil precisava manifestar-se. Já o deputado Geraldo Alves caracterizou o episódio como um verdadeiro ato de “barbaridade”.

¹⁵⁷ ESTUDANTES Protestam: Punição aos Assassinos. *A Folha do Norte*, Belém, 30 mar. 1968. 1º cad. p.1.

¹⁵⁸ CUNHA, Humberto Rocha, 2014.

¹⁵⁹ VALLE, 1999, p. 96.

O senhor Aluizio Caldas afirmou que já era esperado esse desfecho trágico, pois “desde anteriores manifestações estudantis, quando o governo ficou indiferente às manifestações da polícia”¹⁶⁰, essa morte já era esperada. Desde a instalação da “Revolução”, a nação brasileira sofria inúmeras derrotas em ações consideradas como exercício da democracia. A morte do estudante repercutiu em vários estados do Brasil, havendo a realização de passeatas e comícios em repúdio à arbitrariedade da polícia militar da Guanabara, além de permissão e proibição das manifestações, dos governadores.

A crise estudantil prossegue em quase em todo o território nacional. Em Fortaleza a polícia começa a prender estudantes que destruíram ontem a sede da USIS, em Florianopolis, os estudantes realizaram passeata em clima de ordem. Em Natal foi iniciada greve geral em todas as Faculdades. Em Recife, os estudantes foram proibidos, mas realizaram passeata.¹⁶¹

Como os demais estudantes brasileiros, os de Belém não ficaram indiferentes. Os gritos de indignação ecoaram pelas unidades escolares secundaristas e universitárias. No dia 29 de março, o Diretório Central dos Estudantes do Pará, sob a liderança da União Acadêmica Paraense, com os representantes dos diretórios acadêmicos dos cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Economia, Filosofia, Enfermagem, Arquitetura, Serviço Social, Agronomia, Administração e Núcleo de Física e Matemática realizaram uma reunião na Faculdade de Medicina, com o objetivo de deliberar a organização dos protestos na capital paraense pela morte de Edson Luís. Desta primeira assembleia ficou determinado que a comunidade acadêmica da UFPA iria entrar em greve e realizar passeatas.

Layse Duarte Sales¹⁶² confirma sua participação na reunião universitária citada acima. Durante a assembleia, ela colocou como proposta a ocupação da UFPA, dando como justificativa que o movimento universitário estudantil paraense deveria fazer radicalizações, pois, para ela seria uma questão de “solidariedade à luta nacional, que o nosso amigo, estudante de 16 anos, Edson Luís, tinha sido morto no calabouço, no Rio”, sendo rejeitada pela congregação presente, por parte dos alunos da Faculdade de Odontologia, que eram contrários a movimentos radicais. Era desfavoráveis a qualquer reivindicação vinda do movimento estudantil universitário, motivo pelo qual a proposta foi negada.

¹⁶⁰ UM TIROTEIO no Rio mata um estudante paraense, 30 mar. 1968, p. 5.

¹⁶¹ A CRISE Pelo País. **A Província do Pará**, Belém, 04 abr. 1968. 1º cad., p. 1.

¹⁶² SALLES, Layse Duarte. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 3 mai. 2016.

Maria Celeste Passarinho De Souza Porto¹⁶³ lembrando o movimento estudantil universitário paraense, a partir da morte deste estudante, revela que eles tinham informações dos acontecimentos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Brasília. Ressalta também as organizações das passeatas de protesto contra o assassinato. Diz que umas das consequências deste fato em nível nacional foram às ocupações das Faculdades em diversas Universidades. O Partido Comunista do Brasil e a Ação Popular propuseram a ocupação da UFPA.

A estudante Hecilda Mary Veiga¹⁶⁴, caloura do curso de Ciência Sociais neste mesmo ano, relembra que, ao passar no vestibular, pôde conhecer o mundo. Afirma hoje que a década de 1960 foi extraordinária. Fala também sobre o início do semestre acadêmico: “quando nós chegamos à universidade, teve o problema do assassinato do Edson Luiz de Lima Souto, 28 de março de 1968, no Rio”. Ela caracterizou como o estopim do início do movimento universitário paraense no primeiro semestre. Apontou também o movimento estudantil nacional como pioneiro, “antes da manifestação que veio a ocorrer na França. O ‘Proibido Proibir’, que hoje todo mundo está discutindo isso por conta dessa coisa das biografias”. Já Alberto Ferreira Puty¹⁶⁵ relata que “a universidade estava viva”, os debates estavam em torno de uma reforma universitária, assim como em torno da morte de Edson Luís. O ambiente universitário era campo para muitas discussões, mobilizações e manifestações.

Waldir Paiva Mesquita¹⁶⁶ menciona que no dia posterior ao acontecimento no Rio de Janeiro chegou à Faculdade de Medicina e encontrou uma forte mobilização dos universitários. Ele foi recepcionado pelos companheiros presentes: “Ruy Antônio Barata, do PCB e José de Jesus Lima Monteiro, que era de Marabá”. Lenilson Sá Holanda¹⁶⁷ afirma que após o assassinato do estudante no Rio de Janeiro houve um “pique de protesto, um momento de resistência”. A missa de sétimo dia foi um grande acontecimento que parou a cidade, assim

¹⁶³ PORTO, Maria Celeste Passarinho De Souza. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 8 mai. 2016.

¹⁶⁴ VEIGA, Hecilda Mary. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 13 mai. 2016.

¹⁶⁵ PUTY, Alberto Ferreira, 2014.

¹⁶⁶ MESQUITA, Waldir Paiva. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 15 mai. 2016.

¹⁶⁷ HOLANDA, Lenilson Sá. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 18 mai. 2016.

como “agitou o Brasil todo”. William Mota de Siqueira¹⁶⁸ também narra este acontecimento na unidade universitária. Fala da repercussão e como o movimento estudantil transformou a tragédia em um ato político. Edson Luís deixou de ser um simples estudante desconhecido para ser um companheiro de luta, “um camarada” que foi sacrificado pela luta justa dos estudantes, o primeiro “mártir da revolução”.

Armando Alves Filho¹⁶⁹ diz que este assassinato causou protestos, mas “não da mesma natureza de lá”, uma possível referência aos atos de violência presentes em outras capitais. Aqui não houve uma repressão por parte das forças armadas. Ainda em seu depoimento, afirma que “os grupos começaram a se organizar mais”, ou seja, o movimento estudantil universitário paraense, os secundaristas, os partidos de esquerda PCB e AP iniciaram uma mobilização na “perspectiva de contestar o regime”. Mas é importante ressaltar que suas memórias apresentam lacunas ao falar das manifestações deste evento: “eu não me recordo bem, se no caso do Edson em particular, tenha havido alguma manifestação aqui, não estou lembrado, eu sei que teve, mas não estou lembrado”. Embora com a existência de falha da memória no depoimento, este é relevante para o estudo, pois outros sujeitos sociais confirmam suas palavras.

Humberto Rocha Cunha¹⁷⁰ confirma as memórias de William Mota de Siqueira quando este diz que “o movimento universitário transformou a tragédia em um ato político”, pois, entre 1967 a 1968 os membros da União Acadêmica Paraense, ligados a Ação Popular fizeram algumas reuniões na Casa do Estudante Universitário, localizada na Rua 16 de Novembro. Dentre os participantes estava Humberto Cunha, Layse Duarte Sales e Fernando Fiúza de Melo, com o intuito de organizar as pautas reivindicatórias para o ano de 1968, mas nos três primeiros meses houve poucas mobilizações. O planejamento feito até o momento não havia se consolidado, o empecilho estava presente devido à maioria dos estudantes não aceitavam participar dos protestos. Segundo Humberto Cunha, a morte de Edson Luís veio dar o impulso necessário para as mobilizações pensadas, porque foi a primeira vez que os discentes da Faculdade de Agronomia, que eram considerados de direita, os quais não participavam e ainda faziam campanhas para esvaziar as atividades de mobilizações¹⁷¹, envolveram-se nessas reivindicações por desacreditarem na versão dos militares.

¹⁶⁸ SIQUEIRA, William Mota. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 12 mai. de 2016.

¹⁶⁹ ALVES FILHO, Armando, 2014.

¹⁷⁰ CUNHA, Humberto Rocha, 2014.

¹⁷¹ *Ibid.*

Os diretórios acadêmicos de Medicina e Economia foram responsáveis por fazer as divulgações da convocação da comunidade acadêmica e social para o comparecimento à manifestação pública do dia 30 de março de 1968, com saída de frente do curso de Medicina, percorrendo as ruas da cidade até a Praça do Relógio. O convite foi através do jornal do Centro Acadêmico de Economia e pelos periódicos de circulação diária.

Figura 6 – A Chamada



Fonte: Arquivo do jornal **O Papagaio**, Belém, 29 mar. de 1968. Última página.

A imagem é o convite para a comunidade acadêmica comparecer à passeata em prol de Edson Luís. Para o movimento estudantil universitário paraense, a participação era fundamental, pois acreditavam e propagavam que toda a classe estudantil fazia parte dessa luta, logo era de “vital importância” o comparecimento de cada um. A integração foi compreendida como uma representação de solidariedade “aos colegas que já estavam na frente de batalha, sofrendo na pele os sacrifícios que a ditadura lhes impõe pelo crime de desejarem melhores condições para as suas escolas e uma pátria livre.”¹⁷² A repressão estava escancarada e era necessário consolidar uma união que contestasse as atitudes dos militares. Neste sentido, publicou-se uma nota oficial do movimento estudantil universitário paraense, no jornal *A Folha do Norte*:

Os estudantes paraenses vêm de público tomar posição face aos lamentáveis acontecimentos ocorridos no dia 28, no Estado da Guanabara, em cuja ocasião foi vitimado o nosso colega Édson Luiz de Lima Souto, paraense, em curso de estágio naquele Estado. Pranteamos nosso querido colega brutalmente assassinado pelo terror policial guanabarinense, no Restaurante Estudantil do Calaboço, quando, pacificamente, exercia direito garantido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem ao protestar contra o aumento das taxas de refeições. Pelo que: 1- Hipotecamos à família enlutada o nosso mais profundo pesar; 2- Decretamos Luto Oficial por 7 (sete) dias; 3- Exigimos o pronunciamento das autoridades apuração das responsabilidades e punição dos culpados; 4- Repudiamos as manifestações anti democráticas da Polícia Militar do Estado da Guanabara; 5- Conclamamos a classe

¹⁷² [Publicação]. **O Papagaio**, Belém, n. 8, última página, 29 mar. 1968.

estudantil, universitária e secundarista, trabalhadores, entidades de classe e o povo em geral para comparecer à Marcha de Potesto a sair da Faculdade de Medicina às 9:00 horas do dia 30, sábado.¹⁷³

A nota acima nos revela a reação de pesar dos estudantes paraenses ao assassinato Edson Luís, fato que causou comoção e revolta da juventude, a qual exigiu das autoridades a apuração e punição dos responsáveis pelo crime; decretou luto oficial de sete dias; também deu o pesar aos familiares de Edson Luís; salientou que os atos cometidos pelos policiais da Guanabara violava o estado de direito garantido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem em fazer protesto pacífico, assim como, demonstrou o repúdio às manifestações antidemocráticas dos militares e, por fim, conclamou toda a classe estudantil e a sociedade em geral a participar da marcha de protesto.

O objetivo do convite surtiu efeito, pois conseguiram trazer de forma espontânea a sociedade em geral e alunos com concepções e propósitos políticos diferentes, os quais compareceram, solidarizando-se com a causa. Vieram alunos oriundos dos cursos de Farmácia e Odontologia, que eram considerados conservadores. Os estudantes do sexto ano de Medicina tiveram uma participação expressiva por concordarem com os protestos dos demais acadêmicos, ficaram de luto, assim como as famílias brasileiras. Do mesmo modo, a participação de estudantes secundaristas apresentou valor significativo ao movimento estudantil universitário paraense, pois estes acompanharam os atos públicos, passeatas, comícios, missa, ocupação da Assembleia Legislativa e Câmara dos vereadores. O assassinato simbolizou a primeira unificação do movimento estudantil universitário paraense, embora momentânea, pois compreenderam a existência da ameaça à vida, os militares tiraram a máscara e demonstraram toda a sua violência contra a sociedade.¹⁷⁴

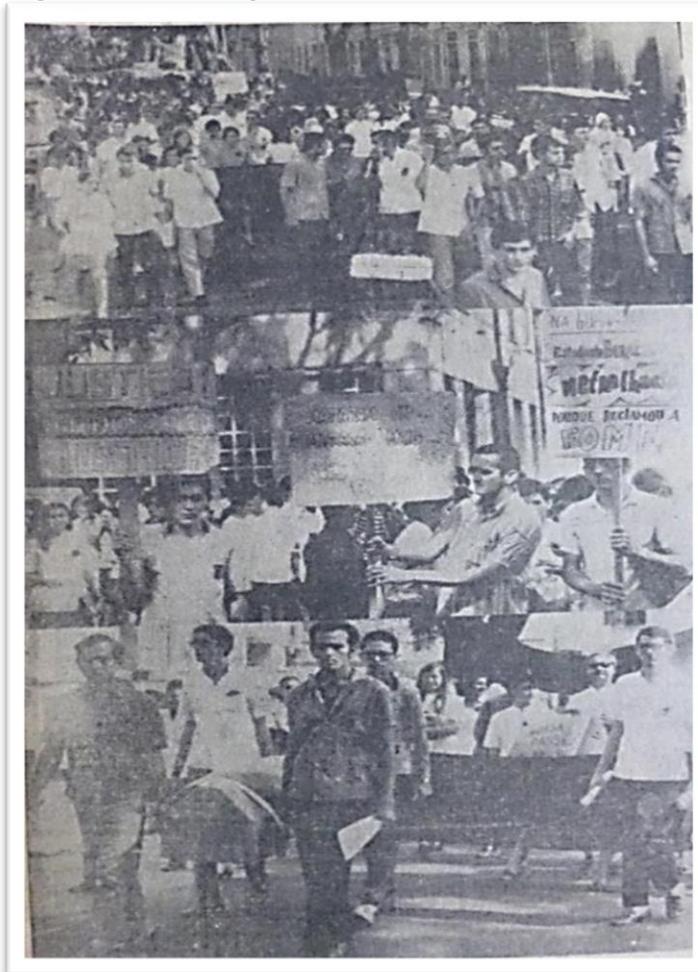
No dia 30 de março de 1968, o movimento estudantil universitário paraense saiu em cortejo da frente da Faculdade de Medicina em direção à Praça do Relógio, protestando contra a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Durante o traslado mais pessoas os acompanhavam. Os universitários, para demonstrar a insatisfação, carregaram como estandarte um caixão coberto com uma bandeira brasileira e diversas faixas, nelas estavam os seus gritos

¹⁷³ MARCHA Fúnebre dos Estudantes Paraenses Hoje. **A Folha do Norte**, Belém, 30 mar. 1968. 2º cad., p. 17.

¹⁷⁴ O estudo de Wiliam Gaia Farias (2007, p. 128) afirma que em 1968 o Brasil viveu o momento mais intenso da ditadura, no qual se desencadearam várias manifestações populares provenientes das insatisfações com o regime vigente. Uma delas foi a realização em frente ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro e que terminou com a morte do estudante paraense Edson Luís de Lima Souto, o que indignou uma parcela significativa da população e mobilizou grupos sociais contrários ao regime e a violenta repressão praticada pelo governo. Este acontecimento, juntamente com as greves dos trabalhadores das cidades de Contagem, Osasco, São Paulo e a dos bancários no Rio de Janeiro, questionando e reivindicando o aumento do piso salarial, e a chamada passeata dos Cem mil, também no Rio de Janeiro, que unificou a luta estudantil e levou a protestos organizados por intelectuais, demonstrava a insatisfação de alguns grupos sociais, o que, em certa medida, tendia a fragilizar o governo.

de protestos, “‘abaixo a ditadura’, ‘Justiça! Impunidade, não! Justiça!’, ‘é necessário que se proteste para que não surjam novos Edsons’, ‘mataram um...matarão mais se não protestamos’, ‘os estudantes em luto choram pela morte do colega assassinado por um abutre cafajeste’”¹⁷⁵. Durante este ato de contestação, houve paradas para realizações de minutos de silêncio em demonstração de luto. A movimentação estudantil foi feita sem conflito com as forças repressoras do estado.

Figura 7 – O Cortejo Fúnebre Simbólico de Edson Luís



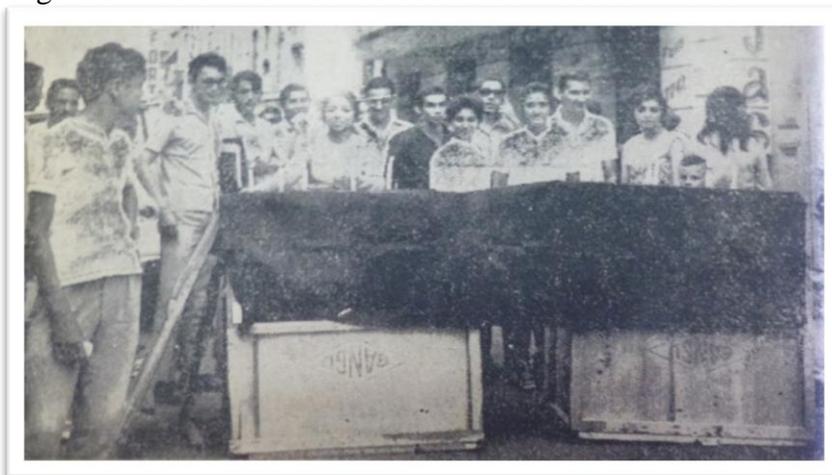
Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Folha o Norte**, Belém, 31 mar. 1968. 12º cad., p. 20.

A imagem é da passeata do dia 30 de março, nela há representações simbólicas, pois o movimento estudantil universitário paraense fez um cortejo fúnebre de Edson Luís percorrendo as ruas de Belém passando pelo centro comercial, próximo do Ver-o-Peso, no horário de feira da população belenense e dos comerciantes do interior do estado que vem comercializar na capital, desta forma, deram uma maior visibilidade ao protesto. O

¹⁷⁵ ESTUDANTES Fizeram Passeata de Protesto. **A Folha o Norte**, Belém, 31 mar. 1968. 12º cad., p. 20.

encerramento do funeral foi em praça pública. Os estudantes saíram às ruas carregando um caixão coberto com a bandeira nacional. A comissão de frente carregando o caixão, fazendo um protesto de paz para contrapor a violência dos policiais, neste sentido, optou por usar trajes brancos. A simbologia fúnebre esteve presente através de um caixão coberto com a bandeira nacional, a faixa negra carregada pela comissão de frente do cortejo. A bandeira representou o luto nacional, pois poderia ser o assassinato de qualquer jovem estudante brasileiro, dessa forma, as famílias brasileiras estavam de luto. Os cartazes são os gritos de protestos, os jornais locais publicaram a nota de protesto dos estudantes, os quais contestavam o fuzilamento de Edson Luís, mas também “a continuação dos espancamentos e assassinatos de jovens estudantes indefesos em todo o território nacional, o estado de caos e intranquilidade em que vive a família brasileira sob as botinas da ditadura.”¹⁷⁶

Figura 8 – Velório Simbólico dos acadêmicos de Direito



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Província do Pará**, Belém, 4 abr. 1968. 2º cad., p. 1.

A imagem mostra uma barricada construída com caixão simbólico feito de caixotes, que impediu a circulação de automóveis, causando engarrafamento na Avenida Manoel Barata. Os protestos estudantis tomaram conta da cidade, as Faculdades e Escolas da UFPA, em sinal de luto, colocaram em suas fachadas panos pretos. No dia 3 de abril, os universitários da Faculdade de Direito, em frente à sua unidade, fizeram um velório simbólico, interditando o quarteirão na travessa Frutuoso Guimarães, entre Manoel Barata e 13 de Maio. A rua foi fechada com caixotes cobertos com pano preto e velas acesas. Vale ressaltar a inexistência de conflito, os agentes de trânsito foram ao local para fazer a liberação da rua, mas acabaram

¹⁷⁶ ESTUDANTES continuam protesto pregando cartazes na rua e ficam em greve até hoje. **A Província do Pará**, Belém, 4 abr. 1968. 2º cad., p. 1.

entrando em um acordo com os acadêmicos, os quais disseram que iriam permanecer na rua até as velas se apagarem.

Na Faculdade de Medicina, onde estava a concentração das atividades universitárias, foram confeccionados cartazes e faixas colocados posteriormente nas fachadas e nas mangueiras próximas. Eles permaneceram por um longo tempo e não foram tirados pelas autoridades administrativa da UFPA, nem pelo Chefe de Polícia da cidade. As frases existentes faziam alusão aos acontecimentos ocorridos no país: “Democracia Podre: Estudantes Mortos”; “Sem Tranquilidade Não Há Estudos”; “Exigimos Término dos Assassinatos”; “ditadura volta assassinar: Goiás, Brasília, Curitiba”, “Repudiamos o Clima de Violência”; “Estudantes e Povo”; “No País Não Há Liberdade”.¹⁷⁷

O movimento estudantil universitário paraense não se restringiu apenas às ruas e fachadas das unidades universitárias, eles foram até as representações políticas civis existentes, à Câmara Municipal de Belém e à Assembleia Legislativa do Estado, esses recintos públicos foram ocupados pelos estudantes paraenses. Nas ocasiões eles exigiram dos deputados e vereadores o apoio ao seu movimento.

Figura 9 – A ocupando da Assembleia Legislativa do Pará



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Folha do Norte**, Belém, 3 abr. 1968. 1º cad., p.16.

Neste primeiro momento a imagem reflete um clima de cordialidade entre os estudantes paraense e os deputados estaduais. Nela é possível perceber que a sessão teve uma

¹⁷⁷ ESTUDANTES continuam protesto pregando cartazes na rua e fica em greve até hoje à tarde, 4 abr. 1968. 2º cad., p. 1.

breve suspensão dos trabalhos da ordem do dia da Assembleia, pois alguns jovens começaram a dialogar e conversar entre si. Outro aspecto relevante é a presença de algumas roupas que demonstram serem uniformes escolares, logo os secundaristas estavam presentes junto dos universitários neste dia. Os cadernos e livros nas mãos de algumas pessoas levam à ideia de que os estudantes, primeiramente, saíram para as suas respectivas unidades de ensino e posteriormente foram ao encontro dos demais para caminharem rumo à Assembleia Legislativa, demonstrando assim que pode ter sido algo momentâneo, sem um grande planejamento, mas com o objetivo de cobrar de seus representantes políticos apoio ao movimento, de exigir das autoridades competentes as punições dos culpados pelo assassinato de Edson Luís de Lima Souto.

Na Assembleia Legislativa do Estado, o primeiro deputado a fazer um pronunciamento foi o senhor Laércio Barbalho, solicitando aos demais uma homenagem ao jovem paraense assassinado. Caracterizou o fato como uma truculência, assim como questionou até quando o Brasil iria continuar tirando a vida de jovens e crianças para “holocausto à democracia e à liberdade”, se o governo não tinha coragem cívica para solucionar os problemas sem cometer truculências. Ressaltou também: “o país inteiro chora um assassínio, e o Pará perde mais um dos seus filhos.”¹⁷⁸ Arnaldo Prado fez um requerimento de pesar ao estudante assassinado, ressaltando que a principal medida deveria ser o combate à violência; Álvaro Freitas explicou que os estudantes queriam mais que perdão, almejaram “justiça, mais escolas, vagas nas universidades e respeito à dignidade humana”¹⁷⁹; Vicente Queiros protestou dizendo que os estudantes brasileiros estavam ameaçados pela violência que tinha chegado às últimas consequências e isso era um grave problema para uma nação democrática.

O reitor Silveira Netto foi bastante criticado pelos deputados, ao determinar que as unidades de ensino da UFPA ficassem fechadas até a segunda ordem. João Augusto de Oliveira disse que a Assembleia Legislativa não podia se calar diante de “um fato tão absurdo”; Nicolino Campos demonstrou a sua desaprovação ao falar “não adianta fechar as portas das nossas Faculdades, pois não iria silenciar as nossas bocas.”¹⁸⁰ É importante ressaltar que as discussões também ficaram em torno de apontar qual partido foi o responsável pela morte do estudante paraense. A culpa recaiu sobre a ARENA, devido um militar do exército ser acusado do disparo que matou o jovem e sobre o Negrão de Lima, por ser

¹⁷⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, 1968, p. 217.

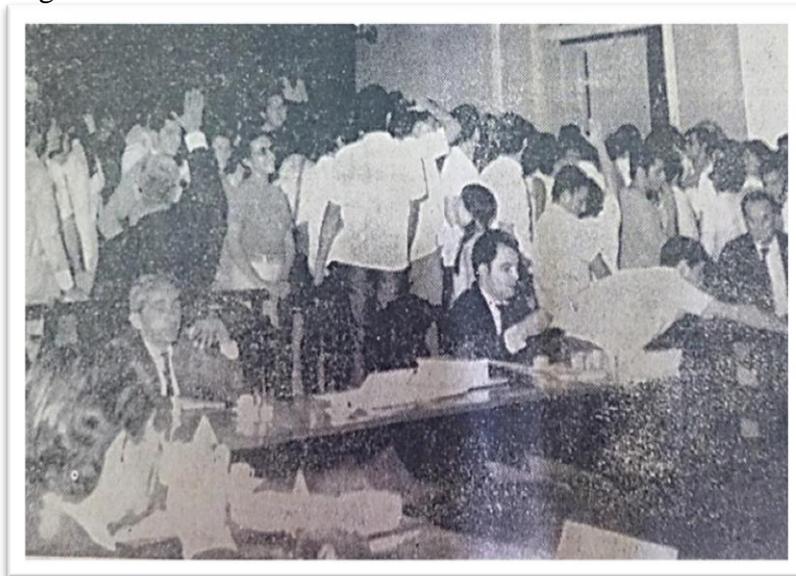
¹⁷⁹ *Ibid.*

¹⁸⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, 1968, p. 217.

membro do MDB. Mas, o fato é que os representantes na Assembleia legislativa do Pará queriam ser desvinculados ao assassinato, deste modo, colocaram-se favoráveis aos requerimentos solicitados.

O Jornal *A Folha do Norte* confirma a presença dos estudantes paraenses na Assembleia Legislativa, os quais ocuparam completamente as galerias e tinham como objetivo “assistir à sessão ordinária em que seriam discutidos os requerimentos manifestando protesto da Assembleia pela morte do estudante paraense assassinado na Guanabara.”¹⁸¹ Na ocasião, o movimento estudantil paraense adentrou em passeata ao recinto, pronunciando palavras de ordem: “Abaixo a Opressão” e “Queremos Justiça”¹⁸². A primeira providência da Casa foi a solicitação da retirada de qualquer policiamento do local, feita pelo deputado Alfredo Coelho, como um sinal de boas vindas a todos. Durante os discursos houve aplausos “sempre que protestaram contra a polícia e quando era pronunciado o nome de Edson Luís.”¹⁸³

Figura 10 – Protesto nas Galerias da ALEPA



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Província do Pará**, Belém, 3 abr. 1968. 1º cad., p.7.

É bem provável que os estudantes estavam realizando um comício de protesto, pois a imagem revela os estudantes de costas para a mesa e, ao mesmo tempo, um senhor com paletó, também de costas, levantado a mão direita, solicitando ordem para dar continuidade aos trabalhos, em vários momentos houve aplausos e vaias intensas. No entanto, como os

¹⁸¹ OS ESTUDANTES Protestam na AL sem Polícia. **A Folha do Norte**, Belém, p. 16, 3 abr. 1968.

¹⁸² ESTUDANTES com vaias e aplausos participam da Assembleia e Acabaram Fazendo Comício Contra Legislativo. **A Província do Pará**, Belém, 3 abr. 1968. 1º cad., p. 7.

¹⁸³ *Ibid.*

pronunciamentos dos deputados das duas bancadas foram calorosos ao se manifestarem sobre o assunto, provocando assim o esgotamento do tempo, esgotando a possibilidade de colocar em votação os três requerimentos dos deputados Arnaldo Prado (ARENA) nesta sessão; Laércio Barbalho; e Álvaro Freitas (MDB) em congratulações a Edson Luís. Fato que causou muita insatisfação aos estudantes paraenses presentes na Casa, tumultuando o fim da sessão ordinária. Estes foram delicadamente convidados a se retirar do recinto pelo senhor Júlio Viveiros, o qual solicitou ao senhor Nicolino Campos o pedido de acompanhamento dos senhores deputados para que acompanhassem os estudantes até a escadaria daquela casa e solicitou a presença de todos para a próxima sessão. O movimento estudantil paraense, decepcionado, deixou o recinto aos gritos de “Isso é palhaçada!”, “deixa os palhaços sós com a sujeira”, “corruptos”, “eleitóreiros”. E saíram cantando em coro: “Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil.”¹⁸⁴

No dia 03 de abril, os estudantes paraenses voltaram a ocupar as galerias da Assembleia Legislativa para assistir a 13ª sessão ordinária, onde foram votados os requerimentos em referência à memória do estudante conterrâneo. O primeiro deputado a ter a palavra foi o senhor Arnaldo Prado (ARENA). Lembrou a presença do movimento estudantil na sessão anterior, onde foi demonstrada uma “extraordinária manifestação de vitalidade da juventude paraense”, fato que considerou ser próprio de um determinismo dos jovens. Ressaltou também que os protestos feitos por eles foram decorrentes de motivos graves. Solicitou que os homens maduros reconhecessem parte da culpa, por ser um grave problema social. Concluiu sua oratória afirmando ser um absurdo as autoridades serem incompetentes a equacionar os problemas sem recorrer à violência, afirmou que os deputados eram contrários a qualquer ato de violento, mas era necessário apurar os fatos para que os responsáveis fossem punidos, de modo que algo semelhante não voltasse a ocorrer.

O senhor Gerson Peres enalteceu os deputados paraenses pelo gesto democrático com que receberam os estudantes paraenses na Casa legislativa do Pará, onde eles souberam exercer a democracia, pois respeitaram os direitos de todos, como foi feito na sessão anterior, onde estiveram quarenta homens desarmados, sem metralhadora, diante de aplausos e apupos, mas todos permaneceram com humildade, quando os estudantes saíram protestando contra eles. Isto era o papel dos representantes civis, exercendo, assim, verdadeira contribuição para implantação do regime democrático no nosso país.

¹⁸⁴ ESTUDANTES com vaias e aplausos participam da Assembleia e Acabaram Fazendo Comício Contra Legislativo, 1968, p. 7.

O requerimento do senhor Arnaldo Prado agradecia a Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, por ter recebido o corpo do estudante paraense assassinado, Edson Luís Lima Souto. Expressou seu pesar contra a brutalidade e intolerância da polícia carioca que vitimou um jovem que estava em busca de suas realizações intelectuais. O requerimento de Laércio Barbalho era para ser registrado nos anais a consternação dos deputados pela morte do estudante paraense, ressaltava que a cada momento que uma arma de fogo era empunhada pela polícia, fazia um estudante tombar, a cada ato de violência surgia "um novo Caim assassinando o novo Abel", solicitava um minuto de silêncio pela memória de um estudante "que em holocausto à liberdade democrática, ofereceu sua própria vida". O requerimento de Álvaro Freitas pedia explicações ao presidente da República, ao Congresso Nacional e ao governador do Estado da Guanabara, além de providências contra o comportamento selvagem praticado pela polícia carioca, assim como prestava condolências à entidade da classe estudantil pelo falecimento do jovem Edson Luís de Lima Souto. No encerramento desta sessão, os presentes ficaram de pé fazendo um minuto de silêncio, posteriormente deputados entoaram o hino nacional.

Na Câmara Municipal de Belém, no dia 2 de abril de 1968, os estudantes paraenses lotaram as suas galerias. Nesta sessão, os vereadores solicitaram o registro nos anais, os "votos de consternação pelo assassinato do jovem paraense na Guanabara."¹⁸⁵ Na ocasião, também foram solicitadas providências para responsabilizar os culpados pelo crime ocorrido na Guanabara. O então vereador Augusto Meira Filho (ARRENA) considerou o estudante Edson Luís um "herói da Pátria, por ter sacrificado a própria vida em defesa de milhares de estudantes brasileiros". Ele também teceu críticas ao modo como o governo militar de Costa e Silva vinha dialogando com os estudantes, haja vista que considerou que naquele momento os estudantes brasileiros estavam "rugindo como leões e chorando como criança", porque tiveram os seus direitos ultrajados, ensanguentados por balas.

O vereador Fernando Bahia (MDB) caracterizou o acontecimento um absurdo, primeiramente porque seria inaceitável um estudante morto dentro do próprio restaurante, quando reclamou o que comer. Coincidindo também com as comemorações da Declaração de Direitos do Homem e com o primeiro aniversário da "Encíclica Progresso"¹⁸⁶, Fernando

¹⁸⁵ CÂMARA e Assembleia Protestam. **A Província do Pará**, Belém, 2 abr. 1968. 1º cad., p. 8.

¹⁸⁶ A Carta Encíclica *Populorum Progresso*, dirigida por sua santidade, o Papa Paulo VI, destinadas aos "Bispos, Sacerdotes, religiosos e fiéis e aos homens de boa vontade" para levar o desenvolvimento aos povos é datada de 26 de março de 1967. Constituiu o primeiro documento dessa natureza inteiramente dedicada aos problemas e desenvolvimento econômico social. PAULO VI, Papa. [Carta Encíclica *Populorum Progresso*]. Destinatários: Bispos, Sacerdotes, religiosos e fiéis e aos homens de boa vontade. 26 mar. 1967. Disponível em: analisesocial.ics.ul.pt/pdf. Acesso em: 8 set. 2015.

Bahia ao perceber a indignação da sociedade, acreditou em uma tomada de consciência do povo e que este deixaria de sair para comemorar o aniversário da “Revolução de 31 de Março”, em sua opinião o fato nunca deveria ser festejado. Antes de serem encaminhados à mesa os requerimentos dos vereadores, foi solicitado um minuto de silêncio em homenagem póstuma, após foram lidos os seguintes requerimentos,

- solidariedade às entidades secundaristas e universitárias do Pará, pela luta que travam para que sejam punidos os responsáveis pela morte do estudante: apelo às autoridades para evitar a repetição de fatos semelhantes (Lauro Sabba).
- inserção, nos anais, de votos de pesar pela morte do estudante (Milton Andrade).
- votos de pesar e um minuto de silêncio (Ribamar Soares)
- votos de consternação e pesar e minuto de silêncio (Augusto Meira Filho)
- manifestação de repúdio, em ofício a ser enviado ao Comando da Polícia Militar na Guanabara e solicitação para que os responsáveis pela morte do estudante sejam punidos (Fernando Bahia)
- manifestação de pesar, a ser endereçado às entidades estudantis paraenses, pela morte do estudante e um minuto silêncio (Jader Barbalho).¹⁸⁷

No penúltimo dia da greve dos estudantes universitários paraenses, a Câmara Municipal de Belém voltou a discutir o movimento do protesto desses estudantes. Desta vez foi para discutir a elaboração de um requerimento de congratulações proposto pelo vereador Fernando Bahia (ARENA), destinado ao Secretário de Segurança Pública, José Machado, “pela moderada ação da polícia paraense para com as manifestações estudantis realizadas em Belém.”¹⁸⁸ Para o vereador Milton de Andrade (ARENA), a homenagem era justa, haja vista que o Brasil só tinha ficado de luto graças à impudência do Chefe de Polícia carioca. Na ocasião, o vereador José Paulo de Jesus (ARENA) solicitou que as congratulações fossem estendidas ao governador Alacid Nunes, essa proposta foi recusada pelos demais vereadores, pois compreenderam como uma bajulação, com o propósito de “endeusar o Governador” e ganhar simpatia junto a ele. O mérito foi apenas destinado ao Secretário e colocado como “homem Liberal, sensato e consciente”.

O Arcebispo Dom Alberto Ramos também prestou homenagem ao Governador Alacid Nunes através da atuação do senhor João Machado, por ser responsável pela manutenção da ordem democrática existente no Pará, assim como teceu elogios para com os estudantes, que souberam ter um comportamento exemplar, mas o mérito cabia ao chefe de polícia pela tolerância dos excessos dos educandos. Na Assembleia Legislativa do Estado, o

¹⁸⁷ CÂMARA e Assembleia Protestam, 1968, p.8.

¹⁸⁸ CÂMARA Discute e Aplauda Secretário de Segurança. **A Província do Pará**, Belém, 4 abr. 1968. 1º cad., p. 8.

deputado Laércio Barbalho¹⁸⁹ afirmou que a Paz só reinou no Pará graças à atuação do Chefe de Segurança do Estado, por este motivo a Assembleia Legislativa deveria prestar-lhe uma homenagem, elaborando um requerimento, pois em Belém não houve molesta aos estudantes quando realizaram passeatas.

O deputado Gerson Peres¹⁹⁰ (ARENA) em defesa ao governo militar, elogiou a atuação do governador Alacid Nunes, que não impôs a repressão no Estado, isso porque manteve a “polícia nos quartéis”. Ressaltou que o governador vinha acompanhando todas as atividades estudantis paraenses. Para ele, este é o resultado da “revolução de 64”, pois permitiu dirigir o Estado do Pará na paz, com pura tranquilidade, sem “nenhuma surra, nenhum desrespeito ao legítimo direito que cada um tem de falar em praça pública o que lhes vai à alma, o seu sentimento”. Prudência que faltou ao Governo da Guanabara, Goiás e Minas Gerais, os quais utilizaram atos de barbaridade contra seus estudantes, mandando bater, jogar gás lacrimogêneo, açoitar os estudantes. Gerson Peres tinha a intenção de demonstrar para os estudantes paraenses que esses governadores não representavam a “revolução de 31 de março”, e sim Alacid Nunes, um verdadeiro democrático, filho desta “revolução”, por esse motivo seria digno de mérito e reconhecimento.

Diante de tantos elogios, o Secretário de Estado de Segurança Pública, José Maria Machado, concedeu uma entrevista ao jornal *A Província do Pará*, em relação ao seu comportamento perante o movimento estudantil paraense, relacionando sua conduta ao fato de ser professor e conhecer a “honestidade de propósitos dos verdadeiros estudantes”. Ressaltou também o seu empenho sério na manutenção da ordem, pois nenhuma solicitação de policiamento ostensivo para salvaguardar a Universidade Federal do Pará, assim como para a missa da Catedral da Sé, e nem para “qualquer ponto da cidade, por ser de calma situação.”¹⁹¹ As palavras mencionadas são destoantes com a realidade, haja vista que durante todas as manifestações de passeatas e comícios o policiamento à paisana esteve presente. Foi assim também durante as celebrações da missa de Edson Luís, mas este senhor tinha de zelar pela reputação de ser o guardião da democracia paraense. No entanto, como era subordinado ao Governador Alacid Nunes, os méritos também seriam dele, pois havia possibilidade de uma abertura política e o mesmo gostaria de se manter na vida política, mas dessa vez eleito pelo povo.

¹⁸⁹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. **ATA da 13ª Sessão Ordinária**, Belém: ALEPA, 3 abr. 1968, p. 35.

¹⁹⁰ *Ibid.* p. 28.

¹⁹¹ POLÍCIA Só Se For Quebrada Ordem. **A Província do Pará**, Belém, 4 abr. 1968. 1º cad., p. 8.

Ao longo desses sete dias de greve dos estudantes universitários, estes continuaram as suas reivindicações, apesar de o reitor ter decretado uma portaria fechando as Faculdades, como forma de coibir as atividades dos docentes no âmbito da Universidade Federal do Pará. O policiamento interno foi reforçado com ordem de impedirem a entrada de funcionários e alunos. Na véspera da missa de sétimo dia de Edson Luís, os professores das escolas secundaristas dispensaram os estudantes e orientaram para que eles permanecessem em suas casas, as escolas públicas estaduais foram fechadas, seguindo as determinações superiores.

Provavelmente a orientação partiu do governador do Estado, Alacid Nunes, após receber o telegrama do Ministro da Justiça, Gama e Silva, o qual foi entregue pelo comando Militar da Amazônia, ou seja, o telegrama foi destinado tanto às forças armadas como ao governo do Estado, esses seriam os responsáveis para coibir as manifestações públicas em Belém. A mensagem veio em tom de ameaça, pois salientou que iriam “agir com todo o rigor da lei”, diante de todas as desordens, o presidente estava disposto a manter a “tranquilidade da sociedade”, estava decidido a “manter e preservar a qualquer custo ordem e segurança interna.”¹⁹² Com discurso extremamente violento e ameaçador aos estudantes brasileiros, os militares justificaram suas palavras dizendo que o movimento estudantil seria uma ameaça, pois buscavam “atingir as autoridades constituídas”, assim como “provocar as orientações da ordem” e também depredar os patrimônios públicos e particulares. Na visão dos militares os atos de protestos eram badernas e políticos, que não representavam os educandos. Por este motivo recomendaram às famílias a proibirem a saída dos seus filhos para as passeatas sem autorização prévia.

A missa de sétimo dia de Edson Luís de Lima Souto encerrou os protestos públicos do movimento estudantil paraense no primeiro semestre do ano de 1968, este foi o último ato político do movimento, o qual conseguiu um apoio de parte da sociedade e suas representações políticas, mas também houve divergências, medo, enfrentamento e união. A celebração foi um fato tão grandioso que é rememorado por Aluizio Lins Leal¹⁹³ como o primeiro evento importante de contestação, em Belém, contra a ditadura.

Contudo, este evento litúrgico enfrentou resistências de alguns padres paroquianos, pois quando solicitada a capela para a celebração, estes informavam a impossibilidade da realização, sendo sempre justificada por possíveis reformas ou mesmo ausência de celebrantes. Neste sentido, os estudantes foram até o Arcebispo Dom Alberto Ramos solicitar

¹⁹² MINISTRO Garante Ordem Interna. **A Província do Pará**, Belém, 2 abr. 1968. 1º cad., p.8.

¹⁹³ LEAL, Aluizio Lins. *A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)*. [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 12 mai. 2016.

Catedral da Sé, a Basílica de Nazaré. A primeira conversa foi conflituosa, o Bispo se manteve contrário às proposições dos representantes estudantis, alegando que os mesmos tinham a intenção de transformar o culto em atividade política, fato intolerável por este dirigente da Igreja.

Posteriormente, Dom Alberto Ramos, governador da Arquidiocese de Belém, voltou em sua posição e comunicou através da imprensa que a celebração da missa do sétimo dia do estudante paraense assassinado na Guanabara seria celebrada na Catedral da Sé, a Basílica de Nazaré. O Arcebispo recusou a proposta feita pelo o movimento estudantil paraense para a celebração da missa pela parte da tarde, afirmando que a celebração seria feita pela parte da manhã e oficiada por ele. Deu como justificativa a existência de “elementos agitadores que estavam pretendendo desvirtuar os naturais impulsos da juventude, surgindo à possibilidade de lançar-se sobre Igreja responsabilidade do que viesse a ocorrer.”¹⁹⁴ Por este motivo, não seria celebrada segundo a determinação dos estudantes paraenses, pois a Igreja deveria seguir uma cláusula de que qualquer “ato religioso fosse inteiramente desvinculado de qualquer outra manifestação”. Dom Alberto Ramos até parabenizou tanto os estudantes como as forças repressora do Estado por manterem a ordem inalterada, para os primeiros foi “assegurada ampla liberdade dos seus protestos e os elementos policiais se têm conservando na maior serenidade.”¹⁹⁵

No entanto, a decisão do Arcebispo chegou tardia, haja vista que o movimento estudantil paraense conquistou o direito de fazer a Celebração da missa na Igreja de Santana, tendo como celebrante o Padre Ruy Coutinho. No entanto, era necessário fazer a divulgação nas ruas da cidade, para isso precisariam utilizar o serviço de radiofonia (autos falantes ambulantes), mas os proprietários também se recusaram a fazer a propaganda da missa, contudo a radiofonia Sonoro Mansur cedeu os instrumentos de trabalho ao Antônio Sidônio Rodrigues e Willian Siqueira, os quais realizaram a propaganda durante dois dias pelas ruas da cidade, com o intuito de conquistar um maior apoio da sociedade belenense.

Em Belém, assim como em outras capitais brasileiras, o dia da missa foi marcado por protesto, que contou com grande número pessoas presentes, entre estudantes, artistas, intelectuais, políticos e outros setores sociais. Essa composição, por si só, demonstra que o movimento estudantil atraiu outros setores sociais para a mobilização. Esse dia foi marcado também por ameaça da decretação do Estado de Sítio e, com a proibição das celebrações em

¹⁹⁴ ARCEBISPO mantém missa para amanhã e estudantes fazem concentração à tarde. **A Província do Pará**, Belém, 4 abr. 1968. 1º cad., p. 8.

¹⁹⁵ *Ibid.*

espaços públicos, o governo federal advertiu ser intolerante a qualquer perturbação da ordem naquele dia.¹⁹⁶

As palavras duras dos militares desencadearam uma insegurança aos estudantes, pois se mostraram temerosos para se dirigirem à Igreja.¹⁹⁷ Nesta Capital, o evento movimentou a cidade, sem impedimento de manifestar o sentimento de revolta e protestos, pareceu haver um “espírito de autêntico sentimento democrático”. Foi permitido a todos expressarem os seus sentimentos, embora acompanhados de policiais à paisana, houve o respeito à liberdade de expressão e aos excessos de empolgação nos discursos pronunciados.

O culto religioso em memória ao estudante paraense ocorreu em duas igrejas da capital, uma celebrada pelo Arcebispo Dom Alberto Ramos, que manteve a missa pela parte da manhã realizada na Basílica de Nazaré, onde nenhum estudante compareceu. A esta celebração estiveram presentes as autoridades militares e os frequentadores de costume. No decorrer do culto, o templo foi vigiado por militares à paisana com o intuito de coibir a presença de manifestação estudantil.

O ato litúrgico organizado pelo movimento estudantil paraense ocorreu durante à tarde na Igreja de Santana, localizada na Rua Padre Prudêncio, Bairro da Campina, celebrada pelo padre Ruy Coutinho, o qual destinou o culto com o tema “Libera-me”. Aproximadamente mil e quinhentas pessoas compareceram, dentre essas estava parte dos docentes e discentes da Universidade Federal do Pará e alunos das escolas secundaristas; representando a Câmara Municipal de Belém, estiveram os vereadores “Jader Barbalho e Fernando Velasco, do MDB, e Adelino Simão e Milton Andrade, da ARENA”, os representantes da Assembleia Legislativa foram os deputados “Laércio Barbalho, Arnaldo Moraes, Vicente Queiroz, Álvaro Freitas, Júlio Viveiros, do MDB; Arnaldo Prado, Jorge Arbage, João Augusto e Lourenço Lemos, da ARENA”¹⁹⁸. Neste dia 04 de março, as instituições públicas pararam os seus expedientes para comparecerem à missa em sufrágio à alma do estudante paraense assassinado na Guanabara, embora algumas instituições tenham sido forçadas pelas as autoridades, outras foram em solidariedade ao luto presente.

¹⁹⁶ VALLE, 1999, p. 22.

¹⁹⁷ MISSAS e Concentração encerram Greve de Estudantes em Belém. **A Província do Pará**, Belém, 5 abr. 1968. 1º cad., p. 7.

¹⁹⁸ MISSAS e Concentração encerram Greve de Estudantes em Belém, 1968, p. 7.

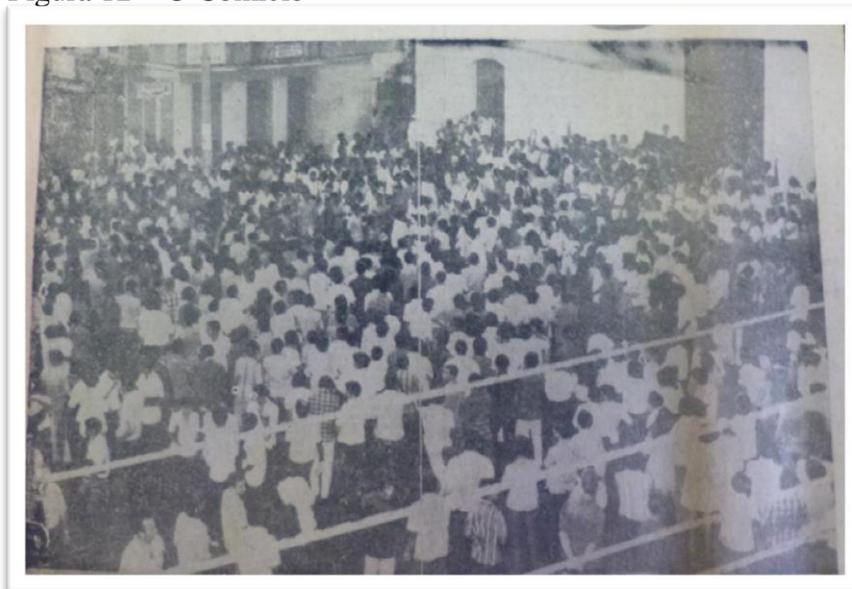
Figura 11 – Missa na Igreja de Santana



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **O Liberal**, Belém, 5 de abr. 1968. 1º cad., p.1.

Novamente os estudantes secundaristas compareceram de uniforme, uma simbologia de luto por outro estudante, representa também uma identidade de classe, de pertencimento ao movimento estudantil. É possível observar as galerias da Igreja lotada, dando atenção ao pronunciamento do padre. O padre Ruy Coutinho, para demonstrar o seu apoio aos estudantes paraenses, antes de começar os rituais religiosos, fez um discurso onde relacionou Jesus Cristo como um revolucionário, um homem que enfrentou os poderosos para pregar sua filosofia de vida, mas fez isso dentro de uma perfeita ordem. Logo os estudantes deveriam seguir o exemplo de Cristo, para alcançarem os seus objetivos, não construir uma política reivindicatória pautada na anarquia, na baderna e sim “organizada e pacífica”. Em relação ao assassinato de Edson Luís, demonstrou-se solidário à causa, chegando a afirmar que era justa a luta, mas que não cabe apenas a estes, e sim a todo o povo brasileiro. Após a missa, os estudantes e os representantes políticos fizeram comício na escadaria da Igreja, acompanhados de um grande público como a imagem abaixo mostra.

Figura 12 – O Comício



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Província do Pará**, Belém, 5 abr. 1968. 1º cad., p. 9.

A imagem é do momento dos discursos dos oradores, os temas pronunciados pelos políticos foram “liberdade e ditadura”, o deputado emedebista Arnaldo Moraes, ao abrir a sua expressão reiterando a solidariedade da Casa Legislativa ao movimento estudantil paraense, ressaltou também que o Brasil vivia uma “ditadura camuflada”, resultado de “regime de carcaça” implantado no dia 31 de março de 1964, assim como pediu “prudência e entendimento entre os jovens”. O discurso do emedebista Laércio Barbalho voltou a criticar os militares, afirmando que conquistaram o poder porque deram um golpe, sentia-se indignado pela falta de liberdade de expressão, uma vez que os protestos dos estudantes foram resultado de uma ação dos detentores, na ocasião salientou que a nação brasileira poderia esperar, pois muitos iram tombar. O vereador Fernando Velasco (MDB) ressaltou a conjuntura política existente no Brasil, que lhe causava tristeza e revolta. Tristeza, pois não existia uma democracia e sim uma ditadura, revolta por um jovem estudante morto quando protestava o “direito de comer e estudar”, novamente afirmou que Edson Luís não seria o último a morrer, haja vista que “matar é uma das características dos regimes ditatoriais”. O vereador Jader Barbalho protestou contra o governo militar.¹⁹⁹ As palavras dos emedebistas mostraram como estes eram opositores dos governos militares, pelo menos em suas palavras. Elas também podem ser interpretadas como um aviso para os estudantes salvaguardarem suas vidas, pois os enfileiramentos diretos, como estavam sendo feitos, causariam mais mortes.

¹⁹⁹ MISSAS e Concentração encerram Greve de Estudantes em Belém, 1968, p. 7.

Os estudantes universitários fizeram os seus discursos com os temas Vietnam, América Latina, educação. O representante estudantil, ao se pronunciar, denunciou a guerra do Vietnam, a intromissão política na América Latina pelos Estados Unidos, a qual causava a falta de liberdade democrática, criticaram a Fundação Educacional do Estado, em fazer acordos com MEC-USAID, pois tinham como compreensão que isso era uma forma de estagnar a educação básica, de colocar barreiras ao direito de estudo dos alunos secundaristas paraenses, chegaram a tecer elogios ao Secretário de Segurança, o professor José Maria Machado, pela escolha que fez durante as manifestações e passeatas quando optou fazer valer o direito de expressão. Acusaram o reitor Silveira Netto de agir de forma autoritária, mandando fechar as Faculdades com o intuito de desagregar as manifestações do movimento estudantil universitário paraense.

É importante salientar a existência de outra versão para os acontecimentos da missa de sétimo dia de Edson Luís na Igreja de Santana. Lenilson Sá Holanda²⁰⁰ caracterizou o ato litúrgico como um grande acontecimento que chegou a parar a cidade, assim como agitou o Brasil. Ele afirma que o evento teve a companhia de um forte policiamento do Estado, com o objetivo de manter a ordem e levar à prisão da grande maioria presente. Ele afirmou que os universitários estrategicamente saíram para a missa de suas respectivas Faculdades por diferentes percursos. Os discentes de Economia percorreram a São Jerônimo, os de Medicina, Serviço Social, História, Geografia, da Av. Generalíssimo Deodoro, os de Engenharia, da Rua Manuel Barata, os de Arquitetura da Av. Almirante Barroso. O objetivo dessas passeatas era convidar a sociedade belenense a acompanhá-los ao templo.

Também para o fim da missa foi programado um comício na escadaria da Igreja de Santana, o pronunciamento foi feito pelo universitário Raimundo Garcia (o Cota). Após a realização da missa Lenilson Holanda salienta um enfrentamento entre estudantes e policiais na Rua João Alfredo e na Avenida Presidente Vargas, na ocasião os policiais jogaram bomba de gás lacrimogênio e a violência policial teve como resposta a fúria dos estudantes, causando “uma grande porrada”.

Após finalizar a greve dos universitários em Belém, membros da Igreja Católica presente nesta capital formaram um grupo composto de vinte e dois sacerdotes, desses dezessete eram padres estrangeiros e cinco brasileiros, ao quais lançaram um manifesto de solidariedade ao movimento estudantil nacional e a todo o povo brasileiro ao afirmarem ser justa a luta. Justificaram este pronunciamento por não poderem se manter em silêncio diante

²⁰⁰ HOLANDA, Lenilson Sá, 2014.

da injustiça e da violência, pois poderiam ser interpretados como indefinidos ou associados com assentimento e compactuação com essas duas calamidades sociais.

Ressaltaram ser parte de uma Igreja voltada para os aspectos sociais, ao lado dos problemas da humanidade, como estava escrito nos documentos conciliares e pontifícios, sua missão era proclamar a paz, para isso era necessário combater a injustiça e a fome, neste sentido a fé Cristã seria o caminho único para a solução dos problemas, como tinha sido consagrado pela igreja na *Populorum Progressio*. Confirmaram estar ao lado do povo, principalmente dos mais humildes e desfavorecidos. Reivindicaram o direito à liberdade de expressão, o direito a uma vida humana, digna e justa, assim como protestaram contra a arbitrariedade e a violência.²⁰¹

Nessa perspectiva, alguns sacerdotes da arquidiocese compreendiam que o silêncio para a violência da polícia brasileira contra as reivindicações justas e verdadeiras dos estudantes poderia demonstrar uma “falsa impressão de que estariam compactuando com às injustiças erigidas de princípio”. Esse fator é inconsistente com o propósito de defensores dos direitos sociais e da humanidade. E que a missão estaria resignada para a pregação da paz, como também um instrumento de denúncia, porque é inexistente “há paz, sem justiça”. O evangelho deve ser usado em defesa dos mais desfavorecidos, salientando ser preciso dizer ao povo brasileiro que a “Igreja está a seu lado, proclamando o seu direito à liberdade de expressão, o direito de protesto contra o arbítrio e a violência, o seu direito de uma vida humana digna e justa.”²⁰²

Também conclamaram que a classe estudantil estava sofrendo junto com o povo brasileiro, este suportava sozinho a alta inflação que o impedia de alcançar seus objetivos financeiros, onde se vivia uma miséria, sem esperança de dias melhores. Tais fatores foram agravados com o crescente arrocho salarial e o aumento do custo de vida. Elencaram sobre a labuta no campo, sendo indigno da humanidade, e fecharam o manifesto questionando toda a sociedade mantedora de privilégios materiais, com as palavras de São João: “Quem possui bens neste mundo e vê o seu irmão sofrer necessidades, mas lhe fecha o coração, como está nele o amor de Deus? (1 João, 3,17).”²⁰³

O pronunciamento desses sacerdotes da Arquidiocese de Belém mostrou o afastamento de parte dos membros da Igreja Católica em relação ao governo militar. Eles estavam voltados às questões sociais, ao lado do povo mais humilde e necessitado. Deste

²⁰¹ PADRES Paraenses Solidários aos Protestos dos Estudantes. **A Folha do Norte**, Belém, 7 abr. 1968. 2º cad., p. 17.

²⁰² *Ibid.*

²⁰³ PADRES Paraenses Solidários Aos Protestos dos Estudantes, 1968, p. 17.

modo, ficou evidente que alguns padres tomaram para si a responsabilidade de combater a injustiça e a violência. Os mesmos estavam dispostos a lutar contra a miséria e a guerra, em nome da paz humanitária. No discurso dos padres ficou evidente que eles estavam utilizando-se dos ensinamentos sociais do Papa Paulo VI, que durante seu pontificado, de 1963 a 1978, lançou a Encíclica *Populorum Progressio* (1967) e a carta Apostólica *Octogésima Adveniens* (1971), novas doutrinas papais, onde o Vaticano lançava um novo olhar para as questões sociais e políticas.²⁰⁴

Mas este mesmo posicionamento foi ignorado pela cúpula da Igreja Católica em Belém. Dom Alberto Ramos, o Governador da Arquidiocese, se mostrou ser um homem conservador que dialogava com os interesses dos militares, quando afirmou que “o manifesto foi assinado por um reduzido número de sacerdotes que não puderam manifestar-se em silêncio”, logo eles não representavam a opinião total da Igreja na concepção do Bispo. Em relação à postura dos padres manifestarem suas opiniões abertamente, deixou claro que obteve conhecimento antecipado, no entanto, se recusou dar a opinião pessoal sobre o assunto, relacionando este como sendo “o direito humano da expressão do pensamento”, portanto, cabe o direito aos padres. Mencionou ser favorável às manifestações de protestos de qualquer classe, desde que estivesse desvinculado do objetivo de transformar os “atos litúrgicos – máximo da Santa Missa – um chamariz ou um pretexto para arruaças ou violências”²⁰⁵. O arcebispo afirmou que a responsabilidade era deste grupo de padres, uma vez que eram adultos e presbíteros com opiniões próprias.

Ademais, é importante mencionar que a iniciativa dos sacerdotes em se manifestar favoráveis ao movimento estudantil e ao lado do povo foi tema dos debates dos deputados na Assembleia Legislativa. Para o deputado Arnaldo Moraes, líder da oposição, que não enxergava benefícios na atual política brasileira, pois representava prejuízo ao estado do Brasil, os padres estavam corretos em defender os direitos da humanidade. Já o deputado Gerson Peres, da ARENA, afirmou que o posicionamento da Igreja representou a democracia brasileira, onde existe liberdade de expressão, haja vista que são recorrentes os membros da igreja católica tornarem públicas as opiniões.

Após os sete dias da morte de Edson Luiz, o jornal *O Liberal* fez um balanço dos acontecimentos desencadeados por esse fato, publicando artigo relatando a organização do

²⁰⁴ CARDONHA, José. **A Igreja Católica nos “Anos de Chumbo”**: Resistência, deslegitimação do Estado Autoritário Brasileiro. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Católica de Paulo, São Paulo, 2011.

²⁰⁵ PADRES consultaram arcebispo para lançar manifesto. **A Província do Pará**, Belém, 9 abr. 1968. 1º cad., p. 10.

movimento estudantil nacional, as passeatas, comícios e greve. Esses fatores foram colocados como consequência das condições ruins do ensino brasileiro, onde os estudantes estavam sujeitos, “sem conforto, sem compreensão e até mesmo sem alimentação digna e necessária, como seres humanos”. Deste modo, os estudantes brasileiros foram incompreendidos, as reivindicações respondidas com violência que também atingiu a população brasileira,

Os protestos de moços que estudam em condições ruins, sem conforto, sem compreensão e até mesmo sem alimentação digna e necessária, como seres humanos que são. Arremetida impiedosa de armas de fogo, de cassetetes, de espada, de cavalo, em cima de estudante e não estudante se tornava indispensável porque bastaria um gesto de compreensão que não veio, o aceno a paz, a resposta às indagações das juventudes, que acumulou mágoas e ressentimentos, extravasa de repente os desgostos guardados e por isso protesta, clama, grita para que os surdos possam ouvir seus clamores. Entretanto, a resposta veio através de balas, da violência decepcionante que liquida um para que outros se amedrontem. Agora tudo vai voltando à calma, embora aparentemente, porque os ressentimentos permanecem e os jovens não estão sós. Os que morreram não foram os primeiros e nem serão os últimos. Os colégios voltam a funcionar; inquiridos são instaurados, os verdadeiros culpados se tornam vítimas, os inocentes se transformam e réus. Tudo retorna a rotina.²⁰⁶

O colunista Ponteale, do jornal *O Liberal*, demonstrou toda a sua indignação contra os atos violentos do governo militar com a juventude brasileira, caracterizando o fato como ato de barbárie. Ele acreditava que os estudantes deveriam impor-se, pois somente assim poderiam ser ouvidos. Estavam condicionados a perdas constantes de seus direitos e deveres, motivando que houvesse ressentimentos e mágoas. A morte do estudante foi apenas um estopim para extravasamento do sentimento de impunidade. Contudo, a gravidade do assassinato não despertou o censo crítico da sociedade, alegando a incompreensão os fatos, pois o retorno do cotidiano voltava a se normalizar, sem haver mudanças nas estruturas administrativa do país. Para o colunista Ponteale, a nação brasileira desperdiçou uma excelente oportunidade de fazer a mudança política, colocando-se conivente com as arbitrariedades antidemocráticas e assassinas do governo militar, os jovens gritavam para que pudessem ouvir as mazelas sociais presente no Estado, eles representaram a voz dos cidadãos, os quais clamavam por mudanças para dias melhores. Em sua opinião, a manutenção dos generais ao poder era uma forma de manter injustiças sociais, esta era característica do povo brasileiro, em sua compreensão. O regime ditatorial usou da violência como forma de amedrontar e criar pânico, contudo buscou inverter o papel dos culpados, pois justificaram seus atos em nome da defesa da ordem e da democracia.

O Jornal *A Província do Pará* demonstrou uma visão diferente do Jornal *O Liberal*. Realizou as análises do movimento estudantil paraense de um modo positivo. Dentro da

²⁰⁶ PONTEALE. [Publicação]. *O Liberal*, Belém, 8 abr. 1968. 1º cad., p. 2.

perfeita ordem ocorreram as manifestações, chegando a afirmar existir em Belém uma democracia, devido ao diálogo entre os estudantes e seus representantes civis e também porque não ocorreram atos violentos e prisões. Os manifestos estudantis em Belém foram visualizados como “um ato democrático”, uma “Guerra de Paz” onde os estudantes e autoridades públicas tiveram comportamento exemplar. Em relação a outros estados brasileiros, aqui não foi necessário o uso da violência, pois tanto a juventude quanto os políticos souberam respeitar-se. Houve tolerância com os excessos, “embora os seus manifestantes agissem embalados por um sentimento de revolta”, mas apresentaram um “espírito democrático.”²⁰⁷ Esse periódico alega que é possível o país ser uma democracia como todos almejavam, bastava apenas serem tolerantes.

A morte do secundarista trouxe à tona todas as aflições sociais presentes durante o governo de Costa e Silva, o qual passou ser visto como uma ditadura militar sanguinária, assassina dos filhos das famílias brasileiras. Além das privações econômicas e sociais que o povo vinha sofrendo, veio a violência, os assassinatos, as prisões, o medo, a falta de liberdade. Perante o estado de caos, a partir da morte de Edson Luís, foi um bom momento para os opositores mostrarem suas críticas, para desgastar a imagem dos militares diante da opinião pública. O objetivo seria conchamar e sistematizar o povo para as lutas contra os planos governamentais, utilizavam como forma de convencimento as frases “a luta era de todo o povo brasileiro, não somente dos estudantes”. Neste sentido, em 1968, os militares não representavam mais os anseios de parte dos brasileiros, que compreendiam que a permanência dos representantes das forças armadas na Presidência da República constituía uma ditadura militar.

Cabe ressaltar que o movimento estudantil universitário paraense se utilizou da morte do secundarista como uma bandeira de luta para as suas reivindicações políticas. Logo questionaram a democracia brasileira, como os militares afirmavam. Eles apontaram características de um regime ditatorial, que fazia uso do “equilíbrio social à força de pancadas, assassinatos, patas de cavalos e arrancos positivistas através de frases em defesa da ordem e do progresso”²⁰⁸. Progresso que só existia nos discursos governamentais, empunhados em uma “bandeira do falso desenvolvimento”, na realidade apenas ludibriava a nação da presença estrangeira em todos os setores que cabia apenas ao governo brasileiro, administrativo, educação, saúde, economia.

²⁰⁷ A GUERRA de Paz dos paraenses. **A Província do Pará**, Belém, 5 abr. 1968. 1º cad., p. 9.

²⁰⁸ NOSSA opinião. **O Papagaio**, Belém, n. 9, p. 1, 10 abr. 1968.

Este discurso de progresso era irrelevante, uma vez que a maioria do povo vivia em condições precárias de miséria, chegando a passar fome. A educação era sabotada, a presença estrangeira no desenvolvimento econômico do país não desejava lucros financeiros para o desenvolvimento humano do povo da terra. Eles questionavam o desenvolvimento econômico encarregado de conduzir o progresso, em detrimento dos aspectos sociais. Não obstante, tinha a tentativa de “roubar criminosamente o direito de protesto, de opinião, de cidadania.”²⁰⁹ Sendo uma tentativa de castrar os intelectuais, os que ainda não tinham se corrompido. Acreditaram que o assassinato brutal de Edson Luís, que sensibilizou uma grande parte de adormecidos, iria se juntar à luta para a democratização do país, afastando definitivamente os militares do cargo executivo previdenciário: “O assassinato de Edson foi um fruto dessa cruel realidade, foi o motivo de luto. Hoje é de esperança”. O estudante foi transformado apenas em uma espada, conseguindo uma pequena adesão de estudantes no combate aos militares.

Humberto Rocha Cunha²¹⁰ acredita que o ano de 1968, no Brasil, começou antes do maio francês. Iniciou em março, com a morte de Edson Luís, o estopim das reivindicações estudantis brasileiras e a partir daí foi um ano de agitação política, “porque desde a morte do Edson Luís em diante, Belém não parou mais de ter manifestação. E quando estava começando a arrefecer, veio a ocupação das Faculdades, e aí não parou mais.”²¹¹ Os estudantes universitários paraenses voltam à cena a partir de julho, juntamente com a efervescência do movimento estudantil nacional, fortemente influenciado pelo movimento internacional, tendo como referência o maio francês.

Cabe salientar que durante as manifestações de protesto de luto de Edson Luís, os estudantes universitários da UFPA, por meio da União Acadêmica Paraense (UAP) publicaram no Jornal *A Província do Pará* as suas manifestações de protesto em Belém, mas o movimento estudantil universitário paraense aguardava os acontecimentos no sul país para proceder com radicalidade contra as ações dos militares²¹². No entanto, a radicalização veio somente no segundo semestre com as ocupações das Faculdades e o enfrentamento dos universitários aos militares.

²⁰⁹ NOSSA opinião. **O Papagaio**, Belém, n. 9, p. 1, 10 abr. 1968.

²¹⁰ CUNHA, Humberto Rocha, 2016.

²¹¹ *Ibid.*

²¹² ARCEBISPO Celebra dia 4, na Catedral, Missa Pela Alma do Estudante Assassinado no Rio / Passeata Monstro e Greve. **A Província do Pará**, Belém, 2 abr. 1968. 1º cad., p. 8.

3 RESISTÊNCIA: A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DAS LUTAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO PARAENSE – 1968

3.1 A Universidade Como Palco de “Subversivos”: o processo de ocupação da UFPA pela geração de 1968

O debate sobre a reforma universitária da UFPA reiniciou a partir do segundo semestre de 1968, em Belém. Tanto os estudantes como o conselho universitário reuniram-se para debater o plano de reestruturação, mas com objetivos diferentes. Os conselheiros estavam dispostos a aprovar o projeto de reforma apresentado ao Conselho Federal de Educação pelo reitor Silveira Netto. No entanto, os discentes buscavam compreender e participar da reelaboração do plano de reestruturação da UFPA. Buscando este objetivo, o movimento estudantil universitário paraense, nas voltas às aulas, após a antecipação das férias pelo reitor, com o intuito de desfazer a centralização dos estudantes, devido aos inúmeros protestos recorrentes no país, promoveu assembleias e mesas-redondas para discutirem as questões educacionais e a governabilidade do país. Nos debates estava presente a questão da violência que o governo estabeleceu com o movimento estudantil nacional, a pauta também se falava do Vietnã, da ocupação da Amazônia, do arrocho salarial e quais seriam as propostas do movimento reivindicatório. Dentro destas duas perspectivas de análise, é necessário primeiramente adentrar como foram estabelecidas as discussões e conclusões no conselho universitário, pois as decisões tomadas influenciaram os caminhos dos protestos do movimento estudantil universitário paraense.

O reitor Silveira Netto acreditou ter chegando à fase final do plano de reforma universitária da UFPA, para concluí-la reuniu os conselheiros no dia 2 de julho de 1968, em uma sessão extraordinária. Esta tinha por objetivo comunicar aos presentes que o plano de reestruturação da Universidade necessitava ajustar parte do texto, as quais estavam inconsistentes com as diretrizes de base do Ministério da Educação e Cultura, no entanto já havia obtido aprovação, com algumas restrições que deveriam ser eliminadas. O parecer enviado pelo Conselho Federal de Educação demonstrava cinco pontos a serem corrigidos pelos conselheiros.

1. O parecer impugnou a existência de duas unidades a área de Química, uma no sistema de ensino e pesquisa básicos - o instituto de Química - e outra no sistema de unidade profissional - a Escola de Química - destinada a ministrar o curso de Química Industrial.
2. Parece ter havido equívoco da Universidade ao discutir a objeção do parecer ao art. 14 do plano que ratifica os cursos de engenharia Mecânica, Elétrica Química, Arquitetura e outros [...].
3. A universidade insiste em manter o centro pedagógico compreendendo uma única unidade: a Faculdade de Educação [...].
4. No que se refere à escola de Serviço Social, o parecer sugeriu que a mesma fosse transformada em departamento do Instituto de Ciências Humanas

porque não preenchia as condições exigidas pelo art. 4º do decreto de lei número 252/67 [...]. 5. Relativamente à Faculdade de Farmácia, a Universidade resolveu que fossem transferidas para aquela unidade as seguintes disciplinas: Química Legal, Química Toxicológica e Bromatológica e análises clínicas (exames parasitológicos, hematológicos, microbiológicos).²¹³

Esses são os pontos que deveriam ser modificados e reenviados para análise final do plano. Assim, vê-se como foi complexa a questão da reforma universitária da UFPA até 1968, uma vez que esta teve de ser elaborada e reelaborada continuamente, desde 1967 até sua efêmera aprovação durante a administração de Silveira Netto. É interessante notar nas memórias existentes sobre a reforma universitária da UFPA as inúmeras interpretações tanto dos conselheiros como dos estudantes. Essas estão presentes nas atas do conselho e também na Assembleia Legislativa do Pará, nos jornais analisados, assim como nas memórias dos sujeitos sociais presentes neste período.

A reforma universitária da UFPA, em 1968, foi um processo conflituoso, uma vez que esta não se consolidou neste ano, ficando para uma próxima administração. Este conflito se iniciou com a primeira sugestão da impugnação de duas unidades para os estudos químicos, onde a instituição deveria acatar a determinação de manter apenas uma unidade de Química, a qual ficava responsável por todo o sistema de ensino e pesquisa. É importante salientar que “as sugestões” foram elaboradas pelos relatores Newton Sucupira e Raimundo Muniz de Aragão, as quais foram apresentadas pelo reitor Silveira Netto como um único caminho a ser seguindo, haja vista que ele argumentou que as decisões tomadas em adiar ou refazer o plano de reestruturação poderiam vir a prejudicar a Universidade Federal do Pará em arrecadar recursos financeiros por descumprirem os pareceres do CFE. O reitor Silveira Netto propôs a predicação de escolher o Instituto em vez da Escola, proposta que teve a aprovação unânime dos conselheiros presentes.

Porém a proposta do reitor causou a insatisfação ao diretor Júlio Ribeiro da Escola de Química, o qual solicitou aos demais conselheiros a permanência das duas unidades de ensino de Química, o Instituto e a Escola, caso contrário “recorreria da decisão da Câmara de Ensino Superior ao Conselho Federal de Educação”²¹⁴. As palavras do professor Júlio Ribeiro ecoaram como sendo uma insubordinação ao órgão máximo e precisamente ao Conselho Universitário e para o reitor, o qual relatou que teve a oportunidade de apreciar a reunião do Conselho Federal de Educação quando foi analisado o Plano de Reestruturação. Na ocasião, foi esclarecido que a responsabilidade seria da UFPA, esta deveria fazer uma opção em

²¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Ata da 6ª Sessão do Conselho Universitário**. Belém: UFPA, 1968. Sessão extraordinária, de 2 jul. 1968, p. 2-4.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 2-4.

relação à Unidade de Química, caso houvesse uma decisão contrária, acarretaria na reprovação do Plano de Reestruturação, pois “de modo algum seria aceita a coexistência das duas Unidades”.²¹⁵

Silveira Netto elencou que no caso de Química deveria ser feita uma opção entre as duas unidades, para ter a aprovação do plano de reestruturação, haja vista que a Câmara de Ensino Superior demonstrou possibilidade de conceder o parecer final ao projeto se fosse “feita ressalva indicada, devendo ser encaminhada ao senhor Ministro da Educação e Cultura, a fim de que seja lavrado competente decreto de reestruturação, nos termos do Decreto de leis 53/66 e 252/67”²¹⁶. O conselho universitário acatou as ressalvas indicadas pelos relatores, escolhendo entre as duas unidades do curso de Química o Instituto, em detrimento da Escola. Contrariando a vontade do colegiado desta unidade, diante desta decisão, Júlio Ribeiro viajou para a cidade do Rio de Janeiro para ir ao Ministério de Educação e Cultura, para reverter a situação. Contudo não conseguiu ter êxito neste objetivo, pois o plano de reestruturação foi aprovado no dia 4 de julho de 1968, faltando apenas a deliberação da assinatura do presidente da república para ser sancionado.²¹⁷

A ida de Júlio Ribeiro ao Ministério de Educação e Cultura causou um grande impasse para a reforma universitária da UFPA, pois desencadeou uma divergência administrativa e pessoal entre o diretor e o reitor, haja vista que eles se declararam opositores neste processo de reestruturação e começaram a se articular para defender os seus propósitos. Nesta perspectiva o reitor Silveira Netto tentou criar um grupo opositor a Júlio Ribeiro do Conselho Universitário, ressaltando que havia reclamações constantes do colegiado de Química sobre a forma administrativa que o diretor conduzia nesta unidade. Também o reitor tentou destituí-lo do Conselho Universitário, assim como da diretoria do curso de Química, nomeando o professor Artur Mello, que ainda participou de uma reunião do conselho universitário como representante do curso de Química.

O reitor elencou perante os conselheiros que a atitude de Júlio Ribeiro desagradou-lhe profundamente²¹⁸. Salientou estranhar a atitude do diretor em abandonar as suas funções da gestão da Unidade, sem prestar satisfação à reitoria, intervindo em assunto referente à Universidade, ignorando o artigo 4º do Estatuto em vigor, onde são mencionadas as atribuições do reitor, dentre as quais está a função de “representar a Universidade em juízo ou

²¹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1968, **Ata da 6ª Sessão**, p. 6.

²¹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Ata da 7ª Sessão do Conselho Universitário**. Belém: UFPA, 1968. Sessão extraordinária, 15 jul. 1968, p. 1.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 1.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 1.

fora dela, administrá-la, superintendente, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades”²¹⁹, além de desconsiderar as determinações do próprio Conselho Universitário, sendo um membro e participante das resoluções.

Ainda em relação à contestação de Júlio Ribeiro, o reitor alegava não entender o motivo de ir até ao Ministério da Educação, uma vez que os assuntos referentes à reforma universitária da UFPA foram “tratados com tanta lealdade, com tanta justeza”, na “maior honestidade”, sem ter o “propósito de enganar quem quer que seja”²²⁰. Isso lhe surpreendeu, pois o diretor deveria ter recorrido à reitoria para tirar dúvidas quando houvesse, assim como solicitar uma reunião deste Conselho para debater a questão. As palavras de Silveira Netto renegaram os fatos discordantes que houve no conselho universitário sobre o plano de reestruturação, as imposições que este sempre apresentou como o único caminho a ser seguido, assim como renegava conhecer o memorial da Escola de Química, que defendia a permanência da Escola, como o debate em torno e teria ouvido todos os interessados. Mas, ao contrário do que o reitor mencionou, este foi excludente, as diretrizes foram em um processo vindo do alto escalão para apenas ser aprovado pelo conselho universitário.

Nesta conjuntura, o diretor Júlio Ribeiro procurou apoio entre os discentes e docentes do curso de Química, com o argumento de que a Escola de Química deixaria de existir na UFPA. Foi graças a essa solidariedade que o diretor derrotou a proposta do reitor de afastá-lo do cargo administrativo. A Congregação de Química não reconheceu a autoridade do professor Artur Mello, isto criou uma situação delicada na Unidade, pois este professor passou a ser visto como um representante do reitor, logo não representava os objetivos do curso. Desta forma, passaram a corroborar com as propostas e atitudes tomadas por Júlio Ribeiro.

No aspecto da permanência de Júlio Ribeiro na diretoria da Escola de Química, compreendo como um enfraquecimento do reitor Silveira Netto. Contudo, o colegiado de Química utilizou a legislação jurídica do curso para enfrentá-lo, haja vista que essa Unidade não estava totalmente gerida pelo regimento e pelo estatuto da UFPA para a escolha do seu diretor, apesar de ser federalizada desde 1963, pelas as leis que regiam a Universidade, cabia a professores catedráticos do curso, através de lista tríplice. Esta categoria era inexistente nesta Unidade.²²¹ Já a legislação interna do curso objetava o reitor fazer a nomeação, sendo

²¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 1968, *Ata da 7ª Sessão*, p. 1.

²²⁰ *Ibid.* p 6.

²²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Ata da 8ª Sessão do Conselho Universitário*. Belém: UFPA, 1968. Sessão extraordinária, 29 jul. 1968, p. 7.

esta competência do Presidente da Associação Comercial do Pará, pois foi da entidade particular que surgiu a Escola de Química, assim, Júlio Ribeiro ressalta que,

A escola foi criada em 1920, pela Associação Comercial do Pará. Depois fechou devido a problemas durante o Estado Novo. Sendo reaberta em 1955. Por ser mantido através de uma entidade particular, tinha suas limitações de verbas. Em função disso, decorreu uma movimentação no sentido de que o governo do Estado encampasse a Escola de Química. Abaixo de muita luta, com deputado daqui, acolá, acabou sendo encampada. Depois com a criação da Universidade do Pará, queríamos ser incorporados a esta instituição, após uma grande movimentação conseguimos ser federalizada com o apoio do senador Lameira Bittencourt e o do deputado Ferro Costa, na década de 1960, passou legalmente a pertencer à universidade.²²²

Para Júlio Ribeiro a Escola de Química tinha processo histórico de luta e resistência em prol da permanência e manutenção do curso. Neste sentido, os critérios apresentados na reforma universitária da UFPA foram entendidos como uma ameaça ao curso de Química. Essa leitura era opinião tanto dos docentes e discentes de Química, do movimento estudantil universitário paraense e de representantes civis como deputados estaduais, vereadores e membros da igreja católica, ou seja, a sociedade paraense deste período acreditou que a reformulação do ensino da Universidade Federal do Pará deixaria de beneficiar as necessidades tecnológicas ausentes na Amazônia, uma vez que a região necessitava de químicos que contribuíssem para o seu desenvolvimento modernizador, industrial e de exploração de seus recursos mineralógicos. A consequência desta compreensão foi o início das ocupações das Escolas e Faculdades da Universidade Federal do Pará no ano de 1968.

3.2 Os Estudantes sonham som a política: a mobilização para o fim da impunidade

Durante o início do processo de “radicalização” da classe estudantil no Pará, as ocupações, o reitor Silveira Netto, encontrava-se em uma viagem ao Sul do Brasil. Ao retornar a Belém, certamente, já possuía conhecimento dos protestos estudantis ocupando a Universidade Federal do Pará. Sua primeira determinação, no seu primeiro dia de trabalho após esta viagem foi convocar uma sessão extraordinária ao conselho universitário para obter um diagnóstico exato do que estava ocorrendo no interior das Faculdades e Escolas. Vale ressaltar que esta sessão extraordinária foi de caráter sigiloso, haja vista que ocorreu de portas fechadas no prédio da reitoria, vigiado por guardas armados de cassetetes, com ordem de não

²²² RIBEIRO, Júlio dos Santos. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 3 set. 2017.

aceitar aproximação de estudantes e da imprensa para haver sigilo das informações desta reunião.²²³

No decorrer da reunião, o reitor Silveira Netto solicitou que os diretores das Faculdades falassem sobre os últimos acontecimentos ocorridos em cada unidade. Na ocasião estavam presentes os diretores das seguintes unidades: Faculdades de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Serviço Social, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Faculdade de Odontologia, Escola de Engenharia, Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, Faculdade de Farmácia, Escola de Química, Instituto de Higiene e Medicina Preventiva.²²⁴

Nas declarações, os respectivos conselheiros afirmaram que as unidades de ensino pela qual eram responsáveis foram ocupadas pelos estudantes. Em algumas ainda houve atividades normais, em outras as atividades acadêmicas foram suspensas pelos discentes, dando lugar a confecções de faixas e cartazes que seriam colocados nas paredes e na fachada principal das escolas e Faculdades, assim como a elaboração de pautas reivindicatórias para apresentação em assembleias gerais, também salientaram haver a preocupação de evitar perdas dos bens materiais das unidades.

Sobre as ocupações, o conselheiro Sílvio Augusto de Bastos Meira ressaltou que os acontecidos seriam esperados, pois esses tinham ocorrido nas regiões sul e nordeste do país. As notícias chegaram até aqui, influenciando o jovem paraense. Em seu discurso, resalta a empolgação da juventude e que outros almejavam apenas a perturbação da ordem, sem haver um objetivo concreto; além do que poderia ser massa de manobra de supostos líderes, agitadores profissionais. No entanto, solicitou prudência ao dialogarem com os discentes, afirmando que “ninguém se iluda, a juventude nunca foi derrotada: a história bem demonstra que a juventude nunca foi derrotada.”²²⁵

Nesta sessão, o reitor Silveira Netto acusou o conselheiro Júlio Ribeiro de ser o responsável pelo processo de ocupação do movimento estudantil universitário paraense, uma vez que questionou se havia normalidade da permanência dos alunos nas dependências das unidades por vinte e quatro horas. O conselheiro Júlio Ribeiro ressaltou, na ocasião, que “não existe propriamente uma ocupação, se é este o termo, a não ser que seja considerada assim a permanência constante dos alunos na escola.”²²⁶

²²³ CONSELHO Reabre Discussão Sobre Química e Congregação de Engenharia Delibera hoje. **A Província do Pará**, Belém, 3 de ago. 1968. 1º cad., p. 8.

²²⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Ata da 9ª Sessão do Conselho Universitário. Belém: UFPA, 1968. Sessão extraordinária, 2 ago. 1968, p. 3.

²²⁵ *Ibid.*, p. 3.

²²⁶ *Ibid.*, p. 3.

No decorrer da discussão, o reitor questionou se a ocupação foi consentida pela diretoria da Escola ou violada, pois havia uma portaria de nº 41/68, que autorizou a permanência dos estudantes dentro da unidade. Júlio dos Santos Ribeiro mencionou que os alunos tomaram a decisão de ocupar por contra própria, em relação à portaria frisou que a mesma autorizava somente a utilização da sala do Diretório Acadêmico durante o período noturno. Na concepção do professor Júlio Ribeiro, isso não autorizava propriamente a ocupação. É importante salienta que as divergências entre Silveira Netto e Júlio dos Santos Ribeiro vinham de outras sessões anteriores. Na concepção do reitor a postura do diretor da Escola de Química era “desrespeitosa” com todos os membros do Conselho Universitário, desta forma propôs a alternativa de afastá-lo do cargo administrativo indicando um novo diretor, o professor Artur Mello. Esta proposta foi embargada pela congregação e discentes de Química que a rejeitaram.

É importante salientar que, paralelamente, o debate da reformulação da Universidade fazia parte das assembleias realizadas nos diretórios acadêmicos das Faculdades de Medicina, Engenharia, Direito, Química e Filosofia Ciências e Letras. Os estudantes foram extremamente atuantes em prol de mudanças educacionais e políticas sociais. Apesar de haver divergências ideológicas, houve um consenso para o processo de ocupação das Escolas e Faculdades, ou seja, permaneceram unidos para a conquista de suas reivindicações.

Os periódicos de Belém anunciavam que durante o mês de julho e agosto de 1968 haveria a realização de várias assembleias, mesas-redondas e reuniões, como está apresentada na Figura 13. Nela há um grupo de jovens oriundos de várias escolas e Faculdades, os representantes de Medicina, Engenharia, Direito, Arquitetura, Química, Serviço Social, Filosofia, Geologia se reuniram no conselho deliberativo, na sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE)²²⁷. Dentro das propostas em voga estava a questão da mobilização dos estudantes locais em face o movimento universitário que ora agitava o país, assim como incentivavam os discentes a entrarem na vida política do Brasil, as análises sobre a reforma universitária²²⁸ e os problemas específicos da região e de cada Faculdade²²⁹. Alberto Ferreira

²²⁷ UNIVERSITÁRIOS Estudam a Crise e Adotam Alerta. **A Província do Pará**, Belém, 5 jul. 1968. 1º cad., p. 8.

²²⁸ O estudo de José Dirceu (1998, p. 119) sobre a dinâmica de reforma universitária salientou que o movimento estudantil de 68 bem mais que a luta contra a ditadura e uma revolução de comportamento, foi também uma revolução educacional que poderia ter dado ao Brasil outra Universidade. Na época houve um debate sobre a Universidade Crítica, uma ideia vinda da França, trazida pela Polop (...). A proposta de uma Universidade Crítica era bastante conceitual e de maior relevância, porque trazia embutida a ideia de transformar a Universidade – algo que acredito até hoje – renovando sua importância como espaço cultural e político e subvertendo as estruturas tradicionais.

²²⁹ UNIVERSITÁRIOS Estudam a Crise e Adotam Alerta. op. cit., p. 8.

Puty²³⁰ diz que nestas assembleias existiram várias discussões sobre a reforma universitária que pretendia transformar as universidades brasileiras em fundações particulares com cobrança de mensalidades.

Figura 13 – Reunião dos universitários pela mobilização



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Província do Pará**. Belém, 5 jul. 1968. 1º cad., p. 8.

Nas assembleias gerais houve um processo intenso de conscientização por meio de mesas-redondas para os universitários. Buscava-se debater as principais reivindicações estudantis, entre os temas analisados estavam os acordos MEC-Usaid e suas consequências à educação brasileira, assim como, as necessidades específicas de cada unidade de ensino da UFPA para serem debatidas e colocadas como pauta de contestação do movimento estudantil universitário paraense, como a reforma dos prédios das Faculdades e Escolas. Neste período existia sala de aula improvisada em galpões sem condições de funcionamento; a questão da mudança para o Campus Pioneiro do Guamá era vista com cautela e medo, uma vez que acreditavam que a concentração dos estudantes no mesmo local daria maior controle do regime vigente sobre as atividades estudantis; discutiam-se as pautas gerais do movimento estudantil nacional, como a derrubada da ditadura militar, a violência com que trataram os jovens em outros estados; nesses debates participavam membros da igreja, professores, políticos, os quais eram favoráveis às lutas dos universitários.

Em relação aos Acordos MEC-Usaid, a massa estudantil alegava que não tinha conhecimento do que seriam tais acordos, este conhecimento estava muito restrito aos líderes estudantis que mantinham uma relação política com outras unidades políticas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). É importante salientar que os acordos MEC-Usaid tinham

²³⁰ PUTY, Alberto Ferreira, 2014.

um “caráter sigiloso”²³¹ que feria a soberania da política educacional do país. Também lutavam contra as limitações de verbas, precariedade de material, má remuneração dos professores, falta de pagamento das bolsas de estudo, a existência de certas cátedras consideradas ultrapassadas, uma ampla campanha pela manutenção da Escola de Química. Assim como almejavam contribuir no desenvolvimento do ensino através da participação junto ao conselho universitário, tomando parte das decisões universitárias. Acreditavam possuir razão e discernimento humano para o diálogo e mostravam-se dispostos a trabalhar e ajudar a construir um Brasil melhor.²³²

Os jornais de Belém noticiavam que nos últimos dias do mês de julho e início de agosto houve intensificações das atividades estudantis para a deflagração das ocupações. Publicaram notícias sobre as organizações de assembleias e mesas-redondas realizadas em diferentes diretórios, com o intuito de conchamar a massa para a luta, assim como fazer parte de uma “campanha de desestabilização” do plano de reestruturação da universidade.

Nesta perspectiva, cabe mencionar que o jornal *A Folha do Norte*, do dia 28 de julho, notificou que as ocupações iniciaram através da Escola Superior de Química, sendo deliberada após uma assembleia entre os professores e alunos que se reuniram para debaterem a ameaça de extinção que se fazia presente no plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará. Segundo o artigo publicado neste jornal, a ameaça era uma vontade antiga do Reitor, além de descumprir o Decreto de Lei 53, artigo segundo, que determinava a formação de instituto básico e unidades de formação profissional.

A Província do Pará do dia 2 de agosto trouxe informação sobre a Faculdade de Engenharia ter aderido à luta em solidariedade a Escola de Química, mas também apresenta seus descontentamentos, exigindo soluções para “o afastamento do diretor da Escola, o qual tinha atingindo a compulsória, melhores condições de ensino, melhores salários aos

²³¹ O caráter sigiloso da assinatura dos acordos que institucionalizaram a intervenção norte-americana no ensino brasileiro parece ter sido tão bem conservado que o próprio ministro da Educação, Tarso Dutra, se valeu disso para afirmar, em abril de 1967, na Bahia, que ainda não tivera tempo para examiná-los. Ele se sentia, portanto, em condições de duvidar de que os termos dos documentos fossem do conhecimento dos estudantes, cujos protestos teriam, por conseguinte, um sentido “puramente emocional, por estar em causa uma organização norte-americana”. Ao assinar o acordo, confessara, automaticamente, incompetência para planejar a educação no Brasil. E o próprio sigilo criado pelas autoridades em torno dos Acordos MEC-Usaid já demonstrava o perigo que eles representavam. Os acordos MEC-Usaid realçavam a formação técnica em prejuízo das humanidades e enfatizavam a privatização. Os estudantes não concordavam com os acordos MEC-Usaid, pois compreendia que esses acordos feriam a soberania brasileira, outro aspecto relevante seria que a partir da assinatura desses acordos o governo brasileiro estava assinando a sua incapacidade de administrar o ensino superior do Brasil. O movimento contra os acordos MEC-Usaid atingiu o clímax quando o próprio ministro da Educação, Tarso Dutra, embora alegando desconhecer-lhes os textos, se comprometeu a revê-los, “em todo aspecto inconveniente para o Brasil”. POERNER, Artur José. **1939 – O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros.** *Os Acordos MEC-Usaid*. 5. ed. ilustrada rev. ampl. e atual. – Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 218–226.

²³² TÉRMINO de Férias Revigora Protestos. **O Liberal**, Belém, 4 jul. 1968. 2º cad., p. 1.

professores, reforma total da estrutura da Escola”. Destaca também que o Governador do Estado interfere na crise estudantil paraense ao se solidarizar aos estudantes de Química, prometendo uma solução junto ao reitor Silveira Netto para o problema criado com a ameaça de transformação da Escola de Química em Instituto, mostrando-se compreender as causas das reivindicações.

O jornal *O Liberal* publica sobre a ocupação de mais Faculdades e que os estudantes secundaristas estavam aderindo à causa dos universitários, dentre essas a tomada das Faculdades de Direito, Medicina e Filosofia, repetindo atitude dos acadêmicos de Engenharia e Química Industrial, com um possível alastramento da crise com adesão da Faculdade de Odontologia e a Escola de Arquitetura. Durante as ocupações das Faculdades, os alunos permaneciam no recinto, promovendo assembleias e mesas-redondas de conferência e debates em torno da reestruturação da Universidade, e possíveis soluções para os seus problemas específicos, onde os professores também participavam.

Para sabermos mais sobre o cotidiano do movimento estudantil neste processo histórico é importante elencar as memórias de ex-alunos que participaram da ocupação em 1968. Neste sentido, a aluna da Faculdade de Filosofia em 1968, a professora Maria de Nazaré Sarges, relata que o clima era de tensão na Universidade durante os primeiros quatro anos de ditadura militar:

Houve uma tomada da Universidade, onde estava Celeste Medeiros, aí esses meninos de outras Faculdades iam para lá para fazer o ceram, e nós que eles consideravam os mais abastados íamos para rua fazer pedágio por que nós tínhamos que coletar dinheiro pro café, pro cigarro, para quem ficava a noite. Foi uma ocupação da Universidade, da Faculdade de Filosofia em 68. [...]. Os estudantes já estavam já querendo, enfrentar o governo devido às inúmeras perseguições que houve, com outros colegas universitários, que estavam sofrendo e também o nosso reitor também era meio linha dura, então se juntou todo mundo, no entanto, o Aluísio não era lá do nosso prédio, ele era da área de Economia, e foi todo mundo para lá, aliás, eu sempre digo que a Generalíssimo era o “antro dos subversivos”, porque, tinha a Faculdade de Filosofia, tinha a Faculdade de Medicina, que aquele povo todo assim, a irmã da Nilza, o Fiúza de Melo, todo aquele povo estava circulando por lá, o pessoal da Odontologia, era o corredor ali da oposição, vinha desde a Faculdade de Medicina até lá a Odontologia que era próxima a Brás de Aguiar, então houve essa ocupação, mas não levou uma semana essa ocupação. Logo depois desocuparam até porque não se tinha muita força para enfrentar, porque houve ameaça de expulsão da universidade, mas assim, nós que não podíamos ficar a noite, por que nós fazíamos o pedágio, era muito tenso porque, sempre estava a passar o carro de polícia, então quando a gente ouvia a sirene a gente corria e se escondia atrás das mangueiras, por que a gente tinha um pavor, até por que os nossos pais não sabiam que a gente estava metida nessa confusão.²³³

A presidente do centro acadêmico de Filosofia em 1968, Layse Salles, lembra que:

²³³ SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. 25 anos de ensino superior regionalizado no Pará. [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2012. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 4 ago. 2017.

Todas as Faculdades ocupadas, umas em maior grau outras em menor. Mas o “grupo revolucionário das Faculdades ficava presente”. Os alunos vinham, saíam, iam para casa, voltavam durante o dia. Nós proibimos a entrada de professores reacionários, somente entrou professores que contribuíram conosco, como os professores: Roberto Santos, o Orlando Silva e Amilca Tupiassu, professores espetaculares, de gabarito e conteúdo, que deram grandes informações políticas para nós. Eles apoiaram muito a nossa luta e concordavam conosco de não haver democracia no país, nós podíamos apertar eles estavam conosco com toda certeza.²³⁴

Aluno da Faculdade de Economia em 1968, Roberto Ribeiro Correa, relembra:

Nós ocupamos as Universidades, a partir de um movimento que começou na Faculdade de Química, em que eles reclamavam que não tinha laboratório, como ensinar os estudos de química sem a infraestrutura técnica-científica necessária? Aí o processo de ocupação estoura lá e dissemos: “Nós vamos fazer aqui a mesma coisa”.²³⁵

Aluna da Faculdade de Filosofia em 1968, Maria Celeste Medeiros elenca que:

Nós ficamos, acho que 22 dias, dia e noite, 24 horas por dia ocupando. Às vezes um saía, mas outros ficavam. A participação, no começo foi mais intensa, mas depois foi arrefecendo, porque o pessoal se cansava e muitos não eram militantes. Aí, ficou aquele grupo pequeno. Éramos nós do diretório e mais alguns que nos apoiavam. A Layse e eu nos mudamos para a Universidade.²³⁶

Aluno da Faculdade de Medicina em 1968, Willian Mota Siqueira, menciona que:

A ocupação foi em protesto contra a política desenvolvida no Brasil e, também na Universidade, como na nossa Faculdade. Tinha comissão para negociar. Inclusive é uma comissão que foi com o Alacid Nunes era o governador. Ele mandou dizer que ia invadir a Faculdade e nos expulsar de lá. Nós mandamos uma conversa para ele, um recado, uma solicitação: “-Então, nós queremos conversar com ele, para evitar esse choque.” Porque tinha uns que estavam exaltados e que poderiam até enfrentar a polícia e seria um negócio ruim. Então, nós fomos conversar com ele e colocamos que não era aquilo, não estávamos fazendo nada contra, queríamos o bem da Medicina, o bem do ensino. A nossa luta era principalmente sobre que nós não aceitávamos o MEC-USAID. E ele entendeu e parou. Mas ele pediu que a gente revisse e voltasse para o normal.²³⁷

Aluno da Faculdade de Medicina em 1968, Waldir Paiva Mesquita, ressalta que:

Eu posso te falar da ocupação da Faculdade de Medicina, porque na época eu fazia parte da organização [...]. Quando nós ocupamos a Faculdade, o diretor era o prof. Gervásio de Britto Melo. Eu lembro que nós ocupamos a Faculdade, ele me entregou a chave da Faculdade. Eu devolvi para ele a chave. Falei: “-Eu não quero a chave.” O único professor que ficou com a gente foi o prof. Ronaldo Araújo, que era um professor jovem. Os outros professores se recusaram a ficar na Faculdade enquanto nós estivéssemos ocupando. Na Faculdade, nós decidimos que nós íamos

²³⁴ SALLES, Layse Duarte, 2014.

²³⁵ CORRÊA, Roberto Ribeiro. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 22 set. 2017.

²³⁶ MEDEIROS, Maria Celeste Miranda. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: setembro de 2017.

²³⁷ SIQUEIRA, William Mota, 2014.

ocupá-la 24 horas por dias, até que se construísse o prédio da Anatomia Patológica, com microscópio para cada aluno.²³⁸

Aluno da Faculdade de Medicina em 1968, Ruy Antônio Barata, fala sobre o fato que:

As Faculdades foram tomadas por vários estudantes que não tinham estrutura de ensino. Quando nós ocupamos a Faculdade no dia 2 de agosto de 1968, ficamos lá um mês. Um mês com todo o povo lá dentro, não eram quatro gatos pingados. Era a grande massa ocupando a Faculdade, e o governador do estado chamava-se Alacid Nunes. Os militares da Aeronáutica, Marinha e Exército, ficaram loucos para invadir as Faculdades. O governador Alacid segurou-os várias vezes, inclusive o massacre da Faculdade de Medicina, como também, na manifestação do dia 7 de Setembro. Pelos generais das forças armadas haviam desencadeado um processo violento, mas o governador Alacid não deixou bater na gente, apesar de ter a cara de militar truculento, mas ele segurou um diálogo conosco, chegou nos chamar no palácio da residência para tomar um café, na ocasião exigiu a desocupação, contudo nós queríamos reivindicações.²³⁹

O intuito de elencar essas memórias é ressaltar que há um enquadramento de uma experiência social humana construída entre esses sujeitos sociais que vivenciaram o cotidiano das reivindicações estudantis na cidade de Belém, mas precisamente no episódio das ocupações das Faculdades da UFPA, para demonstrar uma coerência, unidade, continuidade, pautado em um “estilo cronológico”²⁴⁰, pois os relatos mencionados pelos entrevistados puderam destacar o cotidiano social e político dessas ocupações. Para estes sujeitos que participaram das lutas reivindicatórias, verifica-se que “o passado ainda não passou”, haja vista que traços fortes daquela realidade permanecem no presente como um marco em suas vidas.

A Escola Superior de Química foi a primeira a ser tomada, a partir de uma reunião entre o colegiado e os alunos. Os discentes de química, através do diretório acadêmico, passaram a fazer campanhas de conscientização dos demais estudantes universitários sobre sua possível extinção, assim percorreram as unidades de ensino da UFPA, onde existiam assembleias e mesas redondas, utilizando o *slogan* “o Brasil precisa de Químicos e a Amazônia de Indústrias”²⁴¹, com o objetivo de ganhar apoio dos demais estudantes, desde modo começou o processo de ocupação. O jornal *A Folha do Norte*²⁴² publicou que este processo foi desencadeado a partir de luta em defesa de seus direitos, os docentes e discentes

²³⁸ MESQUITA, Waldir Paiva. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 13 dez. 2017.

²³⁹ BARATA, Ruy Antônio, 2014.

²⁴⁰ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 206.

²⁴¹ ESTUDANTES em Novos Debates. **A Folha do Norte**, 19 jul. 1968. 1º cad., p 3.

²⁴² QUÍMICA Debate A Sua Extinção. **A Folha do Norte**, 28 jul. 1968. 2º cad., p 20.

compreenderam que o plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará ameaçava-lhes de extinção ao querer transformá-la em departamento do Instituto Básico de ensino químico.

O movimento estudantil universitário paraense tinha como uma ação política ir até as redações dos jornais, com o intuito de conceder entrevistas aos repórteres para publicarem suas mensagens. Naquele momento, conduziu-se até a sede dos jornais *O Liberal* e *A Folha do Norte*, os quais publicaram a interpretação dos discentes através das seguintes manchetes: “Química Quer Manter a Escola”²⁴³, “Escola de Química Pode ser Extinta”²⁴⁴, “Química Debate a sua Extinção”²⁴⁵, “Alunos de Química em Campanha pela Manutenção da Escola”²⁴⁶, “Reunião da UP Esclarecerá Situação da Escola de Química”²⁴⁷.

As notícias vinculadas neste meio de comunicação afirmam os relatos dos futuros químicos sobre a ameaça de aniquilação da profissão na Amazônia, momento de apresentação de conclusão do plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará, deixando estes em pânico e apreensivos. As frases dos vespertinos sintetizam um sentimento que passou a assolar os estudantes de química, os demais universitários, as autoridades políticas – deputados estaduais – a partir do dia 2 de julho de 1968, com a chegada do parecer do conselheiro Newton Sucupira, determinando que houvesse uma escolha entre a Escola Superior e o Instituto de Química, mas em sua opinião deveria permanecer o Instituto, os estudantes de Química condenaram o parecer nomeando-o de "ato criminoso" a transformação daquela Escola em Instituto Básico. Os alunos da Escola Superior de Química, após concluírem a campanha de conscientização referente à pretensa transformação de sua Escola em Instituto Básico, declararam estar em greve permanente ocupando a escola. Na defesa desta unidade de ensino, o ex-governador do Pará Alacid Nunes colocou-se como mediador entre os alunos e o reitor, convocando reuniões com os dois lados para a resolução dos problemas existentes.

²⁴³ QUÍMICA Quer Manter a Escola. **A Folha do Norte**, Belém, 14 jul. 1968. 1º cad. p. 5.

²⁴⁴ ESCOLA de Química Pode ser Extinta. **A Folha do Norte**, Belém, 24 jul. 1968. 1º cad., p. 2.

²⁴⁵ QUÍMICA Debate Sua Extinção, 28 jul. 1968, p. 20.

²⁴⁶ ALUNOS de Química em Campanha pela Manutenção da Escola. **O Liberal**, Belém, 17 jul. 1968. 1º cad., p. 2.

²⁴⁷ REUNIÃO da UP Esclarecerá Situação da Escola de Química. **O Liberal**, Belém, 22 jul. 1968. 1º cad., p. 3.

Figura 14 – A fachada da Escola Superior de Química



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **Folha do Norte**. Belém, 28 jul. 1968. 2º cad., p. 20.

A fachada principal da escola de Química apresenta algumas inquietações do movimento estudantil universitário da UFPA, as faixas colocadas na parte superior do prédio apresentam a voz desses discentes, anunciando para a sociedade que resolveram permanecer na escola para defender o seu futuro, logo relatam a ameaça de extinção, dentro de uma carência de profissionais capacitados para o desenvolvimento da industrialização, principalmente da Amazônia, a qual estava distante dos grandes centros industriais brasileiros na década de 1960.

Os estudantes da Escola Superior de Química, em defesa desta unidade, fizeram um pronunciamento na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, através do deputado estadual Júlio Costa Viveiros (MDB), onde o deputado leu o pronunciamento dos estudantes intitulado:

DOIS PESOS DUAS MEDIDAS

O Governo, alegando não querer intervir nas Universidades, deixa de tomar providências com relação aos Reitores reconhecidamente CORRUPTOS, que dão exemplos de política rasteira e mesquinha. Esses empecilhos procuram fechar Escolas, menosprezam decisões de Conselhos Universitários, apresentam planos de reestruturação sem autores credenciados, como um verdadeiro acinte à cultura universitária.²⁴⁸

Nas falas dos discentes de química há uma crítica e acusações ao governo militar e ao reitor Silveira Netto, uma vez que o Ministério de Educação deixou de intervir na Universidade, no sentido de buscar resoluções administrativas, a ausência de políticas voltadas para este intuito permitia a permanência de reitores corruptos. Deste modo, eles

²⁴⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. **ATA da 74ª Sessão Ordinária**, Belém: ALEPA, 4 set. 1968, p. 110.

acusaram o reitor Silveira Netto de ser corrupto, com práticas rasteiras e mesquinhas, assim como agia de caso premeditado, querendo fechar escolas, ignorando decisões do colegiado, novamente a críticas para a autoria do plano de reestruturação e sua imposição, atitudes que passavam por cima de uma “cultura universitária”.

É importante salientar que a compreensão sobre essa extinção²⁴⁹ foi apenas o estopim de inúmeras insatisfações, políticas, sociais, econômicas e educacionais dos estudantes universitários, principalmente a ausência dos representantes estudantis na elaboração do plano estrutural da Universidade Federal do Pará, mas este representante não deveria ser indicação governamental, ou da reitoria, e sim um membro do movimento estudantil universitário disposto a defender as propostas políticas e sociais levantadas pelos estudantes universitários. Logo o processo de consolidação de implantação da reforma universitária da UFPA foi marcado por uma “série de debates, conflitos e impasses, cujas análises rememoram importantes questões” de cunho político e social, envolvendo os estudantes universitários, a reitoria, o conselho universitário, o Conselho Federal de Educação e o governo militar de Costa e Silva.

No entanto, o movimento estudantil universitário paraense compreendeu que as ocupações seriam uma forma de protesto, uma das tentativas de conter a aceitação do projeto de reforma universitária da UFPA apresentada ao Conselho Federal de Educação. As ocupações eram um instrumento “político e de negociação”²⁵⁰, sendo este complexo e heterogêneo, assim como estão presentes práticas de alianças e resistências. Este tipo de mobilização é uma superação às greves, uma vez que se torna uma mobilização permanente e que agrega participantes em suas assembleias e ações políticas.

É importante salientar a existência dessa proposta de contestação que já estava presente nos debates das assembleias estudantis realizadas durante o episódio da morte do estudante paraense Edson Luís²⁵¹, mas encontrou resistência dos discentes das Faculdades de odontologia e farmácia, os quais buscavam caminhos condizentes com as políticas apresentadas pelo o governo militar e o reitor Silveira Netto.

²⁴⁹ O estudo de Edilza Fontes (FONTES, 2007, p 78) aponta que os estudantes da Escola de Química queriam barrar a proposta contida no Plano de Reestruturação que previa a criação de um Instituto de Química, em substituição da Escola de Química e do Curso de Química Industrial, acreditando que essa transformação significaria a “extinção” de ambos. A ocupação do prédio dessa Escola, então localizado no Museu Comercial da Associação Comercial do Pará, na Praça da República – hoje, núcleo de artes da UFPA, foi um dos mais tensos episódios do período e colocou em evidência um debate que se estendia desde 1963.

²⁵⁰ ALMEIDA, Pablo E. R. **Resistência, Ocupação e Criminalização:** o movimento estudantil nas greves das universidades paulistas em 2007. 2009. (Dissertação em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível: www.estudosdotrabalho.org. Acesso em: 19 abr. 2018.

²⁵¹ SALLES, Layse Duarte, 2014.

O jornal *O Liberal* publicou uma nota afirmando que o reitor Silveira Netto marcou uma reunião com os alunos de química, sendo esta articulada entre o Diretório Central dos Estudantes e o secretário Otávio Bandeira Cascaes. O encontro tinha finalidade de abordar a provável transformação da Escola de Química em Instituto Básico de ensino²⁵². Deste encontro não houve um possível acordo, pois as mobilizações continuaram. Uma vez que o diálogo era difícil, requeria uma série de protocolos, o reitor só concedia reunião com alunos vestidos adequadamente, os de sexo masculino deveriam se apresentar com terno e gravata. Sobre os encontros com Silveira Netto, Layse Salles revela que:

Ah, horrível. Ele era muito conservador, apesar de ser um cara de certa competência. Ele prejudicava muito. Ele jogava com duas armas: ele se fazia amigo da gente, e ao mesmo tempo prejudicava tudo que a gente pedia. Eu lembro-me que houve uma vez uma reunião, em que meus colegas iam representar um grupo de alunos, que queria fazer certa solicitação de reforma, e outras coisas. Então, ele disse que só entrava lá rapazes que estivessem de terno e gravata. Então, eram estudantes que não tinham terno e gravata. Então, para fazer brincadeira, um grupo do Valdecir Palhares, ele era do grupo que a gente chamava de anarquista. Esse cara foi de camisa, de terno curto, bem aqui, emprestado de alguém. Só para desmoralizar. A gravata não combinava. E assim eles entraram na sala dele e ele teve que aceitá-los. Mas muito chateado e sempre dizia não para a gente. Sempre não aceitava o que a gente propunha.²⁵³

As memórias de Layse Salles mencionam que o reitor era um homem conservador de difícil conversa. Suas decisões eram desfavoráveis às propostas vindas dos educandos, na maioria das vezes as prejudicava como podia. As memórias dos alunos presentes na UFPA no ano de 1968, referentes ao posicionamento político-administrativo do reitor Silveira Netto, nos revelam que este possuía uma forte oposição à frente de seus trabalhos. Alberto Ferreira Puty²⁵⁴ cursou a Faculdade de Engenharia no período de 1964 a 1968 e faz as seguintes afirmações: “o reitor não era bom”; “reitor atrasado”, “devolvia verbas”, “a luta também era contra o reitor”. Para o estudante Roberto Ribeiro Corrêa, que ingressou na Escola de Economia no ano de 1967, havia um grupo de discentes que “condenava as atitudes do reitor aqui”.²⁵⁵

Voltando a falar das ocupações, a segunda escola a ser tomada foi a de Engenharia, a partir da organização de uma mesa-redonda, realizada em uma sala denominada Maracanzinho, devido ser bastante grande, reunindo professores e alunos com o objetivo de fazer uma análise crítica do plano de reestruturação e discutir os problemas que assolavam a escola de Engenharia. Os coordenadores da mesa disponibilizaram um tempo de vinte

²⁵² REUNIÃO da UP Esclarecerá Situação da Escola de Química, 22 jul. 1968.

²⁵³ SALLES, Layse Duarte, 2014.

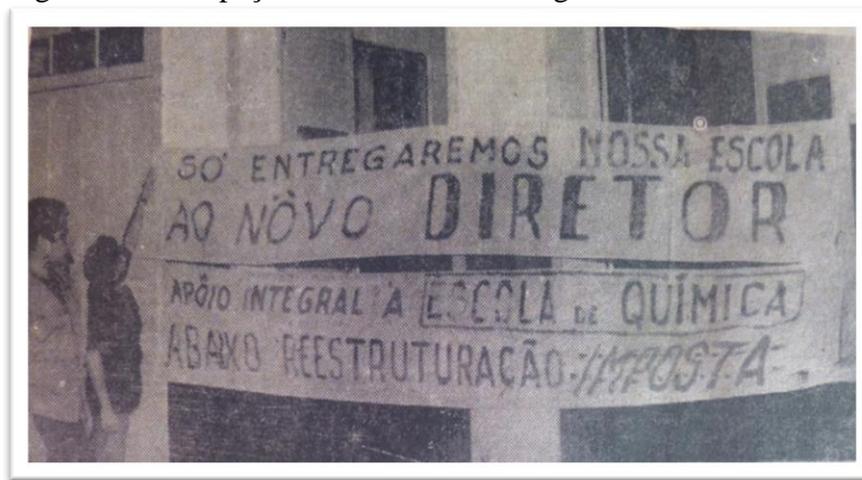
²⁵⁴ PUTY, Alberto Ferreira, 2014.

²⁵⁵ CORRÊA, Roberto Ribeiro, 2014.

minutos para cada palestrante, na ocasião o Diretor Josué Freire mandou um representante, este ignorou as pautas colocadas e passou a defender o diretor, relatando a sua importância a frente daquela unidade desde sua fundação. Como este fugia o intuito dos demais membros, foi “convidado” a não se prolongar na sua oratória. No entanto, o Diretor Josué Freire renunciou o cargo após 5 dias da tomada de Engenharia, fazendo com que esta unidade fosse uma das primeiras a serem a desocupadas.

Durante as falas dos membros que estavam compondo a mesa, os alunados de Engenharia presentes iniciaram uma comunicação paralela entre eles, através de bilhetes, direcionando-os à ocupação da unidade, até que um estudante, Arnaldo Barreto, subiu na mesa gritando “Vamos ocupar essa escola”, assim convidou os demais alunos para permanecerem na escola. Determinação aderida pela maioria presente.

Figura 15 – Ocupação da Faculdade de Engenharia



Fonte: Biblioteca Artur Viana. *A Província do Pará*. Belém, 2 ago. 1968. 1º cad., p 1.

A Figura 15 apresenta três reivindicações dos alunos da escola de Engenharia, onde duas estavam relacionadas ao contexto geral do movimento estudantil universitário paraense, nessas frases foram demonstrados os apoios à contestação da escola de Química, assim como afirmaram a negação do plano de reestruturação da UFPA, pois compreenderam ser uma imposição do Conselho Universitário apresentado pelo reitor Silveira Netto. Já em relação à especificidade, observa-se nas frases a preocupação dos discentes em relação ao afastamento do Diretor Josué Freire por ter atingindo o tempo de compulsória a 14 anos, do mesmo modo que confirmaram a ocupação do prédio e ressaltaram as condições para um possível acordo de

desocupação. Contudo existiam outras requisições, como melhores “condições de ensino, maiores salários para os professores e reforma total da estrutura da escola”.²⁵⁶

O movimento estudantil universitário paraense, não obstante sua renovada vitalidade em 1968 proclamou os estudantes a participar da luta. Neste sentido, partiram de contestações específicas de cada unidade de ensino da UFPA, assim foi apresentada uma demanda acadêmica. As diversas Faculdades e Escolas acreditavam que um novo plano de reforma poderia ser elaborado com a participação estudantil, assim como, os universitários ligados a organizações partidárias compartilhavam da ideia que o movimento estudantil deveria ser um “apoio às forças revolucionárias, às lutas camponesas e operárias”.²⁵⁷

O diretório acadêmico de Direito buscou se solidarizar com o movimento de ocupação, organizando assembleia geral na Faculdade de Direito no Largo da Trindade, nesta reunião houve a participação de alunos de química e economia e as demais unidades. Para realizarem os debates estavam os docentes do curso de Direito para analisarem a situação da Escola de Química, ao fim desta assembleia ficou determinado realizar uma passeata com saída do Largo da Trindade até a Praça da República, onde estava localizada a Escola de Química. Também houve a elaboração e distribuição de panfletos com críticas aos acordos MEC-Usaid, ressaltando que estavam estabelecidos 30 acordos e somente 1 tinha sido revisto pelo governo federal, assim como solicitavam que as manifestações deveriam ocorrer dentro de uma “ordem com liberdade”²⁵⁸ e também conclamavam os universitários à luta: “tomamos agora, urgentemente, uma posição”.²⁵⁹

A ocupação da Faculdade de Filosofia partiu também de uma assembleia geral, onde foi colocada a proposta de ficarem no recinto os que pudessem, havendo um revezamento entre os estudantes, mas o grupo de maior cunho revolucionário permaneceu por 24 horas. Muitos alunos vinham para a Faculdade permanecendo por determinado tempo e depois seguiam para suas residências, retornando no próximo dia.

Em relação à organização dos estudantes de Filosofia, mostrou-se um movimento político estruturado, o qual dialogava com os centros acadêmicos de outras Faculdades. Buscaram elencar suas propostas através de assembleias, passeatas. Nelas estavam presentes faixas e cartazes nas paredes, assim como tiveram a preocupação de uma possível invasão dos militares, assim como buscaram ter o cuidado com os bens materiais, evitando a destruição

²⁵⁶ ESTUDANTES Ocupam a Segunda Escola. **A Província do Pará**, Belém, 2 ago. 1968. 1º cad., p. 1.

²⁵⁷ CARNEIRO, José. **Memórias políticas contra a ditadura militar no Pará**. Belém: NAEA/UFPA, 2017. p. 63.

²⁵⁸ QUÍMICA É TEMA NA F. DE DIREITO. **A Folha do Norte**, Belém, 1 ago. 1968. 1º cad., p. 1.

²⁵⁹ Ibid.

deles, para isso houve a restrição de determinados locais, como da diretoria e do laboratório. Fizeram inventário dos bens existentes, lacraram as salas, prepararam um documento com todos os dados, assinado por ambas as partes.

As pautas reivindicatórias dos estudantes de Filosofia eram referentes a necessidades acadêmicas, estruturais e de cunho político, como da reforma universitária, mudança no currículo, como inserir o curso de bacharelado, áreas para o lazer, uma mesa de pingue-pongue, norma de comportamento dentro da sala de aula, participação na congregação paritária da Faculdade, assim como a reformulação do currículo escolar.

Figura 16 – A Faculdade de Filosofia presente na ocupação



Fonte: Biblioteca Artur Viana. *A Província do Pará*. Belém, 18 ago. 1968. 1º cad., p. 8.

A Figura 16 revela como estava presente a precariedade da estrutura da Faculdade de Filosofia, assim como mostra os cursos presentes neste prédio, história, pedagogia, e geografia. Também é possível ver a permanência dos alunos no local, bem como o aviso de estarem em greve. Durante a tomada dos estudantes, somente professores simpatizantes ao movimento entraram no recinto, com a permissão dos estudantes, como a professora Anunciada Chaves, o professor Paulo Mendes, o professor Roberto Santos, uma vez que os estudantes acreditavam que os professores citados contribuíam com informações políticas e sobre as questões de reformas sociais. Sendo assim, era concedida a permissão de pessoas apoiadoras do movimento, porém foi recusada a entrada de professores considerados reacionários.

O professor Orlando Sampaio Silva²⁶⁰, em 1968, exercia a função de Diretor da Faculdade de Filosofia. Segundo ele, corroborava com o movimento estudantil universitário paraense, pois simpatizava com as pautas políticas defendidas, principalmente a proposta de reforma universitária. Durante o processo de ocupação da Faculdade de Filosofia, os alunos contaram com total apoio de sua administração, chegando a designar a professora Anunciada Chaves para ser uma porta-voz entre a diretoria e os estudantes. Durante as assembleias promovidas dentro desta unidade, o diretor da Faculdade de Filosofia chegou a discordar do processo de ocupação, pois em seu entendimento os estudantes desta unidade tinham ampla liberdade para promoverem reuniões.

Após inúmeros debates sobre os problemas que afligiam a universidade e com o apoio de algumas instituições civis que acreditavam que a luta da classe era justa, como uma parte da igreja que incentivava os estudantes a caminhar em frente, buscando democratização do ensino e do país:

Assembleia Geral dos universitários paraenses, promovida pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, teve início às 16 horas de ontem, com uma rápida palestra do padre Silvério, que conclamou os estudantes a se empenharem na busca de soluções para os problemas. Invocando a letra da música de Billy Blanco, recentemente premiada da I Bienal do Samba, o sacerdote disse, a certa altura: “ou encaramos os problemas de frente ou ficará tudo em conversa e o canto será sempre chorado”.²⁶¹

É importante elencar que há outra versão para ocorrerem às ocupações e está relacionada com uma proposta da Ação Popular (AP)²⁶², a qual teria designado mudança na forma de realizar protesto, sendo assim as manifestações sairiam das ruas, com passeata e comícios-relâmpago para serem atos de maior impacto e mobilidade, e assim obterem melhores resultados, pois existiam estudantes desvinculados do movimento estudantil que poderiam se inserir nas lutas, mas para isto ocorrer deveria partir de um processo de conscientização dos estudantes universitários e secundários das bandeiras defendidas. Somente após obterem conhecimento de causa passariam a combater a ditadura militar com o intuito de destituí-la do poder federativo e elevar a democracia nos moldes de seus ideais.

²⁶⁰ SILVA, Orlando Sampaio. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). [Entrevista concedida a] Edilza Fontes. **UFPA Multimídia**, Belém, 2014. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br>. Acesso em: 18 out. 2017.

²⁶¹ PROPOSTA Para Tomar Reitoria Faz Terminar Em Tumulto Assembleia De Universitários. **A Província do Pará**, Belém, 11 jul. 1968. 1º cad., p. 8.

²⁶² O estudo de Márcio Alves (1993, 115), em 1968 a massa estudantil não saiu às ruas para derrubar a ditadura. Muito menos queria implantar o socialismo, o comunismo ou qualquer outro “ismo” no Brasil. As primeiras manifestações de protesto foram feitas em busca de uma melhor inserção no mercado de trabalho do país hipercapitalista que crescia sob a batuta de Delfim Neto e dos seus “Delfim boys”... Quem queria o comunismo, o maóismo, o guevarismo, o socialismo era uma minoria de estudantes politizado, já agrupada em organizações clandestinas.

Assim, a Ação Popular partia do princípio de elaborar assembleias gerais com temas apropriados para a educação, como o plano de reforma universitária, com o objetivo de agregar um maior número de estudantes universitários e então partirem para as pautas políticas específicas, as quais pudessem contribuir com as lutas reivindicatórias. Deste modo o movimento estudantil daria apoio às causas revolucionárias defendidas por este partido de esquerda, dentre elas estavam à questão operária e a campesina, assim esta seria “uma luta de estudantes e não dos estudantes”, como ressaltou Márcio Alves.²⁶³

As ocupações foram uma estratégia do movimento estudantil universitário paraense²⁶⁴ que de certa forma conseguiram mobilizar pequenos grupos revolucionários em diferentes Faculdades, a partir de um problema específico, no caso dessa mobilização, foi a exclusão dos estudantes universitários na elaboração do projeto de reforma universitária da UFPA. Com este caráter legalista, os diretórios acadêmicos, juntamente com a União Acadêmica Paraense, Ação Popular e do Partido Comunista Brasileiro, conseguiram reagrupar membros de diversos cursos, capazes de permanecer 24 horas nos prédios das Faculdades e Escolas, ou mesmo de contribuir na busca de recursos financeiros para garantir a alimentação de quem se propôs a ficar nas Unidades.

Por trás dos discursos legalistas estavam inseridos outros projetos que buscavam a modificação da base da sociedade brasileira nos aspectos econômicos, políticos, sociais, regionais e nacionais. Por esses motivos declararam guerra a toda política do governo militar discordante dos seus propósitos. Em âmbito nacional, pregaram a libertação da nação em relação a ditadura militar e seu sistema de manipulação; na questão regional, defenderam a Amazônia da intervenção estrangeira; no que se diz respeito à economia, criticaram o projeto modernizador do país voltado para um mercado externo, em detrimento da população.

No entanto, para um plano mais imediato reivindicaram uma reforma no ensino superior do Brasil, exigindo a eliminação de “estruturas autoritárias e arcaicas”, as quais não seriam modificadas com a proposta de reforma universitária apresentada pelo MEC. Além de consistir na continuação do sistema de ensino voltado aos interesses dos grandes monopólios

²⁶³ ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Prefácio: Gilberto Dimenstein. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 117.

²⁶⁴ Sobre o processo de ocupação o estudo de José Dirceu (1998, p. 119) menciona que a essa mudança de combater surgiu a partir da compreensão de um desgaste das greves e passeatas de ruas. Já a historiadora Maria Ribeiro do Vale (2008, p. 166) resalta que este processo foi desencadeado pelos universitários, durante as férias, onde eles recusaram “a reiniciar as aulas em agosto por considerar a ‘universidade arcaica incompatível com a realidade brasileira’, assim como, houve um retrocesso nas manifestações de rua e a volta às lutas reivindicatórias, centradas principalmente na preparação do Congresso da UNE”, assim como, pela necessidade de organizarem o XXX Congresso da UNE. Na concepção desses dois autores as passeatas de ruas não atendiam mais as necessidades de reivindicações políticas do movimento estudantil nacional. Sendo assim, eram necessárias outras estratégias de contestações ao regime militar.

econômicos, a reforma universitária apresentada pelo MEC teve a compreensão de ser uma política educacional imperialista, devido aos acordos firmados com entidades de governo estrangeiro, permitindo assim a quebra do monopólio educacional do Brasil. Além do que o projeto desvinculava-se de uma educação voltada para o bem estar dos cidadãos, onde houvesse uma “Universidade Crítica e Democrática” que estivesse comprometida com o desenvolvimento da nação, desvinculada do sistema de mercado especializado, voltado para o desenvolvimento dos grandes capitais.

Sobre as ocupações da Faculdade de Medicina, esta também obteve apoio de professores e professoras, como a professora Bettina Ferro e os professores Ronaldo Araújo e Monteiro Leite. Os acadêmicos de Medicina recorreram à Assembleia Legislativa do Estado, buscando apoio dos deputados estaduais. Neste intuito, foram até a ALEPA e entregaram um manifesto explicando à sociedade os motivos que levaram a tal mobilização:

Povo do Pará

Somos estudantes de Medicina e ora ocupamos as dependências de nossa Faculdade. Tudo isto porque não está mais havendo condições de estudos e ensino. Não temos salas de aulas, não temos Professores, não temos material para laboratório, não temos material para exames, não temos hospital escolar (...). O que pedimos é uma área livre na Faculdade, onde possamos nos reunir, pedimos comissões de professores e alunos para estudar a melhoria de ensino e permitir uma universidade mais dirigida ao povo, comerciários, bancários, motoristas, donas de casa, trabalhadores da indústria, servidores, braçais, jornalistas, intelectuais, secundaristas, funcionários públicos e todos os outros trabalhadores. Deste modo, estamos precisando de vosso apoio lutamos para que à Universidade seja também de vossos filhos. Não abandone, coopere, comente, divulgue, faça o que os jornais não estão fazendo porque estão sendo pagos para não o fazerem, venham visitar nossas Faculdades e vejam com quem está a razão. Estamos dispostos a lutar até o fim.

Os Acadêmicos de Medicina²⁶⁵

Essas são alegações dos acadêmicos do curso médico, o qual se encontrava sem condições para desenvolver um ensino e pesquisa, mostrando o caos em que se encontrava o curso de Medicina. Vivenciava uma crise brutal, com ausência de material, salas de aula, equipamentos como a reivindicação de um microscópio para cada aluno, pois havia uma demanda obrigando ter um revezamento da turma para o uso do laboratório e mais professores, a cooperação das autoridades, a contestação do projeto de reforma universitária da UFPA, uma participação efetiva dos professores e alunos nesta reforma para poder ser implantada uma Universidade voltada para o povo.

Cabe salientar que o processo de ocupação foi aderido por todas as Escolas e Faculdades da UFPA. Esta radicalização é um ato de protesto mais agressivo do que a greve. Este protesto que iniciou com os acadêmicos de Química e que foi aderido pelas demais

²⁶⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. ATA da 64ª Sessão Ordinária, Belém: ALEPA, 21 ago. 1968, p. 141.

unidades de ensino, obteve uma organização denominada “comissão de ocupação”, a qual agregou universitários de diferentes cursos, esta fez o diagnóstico das pautas reivindicatórias específicas de cada curso para torná-las do movimento de mobilização. As especificidades foram para as assembleias gerais e analisadas por palestrantes que possuía conhecimento sobre o assunto. Um dos temas presente nos debates era a manutenção da universidade pública²⁶⁶, pois havia o temor entre a juventude universidade de que o governo autoritário privatizasse o ensino superior pautado nos acordos Mec-Atcon-Ussaid, como pode ser observado na publicação do jornal *O Papagaio*, onde os discentes do curso de economia publicavam que “o universitário brasileiro depara-se hoje com quadro desanimador e dissolução bastante difícil se somente alguns poucos tomaram a si o encargo de impedir a privatização da universidade brasileira”²⁶⁷. É evidente que o movimento estudantil universitário paraense acreditava que haveria a venda das instituições de ensino superior e caberia a classe estudantil impedi esse propósito o qual era debatido em assembleias estudantis como a representada na figura:

Figura 17 – Assembleia dos Acadêmicos de Medicina



Fonte: Biblioteca Artur Viana. *A Província do Pará*, Belém, 4 ago. 1968. 1º cad., p.1.

²⁶⁶ O estudo de Marcelo Ridenti (2002, p 151) ressaltou que 1968 iniciou no Brasil com manifestações de estudantes. Por um lado, eles reivindicavam ensino público e gratuito para todos, a proposta de reforma universitária deveria está para a democratização do ensino superior, oferecendo melhores qualidade de ensino e pesquisa, com maior participação estudantil nas decisões do conselho universitário, mais verbas para pesquisa – voltada para resolver os problemas econômicos e sociais do Brasil. Por outro lado, os estudantes contestavam a ditadura e o cerceamento às liberdades democráticas. Naquela época, a maioria dos universitários estudava em escolas públicas e o acesso ao ensino superior era bem mais restrito que nos dias de hoje, havendo uma demanda muito maior que a oferta de vagas.

²⁶⁷ [Publicação]. *O Papagaio*, Belém, n. 19, p. 1, 2 ago. 1968.

É importante elencar que as assembleias estudantis foram fundamentais para manterem a unidade dos acadêmicos, uma vez que todos poderiam pronunciar-se sobre os problemas que os afligiam, assim como, proporcionaram aos demais estudantes conhecerem as diretrizes políticas defendidas pelo movimento estudantil universitário paraense, fato que contribuía para buscar o apoio social, pautado em argumentos convincentes e que a luta era justa.

Durante o processo de ocupação da UFPA, o movimento estudantil universitário paraense, para manter os alunos 24 horas nas Faculdades e Escolas montou várias equipes responsáveis por uma determinada função, como a de limpeza, alimentação, arrecadação de dinheiro através de pedágios nos semáforos das ruas e avenidas próximas às Faculdades e escolas, outros ficavam com os aspectos culturais, os quais elaboram festas temáticas e apresentação de teatro. É importante ressaltar a inexistência de violência, mas havia o terror psicológico com a presença constante de policiamento nas proximidades das escolas e Faculdades, sendo esta uma forma dos militares levarem o desconforto e a ameaça ao movimento estudantil universitário paraense, de modo que o comando da ocupação montou uma equipe de vigilância constante para anunciar uma possível invasão militar na Universidade e ter um controle das pessoas que circulavam pelas Faculdades, exigindo uma identificação de estudantes, sendo esta uma carteira estudantil fornecida pela reitoria, para os demais era necessária uma autorização do comando da ocupação para entrar no recinto. Vigiam constantemente todo material que chegava às unidades, evitando surpresas. A vigilância estava presente principalmente à noite, conforme pode ser visto na figura abaixo, um grupo de jovens sentados na frente da Faculdade do curso de Medicina.

Figura 18 – Os Vigilantes da Faculdade de Medicina



Fonte: Biblioteca Artur Viana. *A Província do Pará*. Belém, 18 ago. 1968. 1º cad., p. 1.

3.3 Da Amazônia Para O Brasil: a instalação do governo itinerante do presidente General Artur Costa e Silva em Belém do Pará

O presidente Costa e Silva, quando chegou ao Pará, resolveu dialogar com os estudantes universitários paraenses porque este vinha de uma série de encontros que não tiveram êxitos com comissões de estudantes e intelectuais, formados com o intuito de negociar algumas reivindicações, como a reabertura do restaurante Calabouço, a libertação dos estudantes presos em passeatas, as quais foram desencadeando um diálogo violento que despertava mais a juventude a se organizar para contestar a política governamental e defender a democracia.

É importante salientar que o comando de ocupação tinha programado duas passeatas para recepcionar a chegada presidencial. Este veio ao Pará com a comissão de ministros para administrar o país a partir de Belém, na ocasião inaugurou o Campus Pioneiro do Guamá da Universidade Federal do Pará, no dia 13 de agosto de 1968. A primeira passeata sairia da Faculdade de Medicina, percorrendo a Rua Generalíssimo Deodoro até a São Jerônimo (atual Governador José Malcher) onde ficava a reitoria. A segunda passeata foi uma proposta dos membros do PCB e seria deslocada ao aeroporto de Val-de-Cães para contestar a ditadura militar, mas não tiveram êxito porque suas informações chegaram até as autoridades policiais de Belém.

O comandante do Quartel General da Amazônia solicitou ao Governador Alacid Nunes a providência de fazer desocupação da UFPA com o uso das forças armadas. No entanto, Alacid Nunes tomou uma medida conciliatória com os universitários, solicitando a presença do comando de ocupação para uma reunião na casa do governador, na Av. Magalhães Barata (atual Parque da Residência). O convite chegou à Faculdade de Medicina nas primeiras horas da madrugada, por um emissário. O fato foi levado imediatamente à assembleia, a qual aprovou o diálogo. No encontro entre o governador e os universitários, houve o acordo para que os alunos não fossem ao aeroporto, em troca deu garantia de que a ocupação ocorreria, dentro de um limite, sem violência, mas o governador ameaçou afirmando, caso o contrário usaria a força policial e invadira o recinto das Faculdades e escolas. A proposta foi levada para assembleia geral, que decidiu por manter as ocupações sem enfrentamento com os militares.

No Pará, os estudantes dialogaram com o governo do General Artur Costa e Silva, sendo este aberto a toda a sociedade paraense, que assistiu através da TV Guajará, canal 4,

onde foi apresentado um debate “amplo e franco, de quase quatro horas”²⁶⁸ entre o Ministro da Educação, Tarso Dutra e uma comissão de estudantes universitários. Estes colocaram as principais pautas reivindicatórias do movimento, assim como construíram várias críticas ao reitor Silveira Netto, inclusive pediram o afastamento deste administrador e “anulação pura e simples do plano de reestruturação da Universidade”.²⁶⁹

Os jovens conseguiram impressionar o ministro na maneira como souberam conduzir o debate através da demonstração da firmeza e conhecimento das circunstâncias em relação às questões referentes à Universidade, sendo que Tarso Dutra “elogiou o equilíbrio dos universitários paraenses e os termos elevados das discussões, prontificando-se a atender dentro das possibilidades a todas as reivindicações”²⁷⁰. Os estudantes, na ocasião falaram, ao ministro que o reitor Silveira Netto era o responsável pelos acontecimentos que estavam ocorrendo na UFPA²⁷¹, inclusive pelas ocupações das Faculdades, que somente ocorreram devido ao descumprimento as determinações dos decretos-leis das diretrizes de bases. Em relação ao Plano de Reestruturação, alegaram não serem ouvidos, assim como os professores desconheciam o autor ou autores desta reformulação²⁷². Para o encontro, os estudantes levaram como pauta reivindicatória as seguintes questões:

Reabertura pelo Conselho Federal de Educação do prazo legal de 180 dias para a elaboração de um novo plano de reestruturação da Universidade do Pará, mediante participação de professores e alunos [...]; investigação dos pontos ventilados quanta à atividade da reitoria; Federalização e integração à UFPA da escola de enfermagem Magalhães Barata; restabelecimento do regime de dependência até duas disciplinas; manutenção da Escola Superior de Química juntamente com o Instituto de Química, Criação do restaurante universitário; abolição do sistema de bolsas para o financiamento e incrementação de bolsas de estudo inteiramente grátis; abolição das taxas de expediente que a Universidade cobra; aumento de verbas no orçamento da União para a Educação em termos de aumento percentual.²⁷³

²⁶⁸ ESTUDANTES Impressionaram o Ministro e Levaram Hoje Memorial ao Presidente. **A Província do Pará**, Belém, 13 ago. 1968. 2º cad., p. 9.

²⁶⁹ *Ibid.*

²⁷⁰ ESTUDANTES Impressionaram o Ministro e Levaram Hoje Memorial ao Presidente. 1968, p. 9.

²⁷¹ O movimento estudantil universitário paraense acusava o reitor Silveira Netto de ser o culpado por todo o processo de radicalização dos estudantes no âmbito da UFPA, pois se acreditava que ele tinha instalado uma ditadura administrativa chamada de “Silverismo”, a qual os alunos estavam excluídos de todo o processo de decisões vinculadas à Universidade. Cabe aqui salientar o estudo de Márcio Alves (1993, p. 115) o qual o movimento estudantil só existiu no Brasil devido à imprudência do Ministério da Educação. “Quem criou o movimento estudantil revolucionário no Brasil foram o Ministério da Educação, incapaz de responder com ofertas de ensino à demanda dos jovens, e a polícia, que baixou o cassetete na cabeça de quem reivindicava a chance de arrumar um emprego melhor quando entrasse no mercado de trabalho. Os depoimentos dos mais jovens, rapazes e moças saídos das escolas secundárias, são claros e coincidem nesse sentido. A repressão policial criava a indignação, que, por sua vez, motivava os estudantes a se organizar melhor e a encontrar justificativas políticas para o engajamento”.

²⁷² ESTUDANTES Impressionaram o Ministro e Levaram Hoje Memorial ao Presidente, *op. cit.* p. 9.

²⁷³ ESTUDANTES opinam sobre o debate na TV com o ministro. **A Folha do Norte**, Belém, 13 ago. 1968. 2º cad., p. 10.

O movimento estudantil universitário paraense se organizou e conseguiu dialogar de forma saudável com o governo militar de Costa e Silva, este por sua vez permitiu fazer diferente dos demais encontros com o movimento estudantil. Em Belém, em vez de cacetes, cavalaria, policiais armados, houve uma abertura para uma conversa. Mas é importante destacar que a juventude paraense, na presença da comitiva governamental, buscou contestar a ditadura através de lutas específicas da educação, pois as pautas apresentadas ao governo de Costa e Silva mencionavam a reelaboração do plano de reforma universitária da UFPA, a manutenção das duas unidades de química e aumento de verbas para a educação do estado do Pará. O discurso legalista conseguiu impressionar o presidente militar, o qual em seu pronunciamento de saída de Belém ressaltou que os universitários do Pará representavam o “verdadeiro estudante brasileiro”.

O ministro Tarso Dutra se pronunciou a estas contestações, salientando que em relação às ocupações das Faculdades, o prejuízo somente seria dos estudantes, haja vista que estes deveriam cumprir a carga horária mínima exigida por lei; discordou totalmente sobre o prazo de 180 dias pedido para reexame do projeto de reforma da Universidade Federal do Pará, contudo se comprometeu que pessoalmente iria solicitar ao Conselho Federal de Educação para retornar o plano para ser realizado um novo parecer pelos estudantes e professores; considerou que os estudantes estavam com um argumento muito forte, pois houve uma falha na reelaboração, uma vez que negaram a palavra aos docentes e discentes da Universidade.

Em relação à questão da Escola Superior de Química, o ministro da educação afirmou que a petição dos alunos era justa e tinha o apoio para sua manutenção, à permanência das duas unidades não acarretaria prejuízo, a questão deixava de ser interesse regional, tornando-se uma questão nacional devido à necessidade de técnicos para Amazônia, a qual estava sendo cobiçada por pesquisadores estrangeiros; reconheceu que a Universidade Federal do Pará passava por uma crise estrutural devido à demanda de alunos matriculados, no entanto a Universidade estava passando por um processo de revitalização através das verbas do governo federal.

É importante mencionar as visões dos estudantes participantes do debate na TV, o universitário Pedro Pinho ressaltou, em entrevista ao jornal *Folha do Norte*, que houve um comprometimento do ministro para solucionar os problemas gerais que os afligiam, assim compreendeu haver saldos positivos. Já na visão do estudante Alex Turenko Júnior, as declarações do ministro Tarso Dutra em relação às colocações não chegavam a lugar nenhum, uma vez que “ele não prometeu, não se comprometeu e nem se propôs a resolver coisa

alguma.”²⁷⁴ Para Fernando Fiúza de Melo, o debate não se consolidou em uma proposta definitiva, ficando tudo em promessas, contudo o debate serviu ao movimento estudantil paraense para divulgar as contestações. Assim, os estudantes participantes do debate na TV, em maioria, ficaram desacreditados nas colocações do ministro Tarso Dutra, alegando que as propostas ficaram nas promessas e assim a comissão de ocupação resolveu dar continuidade à mobilização permanente até que fossem apresentadas soluções.

Cabe salientar que os estudantes participantes deste debate com o Ministro da Educação Tarso Dutra conseguiram impressionar a sociedade com a maneira de conduzir os debates, pois o desempenho foi elogiado na ALEPA pelo deputado Laércio Barbalho²⁷⁵, o qual mencionou que os estudantes tiveram maturidade para mostrar os direitos que possuíam, neste sentido pôs-se complacente ao movimento estudantil universitário paraense, oferecendo assim o total apoio da Câmara às reivindicações estudantis.

É relevante mencionar que os centros acadêmicos das Faculdades, bem como os diálogos construídos entre os estudantes, representavam a organização do movimento estudantil. Mostra-se de forma contundente a participação dos jovens enquadrados em um modelo institucionalizado arcaico, que ocasionou fortes debates políticos entre a juventude, com o intuito de encontrar soluções possíveis sobre as questões relacionadas à educação superior. As temáticas estabelecidas dentro do movimento estudantil universitário paraense foram as mais variadas, apesar disso, obteve apoio da maior parte dos estudantes nas ocupações, nas assembleias e nas passeatas, fatos que vieram se consolidando desde o episódio da morte de Edson Luiz, que representou, nesse ínterim, uma unificação do movimento, gerando uma mobilização coletiva em prol de um objetivo comum, a “verdadeira reforma” no ensino superior. O estudo de Lúcia Rangel Azevedo nos aponta que:

A dimensão “Ações e Objetivos do Movimento Social” significa que os participantes percebem uma relação entre os objetivos do movimento social e suas estratégias de ação com seus sentimentos (do indivíduo) de injustiça, seus interesses e sentimentos de eficácia política. Os participantes sentem que as propostas do movimento social combinam com seus próprios interesses materiais e simbólicos, dirigem sua busca por justiça contra o adversário focado e acreditam que as ações coletivas propostas são pertinentes com seus sentimentos de eficácia política. Nesta dimensão, cabe às lideranças enfrentar o desafio de combinar estratégias e objetivos do movimento com as reivindicações dos participantes do movimento.²⁷⁶

²⁷⁴ ESTUDANTES opinam sobre o debate na TV com o ministro, 13 ago. 1968, p. 10.

²⁷⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. **ATA da 63ª Sessão Ordinária**, Belém: ALEPA, 20 ago. 1968, p. 141.

²⁷⁶ AZEVEDO, Lúcia Rangel. Um estudo sobre a consciência política dos jovens universitários. **ECCCOM**, v. 3, n. 6, jul. dez. 2012, p. 15.

A coletividade da juventude universitária em Belém se consolidou com as ocupações das Faculdades, que foi o maior evento político estudantil ocorrido no Pará durante a ditadura militar em 1968, o qual teve maior clima de tensão com a chegada do presidente Costa e Silva e a comitiva ministerial. Neste momento, o presidente governou o país a partir da Capital paraense, um dos seus objetivos no estado seria levar o desenvolvimento tecnológico e econômico para a Amazônia, na ocasião do estabelecimento do governo itinerante em Belém ocorreu oficialmente a inauguração de parte da Cidade Universitária da Universidade Federal do Pará. Retornando ao clima de tensão dos estudantes, durante o processo de permanência dos estudantes nas Faculdades, com a chegada do governo federal, pois não havia conhecimento das proporções que poderia ocorrer naquele momento, quando o presidente conhecesse os protestos dos estudantes. Entretanto, Costa e Silva, pautado em uma ideologia conciliatória, permitiu o diálogo com o movimento estudantil.

O impasse entre o reitor e o diretor tornou-se grandioso e com dificuldades para ser resolvido no âmbito do conselho universitário da UFPA, que precisou ser apaziguado pelo o governador do estado do Pará Alacid Nunes e pelos deputados estaduais. O governador abriu diálogo com ambos, no intuito de solucionar a crise estudantil em Belém, uma vez que estava esperando o governo itinerante do presidente militar Costa e Silva com a comitiva presidencial. Queria solucionar o problema, a fim de evitar maiores transtornos e passar boa impressão de seu mandato governamental. Neste sentido, o governador se reuniu com o reitor Silveira Netto e com Júlio dos Santos Ribeiro no Hospital dos Servidores do Estado²⁷⁷, após uma exposição dos debates e resultados do conselho universitário, chegaram ao acordo de solicitar ao Conselho Federal de Educação o retorno do plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará, através de pedido do governador Alacid Nunes:

Professor Deolindo Couto, presidente do Conselho Federal de Educação; "Considerando o alto interesse da reestruturação da Universidade do Pará, encareceria a vossa excelência providência que julgar cabíveis para que o processo referente à mesma fosse devolvido à Universidade, a fim de ser reexaminado pelo Colendo do Conselho Universitário. Muito agradeceria o especial empenho que dispensasse à presente solicitação". Cordiais saudações, tenente general Alacid Nunes, Governador do Estado do Pará²⁷⁸.

O debate sobre a reforma universitária da UFPA chega à Assembleia Legislativa do Pará pelas mãos dos estudantes. O primeiro que propôs analisar o assunto foi o deputado estadual Maravalho Belo (ARENA), que considerou de mais alta importância o assunto. Na

²⁷⁷ CONSELHO Vai Reexaminar a Reforma da Universidade. **A Província do Pará**, Belém, 4 ago. 1968. 1º cad., p. 8.

²⁷⁸ *Ibid.*

ocasião afirmou estar ao lado dos estudantes, pois estes tinham um movimento legítimo, com objetivo definido. Em sua opinião, o governo estava tomando atitudes contraditórias, uma vez que se negava a solucionar os problemas, enquanto os estudantes paraenses sabiam fazer seus protestos, “sem depredações, sem ofensa moral, sem atentar contra as instituições”.²⁷⁹

O deputado Antônio Mergulhão, o qual tinha um filho acadêmico de medicina, salientou sua indignação com a falta de diálogo entre o reitor Silveira Netto, assim como dos professores diretores das Faculdades e Escolas, afirmando que o diretor da Faculdade de Medicina seria um instrumento de manobra do reitor. Em sua interpretação, a postura de Silveira Netto seria autoritária, mostrando que ele era um “verdadeiro ditador”, já que nem mesmo na ‘caserna é negado ao subordinado o direito de falar ao seu Comandante’.²⁸⁰

O deputado Massud Ruffeil também concordou com a visão de ditador de Silveira Netto, a qual tinha sido iniciada durante a administração do curso de medicina, deste modo seria impossível o universitário ficar sem manifestação contrária a reitoria. Cabe mencionar que os deputados estaduais afirmavam que o estado do Pará seria a representação da democracia brasileira. Em suas concepções o país estava em plena democracia, a qual seria intolerável com a postura do reitor Silveira Netto agir de forma autoritária, tomando decisões sem consultar o conselho universitário e os estudantes e, ainda, negando-se a atender as reivindicações da mobilização estudantil. Diante da postura administrativa do reitor, o deputado estadual Alfredo Gantuss se pronunciou: “É lamentável que o magnífico reitor não tenha a mínima sensibilidade. Só um caminho ele poderia seguir, a renúncia definitiva da reitoria.”²⁸¹

Essa concepção de ditadura presente na Universidade Federal do Pará, que foi denominada de Silverismo por seus opositores, chega a ser contraditória, conforme diziam os deputados da ARENA, que colocaram o apoio à reivindicação do movimento estudantil universitário paraense, pois a mesma compreensão não persistia ao governo federal, ao contrário, eles viam que o movimento militar de 1964 teria sido uma revolução, esta visão foi ressaltada constantemente nos pronunciamentos dos senhores deputados, já a oposição existente limitava-se a denominar a existência de uma democracia capenga no Brasil.

Retornando sobre o debate da reforma universitária na Assembleia Legislativa do Pará, este foi intenso, acompanhado pelos universitários, os quais recorreram a Casa

²⁷⁹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. ATA da 62ª Sessão Ordinária, Belém: ALEPA, 19 ago. 1968, p. 68.

²⁸⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. ATA da 63ª Sessão Ordinária, 20 ago. 1968, p. 78.

²⁸¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. ATA da 63ª Sessão Ordinária, Belém: ALEPA, 21 ago. 1968, p. 162.

Legislativa para ser sua intercessora com a reitoria. Os representantes civis do Poder Legislativo aceitaram o papel de “advogados” da causa estudantil, por entenderem que o movimento seria “coerente e patriótico”, de maior responsabilidade, e voltava-se contra o autoritarismo do reitor, nas palavras dos deputados.

Diante do apoio concedido ao movimento estudantil universitário, o comando de ocupação da Faculdade enviou um parecer de agradecimento e de aviso, ressaltando que a luta se fazia contínua, e esta solidariedade deveria ser da mesma forma, pois a mobilização era em benefício da sociedade, da qual os deputados são os representantes:

Agradecemos todo apoio que nos puderam dar, mas lembramos que o apoio deve ser dado continuamente, já que continua tem sido a nossa luta. Que essas manifestações de apoio dos senhores Deputados - especialmente dos deputados opositorista, a quem cabe maior responsabilidade face à política do governo - não fique restrita a alguns instantes de maiores manifestações estudantis -, mas que seja prolongado a todo o ano em todo ano. Não será somente por nós que assumireis esta luta, mas sim em benefício do povo a quem dizeis representar. Nós estamos cumprindo a nossa tarefa no sentido de contesta-lo. Esperamos que cumprais a vossa.

Diretório Acadêmico de Filosofia
Comando de Ocupação da Faculdade²⁸²

Para compreenderem melhor as questões do Plano de Reestruturação da UFPA²⁸³ colocado pelo movimento estudantil paraense, recorreram aos debates presentes nas atas do Conselho Universitário, as quais já foram citadas neste estudo. Os deputados chegaram às seguintes conclusões: má elaboração do projeto de reforma, pois foram solicitadas modificações em vários pontos mais de uma vez; foi apresentada uma versão que tinha sido aprovada pelo Conselho de Educação Federal, o que para eles era inaceitável, já que havia um desconhecimento de quem seria a autoria, sendo este imposto pelo reitor Silveira Netto para o conselho aprovar, sem tempo para a devida análise, motivo de questionamentos por parte de professores e alunos. Assim, foi ressaltado que “a reitoria está pecando mortalmente contra o direito que todos têm de opinar no meio em que vivem, no meio em que trabalham, no meio

²⁸² ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. ATA da 63ª Sessão Ordinária, 20 ago. 1968, p. 144.

²⁸³ O estudo de Edilza Fontes (2007, p 81), afirmou que “O Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará, embora tivesse sido encaminhado à apreciação do Conselho Federal de Educação (CFE), em agosto de 1967, nunca foi definitivamente aprovado por esse órgão deliberativo, retornando amiúde para a realização de novas diligências indicadas como necessária pelos pareceristas, afim de se atender à legislação vigente. Somente em dezembro de 1969, foi aprovado, em tempo recorde – 48 horas –, um novo Plano de Reestruturação, por meio do Decreto nº 65.880, adequado a determinações da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que instituiu a Reforma Universitária. Iniciava-se, dessa forma, um novo ciclo de vida institucional para a Universidade Federal do Pará, caracterizado pelo processo de instalação e consolidação da Reforma”.

em que estudam”²⁸⁴. E também concluíram que, conforme o plano, a Escola Superior de Química seria extinta, fato que consideraram um absurdo, irracional, haja vista que os estudos químicos representavam “um dos alicerces fundamentais do que todos os programas de desenvolvimento pensados para Amazônia.”²⁸⁵

Dentro da perspectiva de defensores da causa do movimento estudantil universitário paraense, os deputados formaram uma comissão para dialogar junto ao reitor Silveira Netto, formada por partidários da ARENA e MDB: Arnaldo Prado, Arnaldo Moraes Filho, João Augusto de Oliveira, Jorge Arbage, Laércio Barbalho, Osvaldo Brabo de Carvalho e Santino Correia, contendo as reivindicações dos estudantes:

1) Oficialização das comissões partidárias para estudo do Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará; 2) Concessão de uma área livre nas unidades da Universidade Federal do Pará, na qual professores e alunos estudem e debatam o Plano de Reestruturação e que se destinem ainda, a outros fins, tal como a realização de reuniões de conagração e do sentido técnico científico, tudo na busca do verdadeiro Universitário; 3) Abonadas faltas ocorridas pela suspensão das aulas em decorrência do atual impasse, ou a prorrogação do ano letivo, se for o caso.²⁸⁶

O reitor foi convidado a comparecer à Casa Legislativa do Pará e a fazer um pronunciamento sobre o projeto de reforma universitária da UFPA, com o intuito de explicá-lo e responder os questionamentos dos legisladores sobre os problemas existentes na Universidade. No entanto, recusou-se a comparecer, optando responder ao requerimento dos deputados através de ofício, informando os procedimentos tomados para as resoluções das divergências apontadas pelos deputados.

No tocante das Comissões para estudo do Plano de Reestruturação da Universidade, mesmo antes de qualquer pronunciamento a respeito, essa reitoria já solicitou a manifestação das diversas unidades, assim como em todos os Diretórios e Centros Acadêmicos. Esclareço mais, que desde 1962, conforme as atas da reunião da congregação das diversas universidades, foi o assunto tratado e devidamente debatido;

As áreas livres destinadas aos alunos são as dependências dos respectivos Diretórios e se em alguma Unidade os estudantes não as dispõem, compete/ aos senhores Diretores essas providências, já determinada por essa reitoria. Ademais convém esclarecer que, alugado por essa reitoria e com funcionários necessários, dispõe o Diretório Central de Estudantes de prédio próprio para suas atividades.

No que se diz respeito ao abono das faltas, mister se faz esclarecer que a matéria de competência dessa reitoria [...], Entretanto, naquilo que depender da boa vontade pessoal do Reitor pode V. Exa. ficar certo que será o assunto equacionado na melhor maneira possível.²⁸⁷

²⁸⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. ATA da 63ª Sessão Ordinária, 20 ago. 1968, p. 124.

²⁸⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. ATA da 63ª Sessão Ordinária, 20 ago. 1968, p. 143.

²⁸⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. ATA da 64ª Sessão Ordinária, 21 ago. 1968, p. 175.

²⁸⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. ATA da 66ª Sessão Ordinária, Belém: ALEPA, 23 ago. 1968, p. 75.

O reitor Silveira Netto mostrou que já estavam em andamento as resoluções dos problemas da Universidade, porém suas palavras não transmitiram confiança nem para os deputados, muito menos para os estudantes que o acusavam de se negar a atender as resoluções propostas pelo movimento estudantil universitário paraense. Diante de tanta pressão, Silveira Netto teve que atender algumas reivindicações específicas, como as comissões paritárias, a suspensão do Plano de Reestruturação e o abono das faltas, para que a Universidade prosseguisse com seu calendário do corrente ano. Fatores que o movimento estudantil universitário paraense conquistou:

Departamento

Os vários departamentos estão funcionando a todo vapor. A turma está tinindo e procurando participar de todas as decisões. Agora sim, estamos sentido aquele entrosamento desejado entre alunos professores e já podemos nitidamente perceber o aprimoramento que está ganhando o funcionamento de todo.

Convenções Paritárias

Duas comissões paritárias estão trabalhando em nossa Escola: uma encarregada de fazer um diagnóstico da Faculdade e tem como coordenador Professor Nelson Figueiredo Ribeiro. A segunda, nascida primeiro, estudar a reforma Universitária, tendo o Professor Arnaldo Dias Mendes como coordenador.

Acreditamos que deverá nascer fruto do trabalho de tais comissões que têm levado muito sério o desempenho de suas tarefas²⁸⁸.

Após o período de 28 de julho a 04 de setembro, com exatamente 39 dias de ocupação da UFPA, o movimento estudantil universitário paraense interpretou que o processo de negociação tinha chegado ao fim, obtendo vantagens à frente da reitoria, como a supressão do Plano de Reestruturação da UFPA. Deste modo o curso de química permaneceu inalterado. Houve a elaboração de um novo período acadêmico, as faltas foram suspensas, conquistaram reivindicações específicas, assim como o direito paritário dentro das congregações, deu-se, portanto, o processo de desocupação paulatinamente.

Cabe salientar que, embora as ocupações tenham conquistado importantes vitórias junto à reitoria e ao próprio governo militar do general Artur Costa e Silva, o movimento estudantil universitário paraense, liderado por jovens ligados aos ideais de liberdade e de humanidade, defensores da democracia brasileira, combatentes da ditadura militar, pautados em ideologias político-social de esquerda, obteve um percentual insignificante de vitórias dentro da própria classe estudantil paraense. Uma vez que o retorno da “normalidade” acadêmica despertou o interesse em poucos estudantes para se inserirem na luta permanente pela liberdade.

²⁸⁸ [Publicação]. **O Papagaio**, Belém, n. 22, p. 1, 4 set. 1968.

Novamente a grande massa de estudante se permitiu agir de acordo com “as conveniências individuais, o conformismo cego, acima de todos os ideais da coletividade.”²⁸⁹ Não havendo o despertar para uma cruzada cívica, onde o temor, ódio, o misticismo, daria lugar à realidade, à luta, à coletividade e ao patriotismo. Neste sentido, os universitários que correspondiam a essas ideologias, com a aproximação das comemorações de 07 de setembro, salientavam que a massa estudantil deveria se espelhar nos mártires da nação, os quais se sacrificaram.

Os estudantes que gostariam de dar continuidade aos protestos usavam a justificativa de que as bandeiras reivindicatórias eram de paz, contudo fazia-se necessária a defesa do Brasil frente aos interesses do capital estrangeiro, sob a dominação do capital estadunidense, que o “escravizava o país novamente”. Embora se comemorasse a independência no dia sete de setembro, esta estava ausente e sob uma nova forma de “servidão”. Neste sentido, o movimento estudantil universitário paraense acreditava que a liberdade do Brasil não viria dos grandes palácios com requintes de festas comemorativas, mas deveria partir de uma consciência crítica e reformulação dos pensamentos dos cidadãos, libertando-se primeiro para depois ir lutar pela nação. Nesta guerra, as trincheiras seriam os templos do saber (escolas, universidades), as batalhas se dariam através dos esclarecimentos, para poder combater a demagogia, o comodismo, o egocentrismo, para favorecer a campanha da humanização da sociedade, onde se combateria a fome, o analfabetismo, a miséria, a qual reduz o homem a condições sub-humanas.

A “comemoração” do dia da pátria sobre olhar dos estudantes foi publicada no jornal do centro acadêmico de Economia:

²⁸⁹ [Publicação]. **O Papagaio**, Belém, n. 22, p. 5, 4 set. 1968.

considerados inimigos do estado. Também mostram o financiamento governamental nos grandes projetos, como a Zona Franca e o Jari. Neste sentido, há uma negação a comemoração de 7 de setembro em 1968, pois existe uma usurpação dos direitos e deveres da sociedade brasileira, sendo assim a nova escravização do povo brasileiro, que ficava assistindo a saída da riqueza nacional deixando os cidadãos na miséria. Neste aspecto, a nação deveria buscar a liberdade, a qual:

Seria conquistada pouco a pouco, dia a dia, hora a hora. Esta liberdade, somente, poderá ser conquistada nos bancos da escola, sobre os livros, quando o povo conquistar também o direito de estudar. Somente poderá ser conquistada quando as Universidades deixarem de ser uma trincheira a favor das classes dominantes. Somente poderá ser conquistado quando o povo se apoderar também desta trincheira²⁹⁰.

Os estudantes universitários acreditavam no poder do jovem com a capacidade de modificar as estruturas políticas e sociais presentes no estado, uma vez que faziam parte de uma elite intelectual, ao conseguiram ter acesso ao ensino superior, em um país com grande número de analfabetos, após terem passado por um rigoroso processo seletivo. A Universidade representava uma instituição social, propulsora do campo do saber político, científico e das questões gerais, onde havia trocas de experiências advindas de um exame crítico da realidade. A perspectiva dos valores educacionais estrangeiros, o qual seria a base da reestruturação das Universidades brasileiras era discordante dos interesses da classe estudantil, pois estes almejavam que o desenvolvimento tecnológico e científico estivessem voltados às análises dos potenciais dos recursos naturais, mineralógicos, energéticos, biológicos e medicinais presentes no território nacional, porém sempre acompanhados de políticas sociais que proporcionasse a sociedade brasileira os aspectos de trabalho, saúde e educação.

Com o fim da mobilização permanente os estudantes universitários resolveram radicalizar de forma drástica seus protestos. Retornando às ruas com todo vigor de um opositor da ditadura militar, organizaram passeatas com o intuito de enfrentar os policiais nas vias públicas. Os últimos alunos a deixarem o prédio foram os discentes de Química, na véspera do dia da raça, mas antes estes organizaram um grande ato de protesto. Tiveram a habilidade de fazer todo um estudo de como iriam radicalizar o movimento durante as comemorações de 5 de setembro.

²⁹⁰ [Publicação]. **O Papagaio**, Belém, n. 22, 4 set. 1968, p. 4-5.

3.4 A Rebelião da Juventude: as comemorações do sete de setembro organizadas pelo movimento estudantil universitário paraense

Nos primeiros dias do mês de setembro, após o processo de ocupação das Escolas e Faculdades da UFPA, o movimento estudantil universitário paraense fechou a mobilização permanente, porém avisou da disponibilidade da continuidade dos protestos reivindicatórios para obterem os resultados esperados. Os estudantes acreditavam ser a vanguarda das lutas sociais, uma vez que as gerações anteriores se recusaram a ir à luta. Neste período o movimento estudantil não poderia se silenciar ou a luta terminaria, uma vez que as demais classes opositoras ao regime vigente calaram-se com a coação. Deste modo, a mobilização estudantil tinha que dar continuidade contra as repressões, as injustiças e todas as demais nuances da ditadura.

Acreditando nessas ideias, saíram das unidades ocupadas para retornarem às ruas, com confiança e propósito de radicalizar os protestos para tornar públicas as suas inseguranças. Tomaram como justificativa o desconhecimento das diretrizes que iriam seguir o Plano de Reestruturação da Universidade, que tinha sido encaminhado para ser reexaminado pelo Conselho Universitário, sendo que e o Conselho Federal de Educação deveria mostrar um parecer, como prometido pelo ministro da educação Tarso Dutra.

A invasão do desfile escolar no dia da raça foi uma decisão pensada com antecedência, com a elaboração de cartazes e estratégias de como invadir o desfile. A locomoção dos estudantes deveria ser a mais discreta possível, formada por pequenos grupos oriundos das ruas laterais, como se fossem espectadores, evitando as atenções das autoridades, pois deveria ter cautela para saber o momento exato a infiltração entre duas escolas que estivessem desfilando oficialmente.

Figura 20 – O desfile oficial dos universitários para as autoridades militares do Pará



Os estudantes surgiram de surpresa das laterais, gritando slogans e com cartazes. As atitudes dos jovens surpreenderam todos, inclusive as autoridades presentes, que observavam a audácia da juventude. Houve alguns instantes temerosos, por desconhecerem o desfecho da situação. Ocorreu uma tentativa de isolamento dos estudantes com o cerco policial, o qual se frustrou devido à rápida reação popular que fez um cordão de isolamento entre os policiais e os estudantes²⁹¹. A motivação dos populares evitou que o incidente pudesse ter tomado proporções imprevisíveis. O governador do Estado preocupado em manter a segurança de todos ordenou aos policiais que permitissem a passagem dos estudantes, evitando também dessa maneira um incidente de maiores consequências.²⁹²

Na concepção de Maria do Valle Ribeiro, “quando a população civil adere a participar e apoia os estudantes, significa a adesão popular às lutas”²⁹³, assim torna-se sinônimo de avanço político, abrindo espaço para a participação do povo em defesa da democracia, uma vez que os cidadãos percebem a exclusão de seus objetivos da política governamental.

Os universitários que invadiram eram oriundos de várias unidades, tendo a participação dos alunos da Escola de Química, Medicina, Engenharia, os quais empunhavam cartazes protestando contra a situação do ensino universitário, violência policial, exigiam medidas do governo para que lhes fossem dadas “condições para estudar melhor”, assim como o atendimento urgente de várias reivindicações.²⁹⁴

O Tenente Orlando Souza, do DOPS, ao se deparar com a juventude, rapidamente mobilizou seus agentes e a polícia civil, que formaram uma barreira em torno dos estudantes, sendo que os policiais encontravam-se armados de cassetetes e com ordens para “largar o pau”. A situação beirava um confronto violento, impedido pelo deputado Gerson Peres, que – cumprindo ordens do governador Alacid Nunes – informou ao tenente que permitisse a participação dos universitários no desfile. Diante da referida ordem, a junta militar se retirou. Então os estudantes universitários, em forma de protesto, deixaram os cartazes em frente da comissão parlamentar. Sobre a intervenção universitária no dia da raça, *O Liberal* elenca entrevista com o deputado Gerson Peres, porta-voz da decisão do Governador Alacid Nunes.

O Governador tomou logo a decisão assim que os estudantes tentando romper o cerco policial, e prevendo que a repressão da polícia poderia ter consequências graves. Existiam muitas crianças por perto e a multidão aderira totalmente aos

²⁹¹ UNIVERSITÁRIOS aproveitaram desfile para manifestação de protesto. **A província do Pará**, Belém, 6 set. 1968. 1º cad., p. 8.

²⁹² *Ibid.*, p. 8.

²⁹³ VALLE, Maria Ribeiro, 1999, p. 60.

²⁹⁴ UNIVERSITÁRIOS Protestam no desfile do Dia da Raça. **O Liberal**, 6 set. 1968. 1º cad., p. 6.

universitários. Estas são as palavras textuais do deputado: “Hoje é o Dia Raça. Eles são estudantes e têm direito à manifestação”..²⁹⁵

O professor Aluizio Lins Leal ressaltou que a partir de setembro de 1968, os estudantes começaram a organizar passeatas de forma sistemática, reivindicando melhorias de ensino e da expressão democrática:

Reunimo-nos todos, como se fôssemos pessoas que estavam assistindo o desfile. Ao entramos no meio dos dois colégios, já saímos com os gritos de “-*Abaixo a ditadura, abaixo a ditadura, abaixo a ditadura!*” Passamos pela frente do palanque de punho fechado gritando: “-*Abaixo a ditadura!*”, olhando para os militares. Os generais que estavam assistindo o desfile ficaram tão revoltados que viraram as costas, desceram e foram embora. Deixaram sozinho o governador do estado no palanque. Essa foi uma das nossas grandes, digamos assim, uma das nossas mais expressivas manifestações. E acabamos com a Festa do Cinco de Setembro, pelo menos para os militares.²⁹⁶

O movimento estudantil universitário paraense foi vitorioso neste protesto, primeiro porque conseguiu o apoio da sociedade civil que evitou um conflito violento entre estudantes e força policial. Claro que isso foi permitido somente com a permissão do governador Alacid Nunes, que teve uma postura conciliatória com os estudantes e continuou com a política apaziguadora no estado do Pará, embora que a atuação do movimento fosse interpretada como subversiva e de ameaça à segurança nacional, a postura do governo foi vista como um benfeitor da sociedade, que sabe manter um estado democrático.

3.5 Os Diálogos Sopram Para a Violência: liberdade aos estudantes presos em Ibiúna

O mês de outubro parece aquecido pelo movimento estudantil paraense com o aumento da insatisfação ao Governo Federal, por causa do fechamento do XXX Congresso da UNE²⁹⁷, realizado clandestinamente em Ibiúna, interior de São Paulo, onde houve a prisão de quatro colegas universitários do Estado do Pará, junto com os principais líderes estudantis de todo o país, motivando uma série de manifestações que tomaram proporções de Norte a Sul. Em algumas capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Salvador os universitários

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 6.

²⁹⁶ LEAL, Aluizio Lins, 2014.

²⁹⁷ O estudo de José Dirceu e Vladimir Palmeira (1998, p. 163-178): O Congresso da UNE organizado pela UEE paulista, a qual optou por um encontro clandestino, realizado em São Paulo, na cidade de Ibiúna. Foi feito com grandes articulações políticas e preparação de material, contudo com grandes erros de logística e localização, sendo estes critérios maus elaborados. Para eles o ideal seria fazer um congresso aberto e democrático, uma vez que o local escolhido era desprovido de estrutura para receber os delegados, onde tiveram de improvisar locais de acomodação feitos de armação de bambu cobertos com lonas, de baixo de muita chuva, onde dormiam no chão de barro, fato que causava muitas críticas, além da existência da disputa pela liderança entre os partidos de esquerdas, a Ação Popular, o Partidão e o PCRB. No entanto, ressaltaram que a realização do Congresso com todas as circunstâncias política de 68 foi uma demonstração da força do movimento estudantil, uma vez que conseguiram fazer eleição dos delegados nas faculdades, desta forma atesta a vitalidade política.

entraram na luta fazendo greves e ocupando os prédios das Faculdades.²⁹⁸ Em Belém, os estudantes optaram por fazer passeatas e comícios-relâmpagos com intuito de conscientizar a sociedade e adquirir o seu apoio.

O movimento estudantil universitário paraense, através do jornal *O Papagaio*, demonstrou toda a insatisfação com o número de prisões, afirmando que não interessava a quantidade de jovens que foram presos, haja vista que era desconhecido o número exato de detenção, esta poderia ser “um mil e duzentos, um mil e trezentos, ou oitocentos”²⁹⁹, para eles o número era irrelevante, pois o governo de Costa e Silva não possuía argumentos para prender estudantes que participavam de um congresso clandestino organizado pela UNE, onde os jovens se encontravam “temerosos, mal estalados e mal alimentados”, os quais não chegava ser uma ameaça ao governo militar, desse modo compreenderam que as prisões foram atos de “truculência, prepotência, abuso de poder.”³⁰⁰

Figura 21 – Liberdade aos Presos



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Folha do Norte**. Belém, 15 out. 1968. 1º cad., p. 1.

Seguindo a concepção de tornar público o seu descontentamento, a juventude paraense deu uma resposta através de uma série de protestos em defesa de sua entidade e da liberdade de seus colegas. Os cartazes conclamavam a defesa da UNE, da democracia, da liberdade; assim como, contestavam a ditadura, a violência e as prisões dos estudantes: “LIBERDADE AOS COLEGAS PRESOS”, ‘EXISTE DEMOCRACIA EM NOSSO PAÍS?’,

²⁹⁸ O estudo de Maria Valle Ribeiro (2018, p. 109) ressalta que, desde o dia do golpe militar de 1964, quando o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi depredado, incendiado e destruído, o meio estudantil passou a ser alvo das ações do aparato militar e dos organismos direitas. Quase todas as entidades estudantis sofrem intervenção a partir de então.

²⁹⁹ [Publicação] **O Papagaio**, Belém, n. 28, p. 1, 18 out. 1968.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 1.

‘UNE, UNIÃO PELA LIBERDADE’, ‘LIBERDADE AOS ESTUDANTES APRISIONADOS’’.³⁰¹ Essas manifestações foram compreendidas como desordem pela polícia militar. O diálogo desta vez foi intolerante e o uso violência se fez presente de ambos os lados.

É possível observar nos jornais que devido à intervenção policial nas passeatas, os estudantes paraenses tiveram de criar estratégias para driblar o cerco policial, as quais foram denominadas como, “táticas de despistamento”, para isso, propuseram a realização de passeatas formadas por pequenos grupos que pudesse se reunir e dispensa-se conforme a presença do policiamento. Reuniam-se em diferentes locais e aglomeravam-se quando possível. O objetivo era desarticular a ação policial, deixando-os desorientados, mas o conflito foi inevitável.

Figura 22 – Comício-Relâmpago



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Folha do Norte**. Belém, 20 out. 1968. 1º cad., p. 1.

Em uma manifestação no centro comercial de Belém, foram desencadeados momentos turbulentos e de insegurança, que resultaram em lojas invadidas e veículos particulares danificados. Ao desencadeamento da repressão policial, os estudantes revidaram com coquetéis *molotov*, garrafas, paus, pedras, a radicalização foi tão intensa que os estudantes devolviam à polícia as bombas de gás lançadas sobre eles. Na ocasião, vários estudantes e policiais ficaram feridos, como o estudante secundarista ferido no braço por uma baioneta, e o soldado Altair de Oliveira Moraes que teve ferimentos leves.

³⁰¹ ESTUDANTES Rebelam-se de Norte a Sul. **A Folha do Norte**, Belém, 15 out. 1968. 1º cad., p. 1.

Figura 23 – Tomando os Cartazes



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Folha do Norte**. Belém, 15 out. 1968. 1º cad., p. 1.

Muitos estudantes se refugiaram dentro de casas particulares e comerciais com o intuito de não serem presos. Houve uma intensa participação da população acolhendo os estudantes e avisando da movimentação da polícia, no entanto um grupo que estava nas dependências do Palácio do Rádio, na Avenida Presidente Vargas, foi preso, entre os quais a senhora Margarida de Melo e os universitários Monteiro e Ruy Antônio Barata, da Faculdade de Medicina, Roberto, da Engenharia, e Margareth, da Filosofia.³⁰²

No mês de outubro, em decorrência da violência ocasionada no enfrentamento entre estudantes e polícia militar nas últimas passeatas, intensos debates ocorreram na Assembleia Legislativa entre os deputados, onde o deputado Arnaldo Prado, apresentou um requerimento responsabilizando a polícia militar pelas ações violentas desencadeadas na cidade. O requerimento causou um debate intenso entre os representantes da casa.

O deputado Mergulhão manifestou-se favorável ao requerimento desaprovando a ação policial, alegando que, apesar de estarem cumprindo uma determinação do Ministro da Justiça para coibir passeatas estudantis ou de outras entidades de classe, os mesmos deveriam manter a ordem sem excessos, tomando medidas preventivas. O deputado Jorge Arbage salienta que o diálogo e a compreensão são necessários para resolver as reivindicações que os estudantes fazem no mundo inteiro, buscando melhores condições. Menciona que as reivindicações estudantis são justas e que as mesmas possuem um caráter patriótico, desta

³⁰² PASSEATA: Morte no Rio e prisões em Belém. **A Folha do Norte**, Belém, 23 out. 1968. 1º cad., p. 1.

maneira a força repressora do estado deveria optar por medidas compreensivas e não as que causem intranquilidade da família brasileira.

Para o deputado Arnaldo Prado, a responsabilidade seria da Polícia Militar, causando a perturbação da ordem pública e contrariando os interesses dos estudantes. Além do que a polícia tem o intuito de colocar a classe contra o governo e as forças armadas, faltando com a verdade, ao responsabilizá-los pelos atos violentos. Contudo, elenca que o Poder Legislativo tem o dever moral de defender os interesses públicos, orientando mesmo aqueles que estão sendo levados por impulsos de irreflexões e influenciados por terceiros.

Em outubro de 1968 o representante dos militares no Pará não estava mais tolerante com o movimento estudantil universitário paraense, pois as repressões começaram a ser efetuadas com grau de violência, até em então visto somente em outros Estados brasileiros. O governador Alacid Nunes permitiu a abertura dos quartéis, e os seus soldados saíram às ruas com fúria, espancando os universitários. O provável motivo para a mudança de postura do governador do Pará pode ser interpretado através do modo de percepção deste governo para com os estudantes universitários, ou seja, há possibilidade de enxergá-los como uma ameaça aos militares.

Esta visão pode ter sido ocasionada a partir das prisões de um grande contingente de universitários no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado na cidade de Ibiúna, no Estado de São Paulo³⁰³, inclusive com a detenção de quatro delegados, representantes do movimento estudantil universitário paraense. Ressalte-se que esta autoridade recentemente tinha se posicionado favorável às reivindicações dos universitários, sendo até chamando pelos jornais como padrinho dos discentes da Escola Superior de Química, devido ao seu comprometimento em tentar resolver a questão da permanência do curso perante o reitor Silveira Netto. Naquele período, os alunos da Universidade Federal do Pará foram considerados como os “verdadeiros estudantes”, apesar de estarem ocupando a Universidade, inclusive o presidente militar Costa e Silva e o Ministro da Educação Tarso Dutra saíram discursando de Belém fazendo elogios às posturas dos estudantes.

³⁰³ Sobre o Congresso XXX da UNE em 1968, o estudo de Antônio Mendes Júnior (1982, p. 84) afirma que o movimento estudantil havia sido completamente desbaratado pouco antes da edição do Ato Institucional nº 5, durante a tentativa de realizar o Congresso da UNE em outubro de 1968. Os erros de concepção política na organização do encontro foram certamente responsáveis pelo seu fracasso. Havia-se deliberado a realizar o Congresso “clandestinamente”, mas os delegados seriam escolhidos abertamente, em eleições ou assembleia realizadas nas Faculdades para manter “o espírito democrático” da entidade. Ora, realizar o Congresso “clandestino” do qual se conhecem os delegados é o mesmo que pedir a descoberta do local da realização pela polícia.

Contudo esta visão não estava mais presente no discurso do governo estadual, talvez este não tivesse mais o interesse de demonstrar ao governo central a capacidade de sua boa administração. Na retórica dos deputados estaduais do Pará, este estado seria a representação da democracia brasileira durante a ditadura militar. Essa concepção vinha do diálogo estabelecido entre o governo e os universitários em momentos anteriores, pois em outros estados brasileiros a juventude foi recebida com violência. O deputado estadual Gerson Peres, em defesa da “Revolução de 1964”, fez vários elogios ao governador Alacid Nunes, por ter aceitado estabelecer uma relação com base na negociação com o movimento estudantil universitário paraense, não os reprimindo violentamente. No entanto, com o fechamento do congresso da UNE, a ênfase das frases pronunciadas pelos deputados eram “que lugar de estudante era em sala de aula e não fazendo política em vias públicas”, portanto estes estavam cometendo um ato considerado subversivo.

3.6 As Formaturas utilizadas como palco de reivindicação dos universitários

As análises dos jornais *Folha do Norte*, *O Liberal* e *A Província do Pará* sobre os cerimoniais de formatura de colação de grau dos concluintes acadêmicos do ano de 1968, refletem dois caminhos seguidos pelos universitários: o primeiro simboliza uma vitória à frente dos militares, e o segundo elenca os ideais políticos e sociais dos diferentes grupos de estudantes da UFPA.

É importante ressaltar que as análises se detiveram aos concluintes dos cursos de Direito, Farmácia e Medicina. No tocante as causas do movimento estudantil universitário paraense, essas formaturas serviram de palco de protesto, foram planejadas de acordo com o posicionamento político e social dos formandos, haja vista que, as escolhas dos patronos e paraninfas simbolizou seus ideais políticos e as bandeiras de lutas levantadas, deste modo, os cerimoniais de formatura nos revelam a trajetória política dos discentes ao longo de sua formação acadêmica.

As memórias históricas presentes nos jornais demonstraram a vitória dos universitários perante o reitor Silveira Netto, pois durante o processo de ocupação das Escolas e Faculdades da UFPA (a maior greve estudantil dos universitários paraense no ano de 1968), houve ameaças de suspensão do ano letivo, de reprovação por falta, de prolongamento do ano letivo acadêmico.

Diante dessas ameaças, o comando das ocupações apresentou reivindicações que deveriam ser cumpridas como requisitos para dar início ao fim da greve, dentre essas estava o

pedido de garantia de que os alunados não seriam prejudicados de nenhuma forma neste processo, as questões foram colocadas tanto para o reitor Silveira Netto como ao ministro da educação Tarso Dutra. Assim, os jornais, ao noticiarem as cerimônias, confirmam que parte das solicitações dos universitários foi atendida. Fato que simboliza uma importante conquista sobre os militares que comandavam o país.

Já na representação do caminho ideológico dos universitários, os jornais publicavam os ideais defendidos pelos estudantes, haja vista que formandos do curso de Farmácia homenagearam personalidades inseridas e defensores da proposta reforma universitária dos militares, os quais divergiam das proposições do movimento estudantil universitário paraense. Tal postura foi distinta do curso de Direito e Medicina, os quais fizeram do evento mais uma oportunidade de protestarem contra o regime vigente.

Neste período os estudantes do curso Farmácia são considerados nos aspectos políticos de direita, conservadores e opositores as reivindicações do movimento estudantil universitário paraense. Essas posturas explicam os motivos dos formandos de Farmácia terem como patrono o reitor Silveira Netto, paraninfo o secretário do MEC Edson Franco e homenagear o secretário administrativo Octávio Bandeira Cacaes e seus demais professores. Para completar o seu apoio político à reitoria, realizaram o cerimonial e o coquetel no salão nobre do conjunto pioneiro da Universidade.³⁰⁴

Essas resoluções contradizem a postura política do movimento estudantil universitário paraense, haja vista que o reitor era considerado o maior opositor das propostas dos estudantes, chegando a ser considerado um ditador à frente da reitoria e o causador de todos os problemas educacionais da Universidade Federal do Pará. Octávio Cascaes ocupava o cargo de secretário da reitoria, logo era considerado um homem de posição política favorável ao seu chefe administrativo, assim como, o secretário do MEC Edson Franco, ex-funcionário da UFPA, contratado pessoalmente pelo reitor, portanto um homem de total confiança e apoiador dos projetos desenvolvidos por ele, além do que era um representante do MEC, o ministério que apresentou as diretrizes da reforma universitária questionada pelo movimento estudantil nacional. A utilização do núcleo universitário pioneiro do Guamá para realização dos cerimoniais de formatura revela o alinhamento dos formando de Farmácia com a reitoria e opositores de parte dos estudantes que protestavam contra a construção dessa cidade universitária, pois temiam uma maior vigilância do regime militar.

³⁰⁴ UNIVERSIDADE Federal do Pará Diplomou Ontem 140 Bacharéis Por Cinco Escolas. **A Província do Pará**, Belém, 1968. 2º cad. p. 3.

Já as leituras presentes nos jornais elucidam que os mesmos buscavam agir de acordo com as diretrizes das leis do governo militar, assim como dentro das regras ditadas pelo reitor. O jornal *Folha do Norte* relata que eles fizeram parte das ocupações da UFPA porque tiveram uma justificativa plausível para tal postura, pois o movimento ganhou força com a justificativa de luta por um ensino de qualidade, deste modo esses universitários aderiram ao movimento por compreenderem as calamidades presentes na instituição. Contudo, foi um das primeiras Faculdades a serem desocupadas, com a justificativa de que já havia conquistado seus objetivos.

Já a Faculdade de Direito realizou seu cerimonial de formatura no Teatro da Paz, teve como o patrono Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda, um missionário que esteve junto aos estudantes universitários pernambucanos, chegou a enfrentar o chefe de polícia para defendê-los, os seus discursos eram condizentes com as políticas ideológicas do movimento estudantil nacional, em algumas passeatas estudantis realizadas em Recife concedeu seu total apoio, inclusive abrindo a Igreja para servir de refúgio e fuga da violência policial. As atitudes de Dom Helder foram condizentes com as ideologias defendidas pela juventude, logo os universitários enxergavam-lhe como um parceiro na luta reivindicatória. Esses fatores foram responsáveis pela escolha dos formandos de Direito da UFPA, em 1968.

O paraninfo da turma foi o desembargador e professor Levi Hall de Moura³⁰⁵, que ocupava a cadeira de Judiciário Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, assim como prestaram homenagem especial aos demais docentes. A escolha do desembargador foi devido à sua atuação de apoio ao movimento estudantil universitário paraense. Hall de Moura esteve presente como palestrante em assembleias realizadas nesta unidade em julho, quando os universitários estavam reorganizando o movimento de contestação contra as autoridades militares, haja vista que naquele momento o governo tinha estabelecido um diálogo violento com os estudantes do Sul, Nordeste e Sudeste.

Na ocasião, conforme está registrado no jornal *O Liberal*, o professor Levi Hall de Moura fez um discurso que analisava,

A presença do poder jovem na atualidade. Disse que a rebelião é uma continuidade histórica. Que a mocidade já se apercebeu que grupos estrangeiros querem a total privatização do país, porque o estatismo aproxima o povo do socialismo – democrático – e os grupos econômicos internacionais não querem e isso. Eles perderam o apoio do clero, estão desesperados, investem contra a educação tentando manipular desde já os futuros condutores da pátria. Querem reduzir as camadas médias e o empresariado nacional está iludido pensando que o Brasil será uma potência capitalista, porque os próprios grupos econômicos mundiais não

³⁰⁵ PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado. Desembargador Silvio Hall de Moura: homenagem póstuma (1909-1989). *Série Perfil dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará*. T.J.E., Pará, 5, 1997.

consentiram. Os donos do mundo não suportam que os jovens se afastem de sua área de influência, de seu poder e domínio e, então, tacham sua luta contra a submissão e a miséria, como subversão, comunista etc. A prova de que querem privatizar tudo, até educação, é a disposição dos homens do poder em transformar as universidades em fundações.”³⁰⁶

As palavras do desembargador influenciaram na sua escolha como paraninfo, porque nelas foi possível confirmar seu posicionamento político, sua oposição ao governo militar. Demonstrando-se ser um intelectual, concordava com o movimento estudantil universitário paraense, ao afirmar que os jovens têm o poder de buscar mudanças para o país, neste sentido, considerava-lhes como revolucionários dentro de um processo histórico. Concordava com a visão dos universitários nos aspectos da privatização do país pelos estrangeiros, nas ideologias socialistas, sendo estas compreendidas como a “verdadeira democracia”, a transformação das universidades em fundações e a compreensão dos militares sobre a luta estudantil, tachada de subversão e comunista por discordarem do projeto desenvolvimentista militar.

Levi Hall de Moura demonstrou conhecer a ideologia da Guerra Fria, também como esta influenciava na política nacional, principalmente no que diz respeito ao comunismo e socialismo. Ressalta também que os ditadores tinham perdido o apoio do clero e que, como os empresários, a classe média, estava iludida com a possibilidade de o Brasil ser uma potência capitalista, como era ressaltado no discurso do governo. No entanto, este afirma que não haveria possibilidade, uma vez que os grupos econômicos mundiais não permitiriam, logo o seu discurso era condizente com as ideologias políticas do movimento estudantil universitário paraense, portanto uma escolha pensada para continuidade na luta dentro da Universidade Federal do Pará.

Já os formandos de Medicina optaram trazer uma personalidade política nacional, assim tiveram como patrono da turma o presidente Juscelino Kubitschek (doravante JK), o qual teve seus direitos políticos cassados pelos militares. Neste período, existiam notícias de jornais que relacionavam o seu nome como um componente da Frente Ampla, cuja principal pauta era a “luta pela redemocratização” no Brasil, juntamente com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e o presidente João Goulart.

No entanto, JK, ao chegar a Belém e ser questionado pelos repórteres sobre a Frente Ampla, negou o fato, ressaltando que tinha abdicado o interesse político e que sua atuação pública estava restrita a ser paraninfo de formaturas por todo o Brasil. No entanto, ao

³⁰⁶ ESTUDANTES fazem mesa-redonda iniciando diálogo para segurança na luta da reforma. **O Liberal**, Belém, 25 jul. 1968. 1º cad., p. 2.

discursar no cerimonial, elencou com glória o seu mandato presidencial, nos aspectos econômicos e nacionalistas, citou com ênfase a construção da rodovia Belém-Brasília e que durante o mandato foram inexistentes as perseguições aos opositores. Esta fala remete a uma crítica contundente à postura repressiva dos militares. Embora ele negasse fazer política, suas apresentações públicas não condiziam com esta postura, suas palavras exaltavam a política brasileira da década de 1950, procurando demonstrar que neste período o país vivenciava uma democracia, colocando-se como um democrata perante a sociedade paraense, fazendo uma referência ao governo de Costa e Silva, o qual já era compreendido como uma ditadura militar. Outro fator que contradiz as intenções do ex-presidente são as palavras dos representantes civis que, ao encontrá-lo, afirmavam que o povo teria JK de volta ao poder, que ele estava de volta à política nacional.³⁰⁷

É importante elencar que Juscelino Kubitschek tinha prestígios políticos no Estado do Pará, pois sua chegada teve uma recepção calorosa da população, assim houve a demonstração de como este ex-presidente da república era admirado pelos cidadãos paraenses e por seus correligionários políticos organizaram comitivas e trouxeram um grande grupo de pessoas de vários municípios paraenses para prestigiar o ex-presidente junto aos estudantes, haja vista que em dezembro de 1968, em plena ditadura militar, às vésperas do Ato Institucional nº 5 (AI-5), esta personalidade política brasileira foi recebida no aeroporto de Val-de-Cães com honras dignas de um chefe de estado.

³⁰⁷ RETORNO de Juscelino a Belém. **O Liberal**, Belém, 12 dez. 1968. 1º cad., p. 1.

Figura 24 – A chegada de Juscelino em Belém



Fonte: Biblioteca Artur Viana. *Folha do Norte*. Belém, 12 dez. 1968. 1º cad., p. 6.

A Figura 24 mostra imagens sobre a chegada de JK no aeroporto de Val-de-Cães, em Belém. Elas demonstram os apreços, simpatias dos admiradores dos projetos políticos desenvolvimentistas pensados e executados na Amazônia, durante o mandato presidencial, cuja principal obra realizada na região foi à construção da rodovia Belém-Brasília, que possibilitou uma aproximação nas relações econômicas do Pará com outros estados do Brasil.

A imagem esquerda/superior representa a recepção popular de Juscelino, aclamado pela população espalhada na pista de decolagem. Segundo Ruy Barata, esta demonstração de admiração dos paraenses foi graças ao processo desenvolvimentista executado pelo ex-

presidente no Norte do país, que o levou a um reconhecimento popular do povo do Pará como sendo um grande estadista³⁰⁸, o jornal *A Província do Pará* destacou “as pessoas todas de bandeirinha na mão, porque era o homem que tinha fundado Belém-Brasília”.³⁰⁹

A imagem direita/superior exterioriza-o como herói, levantado nos braços do povo. O vereador Fernando Velasco (MDB), na ocasião, fez um discurso exaltando-o, dizendo que Belém recebia a “maior personalidade política de sua história, o maior presidente de todos os tempos [...]. Juscelino que deu uma nova feição ao Brasil. Impulsionou o nosso país de Leste a Oeste de Norte a Sul. Acordou o Gigante Adormecido”³¹⁰. Já os universitários carregaram-lhe nos braços até a seção de desembarque, sendo acompanhados por aplausos e gritos frenéticos “JK!JK!”.³¹¹ Ruy Antônio Barata nos fala que “O Juscelino tinha voltado do exílio em 1968 e entrou em Belém na base aérea, onde os militares bateram continências para um político cassado, sua vinda fez com que a cidade parasse.”³¹²

Já a cena estampada na imagem esquerda/inferior mostra o prestígio que este possuía em Belém, tendo uma recepção festiva, com direito a confete, sorriso no rosto e aceno de mãos, cumprimentos e demonstração de admiração. E a direita/inferior retrata um cordão de isolamento feito pelos formandos de Medicina para conduzi-lo perante essa multidão de pessoas, após falha no esquema de segurança dos soldados da FAB, pois os presentes queriam cumprimentá-lo com abraços e apertos de mão.

Figura 25 – Encontro dos antigos correligionários do Partido Social Democráticos



Fonte: Biblioteca Artur Viana. *A Província do Pará*. Belém, 12 dez. 1968. 1º cad., p. 8.

³⁰⁸ VEREADORES, sem sessão, trataram da vinda de JK. *A Província do Pará*, Belém, 11 dez. 1968. 1º cad., p. 7.

³⁰⁹ BARATA, Ruy Antônio, 2014.

³¹⁰ ASSIM chegou JK. Jornal. *A Folha do Norte*, Belém, 12 dez. 1968. 1º cad., p. 6.

³¹¹ JUSCELINO Fica 20 Horas em Belém. *A Folha do Norte*, Belém, 11 dez. 1968. 1º cad., p. 1.

³¹² BARATA, Ruy Antônio, *op. cit.*

Também para recebê-lo, estiveram no aeroporto uns antigos correligionários do Partido Social Democráticos (PSD), os ex-governadores, Moura Carvalho e Aurélio do Carmo, o ex-vice-governador Newton Miranda. Essas autoridades tiveram os direitos políticos cassados pelo regime militar de 1964, através do 1º Ato Institucional (AI-1). Segundo Marcos Napolitano, o principal objetivo dos Atos era o reforço do poder legal do Poder Executivo, e particularmente da Presidência da República, dentro do sistema político.³¹³ Este objetivo foi concretizado com a cassação de mandatos políticos no território nacional. A imagem seguinte retrata o encontro dessas personalidades políticas no Hotel Grão Pará.

Sobre as revogações políticas no Estado do Pará, o estudo da historiadora Edilza Fontes elenca quais representações civis apoiaram o golpe, assim como os opositores naquele momento:

O golpe de Estado veio, com o apoio da imprensa, dos políticos ligados ao PSD no Pará, com o apoio da igreja, da maçonaria, da intelectualidade, dos produtores rurais (fazendeiros), dos comerciantes. Contra a quebra da democracia representativa, implantada no Brasil em 1946, só ficaram os estudantes universitários, os sindicalistas ligados ao PCB, os militantes da A.P e do PCB e alguns políticos ligados ao PTB. Posteriormente quando os governos militares começam a elaborar a lista de cassados, é que o PSD, coloca-se contra os “desvirtuamentos da revolução”, quando deputados, governador, vice-governador, prefeito de Belém, vice-prefeito, prefeitos do interior todos os políticos do PSD, é que o partido emite algum protesto sobre os governos militares.³¹⁴

Segundo a autora, os membros do Partido Social Democrático, acompanhados de outras representações civis, as quais concederam apoio ao golpe e posteriormente, mudando de posição, passam a fazer crítica após a cassação dos mandatos políticos, acusando-lhes de “desvirtuamentos da revolução”, entre os contestadores estavam os estudantes universitários que desde o principio do golpe colocaram-se contra e passaram a defender uma democracia brasileira sem a presença dos militares no poder central, uma vez que,

O golpe civil-militar na memória dos estudantes da época veio acabar com uma conjuntura rica, de profundo debate, de criação, de participação da juventude, de crença na possibilidade de mudanças sociais. Sonhos de reinventar o país, com inspirações nacionalistas, anti-imperialistas, com base em uma cultura que se pretendia popular e moderna. Estavam se criando uma nova agenda cultural no Pará, principalmente em Belém que já dialogava com artistas nacionais, que pensavam a cultura como meio de reformas, para alcançar mudanças estruturais.³¹⁵

Ainda em relação à presença dos políticos cassados, revela-nos que estes ainda mantinham uma forte visibilidade políticas no estado e participação de ações não

³¹³ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. - 1º edição, 2º reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015. P. 79.

³¹⁴ FONTES, Edilza Joana Oliveira. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e Memórias. **Revista OPSIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 340-360 - jan./jun. 2014, p. 345.

³¹⁵ FONTES, 2014, p. 347.

governamentais, com o intuito de consolidar alianças para um possível retorno ao governo, uma vez que os antigos correligionários marcaram reuniões com o ex-presidente no hotel, assim como participaram de um almoço de vinte talheres oferecido a JK. Cabe mencionar que nesta conjuntura o governo militar de Costa e Silva vinha enfrentando uma forte resistência, haja vista que parte dos que apoiaram o golpe já estava se afastando, como os intelectuais, a classe média e os eclesiásticos, além de uma possível utopia de uma abertura política.

Também estiveram presentes na recepção o senador da bancada do MDB Pedro Augusto Moura Palha, o ex-delegado da Polícia Marítima e Aérea José Luís Coelho. A Assembleia Legislativa do Pará designou uma comissão formada por deputados estaduais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), composta pelos deputados Arnaldo de Moraes Filho, Massud Ruffell, Antônio Teixeira e Maravalho Belo. A Câmara Municipal dos Vereadores designou uma delegação composta por representante deste mesmo partido, os camaristas Alby Miranda, Carlos Gomes, Fernando Velasco, João Silva, Hermínio Calvino Filho, Jader Barbalho, Manuel Rocha, Milton Andrade e os estudantes.³¹⁶

O traslado foi digno de um chefe de estado, à frente teve uma turma de batedores voluntários, dirigindo lambretas, acompanhados por carros particulares e alguns táxis voluntários, este parou várias vezes para o ex-presidente cumprimentar o povo até sua chegada ao Hotel Grão Pará, onde ficou hospedado em uma suíte presidencial. O hotel teve que ser isolado por causa da grande concentração de pessoas que gostariam de falar com JK.

Na ocasião, foi servido um almoço com vinte talheres para os convidados. Posteriormente recebeu a imprensa, mas tentou evitar “falar sobre política” para os meios de comunicação, haja vista que o clima não era favorável devido à presença constante da vigilância do governo militar. Agradeceu o carinho dos paraenses e afirmou ter se surpreendido pela mobilização de pessoas, que ele estava contando apenas com a presença de três, quatro, cinco estudantes, poucos amigos.³¹⁷

É importante elencar que a volta de Juscelino Kubitschek a Belém ocasionou um forte esquema de segurança e vigilância dos militares, os quais estariam prontos para entrar em ação. O grupo foi composto de oito agentes do SNI, três do DOPS e polícia da Aeronáutica acompanharam durante a permanência de Juscelino na cidade. Os militares

³¹⁶ JK DIZ que a juventude está preparada para a missão que lhe reserva o destino. **A Província do Pará**, Belém, 12 dez. 1986. 1º cad., p. 4.

³¹⁷ JK: NIXON é péssimo para o Brasil. **A Folha do Norte**, Belém, 12 dez. 1968. 2º cad., p. 10.

decretaram toque de recolher para os comerciantes, ordenando o fechamento completo das lojas comerciais e que encerrassem as atividades a partir do momento em que JK chegasse.³¹⁸

Figura 26 – Juscelino Kubitschek dialogando com os formandos de Medicina



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **A Folha do Norte**. Belém, 12 dez. 1968. 1º cad., p. 6.

A figura reproduz uma conversa entre JK e sete estudantes na presença de uma testemunha, nela fica clara a atenção dos formandos. Ruy Antônio Barata, concluinte do curso de Medicina da UFPA em 1968, informa que este primeiro encontro teve como objetivo saber qual seria o discurso do orador da turma. Ao fazer uma leitura, grifou várias partes e pediu para retirá-las do texto, solicitando “Faça isso, assim, assado”, substituiu palavras por metáforas que pudessem evitar conflitos com os militares.³¹⁹ O título do discurso foi “Uma História de um Paciente Chamado Brasil”, de composição de Ruy Barata, sendo este ressaltado pelo orador da turma, Alexandre Gomes Ferreira Neto, o qual era filho de um Coronel do Exército.

É importante elencar que o prestígio recebido por Juscelino incomodou o governo militar, pois ao retornar a cidade de Rio de Janeiro foi preso, após uma viagem a Porto Alegre, onde novamente participou de uma solenidade de colação de grau. O ex-presidente ficou preso na Ilha de Gonçalo, onde permaneceu incomunicável por mais de um mês. Já o orador da turma teve de se ausentar de sua casa com medo do pai. Para o autor do texto, decretou-se detenção, no dia 2 de janeiro de 1969, pela Polícia Federal, acusado de subversão.

A vinda de Juscelino a Belém despertou o interesse da imprensa local. O jornal *A Província do Pará* publicou que os jovens médicos escolheram JK “por ter sido pobre, família humilde, cuja vida se fazia um dia a dia de dificuldades de toda a ordem, por isso mesmo, com tantos outros moços por todo o país e por ter integrado a Amazônia ao Brasil com a

³¹⁸ ASSIM chegou JK. **A Folha do Norte**, Belém, 12 dez. 1968. 1º cad., p. 6.

³¹⁹ BARATA, Ruy Antônio, 2014.

construção da estrada Belém Brasília”³²⁰, além do fato de ele ser médico e ex-presidente da república.

Já *O Liberal* publicou o convite dos médicos, onde há os motivos da escolha do ex-presidente, o qual teve uma aceitação unânime para ser o patrono. Segundo este periódico, a justificativa estava em torno das seguintes conjunturas:

A Amazônia esta região que há muito esquecida pelas autoridades, mas que muito agradece à As.. por tê-la aberto ao resto do país com a majestosa Belém-Brasília...pela abertura do progresso para as forças produtivas, desenvolvendo a indústria nacional com as mais diversas medidas econômicas, em particular a indústria automobilística, que em seu governo surgiu como autentica fonte de renda para o nosso país... A nossa escolha vem enfim, para nos solidarizarmos com esse povo brasileiro e sofredor que há 4 anos perdeu o direito de escolha.³²¹

Há uma distinção muito clara entre os jornais, embora concordem com a questão da estrada Belém-Brasília, a qual tem uma grande representação simbólica aos universitários paraenses, porque compreendiam que no período do governo militar de Castelo Branco e Costa e Silva existia um processo de americanização da Amazônia, ou seja, a região estava sendo entregue aos americanos e a outras nações estrangeiras, enquanto no governo JK as políticas desenvolvimentistas, pensadas para essa região, estavam voltadas para a integração ao Brasil, assim como os seus projetos de progresso voltados para a industrialização nacional.

A questão de o país encontrar-se numa ditadura militar, onde os seus cidadãos tinham pedido o direito ao voto, também foi justificativa para a vinda do ex-presidente, pois ele representava a democracia brasileira da década de 50, onde a sociedade podia eleger os representantes, uma concepção política defendida pelo movimento estudantil universitário paraense. No entanto, Ruy Barata ressalta que, quando foi composta a comissão de formatura, a escolha do paraninfo estabeleceu discussões acirradas, as opções estiveram em torno das sugestões de “Gaspar Viana, Che Guevara”, mas como JK tinha chegado do exílio, representava um “núcleo político” e tinha possibilidade de estar presente na festa, então eles o escolheram.³²²

As solenidades foram um ato político público, nos templos religiosos da Basílica e da Adventista, JK foi ovacionado pelo povo. A primeira celebração foi um culto de ação de graças na Igreja dos Adventistas do 7º dia, às 17 horas, posteriormente a benção dos Anéis na Basílica de Nazaré, precedida pelo Arcebispo D. Alberto Ramos. A festa de colação de grau realizou-se no Ginásio Serra Freire, do Clube do Remo³²³. A população presente na frente do

³²⁰ JUSCELINO, patrono e símbolo. **A Província do Pará**, Belém, 11 dez. 1968. 1º cad., p. 5.

³²¹ CARTA e Telegrama Selaram o Retorno de Juscelino ao Pará. **O Liberal**, Belém, 11 dez. 1968. 2º cad., p. 4.

³²² BARATA, Ruy Antônio, 2014.

³²³ JUSCELINO Fica 20 Horas em Belém. **A Folha do Norte**, Belém, 11 dez. 1968. 1º cad., p. 1.

Clube do Remo, na Avenida Nazaré, não permitiu a entrada do ex-presidente ao local, que teve que entrar pela porta dos fundos, da Brás de Aguiar. Segundo Ruy Barata, o momento foi sensacional, porque o povo gritava “Abaixo a ditadura! Abaixo a ditadura!”.³²⁴ O fato é bastante relevante, pois demonstrou que uma parcela da sociedade paraense estava contra a ditadura militar, no entanto este posicionamento era algo momentâneo, sem predestinações de guerrilha. Contudo, esses gestos de apoio popular vêm demonstrar o afastamento entre a sociedade e os militares no ano de 1968.

No cerimonial no Clube do Remo, JK o patrono da turma, foi recebido pelos participantes de pé, com aplausos. Também foi convidado o diretor da Faculdade de Medicina, professor Orlando Rodrigues, secretário Benedito Klantau, o prefeito de Belém, Stélio Maroja, sendo este a única autoridade presente. A festa de formatura foi pública com grande participação popular. As imagens a seguir demonstram parte da colação de grau, as colocações dos convidados à mesa e a entrega do anel de formatura feita pelo diretor do curso de Medicina. O formando presente na imagem é Ruy Antônio Barata, um líder do movimento estudantil universitário paraense, também fazia parte do Partido Comunista Brasileiro, teve uma participação contundente nas diversas formas de luta estudantis, organizou passeatas, assembleias, comissões voltadas para dialogar com as autoridades, assim como, fez discursos em defesa das bandeiras reivindicatórias.

Figura 27 – A cerimônia de Formatura do Curso de Medicina



Fonte: Biblioteca Artur Viana. *Folha do Norte*. Belém, 12 dez. 1968. 2º cad., p. 10.

O ex-presidente ao se pronunciar parabenizou e agradeceu a cidade de Belém pela calorosa recepção. Afirmou ter se surpreendido com a recepção, considerou-a como maior demonstração de carinho dos brasileiros após seu retorno ao país, salientou seu desempenho

³²⁴ BARATA, Ruy Antônio, *op. cit.*

pessoal na abertura da estrada Belém-Brasília afirmando ter vindo diversas vezes vistoriar a obra e conversar com o engenheiro. Elencou que os brasileiros reconheciam o seu trabalho a frente da presidência, principalmente os jovens, pois recebia convites para participar de refeições de grau em diferentes estados.

O discurso do orador da Turma, Alexandre Gomes Ferreira Neto, intitulado “Uma História de um Paciente Chamado Brasil”, fez uma crítica contundente aos militares, pedindo que a sociedade protestasse perante as atrocidades cometidas pelo governo de Costa e Silva. Clamava por uma mobilização social, destemida da repressão policial, pois a melhor atitude seria a intolerância aos atos violentos do governo. Nas palavras dos estudantes de Medicina, era necessário que tomasse uma atitude, pois “se eu não me queimar, se tu não te queimares e se eles não se queimarem. Como as trevas se tornarão claridade?”³²⁵, ou seja, era fundamental a participação da sociedade para a saída dos militares do poder. Também abordaram a questão da internacionalização da Amazônia, da mortalidade infantil, das mortes das comunidades indígenas e da presença de missionários entre eles, dos estudos estrangeiros sobre a riqueza do país. Enaltecera o trabalho do ex-presidente na Amazônia.

No aspecto interno do movimento estudantil universitário paraense, destacaram a violência imposta pelas forças armadas, tendo como consequências a morte do estudante secundarista paraense Edson Luís, e as lutas dos colegas no Sul do país. Em relação aos problemas da saúde do Brasil, elencaram que os projetos governamentais para esta área causavam mais mortes do que salvavam vidas, portanto, os militares não representavam a sociedade brasileira e tinham de ser destituídos do poder pelas mãos de seus cidadãos. Segundo Ruy Barata³²⁶, o objetivo do discurso era fazer “uma conclamação para que as pessoas entrassem na luta política”, tentando convencer a sociedade que ela também era de todos, onde nenhum cidadão poderia se calar, embora o momento fosse desafortunado, mas também ninguém poderia ser conivente com as ações dos militares.

A festa de formatura dos estudantes de Medicina da UFPA revelou sua postura política e o desejo de afastarem os militares da presidência da república. Escolheram um representante da democracia brasileira da década de 1950, por acreditarem que esta seria o modelo ideal para o país. Clamaram por participação popular nas ações contra os militares, denunciaram a invasão estrangeira na Amazônia e em assuntos internos da nação, assim como

³²⁵ JK SAUDOU os novos médicos dizendo que o país recusa condições de pequeno pobre e medíocre. **A Província do Pará**, Belém, 12 dez. 1968. 1º cad., p. 8.

³²⁶ BARATA, Ruy Antônio, 2014.

demonstraram como o governo tinha um diálogo violento, que causou a morte de muitos cidadãos.

É importante mencionar os concluintes do curso de Economia de 1968, Argemiro José Ramos de Azevedo, Elpídio Gonçalves da Cunha Filho, Goiaz do Araguaia Leite Filho, Hugo Sérgio de Oliveira, Ijaciara Santos Brito, João Batista Ferreira Ramos, José Maria de Vilar Ferreira, José Raimundo Batista da Silva, Luís Gomes Lopes, Manoel Rodrigues Viana, Salomão Jacob Benchaya e Sebastião da Silva Ramalho³²⁷. Os cerimoniais de formatura deste curso não tiveram destaque na imprensa local. Contudo, os formandos, assim como os demais, também fizeram de sua formatura uma ação política, mas percorrendo um caminho diferente, optando fazer deste momento um ato de conscientização da classe estudantil através das páginas do jornal *O Papagaio*.

Através deste jornalzinho acadêmico, afirmaram que a classe estudantil deveria buscar “alterar as normas estabelecidas e inaugurar um caminho capaz de modificar a feição desolada do Brasil.”³²⁸ Segundo eles, a educação brasileira estava vinculada a dar continuidade ao sistema econômico do subdesenvolvimento, uma vez que se propôs a copiar um modelo de sistema de ensino completamente diferente da realidade brasileira, assim, negando-se a resolver as necessidades de modernização que contribuiriam para desenvolver a nação.

O ensino brasileiro não efeito de acordo com as necessidades de um país subdesenvolvido, ao contrário, aqui se preparam homens que assegurem tal subdesenvolvimento porque, além de modelos copiados de países de realidade bem diversa, ainda procuram impedir, por todos os meios e modos disponíveis, que o estudante se entregue às camadas populares, considerando-o apenas um autônomo ao qual se imprimem certas formas de proceder e a quem não se permite seja participante dos problemas comuns que envolvem o povo deste Brasil tão grande na miséria quanto na extensão territorial.³²⁹

Os novos economistas do estado do Pará salientaram que a formação do curso superior vinha sem grandes perspectivas. Esta interpretação encontra-se vinculada a dois fatores: o primeiro se relaciona com a instabilidade econômica que o país atravessava, com altos índices de desemprego e um elevado arrocho salarial; a segunda estava pautada nas condições de exploração de mercado, como qualquer outro trabalhador.

Como alternativa, propuseram inserir-se em grupos políticos considerados ilegais, como forma de continuidade à luta estabelecida na Universidade e, assim, corroborar com a

³²⁷ [Publicação]. *O Papagaio*, Belém, n. 29, última página, 31 out. 1968.

³²⁸ *Ibid.*

³²⁹ [Publicação]. *O Papagaio*, Belém, n. 29, última página, 31 out. 1968.

redemocratização do país. Acreditava-se que, independente da escolha, fazia-se necessário levar adiante o movimento reivindicatório, uma vez que seria dever da classe estudantil combater as injustiças sociais, haja vista que possuíam uma consciência crítica e coragem de praticar de ações políticas capazes de modificar a forma governamental do país.

Embora os cerimoniais confirmassem o fim do ano acadêmico de 1968 da UFPA, as reivindicações do movimento estudantil universitário paraense prosseguiram, como solicitado pelos novos economistas, com o intuito de conquistar uma universidade democrática no Pará, que viesse beneficiar a população do estado com o ensino superior. Para conquistar este direito, os universitários uniram-se aos secundaristas, abrindo a porta da instituição a todos que estavam aptos a adentrar no ensino superior. Com as inscrições abertas do processo seletivo para o ano de 1969, os universitários, com o apoio dos secundaristas e vestibulandos, uniram-se para reivindicar soluções aos problemas referentes a esta seleção. Dentre esses estavam a questão da isenção da taxa do vestibular e a retirada do uso obrigatório do paletó e gravata para os alunos que prestavam vestibular para o curso de Direito.

3.7 A Luta por uma universidade popular no Pará

O movimento estudantil universitário paraense empenhava-se em manter um sistema de ensino gratuito. Para tanto reivindicavam ações sociais voltadas para permanência e acesso da sociedade a Universidade. Neste sentido, as análises sobre o processo seletivo da UFPA na década de 1960 é um aspecto importante para entendermos o desenvolvimento do ensino superior no Pará, uma vez que nos permite conhecer como era pensada a seleção de candidatos, como também nos revela as contradições, os conflitos, os embates, as lutas e as estratégias existentes colocadas por diferentes grupos sociais inseridos neste contexto.

O vestibular é uma análise relevante porque na administração do reitor Silveira Netto existiam critérios para fazer a prova, como o uso do paletó e gravata para os cursos de Direito e Medicina e o pagamento. É importante salientar que essas exigências foram questionadas pelo movimento estudantil universitário paraense. Para a conquista desses objetivos organizaram uma greve, conforme pode ser vista na figura abaixo. Um grupo de jovens protestando contra os critérios adotados pela UFPA no processo seletivo. Os grevistas proibiram qualquer candidato de realizar a inscrição para o vestibular de 1969, até obterem um parecer favorável da reitoria.

Figura 28 – Greve dos Vestibulandos



Fonte: Biblioteca Artur Viana. **O Liberal**. Belém, 4 dez. 1968. 1º cad., p. 4.

A figura demonstra a greve dos vestibulandos contra o pagamento da taxa de inscrições do vestibular de 1969. É possível observar um grupo de rapazes com as mãos fechadas e levantadas, o que leva a refletir que eles concordavam com o ato, demonstrando o total apoio, assim como poderiam estar clamando aos presentes a participarem deste movimento. Os grevistas fizeram piquetes na porta do departamento de ensino da UFPA. Na ação estavam presentes representantes da União Estadual dos Estudantes, de dez Diretórios Acadêmicos e da Frente de Ação Secundarista do Pará. Os membros do movimento estudantil universitário paraense procuram conscientizar e convencer os vestibulandos a prorrogarem as suas inscrições até obterem uma resposta do reitor Silveira Netto, sobre a “abolição de taxas e liberação de paletós durante a prova.”³³⁰

Nas assembleias estudantis, esses dois fatores eram compreendidos como injustiças sociais, pois deixavam de fora pessoas aptas a realizar as provas, mas despromovidas do valor necessário para a inscrição e comprar tais vestimentas. Sendo assim, o movimento estudantil universitário paraense, em parceria com outras entidades estudantis, utilizou a imprensa como sua porta-voz para defender os seus objetivos perante a sociedade. Assim, foram publicados depoimentos de vestibulandos ressaltando suas vulnerabilidades. É relevante mencionar que a reivindicação sobre o pagamento de inscrições foi colocada ao Ministro da Educação, Tarso Dutra em agosto do ano corrente, porém o ministro da educação ressaltou que a solução teria que vir da reitoria, haja vista que essas demandas fugiam de suas responsabilidades administrativas.

Desta maneira, os estudantes tomaram um posicionamento de negociação conflituosa com o reitor Silveira Netto em relação a essa democratização social, onde o diretório

³³⁰ ABOLIDA a Taxa-inscrição do vestibular na Universidade. **O Liberal**, Belém, 3 dez. 1968. 2º cap., p. 1.

acadêmico mobilizou os jovens para se posicionarem nas mediações do Departamento de Ensino, onde se realizavam as inscrições, orientando os vestibulandos para não efetuarem suas habilitações e que aguardassem a resposta de uma comissão que se apresentou perante o reitor para negociar tais reivindicações.

Ontem pela manhã a porta do Departamento de Ensino, desde cedo se encontravam grupos de jovens, compostos por representantes da União Estadual dos Estudantes, dez Diretórios Acadêmicos, da Frente de Ação Secundarista do Pará (FASPA), diversos vestibulando. Fazendo piquetes nas mediações da sede do Departamento de Ensino, onde são feitas as inscrições, avisando aos candidatos, das pretensões que pretendiam conseguir junto ao reitor Silveira Netto: Abolição da taxa e a liberação do paletó durante as provas vestibulares. Reunião com o reitor: Paletó Liberados. Logo nas primeiras horas da manhã, os estudantes tiveram uma reunião com o reitor da UP. Desse encontro inicial o Dr. Silveira Netto atendeu as reivindicações quanto à liberação dos paletós, alegando que as taxas de inscrição (NCr\$ 20,00) somente o Conselho de Curadores poderia decidir. Os estudantes, então, voltaram às mediações do Departamento de Ensino para continuarem sua campanha de conscientização dos demais [...]. Ainda pela parte da manhã o dr. Silveira Netto resolveu baixar portaria referendado do Conselho de Curadores, suspendendo a taxa de inscrição, atendendo à segunda proposição dos estudantes paraenses.³³¹

Um dado importante que contextualiza este evento foi o processo de negociação entre o movimento estudantil paraense e o reitor Silveira Netto. É novamente a memória de Valdecir Palhares, que ao chegar em Belém, já tinha participação em movimento político-social e discordava das normas impostas pelo reitor da Universidade Federal do Pará, para os alunados que iriam prestar o exame do vestibular:

Falei com alguns estudantes universitários, fui a Faculdade de Filosofia, e conheci a Layse, estudante e participava do movimento estudantil. Já nos entrosamos, ela organizou uma reação e nós fomos em comissão para falar com o reitor para abolir o paletó e gravata da prova do vestibular. Levamos a questão ao reitor Silveira Netto, foi uma comissão, e me colocaram para falar, eu com sotaque paulista muito pesado que marcava muito, tinha acabado de chegar, então fui falar com o reitor junto com a comissão de vestibulandos. Ele perguntou o porquê eu estava ali reclamando de usar paletó e gravata no vestibular, eu disse que em São Paulo e em outras regiões do Brasil mais frias não se usar paletó e gravata. Eu achava aquilo era uma forma de seleção dos mais pobres, não fazer universidade, além do clima impróprio, e aí houve confusão, no fim ele chamou o Otavio Cascaes, secretário dele, e deu ordem para baixa uma portaria para tirar o paletó e gravata.³³²

Na memória de Valdecir Palhares, houve dois momentos de conversa entre o estudante e o reitor naquela manhã: o primeiro ele relaciona com a reivindicação da liberação do paletó e gravata que foi referenciada acima; o segundo está relacionado ao protesto reivindicatório da abolição da taxa:

Nós fomos novamente pedi uma entrevista com o reitor, falamos com ele em frente da reitoria, começamos uma discussão, para ele nós já tínhamos conseguido a história do paletó e gravata e voltamos com a história dos quinze cruzeiros para não

³³¹ ABOLIDA a Taxa-inscrição do vestibular na Universidade, 3 dez. 1968, p. 1.

³³² PALHARES, Valdecir Manoel Affonso, 2014.

pagar a taxa. Ali começou muita pressão, eram muitos jovens. Acho que se irritou e chamou a polícia. Nós argumentávamos se o povo pagava impostos e a universidade era federal, pagar com o imposto do povo, não tinha o porquê cobra a taxa de inscrição, se uma pessoa pobre não tinha os quinze cruzeiros (Cr\$15) para pagar, eles não iam fazer vestibular. E aí quando a polícia chegou naquele caminhão, o pessoal se assustou, era um caminhão que os policiais ficavam de costa um para o outro, desceram com aqueles cassetetes, querendo perdem a gente, o pessoal saiu correndo. Entramos naquela igreja que fica lá em frente. O padre veio falar com os policiais, e os policiais não nos penderam. Isso apenas porque pedimos para não pagar os quinze cruzeiros, mas a taxa foi abolida naquele ano.³³³

Pela narrativa de Valdecir Palhares, o motivo dessas reivindicações era a democratização do ensino superior, onde todos tivessem a oportunidade de adentrar na Universidade pública. A saída do paletó e gravata e da taxa representavam o fim de um processo de vestibular elitizado. O acompanhamento do periódico e do relato permite perceber a reprodução de duas memórias sobre o mesmo evento histórico, as quais se complementam, preenchendo lacunas existentes, pois a memória relata o conflito travado naquele momento e a capacidade dos estudantes em pressionar o reitor e também de conseguir o apoio da igreja para a sua causa. O jornal deteve-se apenas a noticiar o fato, dentro de um aspecto conciliatório e não conflituoso. A imprensa pode ter se limitado ao narrar os fatos como ocorreu devido uma forte pressão do governo militar, que vinha ocorrendo há meses, para que a imprensa não publicasse notícias de eventos violentos envolvendo a juventude, para não incentivar a adesão de outros jovens no movimento.

3.8 O AI5: o caminho para o silêncio do movimento reivindicatório na UFPA

Dias depois desta “negociação” entre o movimento estudantil e o reitor, veio a consolidação do regime militar no Brasil, no dia 13 de dezembro de 1968, teve a instalação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que “prejudicou a imprensa tradicional, sobretudo pela interdição da cobertura de temas políticos e quaisquer outros que, na suposição dos censores, pudessem ser prejudiciais à segurança nacional.”³³⁴ No entanto, o AI-5 representou a consolidação jurídica de um “projeto político autoritário e conservador que começou a ganhar força a partir de 1964.”³³⁵

³³³ *Ibid.*

³³⁴ GENTILLI, Victor. A imprensa brasileira mudou bastante depois do AI-5... mas não como decorrência dele. *In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jaqueline V. “Tempo Negro, Temperatura Sufocante” Estado e Sociedade no Brasil do AI-5.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008. p. 308.

³³⁵ FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jaqueline V. “Mas veio o tempo negro e a força fez comigo/ O mal que a força sempre faz (...)” o Brasil do AI-5... mas não como decorrência dele. MUNTEAL FILHO, Oswaldo;

Figura 29: Edição do AI-5 E AC-38



Fonte: Biblioteca Artur Viana. *A Província do Pará*. Belém, 14 dez. 1968. 1º cad., p. 1.

A imprensa³³⁶ paraense destacou a publicação do AI-5 em suas primeiras páginas. Além de *A Província do Pará*, o jornal *O Liberal* também publicou: “O NOVO ATO INSTITUCIONAL SAIU E PAROU O CONGRESSO”³³⁷; e o jornal *Folha do Norte*: “DECRETADO O RECESSO DO CONGRESSO, ATO INSTUCIONAL NÚMERO 5”³³⁸, uma justificativa presente nos periódicos foi a posição do Congresso em relação ao apoio destinado a Márcio Alves.

Segundo informou o secretário da Imprensa da Presidência: Fez uma serena exposição sobre a situação criada pela decisão da Câmara no caso Márcio Alves, salientando que o Poder Legislativo não cooperou com os esforços do Governo, no sentido de ser encontrada uma formula harmônica para atender os justos reclamos das Forças Armadas, injustamente agredido pelo aquele parlamentar.³³⁹

Esta consolidação jurídica permitiu, dentre outras coisas, manter a Constituição de 1967, criada pelo regime militar. O presidente da República passou a ter plenos poderes constitucionais que permitiam o fechamento do Congresso, da Assembleia Legislativa e da Câmara dos Vereadores, além de decretar intervenção nos estados e decretar o estado de sítio; em situações que pudesse comprometer a segurança nacional, o presidente poderia suspender

FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jaqueline V. “**Tempo Negro, Temperatura Sufocante**” *Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008. p. 10.

³³⁶ O estudo dos historiadores Adriano Freixo e Jaqueline Freitas orienta a não ter essa leitura simplificada como os jornais locais induzem a ter sobre este evento histórico. Deve-se ter uma compreensão ampla deste acontecimento, visitando os primórdios do golpe civil-militar e não somente aos eventos político-sociais que decorreram ao longo do ano de 1968, os quais levaram muitos estudos a terem uma interpretação simplista do evento pautados na compreensão de “um golpe dentro do golpe”. Os historiadores afirmam que a repressão política já estava presente na concepção dos setores golpistas mais radicais, desde os primeiros momentos após a derrubada de João Goulart.

³³⁷ DECRETADO o Recesso do Congresso. *A Folha do Norte*, Belém, 14 dez. 1968. 1º cad., p. 1.

³³⁸ NOVO Ato Institucional Saiu e Parou o Congresso. *O Liberal*, Belém, 14 dez. 1968. 1º cad., p. 1.

³³⁹ I NOVO Ato Institucional Saiu e Parou o Congresso. *O Liberal*, Belém, 14 dez. 1968. 1º cad., p. 1.

o direito político de qualquer cidadão brasileiro por dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, assim como o direito de suspender as garantias dos *habeas corpus* para os crimes que fossem considerados crimes políticos³⁴⁰. Desta forma, os militares consolidaram o fim de uma “democracia ‘restrita’ ou tutelada”³⁴¹, na visão de alguns analistas dos primeiros 4 anos do regime militar brasileiro.

Para além dessas medidas restritivas, o AI-5 serviu para silenciar com o movimento estudantil brasileiro, pois ampliou as perseguições, torturas e prisões dos estudantes, como consolidou a censura à imprensa. Assim como impôs que as atividades dos movimentos sociais sofressem um refluxo, obrigando a esquerda a optar pela luta armada como forma de oposição ao regime militar, este ato contribuiu para a efetivação da tortura nos depoimentos feitos nos quartéis e delegacias em todo país, também permitiu a presença constante dos militares nas instituições de ensino superior, deste modo houve a “oficialização do terrorismo do estado”.

O Ato Institucional nº 5 e o Decreto 447, do primeiro semestre de 1969, desestabilizaram o movimento estudantil universitário paraense. Certamente, os alunos não poderiam prever que esta legislação representaria a estagnação do projeto político estudantil estabelecido ao longo de 1968. Segundo Ruy Antônio Barata³⁴², na UFPA como no Brasil existia uma massa crítica que almejava fundar um grande partido político, pois acreditava em uma possível abertura política naquele momento. Este fato foi interrompido com o Ato Institucional nº5³⁴³. Para o movimento estudantil universitário paraense, a primeira consequência foi o silêncio das manifestações públicas, além de acarretar o fim do movimento político nas dependências da UFPA, os principais núcleos políticos estudantis como da Faculdade de Medicina, Filosofia, Engenharia, Direito, as quais levantaram as grandes manifestações de 1968.

O AI5 também está na memória das esquerdas armadas como um marco: a partir daí, era evidente a possibilidade de se fazer qualquer movimento de “massas”, ou seja, qualquer movimento social. A única forma de combater a ditadura era pelo confronto armado. Os militares, por sua vez, ao decretarem o AI5, justificavam-no diante da agitação, ao longo do ano de 1968, que colocavam em risco a “liberdade”.³⁴⁴

³⁴⁰ COSTA e Silva Editou Ontem o AI-5 e o AC-38. **A Província do Pará**, Belém, 14 dez. 1968. 1º cad., p. 2.

³⁴¹ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. – Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 86.

³⁴² BARATA, Ruy Antônio, 2014

³⁴³ BARATA, Ruy Antônio, 2014

³⁴⁴ ROLLENBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 142.

Na visão de Aluízio Leal³⁴⁵, o AI-5 representou outra oportunidade de luta para os estudantes que não estavam satisfeitos com os resultados das reivindicações em prol de uma universidade moderna e social. A luta seria maior em busca da abertura política democrática, trilhando novos caminhos, pois a universidade estava sob um controle constante.

Com o AI5, foram presos, cassados, torturados, mortos ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros opositores. O regime instituiu rígida censura a todos os meios de comunicação e manifestações artísticas, colocando um fim à agitação política e cultural do período. Não seria tolerada qualquer oposição ao governo. O ano de 1968 seria sucedido por anos de chumbo.³⁴⁶

Com o endurecimento do regime, a Universidade passou a ser um local inseguro para as reivindicações políticas. Outros fatores também contribuíram para que o movimento estudantil universitário paraense silenciasse suas ações dentro da UFPA, dentre eles estavam as questões dos novos presidentes dos centros acadêmicos, os quais colocaram como bandeira de lutas que as reivindicações deveriam voltar-se para as questões internas da Universidade, essa era a visão do presidente do centro acadêmico de Direito eleito em agosto de 1968. Os novos sujeitos sociais à frente dos centros acadêmicos buscaram satisfazer os ideais governamentais de Costa e Silva, no sentido de ser “um verdadeiro estudante”.

Outros fatores contribuíram para este enfraquecimento, dentre eles estão a conclusão de parte desta geração que lutou bravamente nas ruas em 1968, embora, por certo período, continuassem participando dos protestos financiando as ações políticas, depois deixaram de ser revolucionários para serem funcionários públicos e privados. Outros foram percorrer novos caminhos para darem continuidade ao projeto político almejado, ou seja, aderiram à luta armada. Entretanto, devo elencar que o movimento estudantil não finalizou por completo suas atividades na UFPA, mas se adequou ao novo sistema de vigilância imposto na instituição, onde todos eram suspeitos de serem subversivos e comunistas.

³⁴⁵ LEAL, Aluízio, 2014.

³⁴⁶ RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. *In*: REIS FILHO, Daniel Arão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). **O século XX**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 153.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs a analisar o impacto das reivindicações do movimento estudantil universitário paraense frente ao modelo de universidade implantado no Brasil na década de 1960. Com ênfase na expressividade, na proposta de reforma universitária da UFPA no ano de 1968, motivo que desencadeou sucessivos protestos contra a ditadura civil-militar brasileira implantada em 1964. Para tanto, buscou-se refletir sobre a elaboração desta reforma, assim como, analisar a capacidade de articulação política dos estudantes neste período para neutralizar o projeto apresentado pelo reitor Silveira Netto ao Conselho Federal de Educação, ademais apontar os principais atos de protestos da juventude paraense.

A pesquisa permite concluir que houve um movimento estudantil paraensepositor ao regime autoritário. A juventude foi às ruas enfrentando as autoridades militares, desafiaram líderes religiosos, ocuparam a Assembleia Legislativa do Pará e as Faculdades e Escolas da UFPA. Esses inúmeros espaços tornaram-se lugares de discussão e esclarecimentos de suas ideias. Lutaram contra um reitor autoritário que deliberava as determinações do governo militar de Costa e Silva. No entanto, a luta estudantil estava vinculada há um amplo aspecto político-social que ultrapassava os muros da instituição, reivindicando uma sociedade mais justa. Esses jovens compreendiam a conjuntura política do período, assim como seu emblemático protagonismo que fazia uso de cartazes e pichações, além de palavras de ordem contra-atacando a repressão policial.

Desta forma, aqueles que iniciaram e concluíram o estudo superior em plena ditadura militar, a geração de 1968 foi obrigada a contestar este regime autoritário ao longo 21 anos. Escrever sobre suas histórias, suas memórias, é necessário, haja vista que é difícil apagar da lembrança tempos tenebrosos que deixaram marcas traumáticas, como a tortura, a repressão política, a prisão, a perseguição, a banalidade da violência e do estupro.

A pesquisa demonstrou que o movimento estudantil paraense teve peculiaridades, mas ele dialogou com o movimento nacional. Ademais, a repressão do Estado em Belém foi destoante de outras regiões onde houve prisões e assassinatos de estudantes, como ocorreu no estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Goiânia, Belo Horizonte. Podemos também ressaltar que o movimento estudantil no Estado do Pará, no olhar dos militares, foi visto como “autêntico” das causas estudantis, chegando a ser elogiado pelo presidente militar Costa e Silva. Contudo o estudo comprovar que o movimento estudantil universitário paraense tinha pautas consideradas subversivas na perspectiva militar, no entanto aqui o governo de Alacid

Nunes negou-se a reprimi-lo e até buscou um diálogo para evitar a violência contra a juventude.

A reforma universitária na UFPA foi um processo conflituoso, sem diálogo entre os estudantes e a reitoria. As atas do Conselho Universitário, as memórias dos sujeitos históricos e os jornais nos informam que o debate sobre a reestruturação da Universidade transcendeu os muros dessa instituição, que também representava os interesses dos militares na Amazônia. Ao estudar as atas, observa-se as divergências existentes entre os sujeitos sociais, professores, estudantes e reitor para as propostas de reestruturação da UFPA, sendo que foram essas dissonâncias que deliberaram as ocupações das Faculdades. Através das citações dos jornais percebe-se que eles transmitiram as vozes dos estudantes para levar as suas reivindicações à parte da sociedade brasileira, que – por sua vez – compreendeu o objetivo do movimento estudantil e participou da luta desta classe. A memória auxilia na compreensão das atas e dos jornais, mostrando outra visão do processo histórico que, às vezes, é silenciada nas demais fontes.

Algumas reivindicações do movimento estudantil universitário paraense, no período analisado, teve resultado como: a manutenção da Escola de Química; o prolongamento do ano letivo; o fim da cátedra; democratização da seleção do ensino universitário. Os estudantes buscaram sua inserção no debate da Reforma Universitária e eles conseguiram suspender a aprovação do projeto apresentado pelo reitor Silveira Netto e para isto conseguiram o apoio dos estudantes secundaristas, das representações políticas públicas e da sociedade em geral. Alguns acreditaram que houve saldos positivos, pois conseguiram levar as suas reivindicações ao Presidente Costa e Silva e ao Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra. Obtiveram ainda, êxito em despertar a atenção do Governador Alacid Nunes, da Câmara dos deputados e dos vereadores. No entanto, outros estudantes negavam-se acreditar no atendimento de suas reivindicações, ficando de prontidão para novas manifestações.

É importante salientar que o sonho de mudança não chegou ao fim. Este foi modificado e transformado em várias frentes de resistência, uns optaram pela luta armada, como a guerrilha, outros deram continuidade através de suas profissões e assim afirmar seus compromissos político-sociais com o estado brasileiro. Seja qual for o caminho escolhido pela geração de 1968, está vinculado a uma identidade revolucionária constituída nos inícios dos anos de 1960, os quais nortearam seus ideais, pois os estudantes tomaram para si a responsabilidade de defender a república democrática brasileira.

Mais do que qualquer outra justificativa, esta dissertação teve o propósito de analisar um passado recente da história do Brasil, em especial a conjuntura de mudanças significativas

no ensino superior brasileiro. Da mesma forma, o estudo contribui para elencar a militância estudantil da década de 1960 na Universidade Federal do Pará, dentro dos aspectos das continuidades e descontinuidades do fazer político-social da geração de 1968.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.
- ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Prefácio de Gilberto Dimenstein. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. 1968, nas teias da história e da memória. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26, 2008.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Disputas em torno da memória 68 e suas representações. *In*: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento (org.). **1968: 40 anos depois: História e memória**. Rio de Janeiro: Letras, 2009.
- AZEVEDO, Lúcia Rangel. O Papel da UNE no Movimento Estudantil na Segunda Metade do Século XX. **ECCOM**, v. 1, n. 2, p. 7-22, jul./dez. 2010. Disponível em: www.fatea.br/. Acesso em: ago. 2014.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.
- BARATA, Ruy Antônio. História de raça e pirraça nas terras do Grão- Pará. *In*: NUNES, André Costa. **1964. Relatos subversivos**: os estudantes e o golpe militar no Pará. Belém: Ed. Autores, 2004.
- BARBOSA, Roldão Ribeiro; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Uma Historiografia da Reforma Universitária de 1968**. Disponível em: www.histedbr.fe.unicampe.br. Acesso em: dez. 2017.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 53**, 18 nov. 1966 – Publicação Original. Legislação informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: mai. de 2014.
- CARNEIRO, José. **Memórias políticas contra a ditadura militar no Pará**. Belém: NAEA/UFPA, 2017.
- COSTA, Luiz Gustavo Santos; VASCONCELOS Rita de Cassia Azevedo Ferreira de. Abolicionismo e imprensa na Corte e em Ouro Preto na última década da escravidão (1880-1888). **Temporalidades**, Revista Discente do Programa de Pós- graduação em História da UFMG, v. 2, n. 1, jan./jul. 2010.
- CUNHA, Alexandre. UFPA: o ano que levou uma década. *In*: MELLO. Alex Bolonha Fiúza de. **UFPA 50 ANOS. Relatos de uma Trajetória**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2007.
- CUNHA Janaína Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o Processo de Reestruturação da UFRGS (1964-1972)**: uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira. São Leopoldo, 2009.
- CUNHA, Raquel; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 10, p. 1-25, 2009.

DIRCEU, José; PALMARES, Vladimir. **O movimento de 68 contado por seus líderes**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

FARIAS, William Gaia. **Amazônia Republicana: processos seletivos e outros temas**. Belém, 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade no Brasil: Das origens a Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Editora UFPR, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/n28/a3n28. Acesso em 11 mai. 2017.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editora Presença, 1989.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela. **1964 - O golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da Força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi/UB). **Historia da Historiografia**. Ouro Preto, n. 11, abr. 2013.

FILHO, João. O movimento estudantil nos anos 60. *In*: FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo radical, 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. A invenção da Universidade Federal do Pará. *In*: FONTES, Edilza Joana Oliveira. **UFPA 50 anos, Histórias e memórias**. Belém: Editora Universitária, 2007.

FONTES, Edilza Joana Oliveira; ALVES, Davison Hugo Rocha. A UFPA e os anos de chumbo. A administração do reitor Silveira Netto em tempo de ditadura (1960-1969). **Revista Tempo Argumento**. Florianópolis, v. 5, jul./dez., 2013.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Projeto: A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, experiências, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985). Disponível em www.multimidia.ufpa.br

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, São Paulo, 2011.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura política**: a experiências dos manauaras. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996. p. 4

FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jaqueline Ventapane. “Mas veio o tempo negro e a força fez comigo/ O mal que a força sempre faz (...)” o Brasil do AI-5... mas não como decorrência dele. *In*: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jaqueline Ventapane. **Tempo Negro, Temperatura Sufocante**: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais, Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais.** – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2014. – (Questões da nossa época; v 46).

GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil: a estruturara de poder na universidade em questão.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século xx: 1914- 1991. A Revolução Social 1945-90.** Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundo do Trabalho.** Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bodran. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **1923- 2006. Futuro e Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC, 2006.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979).** – Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Color. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **1968 faz 30 anos.** Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 11-26

MEIHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer como pensar.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MORAES, Cleodir da Conceição. A Universidade Federal do Pará em tempos de Reforma Universitária. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira. **UFPA 50 anos, Histórias e memórias.** Belém: Editora Universitária UFPA, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NUNES, André Costa *et al.* **1964. Relatos Subversivos: os estudantes e o golpe militar no Pará.** – Belém: Ed. dos Autores, 2004.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino *et at.* **Utopia e repressão: 1968 no Brasil.** – Salvador. Saga, 2018.

PACHECO, Agenor Sarraf. **À margem dos “Marajós”**. Cotidiano, Memórias e Imagens da “Cidade-Floresta” – Melgaço – PA. Editora Paka-Tatu. Belém, 2006.

PETIT, Pere. Elites políticas e eleições no Pará durante o regime militar e no período da Nova Republica. *In*: PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

POERNER, Artur José. **1939 – O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed., ilustrada rev. ampl. e atual. – Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POERNER, Artur. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. – Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 222.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 220-212.

REIS, Daniel Arão. **Ditadura Militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. **1968. A Paixão de uma Utopia**. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: editora, FGV, 2008.

REIS, Daniel. Entre Passado e Futuro: os 40 anos de 1968. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 93-104, jul/dez 2008, disponível em <http://revistaacervo.an.gov.br>. Acessado 15-07-2014.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular Cristianismo e Marxismo. *In*: REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo (org.). **História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 a 60**. Campinas: Editora Unicamp. 2002. p. 213- 282.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil. Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro. v. 24, nº I, pp 257-286, jan/jun 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos: Memória** - Ed. Contexto – São Paulo; 2006.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: Trabalhismo e getulismo ao socialismo moreno. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VALLE, Maria Ribeiro. **1968: o diálogo é a violência, Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

FONTES

Biblioteca Pública Artur Viana (Hemeroteca)

Jornais

A Folha do Norte (1968)

A Província do Pará (1968)

O Liberal (1968)

Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)

Jornal

O Correio da Manhã

Diário de Notícias (1968)

Jornal do Centro Acadêmico de Economia de 1968

O Papagaio

Arquivo Central da Universidade Federal do Pará

Atas

Atas do Conselho Universitário da UFPA (1967-1968)

Atas da Faculdade de Medicina (1968)

Arquivo da Assembleia Legislativa do Pará

Atas

Atas das sessões ordinárias (1968)

Fontes Orais / Audiovisuais

Repositório Multimídia da UFPA: Disponível em www.multimidia.ufpa.br

Entrevistas:

Aluizio Lins Leal, Alberto Ferreira Puty, Armando dos Santos Alves Filho, Edna Maria Ramos Castro, Hecilda Mary Veiga, Humberto Rocha Cunha, Júlio dos Santos Ribeiro, Layse Duarte Salles, Lenilson Sá Holanda, William Mota Siqueira, Waldir Paiva Mesquita, Maria de Nazaré dos Santos Sarges, Maria Celeste Miranda Medeiros, Maria Celeste Passarinho de Souza Porto, Roberto Ribeiro Corrêa, Ruy Antônio Barata, Orlando Sampaio Silva, Valdecir Manoel Affonso Palhares, Zélia Amador de Deus,